



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES/CECA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DE DOUTORADO/ PPGE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO, POLÍTICAS SOCIAIS E ESTADO

JOÃO PAULO DANIELI

**ECO-IMPERIALISMO: AGROIMPERIALISMO, ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS
NO BRASIL**

CASCADEL – PR
2025



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES/CECA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DE DOUTORADO/ PPGE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO, POLÍTICAS SOCIAIS E ESTADO**

JOÃO PAULO DANIELI

**ECO-IMPERIALISMO: AGROIMPERIALISMO, ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS
NO BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, área de concentração: Educação, linha de pesquisa: Educação, Políticas Sociais e Estado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE – Campus de Cascavel, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Antonio Deitos

Coorientador: Prof. Dr. Luiz Fernando Reis

**CASCADEL – PR
2025**

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Danieli, João Paulo

Eco-imperialismo: Agroimperialismo, Estado e Políticas Sociais no Brasil / João Paulo Danieli; orientador Roberto Antonio Deitos; coorientador Luiz Fernando Reis. -- Cascavel, 2025.

324 p.

Tese (Doutorado Campus de Cascavel) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2025.

1. Eco-imperialismo. 2. Agroimperialismo no Brasil. 3. Estado. 4. Políticas Sociais no Brasil. I. Deitos, Roberto Antonio, orient. II. Reis, Luiz Fernando, coorient. III. Título.



JOÃO PAULO DANIELI

Eco-Imperialismo: Agroimperialismo, Estado e Políticas Sociais no Brasil

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Doutor em Educação, área de concentração Educação, linha de pesquisa Educação, políticas sociais e estado, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:

Orientador(a) - Roberto Antonio Deitos

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Carlos Antônio Bonamigo

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Francisco Beltrão (UNIOESTE)

Maria Fatima de Lima Pinel

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Sidemar Presotto Nunes

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

Marlon Clovis Medeiros

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Francisco Beltrão (UNIOESTE)

Luciano de Souza Costa

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Francisco Beltrão (UNIOESTE)

Cascavel, 21 de março de 2025

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa à minha mãe, Eunilde Valiati Danieli, e ao meu pai, Nadir Danieli (*in memoriam*), por terem me gerado; aos meus irmãos, que, de uma forma ou de outra, me proporcionaram a condição de estudar, oportunizando-me estar nesta etapa formativa e profissional. E, à Unioeste, por dar a oportunidade de fazer o doutorado em uma Universidade pública, gratuita e de qualidade.

AGRADECIMENTOS

Realizar uma pesquisa científica, em especial uma tese de doutorado, não é uma tarefa fácil e simples de se concretizar. Pela sua envergadura epistemológica e metodológica, exige do pesquisador dedicação, reflexão, disciplina e a contribuição de muitas pessoas. Para tanto, faço alguns agradecimentos.

Primeiro agradeço ao dom da vida e a minha família, pelas muitas vezes que deixei de estar com vocês presencialmente. À minha mãe, Eunilde Valiati Danieli, pelas incansáveis orações. Aos meus irmãos, cunhadas e sobrinhos, que ajudaram de uma forma ou de outra.

Ter a oportunidade de fazer esta pesquisa científica, a tese de doutorado, é motivo de agradecimento à Unioeste (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), e ao Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE, por oportunizar que muitos possam ter um título de doutor, de forma pública, gratuita e de qualidade.

Para que a pesquisa e o projeto aconteçam de fato, o orientador é essencial. Agradeço de coração ao professor Roberto Antonio Deitos, o *Beto*, por me escolher e aceitar o projeto de tese, que aconteceu de maneira leve, com muitos ensinamentos, sabedoria e conhecimento compartilhados. Obrigado pela atenção, compreensão e pela confiança em mim depositada. Agradeço, também, ao professor Luiz Fernando Reis, meu coorientador, por tirar tempo e atenção para partilhar informações e experiências que foram de suma importância para a pesquisa.

Aos membros da banca, à professora Maria de Fátima de Lima Pinel e ao professor Sidemar Presotto Nunes, muito obrigado, por tirarem tempo para conversar sobre a temática e os vários materiais indicados; aos professores Marlon Clovis Medeiros, Carlos Antônio Bonamigo e Luciano de Souza Costa, por fazerem parte desta pesquisa, com a leitura, apontamentos, sugestões e correções. Estar nesta etapa final de defesa é possível pela contribuição de todos vocês. O meu muito obrigado.

Agradecer os meus dois grupos de pesquisa e de estudo: o “Grupo de Estudos em Formação Humana, Educação e Movimentos Sociais Populares – GEFHEMP”, em nome da professora Cecília Maria Ghedini e ao professor Carlos Antônio Bonamigo, por proporcionar várias discussões e estudos. Ao GEPPE – “Grupo de Estudos e Pesquisa em Política Educacional e Social”, pelas contribuições, sugestões e indicações dos membros na discussão da proposta.

Agradeço aos professores das disciplinas ministradas durante o período da pesquisa, por compartilhar os seus conhecimentos e experiências, sugestões, caminhos que contribuíram para minha formação. Aos meus colegas de turma, em especial da linha de pesquisa, pelas sugestões após a leitura do projeto e na pesquisa.

Um agradecimento ao Colegiado do Curso de Pedagogia, que sou membro, por ser compreensível e atencioso em organizar as minhas atividades letivas, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa.

Um agradecimento especial a duas pessoas que fazem parte da minha vida e que ajudaram de forma direta e indireta. À minha amiga e colega de profissão, Carla Lavorati, pelas conversas, dicas, sugestões e orientações da escrita gramatical e de concordância. Ao meu amigo e irmão de vida, Max Nunes Cesca Battisti, pelo companheirismo, conversas, dicas e sugestões. O meu muito obrigado a vocês.

“As contingências de nossa situação, com destaque para os limites de nossa ordem sociometabólica, não são apenas dolorosas, são inalteravelmente também *contingências globais*, com suas preocupantes implicações. Pois, se a dimensão e os recursos de nosso planeta fossem, digamos, dez vezes maiores do que eles realmente são, a destrutividade do capital poderia continuar por um bom tempo ainda. Mas eles não são dez vezes maiores; são do seu real tamanho. Para não restringirmos ao mais elementar, a dominação e a *destruição da natureza* hoje em curso devem tornar palpavelmente claro que *há um limite para tudo*. E os limites absolutos do capital demonstram sua insustentabilidade em nosso tempo não apenas em relação a essa questão, mas em diversos outros pontos” (Mészáros, 2021, p. 245).

DANIELI, João Paulo, **Eco-Imperialismo: Agroimperialismo, Estado e Políticas Sociais no Brasil**. 2025. 324 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de concentração: Educação. Linha de Pesquisa: Políticas Sociais e Estado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Cascavel, 2025.

RESUMO

A presente tese tem como temática o setor agropecuário, denominado de Agroimperialismo, o Estado e as Políticas Sociais no Brasil. Para tal, propôs-se conceituar o Eco-imperialismo, como: toda política administrativa; dependência econômica e financeira; ação prática e ideológica de uma nação, um grupo, empresa, grandes corporações/monopólios, tanto político ou financeiros (bancos) e fundos de investimentos que expandem, controlam, centralizam e expropriam o ecológico, os ecossistemas, os recursos naturais, como uma fase e uma parte potencialmente cruciais e mais expressivas da acumulação global do capital. No qual, a categoria Agroimperialismo é uma fração potencial do Eco-imperialismo, porque congrega os Agroimperialistas como personificações do capital em um estágio mais avançado do Eco-imperialismo de descentralização, centralização e expansão econômica e financeira. Ou seja, o **Agroimperialismo** é uma **fração ampliada** como segmento potencial da **dominação e composição estrutural do Eco-imperialismo mundial**. Posterior as conceituações, analisamos as movimentações, atuações e mediações da fração ampliada Agroimperialista no Brasil, nas várias esferas sociais, políticas, financeiras, legais e sua relação intrínseca com o Estado, verificando como o setor se reproduziu historicamente como parte das relações sociometabólicas do capital, de maneira local, regional, nacional e mundial. Das problematizações contextuais, tomamos como base de análise a relação entre Agroimperialismo, Estado e Políticas Sociais, para verificar a hipótese central. Nesse sentido, a indagação de que o setor agropecuário é um dos setores que mais acumula riqueza socialmente produzida em termos econômicos, procuramos encontrar e apresentar a sua arrecadação em receitas, via tributos e sua participação contributiva dos recursos na composição do orçamento federal, por conseguinte, como estas receitas refletem tendencialmente no financiamento das políticas sociais (gasto social) no Brasil. Para evidenciar o que nos propomos, buscou-se comparar as receitas do setor, via Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE), com as despesas das políticas sociais, que se encontram no Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento (SIOP). As fontes de dados levantadas também contribuíram para realizar análises e reflexões sobre alguns gastos sociais, entre elas, sobre a área educacional. Constatou-se, também, através dos dados quantitativos que a contribuição da riqueza produzida socialmente dos Agroimperialistas, para com o Produto Interno Bruto (PIB), tanto dos dados do IBGE como do próprio setor, feito pela Cepea/Esalq-USP, não reflete na mesma proporção da arrecadação de receitas do setor. Para realizar a presente pesquisa, a fundamentação teórica teve por base fontes bibliográficas de autores que discutiam as temáticas propostas, contrapondo as fontes primárias de ordem quantitativa, do banco de dados oficiais, como: CNAE, SIOP, BCB, IBGE, entre outros. Concluindo que o Agroimperialismo, no Brasil, como fração ampliada do Eco-imperialismo mundial, arrecada pouco em tributos, logo, este recurso participa de forma insignificante, perante a porcentagem dos gastos sociais e totais da União. Ao mesmo tempo, averiguamos que é o setor que se apropria, hegemonicamente, do Estado e sobrevive amparado pelo seu aparato institucional, político, econômico e financeiro,

com benefícios, isenções, financiamento e privilégios, ou seja, o “agro” se beneficia sempre mais do que contribui.

Palavras-chave: Eco-Imperialismo; Agroimperialismo no Brasil; Estado; Políticas Sociais no Brasil.

DANIELI, João Paulo, **Eco-Imperialism: Agroimperialism, the State and Social Policies in Brazil**. 2025. 324 f. Thesis (Doctorate in Education). Postgraduate Program in Education. Area of concentration: Education. Line of Research: Social Policies and the State. State University of Western Paraná - Unioeste, Cascavel, 2025

ABSTRACT

The theme of this thesis is the agricultural sector, known as Agro-imperialism, the State and Social Policies in Brazil. To this end, we set out to conceptualize Eco-imperialism as: any administrative policy; economic and financial dependence; practical and ideological action by a nation, a group, company, large corporations/monopolies, whether political or financial (banks) and investment funds that expand, control, centralize and expropriate the ecological, ecosystems, natural resources, as a potentially crucial and most expressive phase and part of the global accumulation of capital. Therefore, the category of Agro-imperialism is a potential fraction of Eco-imperialism, because it brings together Agro-imperialists as personifications of capital in a more advanced stage of Eco-imperialism of decentralization, centralization and economic and financial expansion. In other words, Agro-imperialism is an expanded fraction as a potential segment of the domination and structural composition of world Eco-imperialism. After these conceptualizations, we analyzed the movements, actions and mediations of the expanded Agro-imperialist fraction in Brazil, in the various social, political, financial and legal spheres and its intrinsic relationship with the state, verifying how the sector has historically reproduced itself as part of the socio-metabolic relations of capital, locally, regionally, nationally and worldwide. From the contextual problematizations, we took the relationship between agro-imperialism, the state and social policies as a basis for analysis, in order to verify the central hypothesis. In this sense, given that the agricultural sector is one of the sectors that accumulates the most socially produced wealth in economic terms, we sought to find and present its revenue collection via taxes and its contributory share of resources in the composition of the federal budget, and therefore how these revenues tend to be reflected in the financing of social policies (social spending) in Brazil. In order to show what we are proposing, we sought to compare the sector's revenues, via the National Classification of Economic Activities (CNAE), with social policy expenditure, which can be found in the Integrated Budget and Planning System (SIOP). The data sources collected also contributed to analysis and reflection on some social spending, including education. Quantitative data also showed that the contribution of the wealth produced socially by agro-imperialists to the Gross Domestic Product (GDP), both from IBGE data and from the sector itself, carried out by Cepea/Esalq-USP, does not reflect the same proportion of the sector's revenue collection. In order to carry out this research, the theoretical basis was based on bibliographical sources from authors who discussed the proposed themes, as opposed to primary quantitative sources from official databases, such as: CNAE, SIOP, BCB, IBGE, among others. The conclusion is that agro-imperialism in Brazil, as an expanded fraction of global eco-imperialism, collects little in the way of taxes, so this resource is insignificant in terms of the percentage of the Union's total social spending. At the same time, we can see that this is the sector that hegemonically appropriates the state and survives supported by its institutional, political, economic and financial apparatus, with benefits, exemptions, funding and privileges, in other words, "agro" always benefits more than it contributes.

Keywords: Eco-Imperialism; Agro-imperialism in Brazil; State; Social Policies in Brazil.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO	TÍTULO	PÁG.
Gráfico 1	Projetos Ativos do Banco Mundial distribuídos mundialmente por regiões geográficas, no Setor da Agricultura	118
Gráfico 2	Projetos Ativos do Banco Mundial nos países da América do Sul, no Setor da Agricultura	119
Gráfico 3	Apresentação da quantificação territorial da ocupação, dos usos das terras e das áreas destinadas à preservação, conservação e proteção da vegetação nativa no Brasil, através do Cadastro Ambiental Rural – CAR, de 2021	202

LISTA DE TABELAS

TABELA	TÍTULO	PÁG.
Tabela 1	População na área urbana e rural de 1980, 2000, 2010 e 2015	176
Tabela 2	As 15 maiores empresas em receita do Agronegócio Brasileiro, no ano de 2021, 2022 e 2023, segundo a Revista Forbes, em bilhões de reais	194
Tabela 3	Dados do Censo Agropecuário, de 2017 do IBGE, onde apresenta os grupos de área, os estabelecimentos e área de cada grupo	206
Tabela 4	Dos valores de Contratos firmados, segundo o Banco Central do Brasil, a partir do Pronaf, Pronamp e Demais Programas (valores em Bilhões)	219
Tabela 5	Números de estabelecimentos, valores contratados por Pronaf, Médios e não pronafianos, no ano-safra de 2017-2018	220
Tabela 6	Dados do PIB nacional, do setor da agropecuária do Brasil e a porcentagem de contribuição do setor no ano de 2013-2023, segundo o IBGE	221
Tabela 7	Contribuição do setor Agropecuário no Produto Interno Bruto – PIB. Dados segundo o Cepea/Esalq-USP	222
Tabela 8	Arrecadação de Receitas Tributárias da União, administradas pela Receita Federal, nas atividades econômicas da Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura, como percentual do total da receita arrecadada no ano de 2013	258
Tabela 9	Arrecadação das atividades por divisão econômica e os valores totais do setor Agropecuário, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e as receitas total da União do período de 2013 a 2023	259
Tabela 10	Arrecadação das atividades por divisão econômica sem os tributos da previdência social e os valores totais do setor Agropecuário, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e as receitas total da União do período de 2013 a 2023 (em bilhões)	261
Tabela 11	Arrecadação total das receitas da União, com porcentagem do setor Agropecuário (Agro) do PIB do Brasil, segundo o IBGE; com percentual previsto das receitas tributárias da União de 2013-2023	262
Tabela 12	Arrecadação total das receitas da União, com porcentagem do setor Agropecuário (Agro) do PIB do Brasil, segundo Cepea/Esalq-USP; com percentual previsto das receitas tributárias da União de 2013-2023	263

Tabela 13	Arrecadação das atividades por divisão econômica, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e os Gastos totais da pasta do Ministério da Agricultura, segundo o SIOF, de 2013 a 2023	264
Tabela 14	Gasto Social da União (Políticas Sociais) no ano de 2013, com o percentual do total das Despesas da União	267
Tabela 15	Gasto Social da União (Políticas Sociais) no ano de 2014, com o percentual do total das Despesas da União	268
Tabela 16	Gasto Social da União (Políticas Sociais) no ano de 2015, com o percentual do total das Despesas da União	269
Tabela 17	Gasto Social da União (Políticas Sociais) no ano de 2016, com o percentual do total das Despesas da União	270
Tabela 18	Gasto Social da União (Políticas Sociais) no ano de 2017, com o percentual do total das Despesas da União	271
Tabela 19	Gasto Social da União (Políticas Sociais) no ano de 2018, com o percentual do total das Despesas da União	272
Tabela 20	Gasto Social da União (Políticas Sociais) no ano de 2019, com o percentual do total das Despesas da União	273
Tabela 21	Gasto Social da União (Políticas Sociais) no ano de 2020, com o percentual do total das Despesas da União	274
Tabela 22	Gasto Social da União (Políticas Sociais) no ano de 2021, com o percentual do total das Despesas da União	275
Tabela 23	Gasto Social da União (Políticas Sociais) no ano de 2022, com o percentual do total das Despesas da União	276
Tabela 24	Gasto Social da União (Políticas Sociais) no ano de 2023, com o percentual do total das Despesas da União	277
Tabela 25	Gasto Social da União e os Encargos Especiais com percentual referente às Despesas totais da União, de 2013 até 2023	280
Tabela 26	Gasto Social da União (Políticas Sociais) do ano de 2013 até 2023 como percentual das receitas tributárias da União arrecadadas nas atividades econômicas da Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	283
Tabela 27	Gasto Social da União com a Educação, do ano de 2013 até 2023 como percentual das receitas tributárias da União arrecadadas nas atividades econômicas da Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	287
Tabela 28	Demonstrativo evolutivo das despesas da Educação, com a porcentagem referente ao Gasto Social e as despesas totais da União, de 2013 até 2023. (valores em bilhões)	288

LISTA DE IMAGENS/FIGURAS

Imagem	Título	Pág.
Imagem 1	Organograma da atuação e funcionamento das atividades das corporações do agronegócio	172
Imagem 2	Fluxograma dos investimentos feitos pelas empresas: <i>Amorin Energia B.V.</i> , da Holanda; e da <i>Galp Energia</i> , de Portugal, na aquisição de terras no Brasil	190

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÔNIMOS

Siglas	Significado
ABC	Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono
AB InBev	Anheuser-Busch InBev
ADM	Archer Daniels Midland
AGRO	Agronegócio; Agropecuária.
ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
AID	Associação Internacional de Desenvolvimento
ALC	América Latina e no Caribe
AMBEV	Companhia de Bebidas das Américas
ANFIP	Associação Nacional dos Auditores Fiscais
ASCAR	Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
BCB	Banco Central do Brasil
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BIS	Banco de Compensações Internacionais
BM	Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BP	British Petroleum
BPC	Benefício da Prestação Continuada
BRF	Brasil Foods
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CEPEA	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CGAA	Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CF	Constituição Federal
CLT	Código de Leis Trabalhistas
CO ₂	Gás Carbônico
COFCO	China Oil and Foodstuffs Corporation
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CONFAZ	Conselho Nacional de Política Fazendária
COPOM	Comitê de Política Monetária
CPSSS	Contribuição para o Plano de Seguridade Social Servidor Público
CSLL	Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido
DARF	Documento de Arrecadação de Receitas Federais
DAS	Documento de Arrecadação do Simples Nacional

DEM	Democratas
DOGE	Departamento de Eficiência Governamental
DRU	Desvinculação das Receitas da União
EAM	Emergent Asset Managente
EC	Emenda Constitucional
ENEP	Emerging Neo-Colonial Economic Powers
ESALQ.	Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
ESF	Environmental and Social Framework
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENEP	Emerging Neo-Colonial Economic Powers
ERIC	Educaciona Resources Information Center
ESG	Environmental, Social and Governance (Ambiental, Social e Governança)
E.U.A.	Estados Unidos
EXIMBANK	Export-Import Bank of the United States
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FENAFISCO	Federação Nacional do Fisco
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIDA	Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura
FINEM	Financiamento a Empreendimentos
FPA	Frente Parlamentar da Agropecuária
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FMI	Fundo Monetário Internacional
FRE	Formulário de Referência
FSE	Fundo Social de Emergência
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
FUNCAFÉ	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
GEE	Gases Efeito Estufa
GEF	Global Environment Facility (Fundo Global para Meio Ambiente)
GR	Green Revolution (Revolução Verde)
GSF	Gasto Social Federal
GPS	Gasto Público Social
Ha	Hectares
HSBC	Hong Kong and Shanghai Banking Corporation
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBS	Imposto sobre Bens e Serviços
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IFMs	Instituições Financeiras Multilaterais

ILPF	Integram Lavouras, Pecuária e Florestas
INEP	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos Anísio Teixeira
INESC	Instituto de Estudos Socioeconômicos
INOVAGRO	Programa de Inovação Tecnológica na Agropecuária
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPVA	Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores
IRPJ	Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte
ISS	Imposto Sobre Serviços
ITCMD	Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações
ITR	Imposto Territorial Rural
JBS	José Batista Sobrinho
JPMorgan	John Pierpont Morgan
ILPS	Liga Internacional de Luta dos Povos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LGBTQIA+	Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexo, assexuais e outras orientações sexuais e identidades de gênero
LMI	Lan Matrix Initiative
LSLAs	Large-Scale Land Acquisitions (Aquisição de terras em grande Escala)
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MIGA	Agência Multilateral de Garantia de Investimentos
Moderagro	Programa de modernização da Agricultura
Moderfrota	Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras
Moderinfra	Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem
MST	Movimento Sem Terra
NAF	Novo Arcabouço Fiscal
NAS	Normas Ambientais e Sociais
NRF	Nova Regra Fiscal
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONGs	Organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OXFAM	Oxford Committe for Famine Relief
PCA	Programa de Aceleração do Crescimento
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PCA	Programa de Construção e Ampliação de Armazéns
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PFL	Partido da Frente Liberal
PGFN	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPA	Plano Plurianual
PPM	Partes Por Milhão
Procap-Agro	Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias
Prodecoop	Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à produção Agropecuária
PRONAF	Programa Nacional de apoio à Agricultura Familiar
PRONAMP	Programa Nacional de apoio ao Médio Produtor Rural
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira
Refis	Refinanciamento e Regularização de Dívidas
RGE	Grupo Royal Golden Eagle
RSC	Responsabilidade Social Corporativa
S.A.	Sociedade Anônima
SABMiller	South African Breweries (SAB) e Miller Brewing
SICAR	Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural
SIOP	Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SUS	Sistema Único da Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
Tis	Terras Indígenas
TV	Televisão
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UBS	Union Bank of Switzerland (União de Banques Suíços)
UCs	Unidades de Conservação Integral
UNICAMP	Universidade de Campinas
	United Nations Relief and Rehabilitation Administration
UNRRA	Agência das Nações Unidas para Organização de Socorro e a Reconstrução
UOL	Universo Online
USAID	United States Agency for International Development
USP	Universidade de São Paulo
WRM	World Rainforest Movement

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	22
1. ECO-IMPERIALISMO E AGROIMPERIALISMO E SUAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS	42
1.1 A CRISE ESTRUTURAL E A INTENSIFICAÇÃO DO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL	43
1.2 CONSTITUIÇÃO DOS MONOPÓLIOS	50
1.2.1 Capital financeiro	54
1.2.2 Expropriação	60
1.3 O QUE É O IMPERIALISMO?	62
1.4: ECO-IMPERIALISMO: ÁPICE DA REPRODUÇÃO SOCIOMETABÓLICA DO CAPITALISMO	74
1.5 AGROIMPERIAISMO: UMA FRAÇÃO AMPLIADA DO ECO-IMPERIALISMO	97
1.6 AGROIMPERIALISMO E O CAPITAL FINANCEIRO MUNDIAL	108
1.6.1 A mundialização financeira e o Agroimperialismo	109
1.6.2 Aspectos sobre o Banco Mundial como agente mediador de interesses do Agroimperialismo	115
2. O AGROIMPERIALISMO E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS NO BRASIL	132
2.1. AGROIMPERIALISMO NO BRASIL: ALGUNS ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO E ECONÔMICO	133
2.1.1 Período colonial: aspectos da política mercantilista	133
2.1.2 Período imperial: alguns aspectos origem da dependência com a Inglaterra	140
2.1.3 Alguns aspectos sobre o domínio do imperialismo norte-americano	145
2.2. AGROIMPERIALISMO E CLASSE SOCIAL: APONTAMENTOS SOBRE A FORMAÇÃO SOCIAL DO CAMPO NO BRASIL	152
2.2.1 Conceito de classe social	153
2.2.2 Classe social do campo no contexto brasileiro	157
2.3 BRASIL NA DÉCADA DE 1950: ASPECTOS SOBRE A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA	166

2.4 ASPECTOS DO AGROIMPERIALISMO NO CONTEXTO BRASILEIRO	170
2.5 AS PORTAS DO “CELEIRO” ESTÃO ABERTAS PARA O AGROIMPERIALISMO: FRAÇÃO POTENCIAL NA FASE ATUAL DO ECO-IMPERIALISMO MUNDIAL	184
2.6 APONTAMENTOS SOBRE A OCUPAÇÃO E USO DA TERRA NO BRASIL	196
3. AGROIMPERIALISMO, ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL DE 2013 ATÉ 2023	208
3.1 ASPECTOS ENTRE ESTADO E O AGROIMPERIALISMO	209
3.2 AS POLÍTICAS SOCIAIS E O ESTADO	223
3.2.1 Alguns aspectos das políticas sociais do Estado brasileiro a partir da década de 1990	228
3.3 AGROIMPERIALISMO, ESTADO E AS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL DE 2013 ATÉ 2023	255
3.3.1 Tributação do setor da agropecuária e participação contributiva na arrecadação tributária da União (2013-2022)	256
3.3.2 Despesas com as políticas sociais no Brasil	265
3.3.3 Agroimperialismo e Estado: análise da participação contributiva do setor agropecuário no financiamento do Gasto Social da União (Políticas Sociais) no período de 2013 a 2023	281
3.3.4 Alguns aspectos sobre gastos da educação em relação a contribuição do Agroimperialismo	285
CONSIDERAÇÕES FINAIS	290
REFERÊNCIAS	304

INTRODUÇÃO

A presente tese tem como temática o **Agroimperialismo** enquanto fração ampliada do **Eco-Imperialismo**, o **Estado** e as **Políticas Sociais** no Brasil. E para apresentá-la, vou dividir em quatro momentos, 1º) *A proposta*: surgimento de construção desta pesquisa; 2º) *Conhecendo o objeto: o Agroimperialismo*: algumas reflexões sobre a temática que envolve o objeto de estudo; 3º) *Desdobramento da pesquisa*: os desafios, as dificuldades enfrentadas, leituras, conversas e interação com professores e pesquisadores, indicação de fontes primárias e os banco de dados utilizados, *site*, etc.; 4º) *A estrutura da tese*: onde se apresentará a estrutura organizacional da pesquisa.

A proposta:

Desde o ingresso no Programa, em 2021, e nas primeiras conversas com os orientadores, delineou-se como caminho hipotético a investigação sobre a contribuição do setor agropecuário ao Estado, especialmente no que se refere à arrecadação de recursos por meio de tributos. A ideia inicial estava pautada no estudo da região Sul do Brasil como objeto de pesquisa. No entanto, após avanços em algumas análises e na busca por fontes primárias, percebemos a dificuldade de encontrar dados sobre tributação e arrecadação de recursos junto aos órgãos estaduais dos respectivos estados. Por isso, passamos a considerar a ampliação da análise para o Brasil, em âmbito federal, tomando como recorte temporal o período de 2013 a 2022, ampliando, posteriormente, para 2023, por encontrar dados oficiais já disponíveis. Com este ajuste da abrangência da análise, o recorte temático foi mantido, bem como a proposta de analisar o setor do “Agro” – Agroimperialismo – e sua relação com o Estado, bem como sua participação e contribuição no financiamento das políticas sociais no Brasil.

É de conhecimento de todos que o Brasil é um campo aberto para entrada de grandes corporações, grupos, empresas, conglomerados e fundos de investimentos que avançam e se expandem para todo território nacional. Nesse contexto, a partir da ideia do orientador, o nosso objeto de estudo é a categoria *Agroimperialismo*. Assim, buscou-se conhecer e identificar quem são eles? Onde atuam? O que produzem?

Quais são os aspectos e tendências predominantes - sociais e econômicas - que materializam o Agroimperialismo brasileiro?

Diversas indagações surgiram, em especial, passou a se tornar central a seguinte problemática: os Agroimperialistas contribuem em que dimensão da produção econômica (riqueza produzida), tomando como medida referencial o PIB geral e do setor e a sua participação tributária na arrecadação de receitas federais em âmbito nacional? Ao apresentar esses questionamentos, traçamos um caminho que foi de identificar, no processo de produção social da riqueza, a contribuição do Agroimperialismo para o financiamento das políticas sociais. Sabe-se que esse setor integra uma grande fatia do PIB (Produto Interno Bruto) do país. No entanto, fica a questão: quanto é o retorno para o Estado, em termos de participação e contribuição efetiva, na forma de receitas via impostos e tributos, para a composição do orçamento federal? É possível identificar? Qual a relação entre Agroimperialismo e Estado e as finanças sociais federais?

Mediante isso, surgiu o *objetivo*: identificar o Agroimperialismo no país, buscando analisar se sua contribuição se expressa e se efetiva na mesma proporção ao volume de capital acumulado, considerando seu destaque no desenvolvimento econômico brasileiro. A análise também visa compreender sua participação na arrecadação tributária e na composição do orçamento federal, bem como investigar, de forma intencional, como isso se reflete no financiamento do gasto social federal no período de 2013 a 2023.

Definido o objeto de estudo, outros questionamentos surgiram: a partir de que ano? Para demonstrar a contribuição do Agroimperialismo para o financiamento das políticas sociais, consideramos como referência temporal o processo que se consolidou a partir de 2013 até o ano de 2023. O presente ano, 2013, data o momento em que o país intensifica suas fraturas históricas e crônicas; expressas no processo de crise econômica, política e ideológica que manifestam as novas acomodações e contradições do processo de acumulação de capital local e global.

Diante disto, a problemática que se pretende responder nesta tese é: *tendo o conhecimento que o setor do Agroimperialismo é um dos que mais acumula riqueza socialmente produzida em termos de crescimento econômico, qual a **Tributação do Setor da Agropecuária e a participação contributiva para os recursos arrecadados na composição orçamentária federal e como tendencialmente isso se reflete no financiamento das políticas sociais (gasto social) no Brasil?***

Conhecendo o objeto:

É preciso mencionar o grande avanço das forças produtivas, dos grandes conglomerados, de corporações, de monopólios, fundos de investimentos, denominados, nesse estudo, de **Agroimperialistas**, que representam uma fração ampliada do **Eco-imperialismo**, tanto nacionais quanto internacionais ou transnacionais no Brasil. Estes, aliados com o capital financeiro, vão se expandindo e ganhando novos espaços territoriais de centralização e expropriação, independentemente das fronteiras nacionais, como bem esclarecem Santos e Glass (2018, p. 11), afirmando que empresas, grupos e corporações globais, atualmente, estabelecem os padrões de agricultura e de alimentos, surgindo, conforme nomenclatura dos autores, *novos atores globais*. Nesse contexto, ressalta-se que não são apenas os Agroimperialistas internacionais que adentram em nosso país, são também empresas nacionais que vão expandindo seus domínios em países em desenvolvimento nos continentes asiáticos, como a BRF e africanos; a exemplo da empresa brasileira JBS, que adquiriu empresas e terras, tornando empresas nacionais internacionalizadas ou também empresas associadas ao capital transnacional.

Portanto, o Agroimperialismo no Brasil é um setor econômico com uma estrutura de acumulação centrada, tendo como base a produção primária. Neste aspecto, cabe destacar que particularmente os estados do Sul do país concentram suas pautas produtivas com destaque nesta área e, por isso, emergem como uma das principais regiões do Brasil, em cadeias produtivas do agronegócio (milho, soja, trigo), agroindustrial (embutidos de gado, frango e suíno) e da pecuária, seja em nível de Brasil e do mundo. Entretanto, o Agroimperialismo - com diferenciação, peculiaridades e particularidades de cada região do Brasil - está disseminado como um processo socioeconômico que determina aspectos estruturais de nosso desenvolvimento na reprodução e divisão internacional capitalista. Não por acaso, ocupamos, como país, uma posição na reprodução econômica mundial desigual, com relações contraditórias e pautas produtivas de dependência econômica no contexto mundial. Ao mesmo tempo que nossa economia é vista como um campo aberto para a entrada do capital nacional e internacional, via grupos, conglomerados, corporações que buscam explorar, retirar e monopolizar as cadeias produtivas, desde o início (na retirada da matéria-prima) até o produto final entregue ao consumidor.

Para denominar esses conglomerados, grupos ou os grandes monopólios, corporações, empresas, etc., ligados ao agronegócio e à agroindústria do país, vamos usar o termo: *Agroimperialismo*, o qual será analisado a partir das leituras de James Petras (2008), Islam (2004), Rice (2009), Yahya (2015), Afrikhepri (s/d.), Maya Ambia (2014), Sison (2020) e WRM (2020), sendo definido como: uma **fração ampliada** como segmento potencial da **dominação e composição estrutural do Eco-imperialismo mundial**.

Enfatizo que essa categoria *Agroimperialismo* não é um termo novo. Em pesquisa realizada até o final de 2024, nas seguintes bases de dados: Plataforma sucupira, BDTD (Biblioteca Digital de Teses e Dissertações), Anais da ANPED Nacional, plataforma Scielo, ERIC (Educacion Resources Information Center), não identifiquei nenhuma menção em textos, seja em pesquisa ou estudos científicos (artigo, TCC, dissertação ou tese), nacionalmente. O que foi encontrado, foram textos escritos internacionalmente (oito ao todo), como matérias para boletim informativos, artigos de jornais e de revistas científicas.

O primeiro texto encontrado (os outros apareceram no primeiro capítulo) foi escrito pelo sociólogo americano James Petras, intitulado: “(*AgroImperialismo*) *A grande dádiva de terras: neocolonialismo por convite*”, em 2008. Uma ressalva, o texto foi escrito em inglês *The Great Land Giveaway: Neo-Colonialism by Invitation (A Grande doação de terras: neocolonialismo por convite)*, na tradução para o Brasil, a plataforma EcoDebate acrescentou a palavra *Agro-imperialismo*. O texto o sociólogo demonstra que o desenvolvimento do Agroimperialismo acontece através de mecanismos políticos, financeiros, por golpes militares, intervenções de potências mundiais e campanhas de desestabilização, privatizações e transnacionalização militar, econômica e financeira. Em seguida, implantam políticas e agendas neoliberais, bem como ataques aos movimentos, cessação das terras, estratégias agroexportadoras, vendas e redistribuição das terras públicas, entre outras ações. A conjuntura está pronta para a chegada dos Agroimperialistas, tanto corporações, empresas, grupos, países agroindustriais, investidores, entre outros (Petras, 2008). Esse é o Agroimperialismo que faz parte de um sistema econômico, ideológico e político mundial, que explora e expropria toda a riqueza de países que podem ser exploradas, além de ter todo o controle e domínio dos processos produtivos. Alguns questionamentos podem ser levantados. O primeiro é: quem financia? Quem dá suporte econômico, político para essas cadeias produtivas do Agroimperialismo?

E outro ponto a ser identificado é: o Estado é um desses suportes? O Estado - que se expressa como uma mediação fundamental para o sistema econômico, político e ideológico dos grupos hegemônicos – emerge como estrutura e gerência que reproduz as ideologias, as condições institucionais, legais e financeiras das forças hegemônicas do sistema capitalista. É preciso ter o controle dele para a regulamentação das relações econômicas, beneficiando as forças produtivas do Agroimperialismo. Isso se concretiza quando identificamos os grandes investimentos para esse setor, com incentivos fiscais e de financiamento para esses grupos e conglomerados do agronegócio. Podemos afirmar que o Estado se torna a principal estrutura de mediação socioeconômica e financeira, sendo fundamental para o Agroimperialismo que integra o sistema socioeconômico e o domínio das bases produtivas do país. O Estado, segundo Mészáros (2021, p. 65), “[...] sempre protegeu vigorosamente – e tinha que proteger – com todas as forças que dispunha, o *poder de tomada de decisão da classe dominante*”.

Junior e Goldfarb (2021) demonstram muito claramente a atuação do Estado para beneficiar o Agronegócio. É o setor que menos gera riqueza (considerando serviços, indústria e agropecuária), ao mesmo tempo, é o que mais recebe crédito para investir na produção, obtendo mais capital. Segundo os autores, no Plano Safra de 2019/2020, enquanto o programa com maior número de produtores do campo brasileiro, o PRONAF (da agricultura familiar), recebeu 29 bilhões de reais; o PRONAMP, programa de apoio aos médios produtores, recebeu 27,9 bilhões reais. Já os “Demais” programas, para os grandes produtores, receberam 134,8 bilhões de reais. Estes valores traduzem uma previsão, um planejamento que, segundo os contratos firmados junto ao Banco Central (2023a), se materializou na prática, conforme os dados levantados e expostos a seguir: Pronaf, R\$ 28,83 bilhões (15,18%); Pronamp, R\$ 27,78 bilhões (14,62%); e os Demais, 133,37 bilhões (70,20%), conforme (tabela 4). Lembrando que esses grandes produtores se preocupam com a exportação, devido aos altos lucros; ou seja, não são eles que garantem o alimento ao povo, mas, sim, os pequenos produtores da agricultura familiar, do Pronaf, como afirmam Junior e Goldfarb (2021, p. 16).

Há um privilégio escancarado nas culturas de exportação que, de tempos em tempos, faz faltar comida no mercado interno e/ou proporciona a elevação dos preços dos alimentos para a classe trabalhadora. Essa conclusão ganha contorno dramático quando

reconhecemos que o campesinato (denominado de agricultura familiar pelo agronegócio e governo), produz boa parte dos alimentos que chegam às mesas, mas possui menos terras e recebe muitos menos créditos.

De fato, a partir das análises e leituras realizadas da presente pesquisa, ficou evidente uma relação direta entre o setor que envolve os Agroimperialistas e o Estado. Nesse sentido, conforme Marx e Engels (2008b), o poder do Estado é um comitê para gerenciar os negócios da burguesia, ou para conduzir, de uma forma destacada, os negócios dos Agroimperialistas.

Nesse contexto, no que se refere a “conhecer o objeto”, apresentou-se em nossas leituras e orientações o conceito de *Eco-Imperialismo*. Não é uma categoria nova, pois já foi analisada e estudada por alguns escritores, como: Driessen (2005) e Alencar (2024). Nessa pesquisa, foi problematizado o conceito amplo de Eco-Imperialismo, macro da reprodução sociometabólica do capital (Mészáros, 2021), que adentra no ecológico, no meio ambiente em escala global, na forma de dominação, controle, expropriação, devastação, destruição, etc.; como apontam Marques (2023), Saito (2024), Driessen (2005), Alencar (2024), Marx (2017a; 2020a; 2020b), Harvey (2016) e Foster (2011) para comercializar e monetizar a partir dos recursos naturais. Nesse contexto, define-se o Eco-imperialismo como toda política de expansão, domínio, controle, apropriação e expropriação do ecológico. Trata-se de um processo no qual ocorre a centralização territorial de um sistema político, administrativo, econômico e ideológico conduzido pelos impérios econômicos, dos quais o “Agro” é uma parte constituinte, consolidado na fase do imperialismo. Dessa forma, grupos, corporações, fundos de investimentos e nações, bem como todo o sistema econômico acaba se condensando, contraditoriamente, como uma articulação centralizada e verticalmente conduzida pelo capital financeiro.

Evidencia-se, portanto, que não é somente empresas, grupos, corporações, monopólios do próprio setor do “agro” que inserem a lógica do capital no ecológico, mas, sim, empresas de outras áreas e setores, bem como instituições financeiras, dentro de um movimento de globalização e mundialização financeira. É a materialização de acúmulo e maximização de lucros, que se apresenta também através do **Agroimperialismo** como **fração ampliada** do **Eco-Imperialismo**.

Por fim, antes de adentrar no terceiro momento, ressalta-se que ao longo do texto ocorrerá a referência ou abreviação da palavra “Agro”. E para melhor

esclarecimento, buscou-se definir o termo “Agro” a partir do prefixo grego que significa *campo, cultivado* da terra. Dela se denomina várias outras palavras, como:

Agricultura - arte de cultivar os campos, com vistas à produção de vegetais úteis ao homem; lavoura;
Agropecuária - cultivo do campo; agricultura na sua relação com a pecuária;
Agroindústria - indústria na sua relação com a agricultura e o beneficiamento de matéria-prima dela;
Agroecologia - ramo da ecologia que estuda os ecossistemas artificiais que se estabelecem em áreas agrícolas (Ferreira, 2004, p. 103).

Nessa perspectiva, entre outras palavras que podem derivar desse prefixo, entende-se *Agronegócio* como um conjunto de operações da cadeia produtiva, do trabalho agropecuário até a comercialização. Junior e Goldfarb (2021, p. 5) definem o agronegócio como um setor da economia mundial e um conceito de “[...] imposição de regras sistêmicas e características do domínio do grande capital fundiário/industrial/financeiro na produção, distribuição e comercialização de alimentos”.

Assim sendo, para a presente pesquisa, o que precisa ficar definido é que ao citar a palavra “Agro” está se denominando toda a atividade, produção, relação, experiência, vínculo com o campo, com a terra, com a agricultura.

Desdobramento da pesquisa:

Neste momento, expressamos um pouco como foi realizada a pesquisa, os desafios, as dificuldades, as relações, as conexões e interligações com professores e pesquisadores, além de indicações que contribuíram para o entendimento, desenvolvimento e construção do caminho da presente tese. É algo muito subjetivo do pesquisador, mas acredito que todos, de forma direta ou indireta, passam por alguns desafios e obstáculos. Por isso, expor o processo de aprendizagem nessa apresentação também contribuiu com as internalizações analíticas sobre o tema pesquisado, ao molde de um inventário investigativo.

O fato de não encontrar nenhuma pesquisa sobre o conceito Agroimperialismo foi um desafio. Pois, definir este conceito, esta categoria, é o que espantou num primeiro momento. Mas, ao mesmo tempo, é algo “inovador” e que pode instigar outros pesquisadores, ampliando, refutando e aprofundando a definição deste conceito. Uma

dificuldade foi a de encontrar texto referente à temática, sendo necessário “garimpar” em nível internacional, com a palavra “Agro-imperialism”, com hífen; e, sem o hífen, “Agroimperialism”, momento no qual foi identificado os textos que serão apresentados no primeiro capítulo.

Outro desafio – talvez até o maior obstáculo – é a mudança para algumas áreas de estudo sobre as quais não se tem domínio. Isso envolve o entendimento de números, economia, contabilidade, agricultura, relações internacionais, entre outros conceitos, o que gerou um grau de dificuldade no processo de construção. Pondera-se, no entanto, que essa dificuldade foi atenuada pelo fato de já existir uma base na pesquisa de mestrado, na qual se aprofundaram temas como Educação Popular e do Campo, Movimentos Sociais, e, a partir dessas categorias, ampliou-se a compreensão de outros elementos e conceitos, como: Estado, políticas sociais e educacionais, capital, modo de produção, acumulação, disputa hegemônica, lutas e embates, entre outros pontos. Leva-se também em consideração os Grupos de pesquisa que faço parte, o “Grupo de Estudos em Formação Humana, Educação e Movimentos Sociais Populares – GEFHEMP”; e o “Grupo de Estudos e Pesquisa em Política Educacional e Social - GEPPEs”, que contribuem de forma direta ou indireta no entendimento da luta dos sujeitos que vivem no campo, por uma educação, por seus direitos e por um espaço que seja próprio da realidade das pessoas que lá vivem e sobrevivem. É uma disputa contra o setor do “agro”, que avança, que expulsa e “toma” por domínio territorial; seja de forma violenta ou pelo próprio aparato estatal que o legitima via leis, decretos ou com apoio econômico e financeiro.

Devido a este fator do entendimento de algumas áreas que envolvem as relações do Agroimperialismo, acredita-se que alguns destes elementos e conceitos poderão ser apresentados de forma descritiva. Porém, não se perderá a centralidade teórico-metodológica da pesquisa e do objeto de estudo que foi proposto, em especial quanto for analisado a quantificação de dados levantados sobre as receitas arrecadadas do setor agropecuário e das despesas com os gastos sociais da União.

De fato, é inegável a contribuição de alguns professores que compõem a banca e outros que ajudaram na construção da tese. Os vários materiais indicados, bem como das disciplinas cursadas do orientador e coorientador, são as bases que formam a pesquisa. E, aqui, reside a primeira indicação dos orientadores, a interlocução com a Professora Maria de Fátima de Lima Pinel, da Universidade Federal Fluminense – UFF. Das conversas remotas, das trocas de informações, de

matérias informativas, de livros, de conteúdos de suas aulas, indicações de leitura e de vídeos, da metodologia para realizar auditoria social (fiscal) em empresas com capital aberto (que é proposta pessoal deste pesquisador em um projeto futuro), além dos sites de pesquisa, entre outras indicações. Estas contribuições foram relevantes para a compreensão dos Agroimperialistas no Brasil e os Eco-imperialistas em escala mundial.

Compreensão dos mesmos, que muito bem foi indicado pelo professor Sidemar Presotto Nunes, professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. Em primeiro lugar, quero deixar claro que em alguns momentos da escrita vai aparecer o conceito de “Impérios do Agro”. Esta definição é uma menção que o professor Sidemar apresentou em uma das conversas realizadas. E, ainda, a contribuição e indicação em sites de banco de dados que são apresentadas (via *youtube*) pelo professor. O primeiro é o *MarketScreener*¹, um *site* internacional de investimento para ações que traz várias informações de quem são os donos das grandes empresas, corporações e grupos. Ao detalhar uma empresa, por exemplo, a BRF, identifica-se: o perfil da empresa, os valores das ações, quem são os 10 maiores acionistas, diretores, evolução da demonstração de resultados, finanças, produtos, notícias, abrangência da empresa, faturamento, lucros, entre outras informações. A *MarketScreener* foi importante para compreender como e onde o capital financeiro e os grandes monopólios se movem, uma ferramenta que pode ser usada para outras áreas de estudo. Uma observação: tinha-se a proposta de demonstrar no primeiro capítulo quem são os Agroimperialistas em escala global. Porém, ao identificar quem são as pessoas, empresas ou instituições que investem em capital aberto (conglomerados, grupos, empresas ou corporações), foram encontrados obstáculos devido ao fato do capital financeiro estar em constante movimento, alterando constantemente quem são os investidores. Desta forma, a ferramenta *MarketScreener* não se apresentará na forma prática de tabelas ou de dados. O segundo *site*, indicado pelo professor Sidemar, foi o *Comexstat*², ele é governamental e demonstra os produtos e valores que o país e os Estados exportam. Este será encontrado durante a escrita dos capítulos e estão ajudando a demonstrar os valores e os produtos exportados. O terceiro é o *Censo Agropecuário*³, *site* com banco de dados do IBGE,

¹ Link do site oficial da *Marketscreener*: <https://www.marketscreener.com/>.

² Link do site oficial da *Comexstat*: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>.

³ Link do site oficial do censo Agropecuário do IBGE: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>.

que foi detalhado pelo professor para encontrar as informações do setor que estamos estudando e é objeto de estudo. Seja os dados de estabelecimento, de região, do PIB, entre outras informações que serão, em alguns aspectos, apresentados durante os capítulos. O último site indicado, da *Food and Agriculture Organization – FAO*⁴, uma organização das Nações Unidas, traz vários dados estatísticos sobre a produção e o comércio mundial de alimentos. Da FAO também não levantei dados e indicadores estatísticos sobre a temática, podendo ser considerado como proposta para pesquisas e estudos futuros que envolvem este objeto de estudo. Por fim, serão mencionadas algumas indicações de referências, outros sites, materiais de apoio, outros pesquisadores e de teses. Aqui cito Alessandro F. T. de Oliveira (2022), com a pesquisa sobre: *Os Fundos Financeiros e o Agronegócio Brasileiro: as vinculações globais entre as multinacionais e o capital financeiro*. Pesquisa que contribuiu para entender as movimentações dos Agroimperialistas mundiais e nacionais, além das discussões sobre o Estado e o agronegócio no Brasil. E a última indicação foi a do professor geógrafo Marlon Clovis Medeiros, da Unioeste, campus de F. Beltrão, que foi orientador na pesquisa do Alessandro e compõe nossa banca. Suas discussões sobre Agricultura, papel do Estado, Capital Financeiro, Geopolítica, Geoeconomia, setores produtivos e política agrícola contribuíram e se apresentaram ao longo do desenvolvimento da pesquisa. Além do mais, a indicação de livro e algumas orientações ajudaram no direcionamento de conceitos e no entendimento do objeto.

Outro membro da banca que menciono é o professor Carlos Antônio Bonamigo. No momento atual, somos colegas de profissão do colegiado do curso de graduação em Pedagogia e do Grupo de Pesquisa, o GEHFEMP. Sua participação na pesquisa como educador, historiador e pesquisador foi importante para direcionar e contribuir para o entendimento histórico e educacional da proposta e do objeto do qual estamos estudando. Aqui menciono a propositura de evidenciar análises de dados do setor do agro com os gastos sociais da Educação, que se apresentará no final da pesquisa.

O Economista e professor Luciano de Souza Costa, que faz parte do grupo de pesquisa, o GEPPEPES – Grupo de Estudos e Pesquisas Política Educacional e Social, do qual também faço parte, foi fundamental para a delimitação da pesquisa, pois suas “dicas” e orientações ajudaram a pesquisa a não sair dos “trilhos” de conceitos e das análises econômicas, financeiras e estatísticas que realizamos.

⁴ Link do site oficial da FAO: <https://www.fao.org/faostat/en/#home>.

Por fim, aos professores orientadores Roberto Antonio Deitos (Beto) e o coorientador Luiz Fernando Reis. Além de suas orientações, materiais, livros, sites e conversas serem a base da pesquisa, o caminho traçado e trilhado teórico-metodológico tem a contribuição de ambos. Aqui menciono a ajuda do professor Fernando em tutoriais e orientação para o levantamento de dados dos sites que são fontes primárias desta pesquisa. Primeiro: *Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE*⁵, que é base para identificar a participação do setor agropecuário em arrecadação de receitas. Segundo: *Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento – SIOF*⁶, do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento e Orçamento, que demonstra as despesas com os gastos da União e dos gastos sociais (Políticas Sociais). Outro site que apresento, como indicação da Professora Maria de Fátima e do Professor Beto, é da *Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN*⁷, do Ministério da Fazenda que apresenta a lista dos devedores da União. Utilizamos para fazer análise e demonstrar que além dos Agroimperialistas terem uma participação irrisória, também são o setor que mais deve para o Governo. Por fim, o site do *Banco Central do Brasil – BCB*⁸, com a Matriz de dados do crédito Rural, que forneceu dados estatísticos sobre o financiamento da política agrícola e pecuária.

Para encerrar este ponto, do “desdobramento da pesquisa”, é preciso enfatizar a importante contribuição de uma *abordagem quantitativa* para com a presente pesquisa. A utilização desta abordagem faz parte do nosso dia-a-dia, como docentes, estudiosos e pesquisadores.

A abordagem quantitativa é uma ferramenta que pode contribuir e subsidiar o pesquisador, em suas análises e procedimentos, tanto para responder a pergunta central (a problemática), como afirma Lakatos e Marconi (2003, p. 187), “[...] com a finalidade de fornecer dados para a verificação de hipóteses”, ou ainda, entender o funcionamento e atuação do seu objeto de pesquisa. Desta maneira, os dados levantados buscam evidenciar, interpretar, demonstrar e qualificar a realidade de forma objetiva e prática, bem como das ligações analíticas entre os dados levantados,

⁵ Link do site da CNAE: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/receitadata/arrecadacao/arrecadacao-por-divisao-economica-da-cnae>.

⁶ Link do site do SIOF para obter os dados dos gastos da União: <https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecuc%20Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06>.

⁷ Link para o site oficial da PGFN: <https://www.listadevedores.pgfn.gov.br/>.

⁸ Link oficial do Banco Central, da Matriz de dados do Crédito Rural: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural>.

que podem ser realizados por vários tipos de amostragem, como: tabulação, gráficos, questionários, formulários, dados estatísticos, etc.

De acordo com Gatti (2004, p. 13),

[...] os números, frequências, medidas, têm algumas propriedades que delimitam as operações que se podem fazer com eles, e que deixam claro seu alcance. [...] Os métodos de análise de dados que se traduzem por números podem ser muito úteis na compreensão de diversos problemas educacionais. Mais ainda, a combinação deste tipo de dados com dados oriundos de metodologias qualitativas, podem vir a enriquecer a compreensão de eventos, fatos e processos.

Assim sendo, pontuo três pontos constitutivos da relevância desta abordagem quantitativa e um metodológico na presente pesquisa. O primeiro: *realidade concreta*. Os dados levantados ajudaram a contextualizar os fatos e os acontecimentos históricos, políticos, sociais e econômicos do objeto investigado, demonstrando o real, o concreto, a base material que compõem as relações sociais, como expressou Marx (2008, p. 258), “[...] parece mais correto começar pelo que há de concreto e real nos dados”. Portanto, as análises dos gráficos e das tabelas que integram esta pesquisa contribuíram para compreender a realidade e os fenômenos do objeto de estudo, tanto os dados do setor agropecuário, como os gastos da União. Os dados numéricos ofereceram uma base objetiva, prática e concreta da realidade, permitindo fazer indagações, relações, projeções, tendências, considerações, etc. Segundo: *leitura e análise crítica*. O levantamento dos dados, em fontes primárias em *sites* oficiais, colaborou para uma leitura e análise crítica e precisa da realidade que se apresenta. Confirmar e fornecer informações relevantes e concretas, como, por exemplo, identificando quanto de fato o setor dos Agroimperialistas, contribuem para a arrecadação por meio de tributos. A representação visual e real dos números atesta e verifica se o setor que propagandeia que o “agro é tech, é pop é tudo” tem a mesma importância no retorno em receita para os cofres públicos. A abordagem quantitativa desmistifica falácias e propagandas enganosas. E, aqui, reside a terceira: *a contradição*. O uso dos números na pesquisa, revelaram e demonstram as contradições da realidade, de ações e projetos implementados, de políticas de orçamento, etc. Como é contraditório entender o setor que se apresenta como “importante”, afirmando que alimenta a mesa do país, porém ao mesmo tempo tem uma participação insignificante em receita, em comparação a sua riqueza socialmente

produzida. Ainda em tempo, evidenciou a contradição escancarada e desigual, onde os Agroimperialistas são “privilegiados” e assistidos em maior proporção no que se refere ao financiamento do crédito rural; sendo que os grandes e médios proprietários – com menor quantidade de propriedades, mas com grandes áreas de terras – recebem a maior porcentagem, entre 80% a 90% dos recursos da política do crédito rural, restando para os pequenos, os agricultores familiares, uma menor porcentagem dos recursos para financiar a produção. Por fim, a abordagem quantitativa levou a um caminho metodológico, o *comparativo*. O método comparativo contribui para fazer a comparação de recursos, das despesas, das receitas, de projetos, políticas, etc., Segundo Gil (2008, p. 16), “o método comparativo procede pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e similaridades entre eles”. Desta maneira, ao estabelecer a comparação dos dados entre as receitas do setor, foi possível ter uma projeção de quanto este recurso participa efetivamente no financiamento dos gastos sociais da União. Como enfatizou Lakatos e Marconi (2003, p. 107), “ocupando-se da explicação dos fenômenos, o método comparativo permite analisar o dado concreto, deduzindo do mesmo os elementos constantes, abstratos e gerais [...]”.

A estrutura da tese

Inicialmente, tem-se claro que a história das relações sociais está em constante movimento, não estão inertes ou algo determinado. E o objeto de estudo que se pretende analisar também se encontra em movimento, se modificando a partir das influências que sofre das relações sociais, econômicas, políticas e culturais. A estrutura para alcançar tal objetivo da presente pesquisa também sofreu alterações no início, devido ao movimento do objeto investigado. Porém, chegou-se ao objetivo pretendido e também com uma hipótese estabelecida.

A pesquisa denominada *Eco-Imperialismo: Agroimperialismo, Estado e Políticas Sociais no Brasil* está estruturada em três capítulos. Dos quais, cada um tem uma proposta para alcançar o objetivo de responder a problemática de investigação. Dessa maneira, o primeiro resume-se em: buscar conceituar a categoria Agroimperialismo e o Eco-imperialismo. O segundo: conhecer o objeto, os Agroimperialistas no Brasil. Por fim, o terceiro é responder a problemática: *tendo o conhecimento de que o setor do Agroimperialismo é um dos setores que mais acumula*

riqueza socialmente produzida em termos de crescimento econômico, qual a Tributação do Setor da Agropecuária e a participação contributiva para os recursos arrecadados na composição orçamentária federal e como tendencialmente isso se reflete no financiamento das políticas sociais (gasto social) no Brasil?

No primeiro capítulo, intitulado **Eco-imperialismo e o Agroimperialismo e suas transformações socioeconômicas**, a ideia central é conhecer o que é o Eco-imperialismo e o Agroimperialismo, defini-los e categorizá-los, entendendo suas movimentações em âmbito mundial e nacional. Para isso, o capítulo foi dividido em seis títulos secundários. No primeiro, buscou-se inicialmente trazer breves apontamentos da constituição dos regimes alimentares, a partir do século XIX, que identifica-se em três momentos: o primeiro, sobre a tutela da dependência da Grã-Bretanha (Inglaterra) até o fim da II Guerra Mundial; segundo, os Estados Unidos, a partir do fim do conflito mundial; o terceiro, a partir da década de 1980 com as grandes corporações. Este último nos interessa, pois, a partir das políticas neoliberais, estas corporações vão adentrar com voracidade nos países periféricos, ou Sul Global (Saito, 2024), apropriando, expropriando e centralizando as bases produtivas. A base teórica para este item foi Friedmann (1993), McMichael (2009a; 2009b), Goldfarb (2013) e outros.

No segundo, para alcançar o objetivo de definir o Eco-imperialismo e o Agroimperialismo, parte-se do entendimento e de alguns aspectos sobre o contexto histórico da constituição dos monopólios, estágio este que vai originar o Imperialismo, somado as suas etapas de desenvolvimento, seguindo as relações sociais das forças e meios produtivos, das relações de produção do modo capitalista. E, dentro desta constituição, apresenta-se duas categorias, que acreditamos serem pertinentes e que permeiam a fundamentação do objeto de estudo e os próximos passos: o *capital financeiro* e a *expropriação*. Para fundamentar a constituição dos monopólios e as categorias citadas, utilizou-se autores, como: Paulo Netto e Braz (2011), Lenin (2012), Hilferding (1985), Marx (2017a, 2017b), Magdoff (1978), Bottomore (2001), Harvey (2014), Fontes (2010) e outros.

Em seguida, busca-se compreender historicamente o que é o Imperialismo, este como terceiro ponto. Para tanto, tem-se como fundamentação teórica as ideias de Mézáros (2001), Lenin (2012), Harry Magdoff (1978), Rosa de Luxemburgo (1970), David Harvey (2014), entre outros referenciais de apoio. Posterior a este item,

buscar-se-á conceituar e entender as duas categorias propostas. A primeira é o *Eco-Imperialismo*. Ao ampliar alguns aspectos das reflexões sobre o imperialismo, agora intitulado de Eco-Imperialismo, para designar as forças reprodutivas sociometabólicas do capital como constituintes do ecológico, do meio ambiente. Para problematizar e fundamentar tal conceito, as ideias de Driessen (2005) e Alencar (2024), que aprofundam este conceito e o diálogos de outros teóricos, como Marx, Harvey, Foster, Marques e Saito. O quinto aspecto deste capítulo é outra categoria em construção: o *Agroimperialismo*; que busco através dos textos que foram identificados (oito ao todo), sobre este conceito. Como já mencionado, são artigos científicos, como do sociólogo James Petras (2008), José M. Sison (2020), Md. Nazrul Islam (2004) e Carlos J. Maya Ambia (2014); textos investigativos de Andrew Rice (2009); matérias jornalísticas de denúncias como a de Harun Yahya (2015) e da Fundação Afrikhepri (s/d) (fundada em 2013, tem atuado na publicação online de matérias, vídeos, filmes, documentários, livros, entre outros de divulgação, denúncia e informativos que retratam o continente africano). Além disso, boletins informativos, como do movimento WRM (World Rainforest Movement – Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, fundado em 1986, com sede no Uruguai, e atuando em nível global, em apoio, luta e defesa aos “[...] direitos coletivos dos povos indígenas e comunidades camponesas que vivem na e com a floresta sobre seus territórios” (WRM, 2023).

Por fim, no último item deste capítulo é: o *Agroimperialismo e o capital financeiro mundial*. E, neste ponto, foi dividido em dois momentos. O primeiro, algumas reflexões sobre *mundialização financeira e o Agroimperialismo*, apoiado com as ideias de Chesnais (1996; 1998); e a emergência do setor na globalização financeira, descrito por Delgado (2012b) e Medeiros (2015; 2020) através dos novos atores globais (*global players*), como apontam Santos e Glass (2018). No segundo momento deste item, foi problematizado o papel do Banco Mundial como agente Eco-imperialista na participação e contribuição para o avanço e expansão dos Agroimperialistas no mundo, que foi motivado a partir das leituras do texto de James Petras (2008), que apontava o financiamento do Banco Mundial na aquisição de terras por grandes corporações e fundos de investimentos nos países periféricos. No final deste item, apresenta-se aspectos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e sua atuação nos países Latino-americanos, como instituição financeira representante do capital mundial e dos organismos multilaterais, tais como o próprio Banco Mundial, FMI, BIRD e outros.

O segundo capítulo, intitulado **O Agroimperialismo e as transformações socioeconômicas no Brasil**, teve como objetivo central identificar quem faz parte do Agroimperialismo e suas transformações socioeconômicas em âmbito nacional. Para chegar a tal caminho, aponta-se a ligação do Agroimperialismo do Brasil com o processo de movimentação econômica e financeira nacional. Pois, de fato, o movimento de globalização econômica e financeira, que vem acontecendo nas últimas décadas, gerou a expansão, fusão e aquisição das empresas em grandes grupos, corporações e monopólios do capital internacional.

A proposta deste capítulo estruturou-se em seis pontos títulos secundários com algumas subseções. No primeiro, é possível entender alguns aspectos do desenvolvimento econômico e histórico das origens do Agroimperialismo no Brasil, e, para isso, foi subdividido em outros três. Iniciando um resgate histórico, desde a época colonial, com elementos econômicos, históricos, sociais e culturais que vão impactar diretamente na caracterização socioeconômica. Em seguida, apresenta-se as raízes da dependência econômica e financeira com a Inglaterra, no período do Império, século XIX; seguido da passagem de bastão para o domínio imperialista norte americano. Até este momento, tendo como base de referência autores como Caio Prado Junior e Nelson W. Sodré, relacionando-os com outros autores.

No segundo deste capítulo, a proposta é trazer a discussão sobre a formação das classes sociais do campo no Brasil. O objetivo é conceituar a categoria “classe social”, para isso as ideias de Marx (2017), Marx e Engels (2008), Lenin (2009), Florestan Fernandes (2009) e outros foram essenciais para o entendimento. Em seguida, apresenta-se os sujeitos pertencentes à formação de classe social do campo no contexto brasileiro, sujeitos que estão inseridos dentro da estrutura do modo de produção capitalista, divididos em classes sociais, que são identificados por Prado Jr. (1970), Lindsay (s/d), Medeiros (2012), Sodré (1974), Carvalho (1987) e Ianni (2004; 2005).

No terceiro, tratamos de aspectos do processo de modernização da agricultura no Brasil, a partir da década de 1950, com base em Ianni (2001), Delgado (2012b), Alentejano (2012), Pereira (2012) e outros. O próximo, o quarto, os *aspectos do Agroimperialismo no contexto brasileiro*, permeia as discussões desde a década de 1990 até os dias atuais, pontuando sobre a política neoliberal de abertura comercial, das fusões e aquisições por parte do capital estrangeiro em território nacional e algumas reflexões sobre o setor dos Agroimperialistas nos últimos anos. Para isso, foi

recorrido a teoria de Karl Marx (2017a) sobre a acumulação primitiva do capital, além da contribuição de outros teóricos como: Santo e Glass (2018), Mészáros (2001), Fiori (1997), Schonfeld e Dilger (2018), Ianni (2004), Junior e Goldfarb (2021), Fatorelli (2021) e outros teóricos. Na sequência, no quinto ponto, apresenta-se a entrada dos Agroimperialistas no Brasil, seja para a concentração, expropriação e a aquisição de terras por parte de grandes grupos, corporações, empresas privadas e estatais, fundos de investimentos, etc. Nessa passagem deste ponto, menciono um *site* muito interessante que pontua sobre negócios que acontecem em nível mundial, que é a *Iniciativa Land Matrix*⁹. Este *site* detalha os negócios realizados, quem são, onde atuarão, quais os produtos que pretendem ser produzidos, documento de cartórios, proposta de aquisição e até fluxograma para entender quem é de onde são empresas, grupos, corporações, fundos que investem nestas aquisições de propriedades. Por fim, nesse item, apresento dados das maiores empresas em receitas do setor agropecuário no Brasil.

No último título secundário deste capítulo, intitulado *Apontamentos sobre a ocupação e uso da terra no Brasil*, a proposta é evidenciar através dos dados e gráficos, obtidos do Cadastro Ambiental Rural – CAR, de 2018 e 2021, o uso e a ocupação da terra em território nacional, demonstrando como está a divisão territorial e problematizando com os dados do Censo Agropecuário, de 2017, do IBGE; e as análises da Embrapa Territorial (2021a; 2021b).

Por fim, o terceiro capítulo, é denominado **Agroimperialismo, Estado e Políticas Sociais no Brasil de 2013 até 2023**. Este capítulo final terá como objetivo demonstrar: *tendo o conhecimento de que o setor do Agroimperialismo é um dos setores que mais acumula riqueza socialmente produzida em termos de crescimento econômico, qual a Tributação do Setor da Agropecuária e a participação contributiva para os recursos arrecadados na composição orçamentária federal e como tendencialmente isso se reflete no financiamento das políticas sociais (gasto social) no Brasil?*

Para alcançar o que se pretende, foi realizado um recorte temporal a partir de 2013 até 2023. Esse recorte, justifica-se por entender que neste período o país começou a sofrer com a crise econômica mundial de 2008. Crise que vai impactar diretamente no Brasil e, conseqüentemente, nas políticas sociais, seja mediante a

⁹ Link do site oficial da Iniciativa Land Matrix: <https://landmatrix.org/>.

redução de valores ou, ainda, no corte e fim de programas e ações sociais. Isso se traduz, por exemplo, na Emenda Constitucional nº 95, do teto de gastos, em áreas como a educação, saúde, assistência e entre outras. Assim sendo, para chegar à problemática central da pesquisa, o capítulo terceiro foi estruturado em três itens centrais (títulos secundários), sendo que o último, para responder a problemática central da pesquisa, divide-se em outros quatro pontos.

No primeiro, denominado *aspectos entre Estado e o Agroimperialismo*, pretende-se ampliar reflexões sobre a discussão entre o Estado e o Agroimperialismo. Primeiro, algumas definições breves sobre a concepção de Estado, de Marx e Engels (1979), Lenin (2012), Gramsci (2005), Harvey (2014) e Mészáros (2021), posterior a isso, algumas ponderações e discussões do setor dos Agroimperialistas, de como os mesmos atuam e participam do aparato estatal, em especial, nos anos do recorte, de 2013 até 2023.

No segundo ponto, buscar-se-á a compreensão sobre as políticas sociais no contexto brasileiro. Como eixo central: *as Políticas Sociais e o Estado* trazem alguns apontamentos sobre o surgimento e a ligação das mesmas com a questão econômica, com o Estado, com o capital e com o trabalho. Porém, a discussão central deste item reside sobre as *Políticas Sociais do Estado brasileiro, a partir da década de 1990*, ou seja, parte-se, como marco referencial, da Constituição Federal de 1988, passando pelas gestões presidenciais até o presente momento, com ênfase nas análises de 2013 até 2023, que é o recorte temporal da pesquisa. Para desenvolver os fundamentos teóricos, cita-se: De Castro (2009; 2012a; 2012b), Xavier e Deitos (2006), Deitos (2011), Calixtre e Fagnani (2017), Fagnani (2011; 2017), Mello e Rossi (2017), Rossi, Dweck e Oliveira (2018), Zimmermann (2022), Inesc (2021) e outros.

Por fim, no último item, reside a resposta à problemática central, bem como a sistematização dos dados produtivos e econômicos do setor investigado, dos tributários e dos orçamentários em âmbito federal para o setor e das políticas sociais. Desta maneira, têm-se o título central, *Agroimperialismo, Estado e as Políticas Sociais no Brasil de 2013 até 2023*, distribuído em quatro momentos. Primeiro: *Tributação do Setor da Agropecuária e participação contributiva na arrecadação tributária da União (2013-2023)*. Neste momento, o objetivo central é detalhar os recursos arrecadados do setor em receita tributária, através do banco de dados da Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE), do Ministério da Fazenda, a partir das áreas que englobam o setor: Agricultura, Pecuária e serviços correlacionados; Produção

Florestal; Pesca e Aquicultura. Além de identificar os valores, será apresentado o percentual destes recursos em comparação com as receitas totais da União, demonstrando a real participação do setor agropecuário com as receitas arrecadadas do Governo. Ainda, neste primeiro momento, apresento algumas simulações de arrecadação de receitas do setor, se formos comparar a contribuição agropecuária a partir de sua riqueza socialmente produzida pelo PIB, com base nos dados do IBGE, e do próprio setor, a partir da Cepea/Esalq-USP.

No segundo momento, foram levantados dados com as despesas da União, em gastos sociais e outras despesas. Com o título *Despesas com as Políticas Sociais no Brasil*, evidenciando os gastos do Governo em áreas sociais, especificando cada política social (às treze) e a sua porcentagem referente aos gastos sociais e dos gastos totais da União. Ainda, identificou-se a porcentagem das “outras despesas” e dos gastos sociais, a partir dos valores absolutos da União, de 2013 até 2023. Para levantar os dados, utilizou-se do Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento (SIOP), disponibilizado pelo Ministério da Fazenda (Brasil, 2024d). Na análise da evolução do financiamento das políticas sociais, tomaremos como referência os valores “pagos” pela União.

Em resposta à hipótese central desta pesquisa, o terceiro momento foi intitulado de: *Agroimperialismo e Estado: análise da participação contributiva do setor agropecuário no financiamento do Gasto Social da União (Políticas Sociais) no período de 2013 a 2023*. Após o levantamento de dados referentes aos recursos destinados pelo governo federal para financiar o gasto social da União (Políticas Sociais), pretendemos comparar tal gasto com o montante das receitas tributárias resultantes das atividades econômicas desenvolvidas pelo setor, identificadas pela CNAE, no período de 2013 a 2023, o que resultará no percentual que indica como o setor da agropecuária participa tendencialmente do financiamento dos gastos sociais (políticas sociais) da União, ao identificarmos sua participação tributária na arrecadação da receita federal e, conseqüentemente, o peso global desta participação, de forma analítica, comparativa e relativa em relação ao total do gasto social federal.

Para encerrar este ponto e capítulo, o quarto momento: *Gastos da Educação em relação a contribuição do Agroimperialismo*, é uma proposta de trazer algumas reflexões sobre as despesas com a política educacional, buscando apresentar quanto o setor agropecuário participa em termos de arrecadação tributária no montante da

arrecadação total federal e, conseqüentemente, de porcentagem, apenas comparativa e relativa, desta arrecadação se comparada com os gastos totais sociais e da educação. E, por fim, o percentual de despesas que a educação tem referente aos gastos sociais e os totais da União, de 2013 até 2023.

Espero ter atingido o objetivo de apresentar a temática da pesquisa – *Eco-Imperialismo: Agroimperialismo, Estado e Políticas Sociais no Brasil* –, a proposta de problemática e a estrutura que compõem esta tese. Nas considerações finais, apresento uma análise que pretende revelar alguns aspectos desse complexo tema, mas também relevar alguns aspectos que são contraditórios, conflituosos e que expressam a verdadeira face das aparências desse processo socioeconômico e socioambiental, no qual o Eco-imperialismo e o Agroimperialismo emergem e dominam brutal e destrutivamente as nações e a própria humanidade.

1. ECO-IMPERIALISMO E AGROIMPERIALISMO E SUAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS

Inicialmente, é preciso ter ciência do grande avanço e a expansão do setor agropecuário, ou o agronegócio na região Sudoeste, Oeste do Paraná, bem como em território nacional e mundial. Como Lenin (2012) afirma, é a partilha do mundo pelas associações capitalistas (os grandes monopólios) e pelas potências mundiais. Atualmente, pode-se dizer que são as grandes corporações, grupos, empresas (privadas e estatais), fundos de investimentos, que estão a devorar com apetite o que ainda pode ser partilhado, aqui denominados de Agroimperialistas como fração ampliada do Eco-imperialismo, dentro da reprodução sociometabólica do capital. E se não pode ser partilhado, pode ser “tomado”, “ocupado” de forma violenta ou ainda via legalização estatal, onde o próprio Estado é utilizado como aparato, gerência ou comitê, como afirmou Marx e Engels (2008), para realizar os interesses comuns dos Eco-imperialistas.

Diante disto, o que se pretende neste primeiro capítulo é conceituar e compreender o que é o Agroimperialismo e sua atuação em escala mundial como fração ampliada do Eco-imperialismo. E para alcançar tal objetivo, buscou-se historicamente a constituição e conceituação do que seria o Imperialismo, para depois fazer a relação com o “Eco” e o “Agro”. Realizado este caminho, buscar-se-á apresentar e analisar textos que tratam sobre estas categorias em construção. Categorias que estão em processo de desenvolvimento e entendimento, tanto o Eco-imperialismo como o Agroimperialismo.

Portanto, neste primeiro momento da pesquisa, para concretizar o que se pretende, dividimos o texto em seis itens estruturantes: primeiro; as reflexões sobre a crise de 2008 do capital, bem como dos preços elevados das *commodities*, da corrida por parte de grupos, empresas, corporações e fundos de investimentos no setor do “Agro” e dos regimes alimentares que foram constituídos a partir do século XIX; no segundo e no terceiro, busca-se entender o Imperialismo, para isso, fundamenta-se a partir da constituição dos monopólios e duas categorias, o capital financeiro e a expropriação, que estão interligadas com o objeto de estudo para, por fim, ocuparmos da definição do Imperialismo. No quarto item, conceitua-se o Eco-Imperialismo como materialização do capital em ampla expansão e desenvolvimento em escala mundial. No quinto, a partir da centralidade do nosso objeto de estudo, busca-se

entender e chegar a um conceito do que seria o Agroimperialismo, para tanto teve-se como ponto de partida a análise de textos encontrados que discutem esta temática, onde se demonstra o Agroimperialismo como fração ampliada do Eco-imperialismo. No último item, têm-se a finalidade de apresentar reflexões sobre o Agroimperialismo e o Capital Financeiro Mundial, momento no qual as discussões se dividiram em dois aspectos: o primeiro sobre a entrada dos Agroimperialistas no campo da mundialização financeira do capital; o segundo, demonstrar a participação do Banco Mundial e do BID como agentes Eco-imperialistas neste processo de expansão, desenvolvimento e fortalecimento do Agroimperialismo como fração ampliada do Eco-imperialismo, em nível global e na América Latina.

1.1 A CRISE ESTRUTURAL E A INTENSIFICAÇÃO DO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

Para começar as reflexões, é preciso ter clareza que não se pode naturalizar ou analisar historicamente fatos e acontecimentos isolados de qualquer contexto, sejam eles políticos, econômicos, culturais e sociais. O título que inicia esse item é uma forma de expressar que, a partir do ano de 2008, intensificou-se¹⁰ o processo de crise do capital em escala global, considerando que esse fato impacta diretamente no objeto de estudo da presente pesquisa, lembrando que o capital já havia passado por uma crise de superprodução, em 1929; e com a crise do petróleo, em 1973.

Nas últimas décadas, as relações sociais, econômicas e políticas estão globalizadas e interligadas. Uma crise em um determinado país ou região afeta todos os outros países e setores socioeconômicos do mundo. Um exemplo prático nos dias atuais é a guerra entre Ucrânia e Rússia, que começou em fevereiro de 2022 e afetou a economia mundial, devido a esses dois países serem responsáveis pela produção de cereais (como trigo, milho, cevada, entre outros) e de petróleo, no caso da Rússia (que é um dos principais países com produção e exportação do petróleo e de gás natural). O fato é que esse conflito elevou os preços em escala global dos produtos, dos alimentos e das *commodities*, ou seja, afetou toda economia mundial.

De fato, é preciso compreender que o processo de desenvolvimento do sistema sociometabólico do capital, de forma orgânica, acelerou-se desde a década de 1960,

¹⁰ Cf., dentre outros, Mészáros (2002; 2001).

tomando a forma permanente de uma crise estrutural em que as crises cíclicas ou periódicas são determinadas de forma processual pelas determinações contraditórias da crise estrutural que se tornou permanente e universal (Mészáros, 2002).

Entende-se que a partir de 2008, com base nas leituras realizadas e resultante da crise estrutural do capital (Mészáros, 2002), inicia-se uma crise financeira do próprio capital que desencadeou a intensificação do processo de crise alimentar, ou seja, a partir desse período houve um aumento nos preços de produtos alimentícios e das *commodities* e insumos agrícolas. Como aponta McMichael (2009a, p. 282), que um fator preponderante para o aumento dos preços das *commodities* em escala mundial, “[...] foi o colapso financeiro (desregulamentação financeira), encorajando os investidores a transferir seus fundos para *commodities* agrícolas e petróleo [...]”.

E, esse fato – crise financeira e alimentar – vai impactar diretamente no setor “agrícola”, iniciando um processo de movimento em direção a esse setor, uma corrida pela aquisição de terras, com a intenção de investimento e, conseqüentemente, a produção terceirizada de alimentos, seja para o consumo interno ou em escala mundial para fins especulativos – já que a crise elevou a insegurança em valores financeiros, como na bolsa de valores ou em fundos de investimentos –, mantendo a continuidade de controle e domínio dos meios e da produção, elevando ainda mais a acumulação de lucros.

[...] Ao mesmo tempo, a especulação financeira agrava o problema, por exemplo, com o preço do arroz subindo 31% em 27 de março de 2008 e o trigo 29% em 25 de fevereiro de 2008. The New York Times de 22 de abril de 2008, escreveu: “Esse boom de preços atraiu uma torrente de novos investimentos de Wall Street, estimados em até US\$ 130 bilhões”; com a Commodity Futures Trading Commission observando que ‘os fundos de Wall Street controlam um quinto a metade dos contratos futuros de commodities como milho, trigo e gado vivo nas bolsas de Chicago, Kansas City e Nova York¹¹ (McMichael, 2009a, p. 282, tradução nossa).

¹¹ No original: At the same time, financial speculation compounds the problem, for example, with the price of rice surging by 31% on March 27, 2008, and wheat by 29% on February 25, 2008. The New York Times of April 22, 2008, wrote: ‘This price boom has attracted a torrent of new investment from Wall Street, estimated to be as much as \$130 billion’; with the Commodity Futures Trading Commission noting that ‘Wall Street funds control a fifth to a half of the futures contracts for commodities like corn, wheat and live cattle on Chicago, Kansas City and New York exchanges.

A crise alimentar direcionou nações, grupos empresariais, corporações e fundos de investimentos para dois caminhos: a primeira, a busca para resolver a segurança alimentar, principalmente das nações que dependem de importação; e a segunda, para um retorno financeiro, ou seja, a maximização do lucro.

As crises alimentar e financeira de hoje desencadearam, em conjunto, uma nova apropriação global de terras. Por um lado, os governos de “insegurança alimentar” que dependem de importações para alimentar seu povo, estão devastando vastas áreas de terras agrícolas no exterior para sua própria produção de alimentos [...]. Por outro lado, empresas de alimentos e investidores privados, ávidos por lucros em meio ao aprofundamento da crise financeira, veem o investimento em terras agrícolas estrangeiras como uma nova e importante fonte de receita. Como resultado, as terras agrícolas férteis estão se tornando cada vez mais privatizadas e concentradas¹² (Grain, 2008, p. 1, tradução nossa).

É preciso ressaltar que a aquisição de terras, por parte de “investidores financeiros”, não é algo “típico”, comum de acontecer. Empresas transnacionais, corporações e fundos de investimentos, não o fazem por entenderem que a “terra” é algo político e, muitas vezes, motivo de conflito, luta e disputa, sem desconsiderar ainda a questão jurídica, pois em muitos países não é permitido a aquisição por estrangeiros. O Brasil é o exemplo disso, desde a década de 1970, pela lei 5.709/1971, é proibida a aquisição ou arrendamento de terras de mais de 50 módulos fiscais¹³ por estrangeiros. Contudo, a intensificação da crise financeira e alimentar, em 2008, elevou a um outro patamar o conceito da “terra”, por se tratar, nesse momento, de um grande ativo estratégico; e, logo, um retorno financeiro e acúmulo de capital.

Por outro lado, e aqui pondera-se que a terra, numa perspectiva oposta a acumulação capitalista e a ancoragem como propriedade privada, tem sua função social e constitucional, que é o sustento e a sobrevivência das pessoas, dos camponeses que vivem e habitam a mesma. Historicamente todos os povos, desde

¹² No original: “Today’s food and financial crises have, in tandem, triggered a new global land grab. On the one hand, “food insecure” governments that rely on imports to feed their people are snatching up vast areas of farmland abroad for their own offshore food production. On the other hand, food corporations and private investors, hungry for profits in the midst of the deepening financial crisis, see investment in foreign farmland as an important new source of revenue. As a result, fertile agricultural land is becoming increasingly privatised and concentrated (Grain, 2008, p. 1).

¹³ O módulo fiscal varia de Estado para Estado e de município para município, por exemplo, no Paraná, fica entre 5 a 20 hectares.

os primitivos retiravam seus sustentos, seus produtos da terra, seja eles dos recursos naturais (dádivas da natureza) ou da exploração na produção do solo (plantios). No Brasil, a função social da terra já é prevista na constituição de 1988, art. 186, que garante o espaço territorial para a utilização adequada e responsável dos recursos naturais e na preservação do meio ambiente, regulação das relações de trabalho e a exploração para o bem viver dos proprietários e trabalhadores (Brasil, 1988).

Segundo Strozake (2012, p. 366), “[...] a terra como meio de produção de alimentos, bens para o consumo, produtos, ou reserva de mercado, moradia, sempre foi fonte de controvérsia e guerras”. Portanto, é preciso entender que esse processo de apropriação de terras também não é um fenômeno atual ou iniciado na crise de 2008. Com característica diferente de aquisição, a terra historicamente foi alvo de luta, disputa e até guerras. Ou seja, o espaço territorial, a terra, em cada período histórico, tem um sentido e valor, dependendo do contexto histórico, político, social, cultural e econômico estudado.

Na crise de 2008, entrou em pauta a discussão, em escala global, sobre o sistema *alimentar mundial*, ou como Friedmann (1993) definiu o conceito de *food regime* (regime alimentar). Conceito este que o autor analisou como uma ferramenta importante pós Segunda Guerra Mundial, na questão estratégica da disputa ideológica e hegemônica da Guerra Fria. Para isso, houve uma regulamentação “[...] governada por regras de produção e consumo de alimentos em uma escala mundial” (Friedmann, 1993, p. 30) que foram pensadas pelos Estados Unidos, pois “[...] a regulamentação do regime alimentar sustentava e refletia mudanças nos equilíbrios de poder entre os estados, lobbys nacionais organizados, classes – fazendeiros, trabalhadores, camponeses – e capital” (Friedmann, 1993, p. 31).

O conceito foi aprofundado por Philip McMichael em seus escritos, definindo que o regime alimentar,

[...] é uma ótica sobre as múltiplas determinações incorporadas na mercadoria alimentar, reorientando da mercadoria alimentar como objeto para a mercadoria como relação, com relações geopolíticas, sociais, culturais, ecológicas e nutricionais definidas em momentos históricos significativos¹⁴ (McMichael, 2009a, p. 281, tradução nossa).

¹⁴ No original: [...] is an optic on the multiple determinations embodied in the food commodity, refocusing from the food commodity as object to the commodity as relation, with definite geopolitical, social, cultural, ecological, and nutritional relations at significant historical moments.

A ideia central, defendida por Friedmann (1993) e McMichael (2009a; 2009b), é da existência de uma disputa hegemônica por blocos, países/potências, corporações em relação à produção de alimentos. E essa disputa, segundo os autores, se materializou em três regimes alimentares, a partir do século XIX, e “como tal, demarcou arranjos periódicos estáveis na produção e circulação de alimentos em escala mundial, associada a diversas formas de hegemonia na economia mundial: britânica, americana e corporativa/neoliberal”¹⁵ (McMichael, 2009a, p. 281, tradução nossa). Os três regimes alimentares foram conceituados por McMichael (2009a, 2009b) e os mesmos ajudaram no entendimento de conhecer, em especial, o terceiro regime, quem são os atores, os agentes ou como estão sendo denominados os “Agroimperialistas”.

O *primeiro regime alimentar*, segundo McMichael (2009b), começou a partir da década de 1870, tendo como potência, ou no centro do poder das relações, a Grã-Bretanha.

Assim, o primeiro regime alimentar (1870-1930) combinou importações tropicais coloniais para a Europa com grãos básicos e importações de gado de colônias de colonização, abastecendo classes industriais europeias emergentes e subscrevendo a “oficina do mundo” britânica. Complementando as agriculturas monoculturais impostas nas colônias de ocupação (comprometendo seus sistemas alimentares e recursos ecológicos), a Grã-Bretanha do século XIX terceirizou sua produção de alimentos básicos para colônias de assentamento (explorando as fronteiras de solo virgem no Novo Mundo)¹⁶ (McMichael, 2009b, p. 141, tradução nossa).

Em um modelo “tradicional” das atividades agrícolas e de política colonial, tinha-se como finalidade a produção de vários gêneros alimentícios e de matérias-primas para suprir uma demanda articulada entre os setores agrícolas e das indústrias nacionais, sendo os Estados (os colonizadores hegemônicos) como responsáveis

¹⁵ No original: As such, it has demarcated stable periodic arrangements in the roduction and circulation of food on a world scale, associated with various forms of hegemony in the world economy: British, American, and corporate/neoliberal.

¹⁶ No original: “Thus, the first food regime (1870–1930s) combined colonial tropical imports to Europe with basic grains and livestock imports from settler colonies, provisioning emerging European industrial classes, and underwriting the British ‘workshop of the world’. Complementing mono-cultural agricultures imposed in colonies of occupation (compromising their food systems and ecological resources), nineteenth-century Britain outsourced its staple food production to colonies of settlement (over exploiting virgin soil frontiers in the New World). [...]”.

pelo controle do regime alimentar. Um exemplo prático deste regime é a dependência financeira e econômica do Brasil com a Inglaterra. Essa dependência vai ocasionar a exportação de recursos e matéria-prima, durante o século XIX, pelos acordos firmados e pelos empréstimos realizados, como demonstra Prado Jr. (1970), em seu livro, *A história econômica do Brasil*.

O *Segundo regime alimentar* tem seu início pós-segunda guerra mundial (início da década de 1950), com um novo país no centro do poder, os Estados Unidos, que se utilizou desse regime como ferramenta na expansão ideológica e de dependência de países subdesenvolvidos, na disputa hegemônica do espaço/território na Guerra Fria. Com base em uma política mercantil-industrial, começou-se a formar uma agricultura em torno das transações das *commodities* em escala mundial, com as companhias de processamento no controle da produção.

O segundo regime alimentar (décadas de 1950 a 1970) redirecionou os fluxos de alimentos (excedentes) dos Estados Unidos para seu império informal de estados pós-coloniais em perímetros estratégicos da Guerra Fria. A ajuda alimentar subsidiava os salários, incentivando a industrialização seletiva do Terceiro Mundo e assegurando a lealdade contra o comunismo e os mercados imperiais. Os “estados em desenvolvimento” internalizaram o modelo de agroindustrialização nacional, adotando tecnologias da Revolução Verde e instituindo a reforma agrária para conter a agitação camponesa e estender as relações de mercado para o campo. Enquanto isso, o agronegócio elaborou vínculos transnacionais entre setores agrícolas nacionais, que foram subdivididos em uma série de agriculturas especializadas ligadas por cadeias de abastecimento globais (por exemplo, o complexo transnacional de proteína animal que liga grãos/carboidratos, soja/proteína e alimentação em lote)¹⁷ (McMichael, 2009b, p. 141, tradução nossa).

Nesse segundo regime alimentar, pontuo um elemento importante sobre as fontes de matéria-prima. O Pensador Harry Magdoff escreveu, em 1978, que há uma dependência das corporações, das nações, em manter o monopólio e a lucratividade

¹⁷ No original: “The second food regime (1950s–70s) re-routed flows of (surplus) food from the United States to its informal empire of postcolonial states on strategic perimeters of the Cold War. Food aid subsidised wages, encouraging selective Third World industrialisation, and securing loyalty against communism and to imperial markets. ‘Development states’ internalised the model of national agro-industrialisation, adopting Green Revolution technologies, and instituting land reform to dampen peasant unrest and extend market relations into the countryside. Meanwhile, agribusiness elaborated transnational linkages between national farm sectors, which were subdivided into a series of specialised agricultures linked by global supply chains (e.g., the transnational animal protein complex linking grain/carbohydrate, soy/protein, and lot-feeding)”.

a partir da obtenção e controle das matérias-primas. O autor continua e afirma que “[...] os Estados Unidos entraram para o rol das nações que “não possuem”, no caso de uma larga faixa de materiais, tanto comuns quanto raros. [...] nos Estados Unidos 80 a 90% do suprimento de bauxita provém do estrangeiro [...]” (Magdoff, 1978, p. 48, 49). Isso explica, no caso, a atuação do poder político, econômico e militar norte-americano em várias regiões geográficas, como na América Latina, Oriente Médio, Ásia, África, entre outras; no controle, domínio e retirada dessas matérias-primas, na sustentação de sua base industrial, alimentar e econômica. Por isso, segundo Magdoff (1978, p. 54), “[...] três quartos de todo o material que os Estados Unidos importam, são de regiões subdesenvolvidas”.

Por fim, o *terceiro regime alimentar*, iniciado a partir dos anos de 1980 e entrado em vigor na década de 2000, com o eixo no poder Estados Unidos e China, estaria em vigor nos dias atuais, denominado de *regime alimentar corporativo/neoliberal*, segundo McMichael (2009a) e Goldfarb (2013). Neste contexto, segundo McMichael, 2009b, p. 142) “[...] um terceiro, possivelmente emergente (final da década de 1980) aprofundou esse processo, incorporando novas regiões às cadeias de proteína animal (por exemplo, China e Brasil), consolidando cadeias de abastecimento diferenciadas [...]”¹⁸, fomentando, nesse regime, o aparecimento das Corporações transnacionais como principais controladoras da produção, pois “a indústria passou a se constituir como importante agente financeiro no campo. Isso é chave para o estabelecimento do regime alimentar corporativo” (Goldfarb, 2013, p. 42).

Um ponto que merece a atenção de análise neste último regime alimentar é a ligação deste com a política neoliberal. Política esta que surgiu e foi implementada a partir da década de 1970, que vai direcionar a diminuição da função e da atuação do Estado, especialmente na economia. “com uma relativa diminuição do papel interventor e articulador do Estado, abriu-se espaço para articulações pensadas a partir de setores privados e se deu o processo de transição para o regime alimentar corporativo” (Goldfarb, 2013, p. 42). Ainda em tempo, uma das características do neoliberalismo é a “abertura comercial” centrada na abertura para o capital estrangeiro que proporcionará a entrada de corporações transnacionais nos países, gerando a dependência de todo o setor da agricultura em empresas e grupos que controlam os

¹⁸ No original: “A third, possibly emergent, regime (late-1980s–) has deepened this process, incorporating new regions into animal protein chains (e.g., China and Brazil), consolidating differentiated supply chains including [...]”.

meios e os insumos agrícolas, pois “com o advento do neoliberalismo houve, por um lado, a consolidação e aprofundamento da hegemonia das corporações do setor agroalimentar” (Goldfarb, 2013, p. 15).

Esse processo direcionou as empresas, grupos, corporações e fundos de investimentos no setor agrícola a ter o controle e o domínio de todo o processo produtivo. Esse controle se materializa a partir da dependência que o setor tem na aquisição de equipamentos e insumos agrícolas, de fertilizantes, de sementes, entre outros. Da grande aquisição de terras para investimento e fins especulativos, controle dos recursos naturais na obtenção de matérias-primas baratas, enfim, da busca incessante na acumulação de lucros, de capital. Isso é a busca incessante do controle de todo o setor pelos “impérios do agro”. Este conceito mencionando, “impérios do agro”, significa que são os grupos, os monopólios, as corporações e os fundos de investimentos, como por exemplo, a *BlackRock*, um dos maiores fundo de investimento do mundo e que atua no setor agrícola, estando em várias empresas, como a BRF, ou ainda, a multinacional Cargill, que atua em vários segmentos do “Agro”, disponibilizando para o produtor todo o processo da produção, como vendas, comercialização, industrialização, etc.

Mediante estes aspectos apresentados, vamos iniciar nossa discussão sobre o *Eco-imperialismo* e o *Agroimperialismo*. Conceitos estes que estamos em construção para entender as relações, o funcionamento e a atuação das empresas, dos grupos, das corporações e fundos de investimentos, não esquecendo também das nações e de empresas estatais que se voltam para o setor do “agro”, como fonte e ativo para a acumulação de capital. E, para iniciar, vamos entender a constituição dos monopólios. Constituição esta que vai levar o modo de produção capitalista de forma processual para alguns estágios, entre eles, o que se denominou de Imperialismo.

1.2 CONSTITUIÇÃO DOS MONOPÓLIOS

Marx (2008a) busca explicar o capitalismo a partir de dois conceitos da produção social, que são as “forças produtivas” e as “relações de produção”. As forças produtivas nada mais são que as condições materiais de qualquer produção para acontecer a produção, necessita-se, portanto, de matéria-prima e os instrumentos (que serão modificados) para a realização do produto (os meios de produção). Para este processo, precisamos do homem (natureza humana) como elemento principal e

o responsável por fazer a ligação entre a natureza, a técnica e os instrumentos por meio do trabalho humano; e, no capitalismo, como a força de trabalho (Danieli, 2014).

Sendo assim, é através do desenvolvimento da produção que são determinadas as forças necessárias (os recursos, a mão-de-obra, os instrumentos, as técnicas - força de trabalho) para sua realização, conforme as demandas econômicas de mercado. Desse processo, decorre as relações de produção, que são as formas pelas quais os seres humanos se organizam para executá-las. Portanto, a partir desta relação, o que constitui a sociedade são as forças e relações de produção, “cada forma de organização das forças produtivas e da relação de produção corresponde a determinado modo de produção” (Danieli, 2014, p. 154). Marx (1979; 2008a) afirma que as relações sociais, ou seja, os modelos de família, as leis, a religião, a política e os valores são compreendidos por meio do modo de produção.

Isso se efetiva, por exemplo, no *capitalismo comercial e mercantil* que, segundo Paulo Netto e Braz (2011), ocorreu entre os séculos XVI a meados do século XVIII. Nesse momento, a classe burguesa surge dos próprios grupos mercantis que conseguiram acumular grandes capitais, se afirmando como classe e tendo o controle nas mãos das principais atividades econômicas, que se chocam com os privilégios da nobreza fundiária, por isso, as revoluções burguesas do século XVIII.

É no final desse século que emerge um novo momento, ou como Paulo Netto e Braz (2011) colocam, um novo estágio evolutivo do capitalismo, o *concorrencial*. Essa mudança do sistema está ligada às mudanças políticas, com a tomada do Estado pela classe nascente, a burguesia¹⁹; e às mudanças econômicas, a partir do advento da Revolução Industrial, onde a organização produtiva estava nas mãos das grandes indústrias, pois “sobre a base da grande indústria (a indústria moderna) [...], o capitalismo concorrencial criará o mercado mundial [...]” (Paulo Netto; Braz, 2011, p. 182). Nesse momento, países como Inglaterra e França lançam-se em busca de matérias-primas fora da Europa, desenvolvendo uma economia mundial. Surge, assim, uma concorrência em busca de mercados, na retirada e exploração de recursos, bem como no acúmulo de capital, por parte dos países e da grande indústria. Esta concorrência e o surgimento de grandes empresas – mineradoras, de ferrovias,

¹⁹ A partir do novo modo de produção capitalista, surge uma nova classe social: a burguesia, que aos poucos vai ganhando espaço social, econômico e político. E essa classe vai buscar legitimar seu poder a partir de revoluções, como a Gloriosa na Inglaterra (1688-1689) e a Francesa (1789), esta última, que é considerada o marco da ascensão da burguesia no poder.

do petróleo, naval, entre outras –; aliadas ao advento de novas técnicas da Revolução Industrial, conduzem a um novo momento ou estágio do capitalismo, que é o surgimento dos grandes Monopólios, constituídos por corporações industriais que controlam as bases materiais, as forças produtivas e as relações de produção.

Esses monopólios se movem e se reproduzem conforme a demanda da produção, da exploração de recursos (matéria-prima) e na busca desenfreada pelo máximo de acúmulo de capital, indo além das fronteiras nacionais. Esse avanço vai ser acelerado, a partir da metade do século XIX, com a fusão de grupos industriais e com o setor bancário, que, ao dar crédito aos novos investidores, constituíram o novo momento do capital, o *Financeiro*; levando o sistema capitalista a um novo estágio: o *estágio Imperialista*.

Para entender esse processo, toma-se por base as ideias de Lenin (2012). Segundo o autor, os monopólios originaram-se quando pequenas empresas não conseguiram concorrer com outras empresas de porte médio e grande. Primeiramente, devido ao alto preço das matérias-primas que ocasionaram a venda de um produto num preço maior. E, segundo, pelo preço baixo dos produtos que as empresas grandes, os monopólios, conseguiam repassar no mercado. Dessa maneira, como afirma Lenin (2012, p. 45), “o monopólio assim constituído garante lucros enormes e conduz à criação de unidades técnicas de produção de proporções imensas”. Esses fatores ocasionaram o fechamento das pequenas empresas e a concentração do poder econômico nas mãos dos grandes industriais.

[...] Ora, a certa altura do desenvolvimento das trocas, a certo grau do crescimento da grande produção — atingido mais ou menos no limiar do século XIX — o movimento comercial determinou uma internacionalização das relações econômicas e do capital, enquanto a grande produção tomava proporções tais que os monopólios substituíam a livre concorrência. O que se tornou típico, desde então, já não são mais as empresas sujeitas ao “livre” jogo da concorrência, dentro de cada país ou entre eles, mas os sindicatos de empresários, os trustes detentores de monopólio [...] (Lenin, 1928).

Hilferding (1985) também reafirma o pensamento acima, quando pontua que o “cartel” levou a uma grande intensificação das relações entre a indústria e os bancos. “[...] o próprio cartel pressupõe um grande banco em condições de satisfazer continuamente o imenso crédito e de produção de toda uma área industrial” (Hilferding, 1985, p. 217). Portanto, a formação de associações monopolistas, entre a

indústria e os bancos, vai iniciar um novo período de desenvolvimento de reprodução do capital, “com a formação de cartéis e trustes, o capital financeiro alcança seu mais alto grau de poder, enquanto o capital comercial sofre sua mais profunda degradação” (Hilferding, 1985, p. 219).

Ainda em tempo, Lenin (2012) reforça o seu entendimento sobre os monopólios e a grande concentração nas mãos dos proprietários das indústrias e dos bancos:

Já não se trata, de modo algum, da antiga livre concorrência entre padrões dispersos que se não conheciam e que produziam para um mercado desconhecido. A concentração chegou a tal ponto que se pode fazer um inventário aproximado de todas as fontes de matérias-primas (por exemplo, jazigos de minérios de ferro) de um país, e ainda, como veremos, de vários países e de todo o mundo. Não só se realiza este inventário, mas também criam-se associações monopolistas gigantescas que se apoderam das referidas fontes. Efetua-se o cálculo aproximado da capacidade do mercado e estes grupos “partilham” entre si, por contrato. Monopoliza-se a mão-de-obra qualificada, contratam-se os melhores engenheiros; as vias e meios de comunicação – as linhas férreas na América e as companhias de navegação na Europa e na América – estão nas mãos dos monopólios. O capitalismo, chegado à sua fase imperialista, conduz à socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos; arrasta, por assim dizer, os capitalistas, independentemente de sua vontade e sem que disso tenham consciência, para um novo regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa (Lenin, 2012, p. 48).

Assim sendo, a constituição desses monopólios, desde o século XIX, como já mencionado, criaram as condições para dar um novo estágio ao capitalismo. Estágio esse que está associado ao “[...] enorme desenvolvimento da indústria e o processo notavelmente rápido de concentração da produção, em empresas cada vez maiores, constituem uma das características mais marcantes do capitalismo [...]” (Lenin, 2012, p. 37); gerando, como já escrito, a concentração e domínio dos meios de produção, das forças produtivas e do capital, surgindo o *Imperialismo* que, segundo Lenin, é a junção entre o capital financeiro e os monopólios capitalistas.

O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo e dominação dos monopólios e do capital financeiro; em que a exportação de capitais adquiriu marcada importância; em que a partilha do mundo pelos trustes internacionais começou; em que a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes terminou (Lenin, 2012, p. 124-125).

Portanto, a concentração e expansão dos grandes monopólios não foi uma atividade realizada “anteriormente”, mas uma etapa do desenvolvimento do capitalismo industrial do século XIX, o qual pode ser sintetizado, nas palavras de Mészáros (2021, p. 113), “na ordem socio-reprodutiva do capital, o monopólio, pela própria natureza, é destrutivo e, em última análise, tende a destruir tudo, por surgir da centrifugalidade autoexpansionista antagonística do sistema do capital”.

O movimento do surgimento e expansão dos monopólios vem se prolongando ano após ano, até os dias atuais. A unificação e a fusão - ou a incorporação de pequenas, médias e grandes empresas – promovem a concentração e o domínio de setores, como, por exemplo, o setor agrícola e a pecuária, de um modo geral. A tentativa de monopolização (concentração e domínio) das matérias-primas, dos meios de produção e das forças produtivas neste setor, na busca da maximização do lucro, tem levado ao surgimento de grandes impérios do “agro”, como buscar-se-á entender e refletir na análise desta pesquisa. Antes de encerrar este item, vamos conceituar duas categorias que estão estritamente ligadas ao objeto de estudo.

1.2.1 Capital financeiro

A primeira a ser fundamentada é o *Capital Financeiro*. Conceito este que se relaciona mutuamente com a concentração e expansão dos monopólios, na expansão do estágio capitalista imperialista, pois “[...] nenhuma compreensão das tendências econômicas atuais, nenhuma espécie de ciência econômica ou política é possível sem o conhecimento das leis e da função do capital financeiro” (Hilferding, 1985, p. 27).

Para buscar o entendimento sobre esta categoria, traz-se alguns apontamentos de Marx (2017b), Hilferding (1985), Lenin (2012), Magdoff (1978) e outros teóricos que contribuíram para a compreensão sobre o Capital Financeiro.

Quando Lenin (2012) apresenta o conceito de capital financeiro como a junção das indústrias com os bancos, o mesmo faz sua definição tendo por base as leituras de Marx e Hilferding. Marx, em suas obras, não tratou especificamente sobre a categoria capital financeiro, todavia, como enfatiza Harvey (2013, p. 426), detalhou o termo ao escrever sobre “[...] o processo de circulação de diferentes tipos de capital monetário”. A definição implícita de capital financeiro é a de um tipo particular de processo de circulação do capital que se concentra no sistema de crédito”. Estes

escritos se encontram no livro III, sobre o capital portador de juros e sua relação com o capital produtivo industrial e comercial, do crédito e dos bancos.

[...] Uma parte do capital industrial e, de maneira mais precisa, também do capital de comércio de mercadorias existiria permanentemente não só em forma de dinheiro, como capital monetário em geral, mas como capital monetário empenhado nessas funções técnicas. Porém, agora se separa e se autonomiza do capital total uma parte determinada em forma de capital monetário, cuja função capitalista consiste exclusivamente em efetuar essas operações para a classe inteira dos capitalistas industriais e comerciais. Assim como no caso do capital de comércio de mercadorias, separa-se uma parte do capital industrial existente no processo da circulação sob a forma de capital monetário e efetuam-se essas operações do processo de reprodução para todo o capital restante. De maneira que os movimentos desse capital monetário não são mais do que movimentos de uma parte autonomizada do capital industrial empenhado em seu processo de reprodução (Marx, 2017b, p. 310).

Para Marx (2017b), uma parte do capital do dinheiro vai ser investido em atividades financeiras, no caso de empréstimos, em vez de ser aplicado em produção de bens e serviços. Dessa maneira, o capital financeiro, ou como ele tende a chamar: o capital monetário, representados pelos bancos, são uma instituição autônoma que realizam operações de empréstimos, acumulando valor através de juros, de maneira independente do processo produtivo. Portanto, o “[...] capital imprestável forma-se com base nos depósitos dos capitalistas monetários, que deixam ao encargo dos bancos ceder empréstimos com o dinheiro depositado” (Marx, 2017b, p. 391).

[...] o dinheiro emprestado apresenta certa analogia com a força de trabalho em sua relação com o capitalista industrial. A diferença é que este último paga o valor da força de trabalho, ao passo que, na relação com o prestamista, ele simplesmente reembolsa o valor do capital emprestado. O valor de uso da força de trabalho para o capitalista industrial está no fato de ela ser consumida gerando um valor (o lucro) maior que aquele que ela mesma possui e custa. Esse excedente de valor é seu valor de uso para o capitalista industrial. E assim o valor de uso do capital monetário também aparece com capacidade de criar e incrementar seu valor (Marx, 2017b, p. 344).

Seguindo a linha de análise de Marx, o economista Rudolf Hilferding (1877-1941), considerado por Bottomore (2001) o primeiro a conceituar o Capital Financeiro, busca o entendimento desta categoria, através das relações do capital industrial com os bancos. Em seu livro *O Capital Financeiro*, detalha esta categoria trazendo uma

contribuição relevante para compreender como o capital se transforma em capital financeiro, sua política econômica, relações entre os monopólios capitalistas e os bancos, nas crises econômicas e o capital financeiro e as classes. Para compreensão do autor sobre a categoria, traz-se a definição:

[...] Chamo de capital financeiro o capital bancário, portanto o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial. Mantém sempre a forma de dinheiro ante os proprietários, é aplicado por eles em forma de capital monetário – de capital rendoso – e sempre pode ser retirado por eles em forma de dinheiro. Mas, na verdade, a maior parte do capital investido dessa forma nos bancos é transformado em capital industrial, produtivo (meios de produção e força de trabalho) e imobilizado no processo de produção. Uma parte cada vez maior do capital empregado na indústria é capital financeiro, capital a disposição dos bancos e, pelos industriais. O capital financeiro desenvolveu-se com o desenvolvimento da sociedade anônima e alcança o seu apogeu com a monopolização da indústria (Hilferding, 1985, p. 219).

Dessa maneira, Hilferding (1985) aponta a relação intrínseca e mútua, que Marx já apontava e será apresentada também por Lenin, entre as indústrias e os bancos, para denominar o capital financeiro. Demonstra, ainda, que as esferas anteriores a este estágio do sistema capitalista, do comercial, industrial e bancário, agora, têm uma relação pessoal. E enfatiza, a “[...] concentração da propriedade, os proprietários do capital fictício, que dá o poder aos bancos, e os proprietários do capital que dá o poder à indústria são cada vez mais as mesmas pessoas” (Hilferding, 1985, p. 219).

O capital financeiro significa a uniformização do capital. Os setores do capital industrial, comercial e bancário antes separados encontram-se agora sob a direção comum das altas finanças, na qual estão reunidos, em estreita união pessoal, os senhores da indústria e dos bancos. Essa mesma união tem por base a supressão da livre-concorrência do capitalista individual por meio das grandes associações monopolistas. Com isso muda também, naturalmente, a relação da classe capitalista com o poder do estado (Hilferding, 1985, p. 283).

As contribuições de Hilferding foram muito relevantes nos estudos de Vladimir I. Lenin, que irá referenciá-lo em seus escritos. Assim, Lenin (2012) definirá o capital financeiro como a fusão dos monopólios capitalistas, que é a junção da Indústria (empresas) com os bancos. Essa junção leva à concentração, controle e centralização de todo o processo produtivo, por terem em mãos os recursos, seja o financeiro

(bancos), os meios, as forças, as condições de produção e a matéria-prima (indústria), tendo em vista a “concentração da produção; monopólios resultantes dela; fusão ou junção dos bancos com a indústria: tal é a história do aparecimento do capital financeiro e do conteúdo deste conceito” (Lenin, 2012, p. 75).

Reforçando essa concepção de Lênin, Bukharin (1928, s/p.) reafirma que o imperialismo é uma política do capital financeiro, e “[...] essa política é o agente da estrutura financeira capitalista, que subordina o mundo ao domínio do capital financeiro [...] a característica do capital financeiro é ser simultaneamente capital bancário e capital industrial”.

Lenin busca fundamentar ainda com as ideias de Hilferding:

Uma parte cada vez maior do capital industrial - escreve Hilferding - não pertence aos industriais que o utilizam. Podem dispor do capital unicamente por intermédio do banco, que representa, para eles, os proprietários desse capital. Por outro lado, o banco também se vê obrigado a investir na indústria uma parte cada vez maior do seu capital. Graças a isto, converte-se, em proporções crescentes, em capitalista industrial. Este capital bancário – por conseguinte, capital sob a forma de dinheiro –, que por esse processo se transforma de fato em capital industrial, é aquilo a que chamo capital financeiro. Capital financeiro é o capital que os bancos dispõem e que os industriais utilizam (Lenin, 2012, p. 75).

É importante enfatizar, segundo apontam Bottomore (2001) e Junior (2012), que o capital financeiro, conceituado por Lenin, não é uma etapa específica do capitalismo, mas uma etapa do capitalismo monopolista/imperialista. Segundo Bottomore (2001, p. 48), “[...] o imperialismo era uma condição dos monopólios, que por sua vez, eram a condição da existência do capital financeiro”. E, “[...] a expansão e a centralização do capital financeiro dão origem a uma oligarquia financeira, com uma complexa rede de interesses internacionais, que prepondera sobre o conjunto dos capitalistas” (Junior, 2012, p. 40). Ou seja, o aparecimento do capital financeiro levou a um novo movimento, gerando a concentração e centralização do capital, bem como da produção mundial a um sistema bancário.

O capital financeiro estende assim as suas redes, no sentido literal da palavra, em todos os países do mundo. [...]. Os países exportadores de capitais dividiram o mundo entre si, no sentido figurado do termo. Mas o capital financeiro também conduziu à partilha direta do mundo (Lenin, 2012, p. 98).

Para Bottomore (2001), o capital financeiro vai chegar a sua “maturidade” nos anos anteriores a Segunda Guerra Mundial, onde o capital bancário e o capital produtivo estarão ligados um ao outro por um bloco ou uma corporação do capital financeiro. Como bem expressou Lenin (2012, p. 74): “o século XX assinala, pois, o ponto de viragem do velho capitalismo para o novo, da dominação do capital em geral para a dominação do capital financeiro”. Ou ainda, Magdoff (1978, p. 33) que afirma que a principal mudança econômica nesse século XX “[...] é a concentração do poder econômico em corporações e instituições financeiras gigantescas, com a conseqüente internacionalização do capital”.

O avanço do capital financeiro, via capital bancário em escala global, em países “subdesenvolvidos”, vai se materializar pós II Guerra Mundial. E um dos principais elementos para isso, é a criação de instituições financeiras que apoiaram, como Banco Mundial e FMI, e que contribuíram para financiar esses países em desenvolvimentos ou arrasados pelo conflito, não esquecendo da efetivação do dólar como moeda oficial em escala mundial.²⁰ Portanto, “é claro que esse equacionamento do dólar com ouro estabelece um relacionamento de dependência de todas as nações capitalistas para com os Estados Unidos [...]” (Magdoff, 1978, p. 94).

Imediatamente depois da guerra, os bancos dos Estados Unidos retornaram à Alemanha. Em 1950, filiais norte-americanas foram instaladas pela primeira vez em Singapura, Tailândia e Guam. Chegou então a vez do Oriente Próximo: entre 1950 e 1955, foram estabelecidas filiais no Egito, Líbano e a Arábia Saudita. Durante os anos que se seguiram, todo o complexo das operações políticas e militares dos Estados Unidos foi coberto por filiais bancárias: Nigéria, Malásia, Okinawa, Coreia, Taiwan, Vietnã, Marrocos, Libéria, Guiana, Trinidad, Jamaica e outras áreas (Magdoff, 1978, p. 79).

Além do mais, juntamente com o controle financeiro dos bancos soma-se a entrada das potências, no caso dos Estados Unidos, no domínio geográfico do capitalismo imperialista. Isso se confirma, quando Magdoff (1978) afirma que a área de maior crescimento do sistema bancário dos Estados Unidos, vem do exterior e não no próprio país. “[...] Esse desenvolvimento bancário é um complemento apropriado para o novo papel dos Estados Unidos como líder e organizador da nova ordem

²⁰ Até a II Guerra Mundial, a moeda oficial que circulava no mundo era a Libra Esterlina, que tinha como potência imperialista e hegemônica a Inglaterra, tanto na esfera econômica, como política e financeira. O centro financeiro dos bancos estava localizado em Londres, depois desse período, passou a ser a Wall Street, em Nova Iorque, Estados Unidos.

imperialista” (Magdoff, 1978, p. 59). Em outra passagem, um funcionário do *National City Bank* afirma:

Para construir um comércio duradouro e proveitoso nos mercados até hoje intocados de outros países, será necessário que ajudemos o desenvolvimento desses países. Brasil, Colômbia, Argentina, Chile, Peru e outras repúblicas sul-americanas possuem recursos naturais no mais alto valor à espera de desenvolvimento. Se nos próximos anos os Estados Unidos investir em seus excedentes de capital na edificação da América do Sul sobre as mesmas diretrizes que governam os investimentos que, nesse setor, fazem nos países europeus, surgirão oportunidades comerciais que nos darão um retorno muito vezes superior ao investimento original (Magdoff, 1978, p. 75).

Como já assinalado anteriormente, teóricos como Lenin (2012) e Magdoff (1928) afirmam que o imperialismo capitalista (principalmente o Estados Unidos) é o controle e a busca na apropriação dos recursos, das fontes de matérias-primas que possam ser materializadas em acúmulo de capital, seja para as nações capitalistas imperialistas, ou, seja também, para o capital financeiro. De fato, regiões geográficas, como na América Latina, Ásia e África, foram ideais e ainda são para a efetivação do processo de apropriação, ou ainda, o apoderamento de terra, da propriedade, de recursos e de toda matéria-prima disponível, bem como a expropriação dos mesmos.

Houve, obviamente, poucas mudanças durante a guerra, exceto o fechamento de filiais em território inimigo ou ocupação pelo inimigo. Novo acréscimo, embora em ritmo lento, aparece depois da guerra e prossegue até 1955. Depois disso, acelera seu processo: em 1960 encontra-se filiais em quase todas as áreas mais importantes. No fim de 1967, há filiais em 55 países fora dos E.U.A. A expansão aqui exposta é influenciada por diversos fatores: 1) A contínua extensão dos interesses dos Estados Unidos em petróleo, mineração e manufaturas estrangeiras; 2) a extensão das bases militares; 3) a penetração das áreas pela ajuda militar e econômica incluindo o ingresso em antigas colônias que haviam sido reserva exclusiva do país dominador (Magdoff, 1978, p. 77-78).

A outra categoria a ser mencionada, que está relacionada com o capital financeiro e com os impérios do agro, que se traz para a discussão, é a *expropriação*. Este conceito contribui para demonstrar o formato de atuação dos Agroimperialistas, seja para obtenção do controle, domínio, centralização e apropriação dos recursos.

1.2.2 Expropriação

De fato, o movimento de apropriação do capital, seja de nações ou de monopólios do capital financeiro, está ligado estreitamente com o processo de expropriação. Categoria já fundamentada por Karl Marx em seus escritos, principalmente no seu Livro: *O Capital*, no qual o mesmo busca o entendimento da acumulação primitiva do capital, onde esse processo levará a expropriação do camponês, do produtor rural de suas propriedades – num primeiro momento por meio da utilização de violência e, posteriormente, através da legislação –, constituindo, assim, a base originária do modo de produção capitalista, tendo como referência a Inglaterra.

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas. Apenas a Inglaterra, e por isso tomamos esse país como exemplo, tal expropriação se apresenta em sua forma clássica (Marx, 2017a, p. 787).

Esse movimento das relações do modo de produção capitalista, de expropriação fundiária da terra, vai ocasionar um outro movimento que é a expropriação da produção social do sujeito. Ou seja, neste processo ele fica privado de produzir e transformar sua própria existência, por não ter as condições, os meios e as forças produtivas para gerar sua própria existência social, subordinando-se a alguém, logo, ao capital.

[...] trata-se em última instância de expropriar todos os indivíduos de seus meios de produção, os quais, com o desenvolvimento da produção social, deixam de ser meios da produção privada e produtos da produção privada e só podem ser meios de produção nas mãos dos produtores associados, por conseguinte sua propriedade social, como já são seu produto social (Marx, 1985, p. 334).

Para aprofundar o conceito de Marx, sobre a acumulação primitiva, David Harvey, traz a ideia da expropriação por espoliação. Harvey não exclui o que Marx já

teorizou sobre esse processo de expropriação gerado pelo modo de produção capitalista, mas apresenta que foram desenvolvidos “mecanismos inteiramente novos de acumulação por espoliação” (Harvey, p. 2014, p. 123). Mecanismos estes, com a ajuda da financeirização do capital financeiro, que estabeleceram um estilo especulativo e predatório, gerando:

[...] Valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições e a promoção de níveis de encargos de dívida que reduzem populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, a prisioneiros da dívida, para não dizer nada da fraude corporativa e do desvio de fundos (a dilapidação de recursos de fundos de pensão e sua dizimação por colapsos de ações e corporações) decorrente de manipulações do crédito e das ações — tudo isso são características centrais da face do capitalismo contemporâneo (Harvey, 2014, p. 123).

Harvey traz as ideias de espoliação, com elementos das últimas décadas, de um capitalismo desenfreado pela busca da acumulação de capital, não se importando com o formato ou a prática, nem mesmo com as consequências ou os impactos sociais, econômicos, ambientais e culturais. Como ele mesmo menciona, “o capitalismo internaliza práticas tanto canibais como predatórias e fraudulentas” (Harvey, 2014, p. 124). E continua a dar adjetivos a esse processo de espoliação, como a: “pilhagem” de todo o estoque mundial de matéria-prima; a “destruição dos recursos ambientais” existente ainda (terra, ar, água e sol); a “degradações proliferantes de habitats”; a “apropriação” e a “exploração” das formas culturais, históricas e da criatividade intelectual em transformação de mercadorias, em espoliação em larga escala pela indústria; a “corporativização e “privatização” dos serviços e bens públicos, como as fontes de energia, a água, a educação, além dos da “expropriação das terras comuns”, como reservas naturais, parques ou marcos legais; a “regressão dos estatutos regulatórios” que protege os direitos comuns, como trabalho, aposentadoria e a propriedade (Harvey, 2014, p. 123). Esse movimento de expropriação por espoliação, segundo Harvey (2014), está fundamentado e implantado com as políticas neoliberais, tendo como instrumento, para atingir tal objetivo, o Estado.

Ainda sobre o conceito de expropriação, Virgínia Fontes (2010) traz o conceito de *expropriação primária*, que nada mais é que o processo trazido por Marx de expulsão dos camponeses de suas propriedades, acrescido ao impulso do

desenvolvimento da industrial, necessitando que tenha um número elevado de trabalhadores para o setor, ou como Karl Marx (2017a) já sinalizava no seu livro I, de *O Capital*, de um exército de reserva de mão de obra para o mercado de trabalho.

[...] para além da expropriação primária que ocorreu nos países centrais, nos quais se expandiam, em paralelo, a industrialização e o mercado, a segunda metade do século XIX assistiu a intensas expropriações primárias, sob formatos variados, de trabalhadores nos demais países periféricos o que, por vias indiretas, acrescentou novas levas de trabalhadores disponíveis ao capital e necessitados de mercados (Fontes, 2010, p. 49).

Ainda em tempo, na *expropriação secundária*, Fontes (2010) afirma que o capitalismo contemporâneo levou a expropriação de outros elementos fundamentais, como também expresso por David Harvey (2014). Segundo a autora, esse sujeito que em sua existência não foi expulso ou retirado de sua “propriedade”, da terra, pois dela ele não dispunha, foi expropriado dos seus conhecimentos, das diversas técnicas e cultivo aprendido historicamente e acumulado pela humanidade (no processo do Indústria do século XIX, com o fordismo); e, posterior a isso, metade do século XX, o desmantelamento dos seus direitos constitucionais, sociais e trabalhistas.

Por fim, ao trazer o entendimento sobre a constituição dos monopólios, bem como as duas categorias – capital financeiro e a expropriação –, é prudente buscar compreender sobre o Imperialismo. Categoria esta que está associada ao estágio monopolista, do modo de produção capitalista, bem como também é o conceito/categoria que está ligada estritamente ao objeto de estudo da presente pesquisa, o **Agroimperialismo** que se apresenta como fração ampliada do **Eco-imperialismo**.

1.3 O QUE É O IMPERIALISMO?

Início o texto com a pergunta: o que é o imperialismo? Para começar a construir um caminho, que parte do geral para o particular, ou seja, entender o seu significado e entendimento histórico e, depois, compreender a sua ligação e relação como mediação socioeconômica, financeira e político-ideológica, do Eco-imperialismo para o Agroimperialismo no Brasil. Mas, antes disso, vamos conceituar etimologicamente e depois buscar o significado de imperialismo a partir de alguns teóricos.

Etimologicamente, imperialismo vem da palavra latina *imperium*, que significa, autoridade, poder supremo. Seu significado, segundo o dicionário Aurélio, é: “política de expansão e domínio territorial e/ou econômico de uma nação sobre outras” (Ferreira, 2004, p. 464). Após isso, avançamos para entender historicamente o seu significado. E, nessa busca de resposta para essa pergunta, me vem na memória duas imagens: a primeira a do coliseu em Roma, que representa um símbolo do Império Romano; a segunda imagem, a famosa imagem estudada na educação básica da disciplina de história, onde se encontram a mesa Reis e Presidentes dividindo os países como fossem uma pizza (Aquino et al., 2001, p. 219). Nesse momento da história, no século XIX, países como Alemanha, França e Inglaterra eram as potências mundiais, buscando o domínio imperialista sobre os meios e as forças produtivas em países da África e Ásia. Momento que é considerado por Mészáros (2001) a segunda etapa, das três que o autor identifica, que constituem as fases do imperialismo.

Dessa maneira, tomar-se-á por base estas três etapas históricas da atuação do imperialismo, que foram apresentadas por István Mészáros, em seu livro "*O século XXI: socialismo ou barbárie?*". Para o autor, o imperialismo pode ser compreendido em três fases distintas.

1. O primeiro imperialismo colonial moderno construtor de impérios, criado pela expansão de alguns países europeus em algumas partes facilmente penetráveis do mundo.
2. Imperialismo “redistributivista” antagonisticamente contestado pelas principais potências em favor de suas empresas quase-monopolistas, chamado por Lenin de “estágio supremo do capitalismo”, que envolvia um pequeno número de contendores, e alguns pequenos sobreviventes do passado, agarrados aos restos da antiga riqueza que chegou ao fim logo após o final da Segunda Guerra Mundial.
3. Imperialismo global hegemônico, em que os Estados Unidos são a força dominante, prenunciado pela versão de Roosevelt da “Política de Porta Aberta”, com sua fingida igualdade democrática, que se tornou bem pronunciada com a eclosão da crise estrutural do sistema do capital - apesar de ter se consolidado pouco depois do final da Segunda Guerra Mundial - que trouxe o imperativo de constituir uma estrutura de comando abrangente do capital sob um “governo global” presidido pelo país globalmente dominante (Mészáros, 2001, p. 33).

O desenvolvimento da primeira etapa, é construída a partir das bases do mercantilismo comercial e de expansão das nações na exploração de mercadorias. É a busca por domínio territorial em várias regiões geográficas, tornando muitos países em suas colônias, como fonte de recursos e apropriação de matérias-primas. Isso vai

se materializar na dependência dessas colônias, de forma autoritária, violenta e de relações de trabalho escravo, como o caso brasileiro.

De fato, é notório em saber que, desde o surgimento do modo de produção capitalista, autores como Paulo Netto e Braz (2011) apontam para um sistema econômico *capitalista comercial ou mercantil*, controlando a produção de mercadorias e do trabalho mediando o estabelecimento da manufatura, em seu estágio inicial até meados do século XVIII, que tem por base esta primeira etapa imperialista. Nesse século, alguns fatores políticos (ascensão da burguesia) e econômicos (revolução industrial), contribuíram para que se iniciasse um novo estágio no sistema capitalista, o *concorrencial*. Tendo a indústria como base, num crescimento rápido e de progresso técnico, o capitalismo vai se consolidar como economia mundial e uma ampla concorrência de produtos e de mercados emergentes. Desse capitalismo concorrencial, entre pequenos, médios e grandes capitalistas industriais, além de outros fatores econômicos da metade do século XIX, vai se originar os *monopólios*. E desses monopólios industriais, com a participação e a influência financeira dos bancos, vai se originar o Imperialismo. Aqui se encontra a segunda etapa da fase imperialista, afirmada por Mészáros (2001).

Segundo Paulo Netto e Braz (2011, p. 189), é desta

[...] fusão dos capitais monopolistas industriais com os bancários constitui o capital financeiro, que ganhará centralidade no terceiro estágio evolutivo do capitalismo – o estágio imperialista, que se gestou nas últimas três décadas do século XIX e, experimentando transformações significativas, percorreu todo o século XX e se prolonga na entrada do século XXI.

Nesse período, no século XIX, as principais nações capitalistas, como França, Inglaterra, Alemanha e Holanda tinham o controle dos meios e das forças produtivas, das relações de produção, e precisavam expandir suas fronteiras, em resposta ao avanço dos monopólios industriais. Lançar-se-ão para novos mercados, mais do que isso, foi a conquista e domínio de novos territórios, que por longos anos foram submetidos à dependência financeira, econômica, política e administrativa.

Essa expansão imperialista teve novos alvos, agora o continente asiático e africano. Isso se deve ao esgotamento dos recursos naturais feitos por esses países, seja internamente ou em outras áreas das colônias, como na América Latina. Era preciso encontrar lugares para fornecer matérias-primas, e esses dois continentes

eram os lugares ideais para expropriar e extrair toda a riqueza. Como bem enfatiza Aquino *et al.* (2001, p. 214), estas regiões funcionavam como mercados ideais para o fornecimento “[...] de matérias-primas, consumiram a produção industrial dos países dominadores, proporcionaram gêneros agrícolas para a alimentação e serviriam de campo para colocação de capitais disponíveis, garantindo maior margem de lucro”.

Magdoff (1978, p. 29) corrobora com esse pensamento, afirmando que “[...] as novas indústrias, a nova tecnologia e a crescente competição entre as nações industrializadas deram nova importância ao papel das matérias-primas. [...]. Mais importante ainda foi a ânsia de obter o controle de territórios distantes [...]”, reforçando o que foi pontuado da imposição destas potências e empresas industriais em outras regiões do mundo, com a intenção de controle e obtenção de matérias-primas. E isso traduz-se no que Barraclough, citado por Magdoff (1978, p. 30), afirma “[...] o apetite voraz do novo industrialismo, incapaz pela própria natureza de prover o seu próprio sustento com os recursos locais, rapidamente avassalou o mundo todo”. Portanto, pode-se expressar o que disse o primeiro-ministro da França, na década de 1880, que “[...] o imperialismo é filho da industrialização” (Aquino *et al.*, 2001, p. 213), a qual iniciou com o desenvolvimento e posteriormente com a expansão do capitalismo.

De fato, esta segunda etapa, afirmada por Mészáros, também vai ser analisada nos escritos Vladimir Ilitch Lenin. No livro, *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*, escrito em 1915, Lenin toma por base esse período histórico e estágio do capitalismo, o Imperialismo. E antes de trazer suas contribuições e sua definição sobre esta categoria, é pertinente enfatizar que se parte de uma concepção ou uma definição específica, que é o “*Imperialismo do modo de produção capitalista*”. Esclarecido isso, vamos para as contribuições de Lenin, de seus escritos no início do século XX.

Se fosse necessário definir o imperialismo da forma mais breve possível, dever-se-ia dizer que ele é o estágio monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal, pois por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital de grupos monopolistas de industriais, e por outro, a partilha do mundo é a transição da política colonial, que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista, para a política colonial de dominação monopolista dos territórios de um mundo já inteiramente repartido (Lenin, 2012, p. 124).

E continua a definir, afirmando que o imperialismo inclui cinco características fundamentais em sua composição e construção.

- 1) a concentração da produção e do capital alcançou um tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica;
- 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro” da oligarquia financeira;
- 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande;
- 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si,
- 5) conclusão da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (Lenin, 2012, p. 124).

De fato, Lenin em sua trajetória histórica vive e convive com este movimento do modo de produção capitalista de expansão e expropriação, em várias regiões geográficas mundiais, na busca pela acumulação de capital. Assim, chega-se a ideia que Lenin propôs sobre o imperialismo, que é a dependência financeira e econômica que os países ou territórios têm com o capital, associado às nações hegemônicas, com relação ao monopólio industrial e ao capital financeiro, que em sua época estava em ampla expansão. E, hoje, pode-se afirmar que esse sistema controla, domina e centraliza todas as relações socioeconômicas mundiais.

Uma segunda concepção teórica que ajuda a compreender o imperialismo é a apresentada pela Rosa Luxemburgo. Em sua obra “*Acumulação do Capital*”, publicada em 1913, descreve historicamente as condições sociais e econômicas que levaram a expansão e acumulação do capital, além das contradições do imperialismo capitalista. Segundo ela, “o imperialismo é a expressão política do processo de acumulação do capital, em sua luta para conquistar as regiões não-capitalistas que não se encontram ainda dominadas” (Luxemburgo, 1970, p. 393).

A ideia central de Rosa Luxemburgo é que a reprodução do capital nas sociedades pré-capitalistas é determinada pela necessidade de consumo e não pelas relações de produção. E essa necessidade de consumo assume a forma de realização do mais-valor, ou seja, “o limite da expansão capitalista é dado pelo consumo feito pelos trabalhadores, enquanto os capitalistas acumulam” (Osório, 2018, p. 55). Por isso, a necessidade de expansão em territórios não-capitalistas, pois não há acumulação de capital nesses locais, assim, adentra-se em seus domínios, impondo, revolucionando e moldando as suas formas de reprodução, e abrindo as portas para as concorrências dos mercados mundiais.

Segundo Luxemburgo (1970, p. 393), “[...] dados o grande desenvolvimento e a concorrência cada vez mais violenta dos países capitalistas para conquistar

territórios não-capitalistas, o imperialismo aumenta sua agressividade contra o mundo não-capitalista [...]”. Definindo assim, segundo a teórica, que o imperialismo é a forma que as nações ou as potências mundiais - ditas capitalistas - adentram em outros países, fazendo o controle e o domínio territorial, seja de forma política, econômica e militar.

A terceira definição do que é o imperialismo, traz o entendimento de Harvey (2014, p. 31), definindo a ideia de “imperialismo capitalista” como:

[...] uma fusão contraditória entre “a política do Estado e do império” (o imperialismo como projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos desse território para fins políticos, econômicos e militares) e “os processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo” (o imperialismo como um processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem primazia).

Para Harvey (2014), há duas lógicas do imperialismo, uma o *poder estatal*, que pode ser um Estado ou alguns Estados que formam um bloco; e a segunda, o *poder econômico*, o *capital*. Segundo o autor, essas lógicas se entrelaçam de formas complexas e por vezes contraditórias, assim como, fazer um acordo entre ambas: “[...] que os processos político-econômico são guiados pelas estratégias do Estado e do império e que os Estados e os impérios sempre agem a partir de motivações capitalistas” (Harvey, 2014, p. 34).

Muitos outros teóricos ²¹ podem contribuir para entender o que é o imperialismo nesse período. Mas a proposta aqui não é aprofundar as raízes, mas compreender que a categoria “imperialismo” é fruto do desenvolvimento e expansão do capitalismo. Se no século XIX, o imperialismo foi caracterizado pelas nações capitalistas, como escreve Lenin (2012): “*A partilha do mundo entre as grandes potências*”²², que se

²¹ Dentre outros, Osório (2018, p. 20) também reforça essa posição sobre o imperialismo contemporâneo, afirmando que: “é a partir da emergência do modo de produção capitalista inaugurando a contemporaneidade histórica, que determinadas relações sociais e econômicas esculpiram as bases estruturais específicas do imperialismo, delineando as relações internacionais. [...], o imperialismo alicerça-se e desdobra-se em um contexto político-econômico muito específico, aquele moldado pelas relações sociais concretas dadas no terreno do capitalismo”.

²² Em um dos capítulos (nesta edição, o sexto), ele vai explicar a divisão dos territórios, por ano, pela quantidade de habitantes e de territórios, que as grandes potências tinham. Colocando entre as maiores imperialistas, a Inglaterra, Rússia, Estados Unidos, França, Alemanha e Japão (Lenin, 2012, p. 115).

estendeu até a metade do século XX. Harvey (2014) vai denominar esse período (1870-1945) como a “A ascensão dos imperialismos burgueses”.

Contribuindo com esse pensamento, Harry Magdoff, em seu livro *A era do Imperialismo*, faz a discussão sobre o *Novo Imperialismo*, nascente no século XIX. Para ele, esse imperialismo está pautado no controle e domínio de países para a expropriação do capital e uma posição hegemônica e ideológica, feitas pela Inglaterra e as novas nações industriais. Suas intenções imperialistas têm uma posição clara e prática, expansão ao “mercado mundial e às fontes de matéria-prima”.

A diferença estrutural que distingue o novo do velho imperialismo é a substituição de uma economia, na qual muitas firmas competiam, por outra, no qual compete um punhado de corporações gigantescas, em cada indústria. Além disso, durante esse período, o avanço da tecnologia de transportes e comunicações e o desafio à Inglaterra, lançado pelas novas nações industriais, trouxeram ao palco imperialista mais dois figurantes: a intensificação da lista competitiva na arena mundial e a maturação de um sistema capitalista realmente. Nessas circunstâncias, a competição entre grupos de corporações gigantescas e seus governos têm lugar em todo o globo: nos mercados das nações avançadas, do mesmo modo que nos das nações semi-industrializadas ou não-industrializadas. A luta das nações industrializadas pelo poder, bem como pelo controle colonial e informal das regiões economicamente atrasadas, é somente uma fase dessa guerra econômica e apenas um atributo do novo imperialismo (Magdoff, 1978, p. 10).

E em outra passagem é reforçado que esse novo imperialismo, em sua ânsia por controle e domínio territorial,

[...] não deixou intacto nenhum canto da Terra: o mundo todo foi transformado e adaptado às necessidades das novas indústrias, dominantes em cada uma das nações industrializadas e à rivalidade destas nações, sob a pressão de tais necessidades (Magdoff, 1978, p. 33).

Contudo, essa disputa hegemônica e territorial vai ganhar novos caminhos a partir da I e da II Guerra Mundial, desenhando-se um novo cenário político, econômico e ideológico, resultado desses conflitos. E, se apresenta, neste momento, a terceira etapa do imperialismo identificada por Mészáros (2001). De fato, a partir desses acontecimentos históricos, começou a ruir a força dessas grandes potências mundiais, como a Inglaterra, a França, bem como “[...] o mapa do mundo que começava a mudar

de cor à medida que avançava a descolonização” (Harvey, 2014, p. 12), configurando um novo e único poder global, que será os Estados Unidos.

[...] Desde 1945, o novo fenômeno é a tomada da liderança de todo o sistema imperialista pelos E.U.A. Em razão de sua maturidade econômica e força militar e da derrota infligida aos rivais, na guerra, os Estados Unidos tornaram-se aptos a organizar e a liderar a rede imperialista de nossos tempos (Magdoff, 1978, p. 43).

Desde o fim da Segunda Guerra até a atualidade, tem-se o pleno conhecimento do domínio político, econômico, administrativo e ideológico dos Estados Unidos, mundialmente, saindo da guerra como a potência mais dominante, sendo líder em tecnologia e produção. Por isso, desde a década de 1940, vemos sua influência em todos os continentes, ora atuando, controlando, apoiando e derrubando poderes estatais²³, e ora, influenciando no poder econômico dos países capitalistas. Além do mais, alteram agendas políticas e econômicas, buscando “[...] construir uma ordem internacional aberta ao comércio e ao desenvolvimento econômico, bem como à rápida acumulação do capital em termos capitalistas” (Harvey, 2014, p. 52).

Por isso, através do acordo o Bretton Woods²⁴, no findar da II Guerra Mundial, instaurou um sistema financeiro mundial para estabilizar a economia, além de estabelecer o Dólar como moeda mundial. Para fazer o acompanhamento e controle, criou instituições como: o Banco Mundial, o Fundo Mundial Internacional (FMI), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco de Compensações Internacionais (BIS), entre outras.

²³ “Os Estados Unidos usaram seu poder militar superior para proteger regimes e clientes de todo o mundo que fossem favoráveis aos interesses do país. A derrubada de Mossadegh, que nacionalizaram os campos petrolíferos do Irã, sua substituição pelo Xá em 1953 [...] para cuidar dos interesses norte-americanos na região do Golfo foram um desses exemplos”. (Harvey, 2014, p. 51). Outros como apoiar a derrubada de governos eleitos democraticamente, como já fizeram na Guatemala, Brasil, no Congo, República Dominicana, Indonésia, Chile, entre outros (Harvey, 2014, p. 52).

²⁴ O Acordo de Bretton Woods aconteceu em julho de 1944, antes mesmo do fim da II Guerra Mundial. Os países se encontravam em recessão, escassez de crédito, queda na produção, desemprego, entre outras consequências. Muito disso em decorrência da depressão econômica ocasionada pela crise de 1929 e dos altos custos da guerra. O sistema capitalista mundial estava em colapso, era preciso equilibrar e reorganizar o funcionamento da economia. Por isso, quarenta e quatro países, inclusive o Brasil, se reuniram na cidade de Bretton Woods, como o objetivo de reconstruir o capitalismo mundial, a partir de um sistema de regras que regulasse a política econômica internacional, como: estabilidade econômica, congelamento da moeda (a do dólar), criação de instituições financeiras mundiais de regulação, entre outras ações.

A organização do sistema imperialista de após-guerra processou-se através das agências internacionais estabelecidas por volta do fim da guerra: Nações Unidas, Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, em cada uma das quais os Estados Unidos conseguiram, por várias razões, exercer papel de líderes. O sistema foi consolidado através das atividades da UNRRA, do Plano Marshall e vários programas de ajuda econômica e militar financiados e controlados por Washington (Magdoff, 1978, p. 43).

Para Harvey (2014, p. 52), as instituições foram “[...] projetadas para coordenar o crescimento econômico entre as potências capitalistas avançadas e levar o desenvolvimento econômico de estilo capitalista ao resto do mundo não comunista”. Lembrando que depois da Segunda Guerra Mundial, iniciou-se uma disputa hegemônica, política e ideológica entre Estados Unidos (país capitalista) e União Soviética (país comunista), por domínio e expansão territorial de suas forças, a chamada Guerra Fria que avança por décadas de disputas, separando países (como caso da Alemanha Oriental e Ocidental, através do Muro de Berlin), fazendo embargo econômico (como o caso de Cuba, em 1958), interferindo em eleições, promovendo guerras e entre outros fatores.

Os Estados Unidos tinham o poder de reverter e controlar países, regiões e continentes, fragmentando-os e levando a dependência política, administrativa e econômica. Segundo Harvey (2014 p. 52-53), “[...] não só dominantes como hegemônicos, no sentido de sua posição como Estado superimperialista basear-se na liderança em favor das classes proprietárias e das elites dominantes onde quer que existissem”. E o autor continua, “[...] os Estados Unidos também passaram a ser vistos como a principal máquina de acumulação do capital, máquina capaz de arrastar o resto do mundo em seus trilhos” (Harvey, 2014, p. 53).

E esse domínio hegemônico de controle dos países e continentes será evidenciado na dependência dos países latino-americanos. Depois de sofrer com a colonização dos espanhóis e portugueses, desde o século XV, com retirada dos recursos naturais, massacres e a exploração do trabalho dos nativos e de escravos, agora ficamos dependentes na esfera política, econômica e financeira. Mais do que isso, ficamos refém de seu domínio e ainda somos “saqueados” na exploração dos recursos naturais. Como bem enfatiza Eduardo Galeano, em sua obra clássica, *As veias abertas da América Latina*,

A crescente dependência de provisão estrangeira decreta uma também crescente identificação entre os interesses capitalistas norte-americanos na América Latina e a segurança nacional dos Estados Unidos. A estabilidade interna da primeira potência mundial se mostra intimamente ligada aos investimentos norte-americanos ao sul do rio Bravo. Cerca de metade desses investimentos é dedicada à extração de petróleo e à exploração de riquezas minerais, “indispensáveis à economia dos Estados Unidos tanto na paz como na guerra. [...] No Brasil, as esplêndidas jazidas de ferro do vale do Paraopeba derrubaram dois presidentes, Jânio Quadros e João Goulart, antes que o marechal Castela Branco, assaltante do poder em 1964, amavelmente as cedesse à Hanna Mining Co. Outro amigo anterior do embaixador dos Estados Unidos, o presidente Eurico Dutra (1946-51), concederá à Bethlehem Steel, alguns anos antes, os 40 milhões de toneladas de manganês do estado do Amapá, umas das maiores jazidas do mundo, tem troca de 4 por cento para o Estado sobre as rendas da exportação (Galeano, 2020, p. 192-194).

Essa realidade denunciada por Galeano, em 1971, aponta a dependência dos países e seus políticos para com o capital internacional, que se prolonga por décadas, sendo feita a partir de uma grande falácia realizada por políticos, e que Galeano (2020, p. 197), em 1971, vai afirmar que na América Latina era normal: “*sempre se entregar os recursos em nome da falta de recursos*”. E essa exploração e expropriação dos recursos pelas nações, grandes corporações e monopólios industriais, continua com mais voracidade e destruição. Ainda hoje temos esse domínio e controle desses monopólios em nossos territórios, explorando, dominando e retirando os recursos. E isso se comprova a partir da matéria publicada no Jornal “*Ojo Público*”, do Peru, em 11 de junho de 2021, intitulada: *Los principales bancos del mundo financian a petroleras que impactan el la Amazonía*²⁵. A matéria se baseia em um relatório que mostra o grau de risco de investimentos desses bancos nas empresas que retiram o petróleo e o gás. E aponta que os grandes bancos mundiais, representando o capital financeiro, como JPMorgan, HSBC e Deutsche Bank investem e financiam as empresas de petróleo e gás na Amazônia; nenhum dos bancos mostrado, era de baixo risco, todos de alto risco de investimentos. Mais do que isso, é o grande risco que essas empresas afetam o território na retirada do petróleo e do gás. Segundo a matéria, os maiores riscos estão no desmatamento, na perda da biodiversidade, no fim dos direitos indígenas, na poluição e na corrupção (Castro, 2021), pois “*Todos las*

²⁵ Para ter acesso a matéria, segue o link: <https://ojo-publico.com/2874/principales-bancos-financian-petroleras-que-impactan-en-la-amazonia>.

*entidades analizadas todavía tienen un potencial grado de financiamiento a la destrucción de la Amazonía*²⁶ (Castro, 2021, s/p.).

Essa “invasão” dos grandes monopólios, corporações, fundos de investimentos com apoio do capital financeiro na América Latina e no Brasil, fica evidente naquilo que Rosa Luxemburgo afirma, sobre a conquista imperialista em territórios não-capitalistas ou nas sociedades pré-capitalistas. A configuração dos países latino-americanos tem esses traços, de uma economia pré-capitalista. Por isso, a voracidade a que esses grupos chegam, se apossam e dominam os territórios do continente. Não é por acaso que a política neoliberal²⁷ tem suas primeiras experiências aqui na América Latina, iniciando com o golpe de Estado no Chile, em 1973. E uma dessas características neoliberais é tirar do mercado competidores, ou melhor, concorrentes das grandes corporações/monopólios.

Se tirar como exemplo o Brasil, temos claro o processo de chegada do capital internacional e das empresas monopolistas imperialistas, a partir do processo de industrialização, que se iniciou na década de 1930 e 1940, bem como o fortalecimento e controle no período dos governos militares, de 1964 a 1985. Como já foi mencionado acima por Eduardo Galeano, onde governos brasileiros cederam para empresas a exploração dos recursos naturais, além da retirada dos mesmos são as drásticas consequências que essas empresas geram, como exploração da força de trabalho, poluição e destruição ao meio ambiente, entre outros fatores. Segundo Xavier (2016, p. 148), no Brasil,

[...] as relações sociais de produção de alguns setores, como o sucroalcooleiro, marcadas pela superexploração da força de trabalho, associadas à forma de negociação do capital das agroindústrias (ações nas bolsas das principais economias mundiais) atestam a

²⁶ Tradução: “*todas as entidades analizadas ainda têm um grau potencial de financiamiento para a destruição da Amazônia*”.

²⁷ As políticas neoliberais estão pautadas na ideia de descentralização e autonomia, abertura comercial, desregulamentação e privatizações das instituições públicas. Segundo Casanova (2005, p. 67), a política neoliberal que se iniciou no fim do século XX tinha como objetivos centrais: a privatização dos recursos públicos; a desnacionalização das empresas e patrimônios dos Estados e povos; o enfraquecimento e a ruptura dos compromissos do Estado social; a “desregulagem” ou supressão dos direitos trabalhistas e da previdência social dos trabalhadores; o desamparo e a desproteção dos camponeses pobres em benefício das grandes companhias agrícolas, particularmente as dos Estados Unidos; a mercantilização de serviços antes públicos (como a educação, a saúde, a alimentação, etc.); o depauperamento crescente dos setores médios; o abandono das políticas de estímulo aos mercados internos; a instrumentação deliberada de políticas de “desenvolvimento do subdesenvolvimento” com a finalidade de “tirar do mercado” globalizado os competidores das grandes companhias.

inferência acima exposta. Grandes corporações empresariais ligadas à pecuária, bem como à produção de soja, milho, cana-de-açúcar, assim como à extração mineral, dentre outros produtos primários, muitas delas transnacionais, têm aproveitado da disponibilidade de força de trabalho e de recursos naturais pertencentes aos países periféricos (especialmente países da América Latina e da Ásia) com o propósito de garantirem altos patamares de lucros.

O autor exemplifica muito bem essa dependência e o avanço do capital internacional pelos grandes grupos corporativistas estrangeiros que dominam, centralizam e monopolizam a matéria-prima e os meios de produção em nosso país. É a forma que o imperialismo atua desde o século XIX, hoje como um “novo imperialismo”, como afirma Harvey (2014). Já Xavier (2016, p. 148) pondera que é preciso “[...] considerar, portanto, que esse novo imperialismo (ao menos no caso brasileiro), tem se amoldado mediante o imperativo do capital financeiro e sob a hegemonia do agronegócio [...]”. Conceito este que ganhou destaque nas últimas décadas no Brasil. Segundo Leite e Medeiros (2012), seu termo está associado à noção de *agribusiness*, cunhado na década de 1950, nos Estados Unidos, buscando expressar as relações econômicas (tanto as mercantis, financeiras e tecnológicas) do setor agrícola e pecuário com o setor industrial. Por aqui, na década de 1990, será substituído pelos termos, *agroindústria* ou *complexo agroindustrial*. A partir dos anos de 2000, o termo *agribusiness* será substituído nos escritos da academia, nos jornais, na política e no senso comum, por *Agronegócio*, [...] para referir-se ao conjunto de atividades que envolvem a produção e a distribuição de produtos agropecuários” (Leite; Medeiros, 2012, p. 82).

Por fim, encerra-se estes últimos dois itens estruturantes, pontuando ter cumprido com o que foi proposto de entender e de conceituar alguns aspectos fundamentais sobre a constituição dos monopólios e de seu estágio, o Imperialismo, bem como, as duas categorias apresentadas: Capital Financeiro e a Expropriação. Categorias estas que vão estar presente na atuação do nosso objeto de estudo, cabe, agora, buscar o entendimento sobre a categoria **Eco-imperialismo**, para, em seguida, encontrar a definição do conceito que estamos estudando: o **Agroimperialismo**.

1.4 ECO-IMPERIALISMO: ÁPICE DA REPRODUÇÃO SOCIOMETABÓLICA DO CAPITALISMO

O Eco-imperialismo é um conceito já apresentado em análises por pesquisadores, estudiosos e escritores, como Alencar (2024) e o italiano Paul Driessen, no livro: *Eco-Imperialismo: potere verde, morte nera* (Eco-imperialismo: poder verde, morte negra), de 2003. A intenção, neste momento, é trazer alguns elementos sobre esta categoria e buscar compreender que o Eco-Imperialismo é um conceito macro, em escala mundial da materialização do capital, como caminho para monetizar e comercializar a partir do ecológico, do meio ambiente, dos recursos naturais, sob a égide da reprodução sociometabólica do capitalismo, em busca do acúmulo e de lucro. Um poder devastador e destruidor do modo de produção, como forma de expansão, dominação, centralização e expropriação socioeconômica expressando o poder Eco-imperialista.

A palavra “Eco”, vem do grego *oikos*, que significa “casa”. Por isso, que Ecologia é a ciência que estuda as relações dos seres vivos e suas interações com o meio ambiente, onde habitam e vivem dentro dos ecossistemas, buscando compreender a estrutura, as funções, as relações, as dinâmicas e como diferentes organismos, comunidades, populações coexistem e interagem entre si. A busca pelo entendimento do ecológico é essencial para a construção de medidas de preservação, conservação, tanto do meio ambiente onde vivem os seres vivos, como dos recursos naturais, para a sobrevivência dos ecossistemas.

Ecossistemas que estão eminentemente sob ataque, correndo o risco de serem destruídos ou de serem aniquilados pela reprodução material do capital, considerando que o modo de produção capitalista tem por base o controle, dominação e expropriação dos meios materiais de produção, que são as matérias-primas, terra, recursos naturais (incluindo a natureza humana) necessários para o processo produtivo do desenvolvimento do capital. Para obter tais meios produtivos, o capital não faz cálculo, não se preocupa com fatores de destruição ou de devastação de *habitats*, perda da biodiversidade, mudanças climáticas, nem mesmo que gere degradação ambiental ou, ainda, impactos sociais, culturais e de saúde coletiva, o que importa é o mercado e a corrida pela acumulação de lucros, nem que isso leve a extinção de várias espécies ou que possa aniquilar a raça humana. Ecologia, meio

ambiente, recursos naturais, para o capital, são sinais de transformação em mercadoria.

O teólogo, filósofo e escritor Leonardo Boff, em 1999, já nos alertava sobre a destruição de nossa casa comum, o planeta Terra. Segundo o escritor, há um descuido e um descaso daqueles que buscam destruir e devastar a natureza, os ecossistemas em prol de interesse do capital.

[...] Solos são envenenados, ares são contaminados, águas são poluídas, florestas são dizimadas, espécies de seres vivos são experimentadas; um manto de injustiça e de violência pesa sobre dois terços da humanidade. Um princípio de autodestruição está em ação, capaz de liquidar o sutil equilíbrio físico-químico ecológico do planeta e devastar a biosfera, pondo assim em risco a continuidade do experimento da espécie *homo sapiens demens* (Boff, 1999, p. 20).

Segundo Duarte (2012), nos últimos tempos tem-se identificado uma nova reconfiguração das condições da reprodução do capital, que se manifesta de forma hegemônica na Ecologia. Com novos traços, o capital avança com conceitos revigorados de ambientais, ou ecológicos, que vendem uma ideia, argumentos falsos ou escondem o real motivo, o avanço voraz do capital sobre os recursos naturais para obtenção de matéria-prima para a produção. Isso se traduz, por exemplo, em ações e políticas como: economia verde, energia renovável e limpa, fundo verde, preservação ambiental sustentável, acordos comerciais e climáticos, como o *Green New Deal* (Novo Acordo Verde), entre outros. Uma forma do sistema do capital romantizar, através da ideologia do mercado econômico e financeiro, em um *capitalismo verde*, ou ainda, naquilo que Saito (2024) chamou de *Greenwashing* (lavagem verde), onde o modo de produção do capital usa como disfarce a preocupação ambiental.

Materializa-se o que está sendo apontado acima, de forma prática e contraditória, na expansão do capitalismo, que assume uma face de “Eco” mercadoria do meio ambiente, via financiamento de recursos públicos. No Brasil, por exemplo, tem uma linha de crédito – FINEM – Meio Ambiente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), onde o banco financia empreendimentos, empresas, monopólios industriais, que reduzam o uso de gases ou utilizem produtos de fontes recicláveis e renováveis; que recuperem e conservem ecossistemas e biodiversidade, em áreas degradadas, mineradas ou contaminadas. O contraditório é que muitas empresas destroem, devastam, degradam o meio

ambiente, avançam em áreas de preservação legal, ao mesmo tempo, encontram recursos públicos para financiar a produção. A matéria *Fundos ‘verdes’ do BNDES emprestaram R\$ 1,8 bi para empresas multadas pelo Ibama*, publicada em março de 2024, retrata o que estamos afirmando. Grandes empresas, muitas mineradoras, como a Vale S. A., Anglo American, Braskem, entre outras, utilizaram de recursos para financiar a exploração de minérios, que segundo a matéria era proveniente do Finem – Meio Ambiente, que é voltado para investimentos sustentáveis. Porém, as mesmas empresas que obtiveram os recursos foram autuadas em multas e por violações ambientais, que chegaram a um total de R\$ 590 milhões (Oliveira, 2024, s/p.).

A exemplo destas políticas de financiamento por banco de fomento, no caso do BNDES, perpassa também em países imperialistas hegemônicos, como o Estados Unidos, que estão no centro de debates e discussões de cúpulas e conferências mundiais sobre aquecimento global, mudanças climáticas, economia sustentável, etc. Por um lado, buscam realizar acordos comerciais e ambientais multilaterais, barreiras tarifárias ou não-tarifárias, entre outras medidas, com o objetivo de diminuir a emissão de gases poluentes, na busca de preservação ambiental, da proteção a camada de ozônio e da biodiversidade, gestão sustentável de produtos químicos etc. Entretanto, de outro lado, os EUA é o país que cobra e faz tratados e acordos internacionais sobre poluição, ao mesmo tempo é um dos principais países que mais polui no mundo na emissão de gás carbônico (CO₂).

Marques (2023) aprofunda esta contradição americana a partir da fala do Presidente Joe Biden, em declaração em janeiro de 2021. Assim expressou: “*É chegado o momento de tratar com maior senso de urgência essa ameaça próxima que nos confronta, a mudança climática. [...] Por isso, estou assinando hoje uma ordem executiva. [...] Para enfrentar a ameaça existencial das mudanças climáticas. Essa é uma ameaça existencial*” (Marques *apud* Biden, 2023, p. 58). Ao mesmo tempo, depois de um ano do seu discurso, em janeiro de 2022, Biden já tinha superado o seu antecessor, Donald Trump, em emissão de licença para a extração de petróleo em terras públicas dos Estados Unidos, bem como a abertura de leilões de licenças para a extração e exploração de petróleo e gás natural, em mais de 58 mil hectares de terras públicas federais, em vários estados americanos. Esta ação, aponta Marques (2023), deu a chance de superar e competir com a Rússia no fornecimento de combustíveis fósseis em escola mundial. É desta maneira que países como os

Estados Unidos buscam, através de sua força hegemônica mundial, manter seu poder, via imposição Eco-imperialista. O que nos remete a Mészáros (2021), quando este apresenta a ideia de um *Estado Coercitivo Global*. Onde os Estados Unidos utilizam-se de sua força militar, posição ideológica e a política internacional como instrumento hegemônico de violência e repressão global perante outros países, pelo domínio e expropriação de territórios e de recursos materiais.

Em tempo, sobre os dados alarmantes da emissão de gás carbônico que ameaçam o sistema ecológico global, Saito (2024) apresenta que os Estado Unidos é o segundo maior poluidor de CO₂, com 14,5%, atrás apenas da China, com 28,2%. O fruto do aquecimento global decorrente da produção e crescimento econômico do capital, que é puxado pelos 10% dos países mais ricos do mundo, segundo Saito (2024), citando os dados da Oxfam, ou seja, estes países são os responsáveis pela emissão de mais da metade do CO₂, ou, ainda, segundo Marques (2023, p. 58), “[...] os governos do G20 em geral, responsáveis por 80% das emissões globais de GEE (*gases efeito estufa*), comandam em conjunto, de resto bastante harmoniosamente, o processo em curso de colapso socioambiental. [...]” (em itálico, do autor). Materializa-se a preocupação da grande concentração de gás carbônico, a partir dos dados da década de 2001-2010, que cresceu entre cem e duzentas vezes mais rápido do que a idade do gelo (entre 15 mil a 11.700 anos), ou ainda, nos últimos 50 anos, a taxa de crescimento triplicou, dados apresentados por Marques (2023) que demonstraram,

[...] Já em 2013, quando as concentrações atmosféricas de dióxido de carbono haviam atingido 395 ppm (*partes por milhão*), sua taxa de aumento era considerada sem precedentes nos últimos 55 milhões de anos. Em abril de 2021, elas atingiram 421,2 ppm, as mais altas dos últimos três milhões de anos, sendo que as concentrações típicas do Holoceno (11.700 AP até 1950) não excediam 280 ppm. [...] Em termos de nossa capacidade de perturbar coordenadas cruciais do sistema Terra, dez anos de nossa história presente equivalem agora, por assim dizer, a séculos de nossa história pregressa. (em itálico, do autor) (Marques, 2023, p. 48).

Alencar (2024) publicou a matéria no Portal Ambiente Legal, em março de 2024, intitulada “*Enfrentando o Complexo Eco-imperialista*”. Na ocasião, o autor apresentou que os EUA buscam justificar sua posição hegemônica global, com discursos e pautas ambientais, uma forma de imposição Eco-imperialista, ou uma prática de impor agendas verdes. De acordo com Alencar (2024, s/p.), “ao liderar coalizões sobre mudanças climáticas e ao pressionar por padrões ambientais mais

rígidos, os EUA se posicionam como guardiões do meio ambiente, legitimando sua intervenção em diversas regiões sob o pretexto de proteção ecológica”. Desta maneira, em nome do discurso verde, da ecologia, torna-se o poder hegemônico imperialista, perante a geopolítica mundial, na disputa por territórios e áreas com recursos naturais para a obtenção de matérias-primas. A exemplo disto é o conflito entre os países da Ucrânia (com apoio dos EUA) e Rússia, entre os motivos políticos e econômicos está a disputa e competição pelo gás natural, sendo que a Rússia é uma das maiores produtoras do mundo. Os recursos naturais continuam sendo um campo de batalha global.

A dimensão geopolítica do eco-imperialismo é uma faceta complexa e multifacetada das relações internacionais contemporâneas, mas se resume na instrumentalização de discursos, políticas e normas ambientais por potências ocidentais para a manutenção e expansão de sua influência global (Alencar, 2024, s/p.).

Segundo a matéria de Alencar (2024), existe um complexo de interesses estrangeiros, que a denomina de Complexo Eco-imperialista, que atuam no Brasil em várias frentes com o intuito de dominar, controlar e expropriar os recursos naturais e influenciar políticas ambientais em solo brasileiro. Isso ocorre, através de um sistema que atua desde o político até o econômico, moldando agendas políticas e ambientais, em favor de um sistema transnacional, com interesses estrangeiros no território nacional. Pode-se definir esse Complexo Eco-imperialista, de base bem articulada, como “[...] uma rede de elites intelectuais, jurídicas, políticas, burocráticas e coercitivas, que operam com o objetivo de alterar as relações de poder no seio das elites, acorrentar a soberania brasileira, além de isolar e controlar a Amazônia” (Alencar, 2024, s/p.).

Na obra do italiano Paul Driessen, *Eco-Imperialismo: potere verde, morte nera*, que foi traduzido em inglês, em 2005, por *Eco-imperialism: green power black death*²⁸, o escritor deixa claro, já no início do século XXI, que o Eco-imperialismo são as corporações, nações, empresas, monopólios que são um tipo de “vírus” do neocolonialismo, que impõem políticas ambientais em nações de terceiro mundo ou em desenvolvimento. Para o autor, as iniciativas ecológicas e ambientais globais que

²⁸ A obra não foi traduzida para a língua portuguesa. A leitura e análise do livro foram realizadas por tradução nossa, em aplicativo de tradutor de autoria própria.

são promovidas por corporações, ONGs, nações com força industrial, causam graves consequências destrutivas e devastadoras a estes países com dificuldade, pois camuflam a real intenção, que é o controle, dominação de áreas ambientais.

Driessen (2005) aponta que as raízes do Eco-imperialismo residem na *Corporate Social Responsibility*, traduzindo, Responsabilidade Social Corporativa (RSC). Ele aponta que por ter a RSC, as empresas buscam adotar medidas e políticas ecológicas e ambientais, que atendam aos critérios exigidos por órgãos ou nações para reduzir gases, preservar, conservar, etc., entretanto, ignoram o poder destruidor e devastador da produção, gerando degradação do meio ambiente, contaminação, doenças à saúde coletiva, exploração de áreas ecológicas, devastação e destruição de ecossistemas, extinção de espécies, etc., não importando o que aconteça, o importante é a maximização do lucro. Como afirma Driessen (2005), citando Gary Johns, “é ser um capitalista voraz”.

Sobre o RSC citada por Driessen (2005), temos a *Environmental, Social and Governance (ESG)*, traduzido como Ambiental, Social e Governança, definidas pelo Banco Mundial, em um Pacto Global. O termo foi criado em 2004, onde as organizações e instituições financeiras precisavam respeitar e integrar em suas práticas fatores ambientais, sociais e de governança. No Brasil, por exemplo, temos a empresa “B3” (Brasil, Bolsa e Balcão), que realiza o *Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3)*. O objetivo da ISE B3 (2024, s/p.):

[...] é ser o indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de empresas selecionadas pelo seu reconhecido comprometimento com a sustentabilidade empresarial. Apoiando os investidores na tomada de decisão de investimento e induzindo as empresas a adotarem as melhores práticas de sustentabilidade, uma vez que as práticas ESG (Ambiental, Social e de Governança Corporativa, na sigla em inglês) contribuem para a perenidade dos negócios.

No livro, Driessen (2005) aponta para a necessidade das corporações contribuírem com as sociedades, para legitimar e ter estatuto corporativos e liberdade para operar, não importando os danos ao meio ambiente, considerando que “[...] em uma era de ‘barões ladrões’, poluição desenfreada, ‘lojas de empresa’ e trabalho infantil, Milton Hershey foi notável pela sua benevolência tanto para com os órfãos

quanto para com os empregados”²⁹, como expressa Driessen (2005, p. 44). O autor usa o exemplo de dois empresários americanos Andrew Carnegie e John D. Rockefeller, o primeiro grande industrial da siderúrgica e o segundo foi grande empresário do petróleo, sendo o pioneiro a monopolizar o petróleo nos EUA. Os dois, além de grandes industriais, foram filantropos, ajudando, por meio de suas fundações, países do terceiro mundo, “[...] – tendo passado suas vidas construindo impérios e, às vezes, abusando de funcionários e levando concorrentes à falência – dedicaram seus anos de aposentadoria e fortunas realizando boas ações e financiar causas valiosas, para reabilitar suas reputações”³⁰ (Driessen, 2005, p. 45). Já citamos a Rockefeller, no texto de Islam (2004), quando o mesmo apresenta que nações e fundações, como a Rockefeller e a Ford, adentraram em seu país, Bangladesh, impondo ideologicamente através de propaganda produtos geneticamente modificados, via revolução verde.

Embora histórias difamatórias de ganância e maldade corporativa ainda dominem as manchetes de primeira página e os roteiros de filmes de Hollywood, a maioria das empresas há muito tempo tem sido bons cidadãos corporativos. No mínimo, elas obedeciam rigorosamente às leis e apoiaram famílias e instituições em suas comunidades. Ao longo dos anos, muitas passaram a perceber que suas ações podem gerar efeitos sociais, econômicos e ambientais significativos em nível local, regional ou internacional, e que precisam enfatizar a responsabilidade e a capacidade de resposta de longo prazo em vez dos lucros de curto prazo³¹ (Driessen, 2005, p. 45).

As análises de Paul Driessen, em 2005, apontam que através de campanhas de publicidades das corporações e nações industriais, sobre agendas, políticas ambientais, discurso verde, compromisso ecológico, via Responsabilidade Social Corporativa, legitimam uma ideologia enganosa, cobrindo o real interesse, que é o controle, dominação, exploração e expropriação dos recursos naturais. Foster (2011)

²⁹ No original: “In the era of “robber barons” rampant pollution, “company stores” and child labour, Milton Hershey was notable for his benevolence toward orphans and employees alike”.

³⁰ No original: “Having spent their lives Building empires and, at times, abusing employees and driving competitors into oblivion – devoted their retirement Years and fortunes to performing good deeds and endowing worthwhile causes, to rehabilitate their reputations”.

³¹ No original: “Although scurrilous tales of corporate greed and evil still dominate page one headlines and Hollywood movie scripts, most companies have long been good corporate citizens. At the very least, they scrupulously obeyed the laws, and supported families and institutions in their communities. Over the Years, many came to realise that their actions can generate significant social, economic and environmental effects at the local, regional or international level, and that they need to emphasise long term responsibility and responsiveness over short term profits”.

reconhece que a publicidade tem uma “função dominante”, um instrumento do *marketing* moderno que referenda a posição e força hegemônica de nações e de corporações no estágio monopolista do capitalismo. Segundo ele, inclui-se promoção de vendas, gestão de produtos, pesquisas motivacionais, etc., citando que, em 2005, os Estados Unidos gastaram cerca de 9% do PIB, o que correspondeu a US\$ 1 trilhão, nas várias formas de *marketing* (Foster, 2011), num contexto de “[...] discurso vazio sobre responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e princípios de precaução, dizem os ativistas, mas fora isso, é apenas negócios como sempre”³² (Driessen, 2005, p. 48). Pensamento que é apresentado por Harvey (2016) no seu texto sobre a contradição entre capital e natureza.

[...] Em primeiro lugar, como é importante que o capital vista o manto da responsabilidade ambiental como fundamento legítimo do ambientalismo das grandes empresas do futuro. Desse modo, ele poderá dominar os discursos ecológicos – isto é, definir a natureza segundo seus termos (em geral monetizados, com o auxílio de análises de custos e benefícios) – e tentar resolver a contradição entre capital e natureza de acordo com seus interesses de classe (Harvey, 2016, p. 254).

O que Driessen (2005), Harvey (2016) e Foster (2011) apontam acima não foge da realidade atual. Utilizamos o exemplo da empresa Vale S. A., uma das principais mineradoras do mundo, onde ocorreu o rompimento da Barragem da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, Minas Gerais, em 25 de janeiro de 2019. Um impacto cultural, social, econômico e ambiental que não tem um prazo para reparação dos danos, isto se tiver recuperação a destruição e devastação ocorrida em 2019. A tragédia ocasionou a morte de 272 pessoas, dentre elas duas mulheres grávidas, além de três pessoas que não foram encontradas. A reflexão sobre este fato histórico, buscando demonstrar o que estamos pontuando, com base na afirmação que a empresa representa uma fração ampliada dentro de um sistema Eco-imperialista mundial, duas análises são pertinentes em realizar. Primeira: a tragédia em Brumadinho gerou um acordo judicial de reparação integral, que foi realizado em 4 de fevereiro de 2021, com o governo de Minas Gerais, no valor de R\$ 37,7 bilhões, pontuando o que a Vale deverá fazer e o pagamento de indenizações, sabendo que é

³² No original: “They give lip service to social responsibility, sustainable development and precautionary principles, activists say, ‘but otherwise it’s just business as usual’”.

necessário a reparação socioeconômica e socioambiental das comunidades afetadas, de acordo com o site da empresa (Vale, 2024, s/p.). Destaca-se, ainda, que no Relatório da Administração, de 2021, a mineradora Vale teve um resultado de lucro líquido de R\$ 121,2 bilhões, ou seja, o acordo foi de 31,10% do lucro líquido (Vale, 2022, p. 7). Depois de devastar e destruir o meio ambiente e de vítimas fatais, o custo é menor do que o lucro. Como bem enfatizou Harvey (2016, p. 251), “[...] o capital nunca hesitou em destruir as pessoas, quando se trata de lucrar”. Segundo: a extração de minérios pela empresa Vale gera impactos ambientais, como degradação da paisagem, poluição, erosão, deslizamento de terras, etc., além dos impactos sociais e econômicos, na forma de exploração e retirada dos minérios, na exploração e precarização da força de trabalho, etc. O que a Vale faz de ações, medidas, projetos, etc., demonstra que a mesma está tendo Responsabilidade Social Corporativa (RSC), como aponta Driessen (2005), na reparação dos danos causados em 2019. Utiliza-se, como os autores identificam em suas obras, de propaganda ideológica em mídias, redes, TV, jornais, etc., divulgando que a empresa está atendendo as normas, as políticas e agendas ecológicas e ambientais. Entretanto, utiliza-se do mesmo discurso ideológico para legitimar a continuidade da exploração de minério e dos recursos naturais. Isso se concretiza, por exemplo, em duas propagandas de audiovisual que a mineradora Vale S. A. realizou nos últimos anos, a primeira sobre a tragédia de Brumadinho, que foi publicada em 01 de dezembro de 2022, nomeada de: *Nosso compromisso: priorizar as pessoas e garantir uma operação segura*³³.

Desde o rompimento da barragem de Brumadinho, que causou perdas humanas irreparáveis, firmamos um novo pacto com a sociedade: aprimorar nossa escuta e seguir comprometidos com a reparação dos danos causados às pessoas, comunidades e ao meio ambiente. Adotamos rigorosos padrões internacionais de gestão de barragens criadas em 2019 e assumimos o compromisso de eliminar todas as barragens a montante. Até agora, já eliminamos 40% delas. E seguiremos trabalhando por uma mineração sustentável, reduzindo impactos e atuando com transparência junto à sociedade (Vale, 2022).

A segunda propaganda, em 18 de dezembro 2023, como campanha de Natal, denominada de: *Tem a ver com a Vale*³⁴:

³³ O vídeo na íntegra está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fwp6HV3QCjE>.

³⁴ O vídeo na íntegra está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZvrlAsgkOV8>.

Os minérios que estão no avião, não teriam sentido sem o seu abraço de chegada. E nem o ferro na decoração de Natal, sem a alegria de ter todos juntos, o níquel do celular não teria sentido sem aquele sorriso roubado... ou sem a mensagem que você tanto esperava. E o cobre do relógio, sem o momento exato de celebrar, ou nas cores dos fogos, sem a esperança de mais um ano renovado. Quase tudo na vida tem a ver com a mineração. E transformar a mineração hoje, por um futuro melhor, tem a ver com a Vale (Vale, 2023).

As duas utilizam argumentos plausíveis, que justificam a extração e a exploração da mineração. Mais do que isto, as propagandas de audiovisual utilizam, por exemplo, imagens de ações de recuperação social, econômica, ambiental, de estudos para não devastar o meio ambiente, de pactos ambientais para corrigir os erros; como é visto na primeira propaganda. Enquanto isso, na segunda propaganda, conforme citado, tem-se um texto que apela para a conexão entre as atividades de mineração e a esfera da vida pessoal, com registros de imagens que sugerem afetividade, inclusão social e racial, usando um tom emocional, justificando com isso a tomada de medidas e padrões internacionais para a construção de barragens; afirmando, ainda, que a extração de minérios é sustentável e que serão reduzidos os impactos. Quais impactos? Uma nova tragédia? Impactos ecológicos, ambientais de devastação e destruição da biodiversidade? E os impactos socioeconômicos das comunidades que vivem e sobrevivem da terra, da natureza? Essas questões nos remetem a Harvey (2016), que afirma que todos os projetos ambientais e ecológicos são projetos socioeconômicos, o que irá defini-lo é a intenção: o bem-estar das pessoas ou o lucro. Esta postura política de grandes empresas é simbólica e não substantiva, que de acordo com Harvey (2016) é conhecido como *greenwashing*, já citado acima por Saito (2024), onde se esconde o projeto de lucratividade, com um projeto de benefício para a vida das pessoas. Voltando-se para o caso da empresa Vale S. A., a mineração “sustentável” é sinônimo de degradação, exploração, destruição, devastação e morte, como bem enfatiza Paul Driessen no seu livro: *Eco-imperialismo, poder verde, morte negra*, que demonstra que as empresas, corporações, nações são engenhosas na promoção de políticas e agendas ambientais, para cobrir suas atuações de devastação e destruição, pois usam, segundo Driessen, o “manto” dos “guardiões do interesse público” ou da “responsabilidade social”.

Esticar a verdade... reinventar a realidade... substituir o exagero, a manipulação e a propaganda astuta pela honestidade... e brincar de forma irresponsável com a ética, a lei e os números – para promover produtos e programas, atrair investidores (ou donos), e convencer jornalistas, políticos, juizes e reguladores a transformar agendas corporativas e ativistas em políticas públicas coercitivas³⁵ (Driessen, 2005, p. 51).

Cabe muito bem a citação de António Guterres (engenheiro, político e primeiro-ministro português de 1995-2002), atual secretário-geral da ONU, na abertura de evento, sobre as mudanças climáticas, que Marques (2023, p. 24) apresenta:

Corporações multinacionais estão enchendo suas contas bancárias enquanto esvaziam o nosso mundo de suas riquezas naturais. Os ecossistemas tornaram-se brinquedos de lucro. Com nosso apetite sem limite por crescimento econômico descontrolado e desigual, a humanidade se tornou uma arma de extinção em massa. Estamos tratando a natureza como uma privada. E, finalmente, estamos cometendo suicídio por procuração.

Os escritos de Driessen (2005) deixam bem claro que muitas políticas ambientais em escala mundial são elaboradas para atender os interesses das corporações, dentro de uma política de responsabilidade social (RSC) ou de desenvolvimento sustentável, além de países desenvolvidos que se beneficiam da industrialização e a exploração intensiva de recursos naturais. De acordo com o autor, dentro de uma perspectiva etnocêntrica e hegemônica, o conceito de Eco-imperialismo surge como uma nova forma de imperialismo cultural e econômico, no qual as corporações e as nações desenvolvidas promovem seus próprios ideais econômicos ambientais e ecológicos, desconsiderando as necessidades socioeconômicas e a realidade das regiões menos favorecidas; da degradação e poluição do meio ambiente, de impactos devastadores tanto social e cultural das comunidades, entre outras ações destrutivas geradas pelo Eco-imperialismo. Driessen (2005) afirma que embora a preservação ambiental seja crucial e essencial, ela não deve ser utilizada como justificativa para perpetuar a pobreza e a miséria em escala global e em países em desenvolvimento.

³⁵ No original: “To stretch the truth... reinvent reality... substitute hype, spin and clever advertising for honesty... and play fast and Loose with ethics, the law and the numbers – in order to promote products and programmes, attract investors (or donos), and convince journalists, politicians, judges and regulators to turn corporate and activist agendas into coercive public policies”.

Neste momento, é pertinente trazer o conceito *Sul global*, elaborado por Kohei Saito, no livro *O Capital no Antropoceno*, em 2024. O Antropoceno é a era, uma nova época em que as atividades e ações humanas cobriram todo o planeta terra. Foi designado pelo químico holandês Paul Crutzen, em 2000. Para Saito (2024), nesta nova era, o homem, o antropoceno, tem esgotado os recursos naturais sob a lógica do capital, pois “[...] o capitalismo tem roubado tudo aquilo em que consegue botar as mãos, incluindo o petróleo, nutrientes do solo e metais raros. [...] as fronteiras externas da “natureza barata” das quais o capitalismo pode extrair e para as quais consegue transferir danos também estão desaparecendo”. Esse esgotamento e expropriação da natureza acontece em regiões ou povos do *Sul global*. Conceito utilizado para designar que alguém ou região padece com os efeitos causados pelo processo de globalização econômica do capital. Atualmente, não há fronteiras geográficas para que o Eco-imperialismo adentre, na forma de exploração da força de trabalho, da expropriação e controle dos recursos naturais.

[...] Sul global é um termo que indica uma região ou um povo que sofre os danos causados pela globalização. As questões do sul global eram chamadas anteriormente de questões Norte-Sul. Mas, com a ascensão dos países emergentes e a imigração para países desenvolvidos, a relação entre a posição geográfica e a desigualdade está se tornando menos óbvia. Até nos países desenvolvidos existem regiões que sofrem pobreza ou preconceito e também nos países emergentes há uma classe afortunada que não perde para os países desenvolvidos. [...] (Saito, 2024, p. 22).

Segundo Saito (2024), é no Sul global que se concentram as contradições do modo de produção Capitalista, onde corporações e países desenvolvidos adentram nestas regiões em um expansionismo destrutivo, por meio da retirada de recursos e de matérias-primas para produção e crescimento econômico, deixando grandes consequências, como desastres, destruição, devastação, poluição, etc. Para demonstrar isto na prática, Saito (2024) utiliza-se de exemplos, como da Mineradora Vale S. A., já analisada, das queimadas da floresta Amazônica pelo agronegócio brasileiro; além de citar a explosão da empresa de petróleo *British Petroleum* (BP), em 2010, que, ao explodir, derramou 750 milhões de litro de petróleo no mar, no Golfo do México, causando danos irreparáveis, afetando mais de 2.000 km de costa, e causando danos socioeconômicos, ambientais e de destruição de espécie da vida

marinha, tendo em vista que “esses desastres causados pelo homem são desastres anunciados”, afirma Saito (2024, p. 23).

Para sustentar tal afirmação, Saito aponta novamente o exemplo de Brumadinho, da empresa Vale S. A., pois, em 2015, já havia ocorrido um acidente semelhante na Barragem de Fundão, no município de Mariana, Minas Gerais, pertencente à empresa, com parceria da Samarco e BHP Billiton. No ocorrido, 19 mortes foram registradas, além do desastre atingir uma cidade próxima que foi invadida pela lama e demais rejeitos que se espalharam pela região, causando poluição na água e devastação do ecossistema. Cobranças, avisos, relatórios de especialistas foram apresentados, apontando para a ocorrência de um novo desastre. Entretanto, naquele momento, a prioridade da empresa não foi investir em segurança, proteção, orientação e medidas de contenção, etc. A prioridade foi a lucratividade, pois, conforme analisado, compensa o lucro, mesmo causando danos e prejuízos sociais e ambientais³⁶.

Outro elemento apresentado por Saito, dentro desta lógica Sul global, é o “estilo de vida imperialista”. Este conceito foi usado, segundo Saito (2024), pelos sociólogos alemães Ulrich Brand e Markus Wissen, demonstrando que o estilo de vida imperialista dos países desenvolvidos, representados pelo Eco-imperialismo, tem por base a exploração e sacrifícios da mão de obra, além da expropriação de recursos e energia no Sul global. O estilo, ou seja, o padrão de vida destes países desenvolvidos, é um modelo de produção e de consumo em massa, que é produzido pelo Sul global. Saito (2024) dá o exemplo da moda, das roupas *fast fashion*, o alto padrão de consumo exige-se a produção em grandes quantidades, feitas por trabalhadores em Bangladesh, que além de baixos salários, estão em condições precárias. O algodão, matéria-prima para a produção das roupas, vem dos agricultores da Índia, que trabalham em calor extremos. Além do mais, para atender a grande demanda, o sistema do capital agrícola introduziu no país o algodão transgênico. Para produzirem,

³⁶ Pasmem, eis a grande injustiça e contradição. Dia 14 de novembro de 2024, momento no qual estou fazendo a leitura e análise do livro de Saito, que cita o exemplo do desastre de Mariana, as redes de comunicação anunciaram que Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6), representado pela Juíza Patrícia Alencar Teixeira de Carvalho, decretou a absolvição das três empresas Vale, Samarco e BHP Billiton pela morte das 19 pessoas, ocorrida em 2015. A contradição, além de gerarem grande devastação e destruição ambiental, prejuízos socioeconômicos para as pessoas, a empresa sai sem nenhuma obrigação de reparação financeira. (Site de informações: <https://www.cartacapital.com.br/justica/mpf-vai-recorrer-da-absolvicao-de-reus-do-caso-samarco/>).

precisam comprar as sementes geneticamente modificadas das grandes corporações Eco-imperialistas, além de herbicidas, fertilizantes químicos, etc. Esse ciclo gera uma dependência com as corporações e financiamentos com o sistema bancário, além do mais, no caso de perda da colheita, os custos recaem para o agricultor. Segundo Saito (2024), é recorrente os casos de suicídio de agricultores. Além deste exemplo da moda, o autor menciona novamente o caso de Brumadinho, onde as autoridades, os moradores e os trabalhadores tinham ciência do risco de rompimento, mas a lógica da exploração e do lucro da empresa, além da necessidade econômica dos trabalhadores levou os mesmos a não terem outra opção, a não ser trabalhar na mineradora. Estes exemplos, apresentados por Saito, demonstram como o “estilo de vida imperialista” dos países desenvolvidos, do Eco-imperialismo, levam a destruição e devastação do meio ambiente, da perda da biodiversidade e da morte de pessoas. Enquanto os países desenvolvidos consomem e continuam ganhando, acumulando, o Sul global tende e deve continuar a perder. Por isso, que Saito (2024, p. 25) afirma, “quanto maior o sacrifício, maior o lucro das grandes empresas. Essa é a lógica do capital”, para que o mesmo possa manter a produção e o consumo em massa, do “estilo de vida imperialista”. Padrão este de “[...] vida tranquila nos países desenvolvidos só é possível com a exploração da mão-de-obra e da expropriação dos recursos naturais do Sul global” (Saito, 2024, p. 23).

[...] O alvo da expropriação do capitalismo não é apenas a força de trabalho, mas todo o ambiente terrestre. Recursos, energias e alimentos também são usurpados do Sul global através das “trocas desiguais” com os países desenvolvidos. O capitalismo trata os humanos como ferramentas da acumulação de capital e considera a natureza um mero objeto sujeito ao saque (Saito, 2024, p. 26).

Para entender este movimento do capital e sua lógica da exploração da força de trabalho e da expropriação da natureza, remete-se às raízes dos estudos de Marx. Em suas contribuições e análises, o autor traz as reflexões da relação do metabolismo natural entre o homem e a natureza. Marx (2017a) explica que há uma relação dialética de interdependência entre o ser humano e a natureza. É pela natureza que o ser humano encontra os meios e os recursos para a sua sobrevivência, é o metabolismo natural e social que o homem necessita, como condição natural de sua existência, transformando os meios e os recursos da natureza em produtos.

[...] o metabolismo entre homem e terra, isto é, o retorno ao solo daqueles elementos que são constitutivos e foram consumidos pelo homem sob forma de alimentos e vestimentas, retorno que é a eterna condição natural de fertilidade permanente do solo (Marx, 2017a, p. 702).

Este processo de metabolismo natural, entre o homem e a natureza, na forma de produtos, é gerado pela mediação da categoria trabalho. Trabalho enquanto uma atividade prática direcionada a um ato intencional, que o homem utiliza para transformar a natureza nos meios de sua condição natural de subsistência. De acordo com Marx (2020c, p. 549), “[...] a natureza é a fonte dos valores de uso (os valores de uso são, de fato, a riqueza real!) tanto quanto trabalho, trabalho que é a expressão de uma força natural, a força de trabalho do homem”.

Em seus escritos, Marx (2017a; 2020a; 2020b) demonstra que este processo natural entre o homem e a natureza é modificado e alterado a partir das relações do modo de produção capitalista. Isso se materializa, por exemplo, quando ele analisa a relação entre a agricultura e a grande indústria capitalista. No livro *I d'O Capital*, Marx (2017a) aprofunda esta relação de apropriação e expropriação da grande indústria para com a agricultura, destruindo as condições de interação do “homem” com a natureza ou com a terra, alterando a própria existência do ser humano, que vive e necessita da terra para sua sobrevivência. Modificando-se, de acordo com Marx, a relação metabólica entre o ser humano e a natureza. Pois, segundo ele, a indústria capitalista “[...] de um modo geral, aniquilou a naturalidade, tanto quanto é possível no seio do trabalho, e dissolveu todas as relações naturais em relações de dinheiro” (Marx, 2020a, p. 480).

E todo progresso da agricultura capitalista é um progresso na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo, pois cada progresso alcançado no aumento da fertilidade do solo por certo período é ao mesmo tempo um progresso no esgotamento das fontes duradouras dessa fertilidade. Quanto mais um país, como os Estados Unidos da América do Norte, tem na grande indústria o ponto de partida de seu desenvolvimento, tanto mais rápido se mostra esse processo de destruição. Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador (Marx, 2017a, p. 703).

Em seu sistema de produção, o capital apropria-se da força de trabalho e da natureza como instrumento de expropriação para obtenção e acúmulo de lucro, não

importando com a exploração desenfreada da destruição da terra, do solo, da natureza, da poluição do meio ambiente, da devastação dos ecossistemas e da perda da biodiversidade. Estas consequências intensificam, conforme avança a produção de mercadorias, o valor de uso das grandes indústrias, corporações, empresas e de nações que perpetuam a lógica do Eco-imperialismo.

O geógrafo David Harvey também aprofunda esta relação entre capital e natureza, identificado com uma das contradições do capital. No livro, *As 17 contradições e o fim do capitalismo*, aprofunda este conceito que estamos analisando: o Eco-imperialismo, na contradição 16, “*A relação do capital com a natureza*”, que ele chama de “*Ecossistema do Capital*”.

Harvey (2016) define o “*Ecossistema do Capital*” como a forma pela qual o modo de produção capitalista interage com o meio ecológico, especialmente com a natureza, de maneira exploratória e transformadora. A base de transformação de capital é a exploração dos recursos naturais das matérias-primas para o seu processo de produção, lucro e expansão econômica. Para este desenvolvimento, altera-se e modifica o meio ambiente, a natureza de forma predatória para atender a demanda do capital, com o objetivo da maximização e acúmulo de lucro. Para Harvey (2016), o *Ecossistema do Capital* é a exploração predatória da natureza, com base para sustentar o crescimento insustentável do capital. Natureza dentro do *ecossistema do capital* é sinônimo de valor monetário de uso e de fluxo de bens e serviços, pura mercadoria e lucro.

Harvey (2016) aponta que a natureza que exploramos e esgotamos está interiorizada na circulação e na acumulação do capital. E o capital necessita da natureza, pois ela tem valor de uso, de mercadoria, é um ativo no processo de acumulação do capital, pois “[...] o capital é um sistema ecológico em constante funcionamento e evolução, no qual natureza e capital são constantemente produzidos e reproduzidos” (Harvey, 2016, p. 249). Ou seja, é o lucro que faz com o capital, na forma de “agronegócio”, tenha a capacidade de fazer a planta crescer e produzir, como forma de fluxo monetário de mercadoria e de transferência de renda para o capital. Como bem enfatiza o autor, o “capital transformou a questão ambiental em um grande negócio”, ou, citando os escritos de Neil Smith, a natureza se tornou “uma estratégia de acumulação”.

O capital vê necessariamente a natureza – e devo destacar que ela poderia ser e é considerada de modo muito diferente dentro do capitalismo como um todo – como uma grande reserva de valores de uso potenciais (de processos e coisas) que podem ser usados direta ou indiretamente (por meio da tecnologia) na produção e na realização de valores das mercadorias. A natureza é “um imenso posto de gasolina” (para citar Heidegger), e os valores de uso naturais são monetizados, capitalizados, comercializados e trocados como mercadorias (Harvey, 2016, p. 252).

A natureza é posta como uma fonte para monetizar e comercializar, para isso a mesma é fracionada e dividida na forma de direitos de propriedade privada, que, segundo Harvey (2016), é garantido pelo Estado. Garantia que o Estado realiza, via cercamento dos recursos e bens naturais comuns, pela sua intervenção do aparato estatal, para corrigir falhas do mercado; assim, “é claro que os “direitos específicos” em questão são formulados para proteger a propriedade privada. Pois defender o esquema estrutural da ordem existente a todo o custo é a função primordial do Estado” (Mészáros, 2021, p. 118).

A questão que Harvey levanta, ou a contradição entre natureza e capital, reside no fato que a exploração e, conseqüentemente, a destruição e degradação do meio ambiente pelo capital colocam em ameaça a própria fonte e base da sua acumulação. A exploração desenfreada dos bens e dos recursos naturais gera crises ecológicas, degradação e destruição ambiental, perda da biodiversidade, impactos socioeconômicos, que levam a perda de valores de uso do capital, até causar um colapso ambiental e social, como já demonstrado acima, no caso da empresa da Vale S. A., já que “[...] com frequência o capital esgota e até destrói permanentemente os recursos latentes na natureza em determinados lugares. [...] deixam para trás uma paisagem geográfica desigual de cidades mineiras abandonadas, solos esgotados, depósitos de lixo tóxico e valores patrimoniais desvalorizados” (Harvey, 2016, p. 264-265). Para isso, o capital precisa pensar novas formas organizacionais para poder monetizar e comercializar sobre a natureza. Harvey (2016) cita o exemplo sobre as medidas adotadas para amenizar o aquecimento global, para isso, foi pensado formas de reduzir a emissão de carbono. O que o capital fez, criou o mercado de emissões de carbono, que se tornou uma grande fonte de ganho especulativo financeiro e de fundos de investimento, entretanto, pouco se fez para diminuir a emissão de carbono no mundo. Desta maneira, a lógica é o crescimento do comércio de carbono, ao mesmo tempo, tem-se o direito de poluição ambiental via compensação ambiental.

Simultaneamente, o *Ecosistema do Capital* necessita da natureza para monetizar e comercializar. Harvey (2016) aponta que não se sustenta a ideia de que o capital tem o poder de destruir o seu próprio ecossistema. Quem pode ameaçar a base de sustentação de acúmulo? De acordo com Harvey (2016), certas facções do capital, com interesses particulares, além de alguns governos e certos aparelhos de Estado capitalistas, que tendo força e poder de questionar e atrapalhar, geram competitividade e ameaçam os lucros. O autor não identifica especificamente quem são os Estados capitalistas, mas apresenta a formação de uma classe que se utiliza da natureza para extração da riqueza e do lucro, a *classe rentista*, integrada pelo que denominamos da personificação do capital dentro do sistema Eco-imperialista.

Desse modo, as pessoas são livres para extrair riqueza social da posse de uma natureza mercantilizada, inclusive capitalizando-a como riqueza monetária. Isso cria uma base para a formação de uma classe rentista (e proprietária de terras) potencialmente poderosa, que regula o acesso à reserva de valores de uso em virtude de seu poder de monopólio de classe e da renda que extrai da terra. Essa classe é “dona” da natureza da qual precisamos para viver e pode ameaçar a perpetuação do capital, monopolizando toda a riqueza para si (Harvey, 2016, p. 253).

A Classe dos rentistas são os responsáveis por centralizar, controlar, expropriar e monopolizar os recursos em escala global. Os rentistas buscam ativos de recursos naturais com valor de uso em qualquer região geográfica, com a intenção de monetizar e comercializar, mesmo que isto crie e manipule a escassez e gere a especulação dos valores de produtos, alimentos, de matéria-prima, etc. Harvey (2016) apresenta a ideia que os períodos de fome, nos últimos dois séculos, não foram determinados pela natureza, mas produzidos socialmente através do sistema financeiro e o econômico. Isso se materializa, para o autor, no aumento do preço dos produtos alimentícios e até nas disputas e revoluções na África, que pode ser compreendido em boa parte pela manipulação e monopolização dos valores de trocas, com a finalidade de lucro. Para os Eco-imperialistas rentistas, o importante é mercantilizar e comercializar, mesmo que resulte em morte, destruição, devastação ambiental, perda da biodiversidade, crise ecológica, mudanças climáticas, etc. De acordo com as análises de Harvey (2016, p. 255), “[...] há uma pressão intensa para mercantilizar, privatizar e incorporar cada vez mais aspectos de nosso mundo vivido (inclusive as próprias formas de vida) nos circuitos do capital”, que gera, segundo ele, uma “[...] acumulação exponencial

sem fim e cada vez mais irracional do capital é acompanhada de uma extensão sem fim e cada vez mais irracional da ecologia do capital ao nosso mundo vivido” (Harvey, 2016, p. 263).

Para corroborar com as ideias de Harvey (2016), o economista americano Foster (2011; 2018) concorda que as emergências climáticas e crises ambientais em escala mundial são em decorrência do modo de produção capitalista. Para o economista, os eventos climáticos extremos - uma catástrofe em curso que coloca em risco a ecologia, o meio ambiente, os ecossistemas, a biodiversidade, etc. -, e até a própria existência humana têm raízes no sistema econômico do capital. E, aqui, retornamos ao pensamento de Harvey (2016), o qual afirma a “degradação cancerosa” dos eventos catastróficos, que é um disfarce para esconder os defeitos e erros do capital, é um sistema predatório do “capitalismo do desastre”, que mesmo em situações de eventos extremos e desastres ambientais busca novas formas de oportunidades de negócios e de lucro. A natureza, imprevisível, teimosa, vingativa é a culpada pelas catástrofes ambientais, que em sua grande maioria é causada pela monetização e comercialização do capitalismo. A natureza se torna inimiga de si própria, pois, segundo Foster (2011), projeta-se a ideia de um novo “capitalismo natural” ou “capitalismo climático”, em que o capital passa de inimigo para salvador do meio ambiente.

Em seus escritos, Foster (2011; 2018) demonstra que há um sistema de roubo do capital. O sistema de roubo, ou *Raubbau*, foi desenvolvido pelo alemão Justus Von Liebig, e é apresentado nos escritos de Foster e por Marx. Seu significado, segundo Foster (2011), citando Ernest Mandel, é o sistema que aliena e rouba da natureza, como um fenômeno perturbador que gera a exaustão da terra e da natureza, com a objetivação e instrumento ganancioso do capital na exploração de maiores lucros no menor tempo. Para o autor, “[...] produção militar, poluição, desigualdade e pobreza, são geradas, como argumentou, não apesar – mas por causa – das estratégias adotadas para expandir o crescimento capitalista” (Foster, 2011, p. 97).

Os estudos de Foster têm influência direta nas leituras de Marx, propondo a ideia de uma *fissura*, uma *ruptura metabólica* na relação homem e natureza. Em seus escritos, traz o pensamento de Marx sobre a natureza e o capital, demonstrando o pensamento já trazido acima de Marx, sobre o metabolismo natural entre o homem e a natureza. De acordo com Foster (2018, s/p.), o desenvolvimento e a criação do modo de produção capitalista, própria da história social e humana, “[...] aliena as relações

metabólicas entre seres humanos e natureza, criando assim uma “*fissura metabólica*” e a ruptura das condições de reprodução ecológica [...]”. Pois, de fato, como Marx aponta, a apropriação da natureza é necessária para a satisfação das necessidades de subsistência e sobrevivência do ser humano. Entretanto, rompe-se o equilíbrio metabólico, o sistema de roubo do modo de produção capitalista leva à

[...] expropriação da natureza no sentido da apropriação da terra ou recursos sem reciprocidade (manutenção das “condições de reprodução”) pelo capital, que constitui roubo nessa esfera”. [...] A exploração e acumulação capitalista, como explica Marx, depende em última análise da usurpação, pelo capital, dos dons na natureza por si mesmos, assim monopolizando os meios de produção e riqueza em sua totalidade (Foster, 2018, s/p.).

A leitura que Foster traz (2011; 2018) é uma crítica categórica da destruição da natureza e do ecológico pelo capital, como uma estrutura insustentável e devastadora. O sistema econômico do modo de produção capitalista tem por base a exploração e expropriação de recursos naturais no seu pleno desenvolvimento e expansão de sua produção, ignorando todos os limites ambientais e ecológicos do planeta. A ruptura metabólica do capital, pela lógica do lucro, transforma a natureza em uma mercadoria, gerando a intensificação pela apropriação, expropriação e exploração da natureza, na busca pelos recursos, resultando em crises ecológicas como: a mudança climática, a perda de biodiversidade e a degradação e destruição dos ecossistemas, esgotamento dos solos, eventos catastróficos, impactos socioeconômicos e culturais, etc., que materializam-se a partir do modo de reprodução sociometabólica do capital, nas palavras de Mészáros (2021), que aqui se apresentam dentro do Eco-imperialismo.

Os resultados das ações da reprodução sociometabólica do capital ao ecológico podem ser identificados nas análises e nos dados levantados pelo pesquisador e historiador Luiz Marques, no livro: *O Decênio Decisivo: proposta para uma política de sobrevivência*, lançado em 2023. Com base em consenso científico, Marques (2023) apresenta que o decênio, entre 2021-2030, é o decisivo, para definir a sobrevivência ou a extinção dos seres humanos. Para respaldar a própria afirmação, o propósito do livro é demonstrar através de pesquisas científicas que, de fato, segundo o autor, “vivemos o momento mais crucial da história da humanidade”; pois presenciamos a cada ano eventos climáticos extremos (secas, inundações, altas temperaturas de calor, etc.) em várias regiões geográficas. De acordo com Marques

(2023), esta tendência está quase irreversível, se não forem tomadas ações políticas globais imediatas, “nossas opções são entre um futuro pior e um futuro terminal”, vai depender de qual for nossa escolha.

Identifica-se na prática a afirmação acima, através do aumento do Gás Efeito Estufa, pela queima de combustíveis fósseis, como petróleo e gás natural, queimadas, desmatamento, etc., que está causando desequilíbrio e descontrole dos sistemas ecológicos globais, tanto no mar como nas florestas. O aquecimento global, devido às grandes proporções de emissões de gás carbônico, tem elevado a temperatura maior que o período pré-industrial do século XIX, ultrapassando 1,2°C, em 2016. A chegar em 1,5°C, previsto para antes de 2030, projeta-se a perda de várias espécies, destruição de ecossistemas, surgimento de desastres naturais, como: furacões (a exemplo do Milton em outubro de 2024, que atingiu os Estados Unidos); inundações (como aconteceu no Rio Grande do Sul no início de 2024, ou em Valência, na Espanha, novembro de 2024); recordes de ondas de calor; aumento considerável de queimadas e desmatamento (entre 2018 e 2022, foi desmatado 50mil km² da floresta amazônica, em sua grande proporção para uso da agropecuária); a rapidez do derretimento das geleiras (aumentando o nível do mar); a perda de recifes de corais; entre outros fatores que estão levando a uma *bifurcação* em escala global. Esse cenário aponta para a necessidade de tomada de decisão, qual caminho queremos seguir: a continuidade e sobrevivência do ser humano ou sua extinção? Mais do que isso, estamos destruindo ecossistemas, a biodiversidade, exterminando e levando à extinção várias espécies. De acordo com Marques (2023), 28% das espécies avaliadas, pela União Internacional para a Conservação da Natureza, estão entre diferentes graus de risco de serem extintas ou consideradas ameaçada de extinção.

Se, por outro lado, a presente trajetória não se alterar significativamente no presente decênio, se continuarmos a viver na ilha da fantasia do “crescimento sustentável”, o que teremos será o que a ciência há decênios vem predizendo com precisão: um futuro no qual os impactos serão cada vez maiores e mais sistêmicos, tornando nossas possibilidades de adaptação cada vez menores. Para nós e para tantas outras espécies, em suma, um mundo terminal (Marques, 2023, p. 42).

Os estudos e pesquisas científicas mostram que este momento, esta década (2021-2030), é o *ponto de inflexão*, a possibilidade de mudar a direção no curso da história. Porém, se não enfrentarmos as mudanças climáticas que estão a caminho, a

realidade que se apresenta é de colapso. Algumas afirmações feitas por Marques (2023) sobre esse contexto são representativas para ponderar sobre a urgência de mudanças: “condenação da própria espécie humana”; “colapso global”; “desestabilização da trajetória do sistema da terra”; “o clima atingiu o ponto crítico global”; “é a década crítica que determinará o futuro da humanidade”; “o círculo vicioso de GEE e do aquecimento, é capaz de destruir o potencial da humanidade”; “necessita-se parar a guerra contra a natureza”; “extinção dos seres humanos”; “basta de brutalizar a biodiversidade”; “ameaça existencial”; “emergência climática; “colapso socioambiental”; “estamos vivendo o tempo de nossa catástrofe existencial”; entre outras afirmações que perpassam os escritos de Marques sobre o decênio decisivo.

Para Marques (2023) há um “abismo” que separa as políticas de sobrevivência com o capital. Pois, a economia globalizada, os subsídios e o apoio dos governos ficam em prol de elite econômica e destrutiva da natureza. Há uma distância entre o que é necessário realizar: medidas, ações e decisões para corrigir o caminho de um colapso socioambiental; e o que está acontecendo na prática com a natureza e com os recursos naturais, que são simples mercadorias, um ativo econômico. O abismo e a contradição residem no fato que

[...] quanto mais amplos os dados e mais consolidado se torna o consenso científico sobre a aceleração dos desequilíbrios planetários, mais o capitalismo globalizado revela-se a engrenagem exterminadora e a monstruosidade moral em que se tornou. Pois não é tanto a excepcionalidade da guerra, mas o funcionamento “normal” – e perfeitamente consciente de seus danos – da economia globalizada que solapa as condições de existência dos seres vivos, e isso de modo fulminante e em escala ainda maior do que as guerras tecnológicas dos séculos XX e XXI (Marques, 2023, p. 57).

Considerando o que se apresenta como a década decisiva, em relação ao colapso socioambiental, apresentado pelos cientistas e por Marques, torna-se evidente que as consequências negativas atingiram em maior proporção sujeitos vulneráveis, que se encontram às margens de uma sociedade desigual. Por exemplo, povos originários com suas terras saqueadas e expropriados; setores espoliados, marginalizados e excluídos; pequenos agricultores ligados à agroecologia; movimentos sociais que lutam pela terra e ativistas ecológicos; entre outros. Estes sujeitos, movimentos e setores correspondem a grande maioria população, e “[...] são também os “invisíveis”, os que os algoritmos dos mercados e das redes

desconsideram por não existirem como consumidores. São, é claro, as primeiras vítimas do mundo degradado pela mercadoria [...]” (Marques, 2023, p. 57).

As análises e dados demonstrados por Marques (2023), em sua obra, nos dimensionam a gravidade e o momento decisivo que a humanidade vive. Não é nossa intenção aqui, e nem proposta desta pesquisa, apresentar os inúmeros dados científicos que o autor traz. O que se pretende é demonstrar, nas análises já realizadas, de como o Eco-imperialismo, sob a égide do capital, está levando o planeta, a natureza, os ecossistemas, as espécies, o ser humano a um colapso, uma tragédia global irreversível. O autor apresenta e demonstra dados alarmantes de uma *ruptura impreterível do sistema alimentar, do sistema energético se concretizando no último decênio de sociedade organizadas ou governança global democrática*. O que está em curso é aniquilação biológica das espécies, agravado por um sistema alimentar que gera emissões de carbono e metano. Cita-se, ainda, o decênio decisivo da Amazônia devido a sua importância e relevância para os ecossistemas, frente à emergência climática que eleva e aumenta em um nível acelerado o aquecimento em escala global, além de fatores sociais, econômicos e políticos que poderão levar a um colapso socioambiental, gerando desigualdades, adoecimento, intoxicação, poluição, mortes, tensões geopolíticas, guerras, crises ambientais, etc., tudo em nome da reprodução sociometabólica do capital, citada por Mészáros (2021). Segundo este autor, há uma incompatibilidade ecológica do capital, pela sua *produção destrutiva*, com a demanda de existência da humanidade, pois no capitalismo “[...] não se pode separar “avanço” de destruição, nem “progresso” de desperdício – ainda que as resultantes sejam catastróficas” (Mészáros, 2021, p. 132).

De fato, os dados apresentados por Marques (2023) e sua preocupação em um colapso socioambiental, das ações do Eco-imperialismo em nosso mundo vivido, são afirmadas também por István Mészáros.

[...] Para mencionar apenas mais uma das implicações catastróficas do desenvolvimento sistêmico “avançado” do capital, devemos ter em mente a usurpação ecológica global proibitiva do nosso modo de reprodução sociometabólica que não se sustenta mais em nosso mundo planetário finito, com sua exploração predatória dos recursos materiais não renováveis e a destruição cada vez mais perigosa da natureza (Mészáros, 2021, p. 131).

Assim, chega-se a algumas considerações de como poderíamos definir o **Eco-imperialismo**. Com base nos textos acima, pode-se conceituá-lo como: toda política administrativa, dependência econômica e financeira, ação prática e ideológica de uma nação, um grupo, empresa, grandes corporações/monopólios, tanto político ou financeiros (bancos), e fundos de investimentos que expandem, controlam, centralizam e expropriam o ecológico, os ecossistemas, os recursos naturais, a terra, o campo, a partir da concentração e domínio dos meios de produção, das forças produtivas e das matérias-primas e todas as riquezas naturais e humanas, em regiões geográficas em fases não-capitalistas. E, depois, capitalistas com todas as suas variantes e contradições, mesmo em países não declarados capitalistas, como uma fase e uma parte potencial, como segmento estruturante do próprio imperialismo, como a fase que expressa mediações que são potencialmente cruciais e mais expressivas da acumulação de capital, como afirma: Luxemburgo (1970), Lenin (2012), Mészáros (2001; 2002; 2021), Magdoff (1978), Galeano (2020), Alencar (2024), Driessen (2005), Marx (2017a, 2020a, 2020b), Harvey (2014; 2016), Foster (2011; 2018) e Saito (2024), com apoio total e integral do capital financeiro, como um gestor mais verticalizado e centralizado de controle e acumulação global do capital, ancorado pelas estruturas de mediações estatais de diversas formas, regimes e composições institucionais e governamentais.

1.5 AGROIMPERIALISMO: UMA FRAÇÃO AMPLIADA DO ECO-IMPERIALISMO

Depois de fundamentar o conceito de Eco-imperialismo, definido como a política de expansão, domínio, controle, apropriação e expropriação do meio ecológico, bem como a centralização territorial de um sistema político, administrativo, econômico e ideológico promovido pelos impérios econômicos – dos quais o “Agro” é parte constituinte –, consolida-se a fase do imperialismo, em que grupos, corporações, fundos de investimento, nações e todo o sistema econômico acabam se condensando, de forma contraditória, em mediações que sustentam a articulação centralizada e verticalizada pelo capital financeiro. Essa definição parte de um modo de produção, que é o capitalismo, e de suas etapas de desenvolvimento. Agora, começar-se-á o caminho para compreender o que é o Agroimperialismo.

Para tanto, enfatizo que esse conceito, Agroimperialismo, não é um termo novo. Em pesquisa realizada até a presente data (final de 2024), nas bases de dados:

Plataforma sucupira, BDTD (Biblioteca Digital de Teses e Dissertações), Anais da ANPED Nacional, plataforma Scielo, ERIC (Educational Resources Information Center) não identifiquei nenhuma menção em textos, seja em pesquisa ou estudos científicos (artigo, TCC, dissertação ou tese) em nível nacional. O que foi encontrado foram textos escritos internacionalmente (oito ao todo), como matérias para boletim informativos, artigos de jornais e de revistas científicas.

O primeiro texto escrito foi publicado no Jornal Britânico *The Daily Star*, em 2 de julho de 2004, pelo jornalista e ambientalista de Bangladesh, Md. Nazrul Islam, intitulado: *Imperialismo: revolução verde à Biotecnologia*. No texto, o autor aponta a entrada de sementes híbridas, no caso o trigo, em Bangladesh, a partir da década de 1960, pela Green Revolution – GR, a Revolução Verde (Islam, 2004).

A Revolução Verde, segundo Pereira (2012), é a implementação de pacotes, através de novas tecnologias, principalmente genético-química, sejam eles em insumos químicos, mecanização, irrigação, pesticidas, agrotóxicos, de grandes extensões de terras e também das sementes de laboratório. Havia a promessa ideológica de valorização e aumento do progresso na agricultura, ou seja, a afirmação de uma verdadeira “revolução agrícola”.

Para Islam (2004), a introdução das sementes híbridas, de laboratório, levou a um modo de produção totalmente diferente do que era praticado no país. Além do mais, levou milhões de agricultores à dependência das empresas multinacionais, para a obtenção das sementes, bem como para a aquisição de produtos necessários para a produção, como: fertilizantes, pesticidas, aparelhos de irrigação, etc. Produtos estes, que segundo Md. Nazrul Islam, eram financiadas pelo Banco Mundial e USAID³⁷, além de outras fundações e organizações controladas pelos Estados Unidos. Remete-se, nesse momento, ao que foi apresentado no início deste capítulo, sobre os regimes alimentares. No segundo regime, quem centraliza e tem o controle em escala mundial é os Estados Unidos, que, pós II Guerra Mundial, busca abastecer seu mercado interno e da indústria, além de buscar o domínio de novos territórios, mais ainda com a disputa ideológica e política com a União Soviética, por espaço na Guerra Fria.

³⁷ A USAID (United States Agency for International Development) é Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, surgiu na década de 1960, como ajuda externa. Ficou conhecida no Brasil, a partir do regime militar de 1964, com os acordos e contratos com o MEC, para assessoramento e formação técnica.

A propaganda da GR mostrava que as sementes híbridas elevariam a produção, acabaria com a pobreza, aumentariam os ganhos, entre outras promessas. Promessas que geraram consequências drásticas em Bangladesh. Segundo Md. Nazrul Islam, nas últimas quatro décadas aumentou em escala sem precedentes de agricultores sem terras, a renda per capita diminuiu, o número de pobres aumentou, houve uma grande diferença entre os ricos e os pobres, elevando a desigualdade social e gerando conflitos, violência e instabilidade social. Conclusão que também foi feita por Pereira (2012), identificando os mesmos impactos sociais, econômicos, ambientais e culturais. No caso do Brasil, a autora destaca o que já foi sinalizado pelo autor da matéria, que é a “[...] perda de variedades antigas, *sementes crioulas*³⁸ e a perda irrecuperável de material genético e de alternativas alimentícia” (grifo nosso).

Para encerrar o texto, Islam (2004) aponta uma nova roupagem adentrando no país. O mesmo demonstra a nova forma que as empresas multinacionais atuarão para ter o controle, a continuidade de domínio e a dependência dos agricultores, que é a entrada de novas tecnologias, a: “*Genetically Engineered*” or *Biotechnology*, “Engenharia Genética” ou Biotecnologia, é a chegada dos produtos transgênicos. A propaganda é que as sementes híbridas agora não conseguem mais lidar com a crescente demanda de alimentos e é necessário a introdução de novas formas de produção. Segundo Islam (2004), grandes empresas como, Monsanto, Novartis, Dupont, Ciba Geigy, entre outras, já estão adentrando e repassando os produtos, levando os agricultores a se tornarem peões das multinacionais.

Aqui, nos remete à afirmação de Mészáros (2001, p. 24):

Também em outra área de vital interesse, a produção de alimentos geneticamente modificados por gigantes transnacionais americanos, como a Monsanto, o governo dos Estados Unidos está fazendo o possível para impor ao resto do mundo produtos cuja adoção garantiria - ao forçar eternamente os agricultores de todo o mundo a comprar sementes não renováveis da Monsanto - o domínio absoluto para os Estados Unidos no campo da agricultura.

Por fim, durante o texto, o Md. Nazrul Islam cita três vezes a palavra “Agroimperialismo”, não o conceituando. De fato, pode-se considerar que o autor trata

³⁸ As sementes crioulas são aquelas produzidas, melhoradas, conservadas e multiplicadas pelos produtores em suas próprias propriedades. Não necessitando, como atualmente, comprar em empresas do segmento para o plantio. Além do mais, eram uma herança cultural que era passada de geração para geração.

essa categoria como os impérios do agro, que adentram em seu país para fazer a dependência e a imposição ideológica, sendo: nações (Estados Unidos), Banco Mundial, empresas multinacionais (ex. a Monsanto) e fundações (o autor cita a Rockefeller e Ford). Em seu penúltimo parágrafo, o autor utiliza-se de uma frase, que vale a menção: “As raízes do agro-imperialismo são profundas”.

O próximo texto denominado: *The Great Land Giveaway: Neo-Colonialism by Invitation*, ou na tradução nossa: *A Grande doação de terras: Neocolonialismo por convite*, do sociólogo americano James Petras, foi escrito em dezembro de 2008. No Brasil foi traduzido pela plataforma EcoDebate, página que apresenta artigos e notícias sobre temas socioambientais. Na tradução do título, ficou: *(Agro-imperialismo) A grande dádiva de terras: Neocolonialismo por convite*. Como percebe-se, na tradução para o português o site acrescentou a palavra Agro-imperialismo.

No texto, o sociólogo também não discute especificamente o significado do que é o Agroimperialismo, apenas o cita e situa como: o velho Império Colonial (o colonialismo iniciado no século XV, principalmente nos países latino-americanos) e o novo colonialismo, ou o “neocolonialismo”, que iniciou no século XIX, que se expandiu para os continentes africanos e asiáticos.

A sua proposta é mostrar que a partir desse neocolonialismo, “Potências Econômicas Neocoloniais Emergentes” (*Emerging Neo-Colonial Economic Powers – ENEP*), começam a se configurar um novo Agroimperialismo, principalmente depois da década de 1970, com a implantação e ascensão do neoliberalismo. O que Petras (2008) quer demonstrar é como esse conceito se materializa na prática, principalmente nos países mais pobres, dos continentes asiáticos, latino-americano e africanos. Para o autor, o processo de desenvolvimento do Agroimperialismo,

[...] opera em grande medida através de mecanismos políticos e financeiros, antecidos em alguns casos por golpes militares, intervenções imperiais e campanhas de desestabilização para impor ‘parceiros’ neocoloniais flexíveis ou, mais precisamente, colaboracionistas, dispostos a cooperar neste enorme apresamento imperial da terra (Petras, 2008, s/p.).

Logo após, impõem agendas neoliberais, cessação das terras, promoção de estratégias agroexportadoras, repressão aos movimentos locais, redistribuição de terras públicas e privadas desocupadas, implantação de mercado livre e a liquidação das terras, já que “[...] o cenário está preparado para a entrada e a tomada de vastas

extensões de terra pelos países agro-industriais e investidores” (Petras, 2008, s/p). No Brasil, de forma direta, podemos citar a agenda neoliberal de medidas na década de 1990 e, posteriormente, nos governos de Michel Temer e Jair M. Bolsonaro, a repressão aos movimentos sociais e a tentativa de legalizar, via projeto de lei, a venda de terras para estrangeiros, como algumas das ações dos Agroimperialistas.

O que o sociólogo aponta em seus escritos é que os impérios do “Agro” giram em torno de nações/potências em busca da aquisição de terras. Para identificar quem são essas 'Potências Econômicas Neocoloniais Emergentes’, James Petras as divide em três forças Agroimperialistas:

- 1 – Os novos ricos dos regimes petrolíferos árabes, sobretudo entre os Estados do Golfo (em parte, através dos seus ‘fundos de riqueza soberanos’).
- 2 – Os novos países imperiais emergentes da Ásia (China, Índia, Coreia do Sul e Japão) e Israel.
- 3 – Os antigos países imperiais (EUA e Europa), o Banco Mundial, bancos de investimento da Wall Street e outras variadas companhias de especuladores financeiros imperiais (Petras, 2008, s/p).

Além disso, o autor apresenta que cada bloco agro-imperialista está organizado ao redor de países líderes.

[...] Entre os estados imperiais do Golfo, a Arábia Saudita e o Kuwait; na Ásia, a China, Coreia e Japão são os principais apreciadores de terra. Entre os predadores EUA-europeus-Banco Mundial há um vasto leque de firmas monopolistas agro-imperialistas a comprarem terras que vão desde a Goldman Sachs e Blackstone nos EUA até a Louis Dreyfuss na Holanda e o Deutschanbank na Alemanha. Mais do que as várias centenas de milhares de hectares de terra arável que foram ou estão em processo de serem apropriadas pelos maiores proprietários capitalistas do mundo, trata-se sobretudo de uma das maiores concentrações de propriedade privada da terra na história da construção do império (Petras, 2008, s/p.).

O conceito de Agroimperialismo gira em torno das nações, ou melhor, de potências emergentes. Além do mais, Petras (2008) reforça esse conceito nas palavras: agro-imperial, agro-império e agro-imperialistas, expressado neste texto vinte duas vezes. É importante frisar que James Petras escreveu logo após a crise financeira iniciada no final de 2007, e agravada no ano de 2008. Contexto, que em escala mundial, afeta tanto as questões financeiras como a crise de alimentos, elevando o alto preço dos produtos e das *commodities* agrícolas. E, em decorrência

disso, sucede uma “onda” de investimentos tanto de nações, grupos, corporações e fundos de investimentos na aquisição de terras, na produção de alimentos e de *commodities* agrícolas. E, para entender isso, os próximos três textos refletem essas questões, em especial a aquisição de terras.

O primeiro destes, escrito em novembro de 2009, pelo Americano Andrew Rice, no Jornal The New York Times, principal jornal dos Estados Unidos. E no texto intitulado: *Existe tal coisa como agro-imperialismo?* Rice visita países africanos para conversar com as pessoas e conhecer a realidade do continente. Na sua matéria, deixa claro o “ataque” de nações, de empresas e de fundos de investimento na aquisição de terras, com a finalidade de produzir alimentos. Segundo ele, países dependentes de importações de alimentos precisam buscar soluções e, para isso, é necessário encontrar novos campos para plantar ou investir em maneiras de multiplicar a produção já existente. Todavia, a partir da crise financeira de 2008, com o conseqüente aumento dos valores dos alimentos, várias nações olharam para lugares mais pobres, na aquisição de terras com a intenção e o propósito da produção de alimentos, pois, “[...] à medida que nações ricas, mas carentes de recursos no Oriente Médio, Ásia e outros lugares buscam terceirizar sua produção de alimentos para lugares onde os campos são baratos e abundantes” (Rice, 2009, s/p.). Lugares estes, principalmente do continente africano, países como: Sudão, Etiópia, Mali, Senegal, Quênia, entre outros, que optaram trocar o arrendamento de terras por financiamento e infraestrutura, como o caso do Quênia, que arrendou 100 mil acres para o governo do Catar, para a produção de alimentos, em troca de um novo porto (Rice, 2009). Em entrevista para Andrew Rice, o consultor econômico Al Arabi Mohammed Hamdi, que coordena investimento de mais de 20 Estados, afirma: “[...] a única maneira de garantir a segurança alimentar é controlar os meios de produção. [...] Não há problema com dinheiro, disse Hamdi. É sobre onde e como” (Rice, 2009, s/p.).

No texto, fica evidente a busca por locais onde é possível a aquisição de terras. Rice (2009) apresenta o exemplo da Etiópia que, segundo os estudos do Banco Mundial, mais de três quartos das suas terras aráveis não estão sendo cultivadas. Um terreno fértil para a entrada de nações, grupos, corporações e fundos de investimentos

(principalmente do Oriente Médio e da Ásia), tornando propício se apoderar dessas áreas agrícolas, com acordos, apoio e liberação do governo da Etiópia³⁹.

Andrew Rice encerra sua matéria lembrando que, em julho de 2009, “centenas de agricultores e banqueiros de investimentos”, como o maior fundo de investimento, a *BlackRock*, se encontraram em conferência nos Estados Unidos, em Manhattan, para tratar sobre investimentos agrícolas e a crise alimentar, iniciada em 2008.

A África é a fronteira final”, Payne⁴⁰ me disse após a conferência. “É o único continente que permanece relativamente inexplorado.” O Fundo de Terras Agrícolas Africanas da Emergent, iniciado no ano passado, está investindo várias centenas de milhões de dólares em fazendas comerciais em todo o continente. A África pode ser conhecida por sua infraestrutura decrépita e governos corruptos – problemas que estão sendo constantemente aliviados, argumenta Payne – mas a terra e a mão-de-obra são tão baratas que ela calcula que os riscos valem a pena (Rice, 2009, s/p.).

Sobre o conceito de Agroimperialismo, Andrew Rice não o define, aparecendo a única vez no título. Porém, fica muito evidente e claro em seus escritos, o avanço dos “impérios do agro”. Impérios estes, que o mesmo atribui serem nações, empresas e fundos de investimentos na aquisição de terras, com dupla finalidade, primeiro resolver a carência e “falta” de alimentos, segundo na obtenção de lucro. E países com dificuldades econômicas e alimentares são os lugares ideais, como o continente africano, pois “[...] onde há apetite, há lucros a serem obtidos” (Rice, 2009, s/p.).

Os dois próximos escritos (dos três que estamos analisando e retratam a aquisição de terras) refletem novamente esse avanço no continente africano. Como o texto do islâmico Adnan Oktar, mais conhecido como, Harun Yahya, publicou no jornal Arab News, em maio de 2015: *África: uma vítima do agro-imperialismo*. E, o outro: *África: agro-imperialistas tomam terras agrícolas*, escrito pela Fundação Afrikhepri

³⁹ Segundo Rice (2009, s/p.), “[...]. A tentativa mais séria de quantificar a corrida pela terra, liderada pelo Instituto Internacional para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, sugere que, no início deste ano, o governo etíope havia aprovado acordos totalizando cerca de 1,5 milhão de acres, enquanto a agência de investimentos do país informa que aprovou 815 projetos agrícolas com financiamento estrangeiro desde 2007, quase dobrando o número registrado em toda a década anterior. Mas isso está longe de ser um quadro completo. Embora os detalhes de alguns acordos tenham vazado, como os planos de um consórcio saudita de gastar US\$ 100 milhões para cultivar trigo, cevada e arroz”.

⁴⁰ Susan Payne, segundo Rice (2009), é diretora executiva de um grupo de investidores, a Emergent Asset Management – EAM.

(s/d) (não foi identificado a data da publicação), mas reflete a questão posta da aquisição de terras neste continente.

Segundo Yahya (2015), 40% das terras agrícolas não utilizadas estão na África, direcionando países em busca de comprar ou alugar terras para resolver a carência da segurança alimentar.

Estima-se que cerca de 47-56 milhões de hectares de terras cultiváveis já tenham mudado de proprietários por meio desse método. O Congo teria arrendado 8,1 milhões de hectares, correspondendo a um quarto de todas as suas terras. Enquanto a área de terras cultiváveis arrendadas pela Grã-Bretanha na África é igual ao tamanho da Dinamarca; EUA, China e Suíça juntos compraram terras tão grandes quanto a Moldávia (Yahya, 2015, s/p.).

Harun Yahya afirma que os países que investem alugando as terras, o fazem por longos períodos (contratos de até 90 anos) e, mais do que isso, os mesmos têm isenção de impostos. Em decorrência disso, a desvantagem na competição do mercado interno gera lucro apenas para as grandes empresas e dos países investidores, “[...] por esta razão, esta prática não faz senão enriquecer as potências imperialistas, enquanto os africanos empobrecem” (Yahya, 2015, s/p.).

A matéria da Fundação Afrikhepri (s/d) reforça o que já foi apresentado, a grande corrida de nações, multinacionais e fundos de investimentos agro-alimentares, na aquisição de terras na África. Todavia, o texto aponta sobre a tomada de terras.

[...]. Na África subsaariana, região de grande instabilidade política e de segurança, as autoridades se apropriaram de terras pouco férteis, privando milhares de camponeses de seu principal recurso de sobrevivência.

A tomada de terras tem sido facilitada pela ausência dos atos de posse que esses camponeses nunca conseguiram estabelecer [...] (Afrikhpri, s/d., s/p.).

Ao encerrar, a matéria apresenta de onde é a origem dos compradores, bem como a quantidade obtida. Os dados foram retirados do documento realizado pela *Iniciativa Land Matrix*, organização que enumera as aquisições (negócios) de terras no mundo. Segundo o documento, os maiores investimentos vieram dos Estados Unidos (7,09 milhões de hectares); em segundo, da Malásia (3,35 milhões de hectares); abaixo dos 3 milhões de hectares, os Emirados Árabes Unidos (2,82 milhões) e Reino Unido (2,96 milhões); na casa de 1 milhão de hectares temos a: Índia

(1,99), Singapura (1,88), Holanda (1,68), Arábia Saudita (1,57), Brasil (1,34) e China (1,0). (Afrikhepri, s/d.).

As duas matérias tratam de demonstrar e apontar que Agroimperialismo é a atuação das antigas potências coloniais, de nações e fundos de investimentos, bem como de empresas na aquisição e tomada de terras na África. Um movimento de domínio e de controle, na obtenção e garantia dos meios de produção e de *commodities* agrícolas. Destaca-se que Narun Yahya traz em sua publicação uma definição sobre esse conceito em desenvolvimento, “[...] tais práticas que levam à devastação dos valiosos recursos naturais do mundo nas mãos das antigas potências coloniais são descritas como “agro-imperialismo” (Yahya, 2015, s/p.). Definição que é também defendida por Petras (2008).

O próximo texto a ser analisado, foi publicado na revista *Ciencia Económica*, do México, em agosto de 2014, intitulado: *Agro-imperialismo e globalização: formas de dominação através dos regimes alimentares*, do mexicano Carlos J. Maya Ambía. No artigo, o autor traz a ideia e a ligação do “imperialismo” com a “produção de alimentos”. Para isso, o mesmo aborda historicamente sobre os regimes alimentares (como já abordado no primeiro item deste capítulo), que ao longo da história foram controlados e estruturados por um centro hegemônico. Primeiramente, a Grã-Bretanha (1870-1933); posterior a isso, os Estados Unidos (1945-1980), e, por último, a partir da década de 1980, as grandes corporações que dominam e controlam até o momento; segundo o autor, denominadas de “agrofinanceiras” e “agroindustriais”, pois “esses regimes têm se caracterizado de certa forma de mecanismos de subordinação da maioria dos países e regiões subdesenvolvidos, aos respectivos centros hegemônicos” (Maya Ambía, 2014, p. 3).

Maya Ambía traz o conceito de Agroimperialismo ligado às formas de dominação hegemônica que ocorreram no período dos três regimes alimentares. Cada período perdurou o processo de dominação, exploração e acumulação de capital dos países dominados (dos continentes africanos, asiáticos e latino-americano), como mercados necessários para fornecer os meios de produção e matéria-prima, bem como a obtenção de lucro para os centros hegemônicos. O Agroimperialismo, para Maya Ambía, pode ser traduzido no domínio hegemônico do setor agroalimentar, por países centrais como Grã-Bretanha e Estados Unidos e por grandes corporações agrofinanceiras e agroindustriais.

Por fim, nos dois últimos textos, a temática da “Alimentação” continua como base central e escritos no período da pandemia. O primeiro foi uma apresentação para a 6ª Liga Internacional de Luta dos Povos (ILPS), do Filipino, José Maria Sison: *Imperialismo na Alimentação e na Agricultura e Propagação de Patógenos mortais*, em junho de 2020. Importante frisar que o autor cita uma vez a palavra Agro-imperialismo, mas faz referência e reforça em seu texto os impérios do “Agro”, como: Agro-corporações e Agro-empresas imperialistas.

Na escrita, Sison (2020) busca trazer as principais ideias e fatos sobre domínio imperialista na “alimentação e na agricultura sob a política econômica neoliberal”, política que abriu os mercados para a produção agrícola. Seu foco está em demonstrar a atuação e expansão das empresas e corporações, bem como de países no setor do agro que levam a exploração e devastação dos recursos naturais, bem como a acumulação de capital, os superlucros, a concentração de terras para fins de especulação ou para a produção de alimentos no continente africano; além do controle e domínio dos sistemas alimentares e dos insumos agrícolas pelas agro-corporações e agro-empresas transnacionais, entre outros fatores que são controlados e dominados por potências imperialistas, como os Estados Unidos.

O autor apresenta que,

As agro-empresas imperialistas, com a ajuda de grandes agentes compradores, controlam, manipulam, reduzem e distorcem a produção de alimentos e a agricultura não apenas no contexto da política neoliberal e da economia de um determinado país subdesenvolvido. Mas também lucram ainda mais com a criação de escassez de alimentos em um país para importar alimentos de outro país subdesenvolvido ou mesmo de um país imperialista [...] (Sison, 2020, s/p.).

Mediante as ideias e política econômica neoliberal, as agro-corporações são beneficiadas obtendo o domínio e o controle sobre a produção agrícola e a ligação com as outras cadeias de mercados em escala mundial. Para Sison (2020, s/p.),

[...] Estas dominam vastas extensões de terras de várias categorias (agricultura, pastagens, bosques, áreas ricas em minerais e assim por diante) e recursos hídricos em vários países subdesenvolvidos, privam milhões de pessoas, distorcem o setor agrícola e toda sua economia, quebrando as massas camponesas, causando escassez de alimentos e fome, esgotando recursos florestais e aquático-marinhos e servindo como fator importante para arruinar a biodiversidade e causar patógenos mais contagiosos e letais.

Por fim, a definição de Agroimperialismo aponta que “na prática do agro-imperialismo, as empresas monopolistas estrangeiras usam o poder político de seus estados imperialistas sobre os estados clientes e empregam grandes quantidades de capital financeiro e de capital produtivo” (SISON, 2020, s/p.). E o capital produtivo, segundo o texto, vai se traduzir em equipamentos e insumos agrícolas, que controlam e geram a dependência agrícola do mercado e dos países subdesenvolvidos as agro-empresas e agro-corporações imperialistas. Aqui nos remete o que Harvey (2014) nos alerta sobre a imposição do imperialismo nos países, com apoio do Estado, juntamente com o capital financeiro.

No último texto, esse com base na pandemia da Covid-19, o Boletim do movimento WRM, publicou o: *Agro-imperialismo em tempos de Covid-19*, em julho de 2020. Nele, o movimento denuncia a forma que as empresas do setor do agronegócio mundial estão operando suas atividades. Na matéria, expõem-se os grandes lucros que as grandes empresas do setor vêm obtendo. Mesmo em momento de surto da pandemia, as atividades estavam acontecendo normalmente sem se importar com as consequências. As restrições ou interrupções via decretos eram negligenciadas ou sofriam intervenção junto aos governos. Como exemplo, cita-se o Brasil, onde o governo do estado de Mato Grosso decretou a interrupção da exportação de soja e outros cereais no porto de Canarana. As gigantes do agronegócio Louis Dreyfus e, a maior empresa do setor no mundo, a Cargill, intervieram e reverteram o decreto (WRM, 2020). Já nos Estados Unidos, o presidente Donald Trump, mesmo sendo o país com mais números de contaminados e de mortos, atendeu o pedido das empresas JBS, Tyson e Cargill e outras empresas de carne, para manter funcionando suas cadeias produtivas.

Além disso, o texto aponta para avanço do agronegócio, promovido pelas empresas de mineração, em terras protegidas, agravando a devastação dos recursos naturais, o desmatamento de florestas na América Latina, em especial no Brasil e Argentina. E, mesmo em tempos de pandemia, a liberação de produtos agroquímicos, como o caso do Brasil, que aprovou, no primeiro semestre de 2020, 96 novos pesticidas; e, ainda, tentou aprovar uma lei que “legalizaria a apropriação de terras e o desmatamento de 80 milhões de hectares nas regiões da Amazônia e do Cerrado”. (WRM, 2020, s/p.).

Portanto, do que analisamos acima, o Agroimperialismo é uma fração potencial do Eco-imperialismo. Do mesmo modo que falamos que a fração comercial ou

industrial é uma fração do capitalismo e, por consequência, do imperialismo. Ocorre que a fração do Agroimperialismo é uma fração potencial, porque congrega os Agroimperialistas como personificações do capital em um estágio mais avançado do Eco-imperialismo de descentralização, centralização e expansão econômica e financeira. Portanto, a personificação dos Agroimperialistas como fração potencial do Eco-imperialismo é composta pelas interligações com as sub-frações ou ramificações que os compõem, como afirmam: Luxemburgo (1970), Mészáros (2001; 2002), Islam (2004), Petras (2008), Rice (2009), Pereira (2012), Lenin (2012) Maya Ambia (2014), Yahya (2015), Afrikhepri (s/d.), Santos e Glass (2018), Sison (2020) e WRM (2020). Ou seja, originam-se das frações rural, comercial, bancária, industrial, agroindustrial, serviços tecnológicos e sociais e a destacada fração financeira, todos componentes estruturais da fase atual do imperialismo mundial, da qual o **Agroimperialismo** é uma **fração ampliada**, como segmento potencial da **dominação e composição estrutural do Eco-imperialismo mundial**.

1.6 AGROIMPERIALISMO E O CAPITAL FINANCEIRO MUNDIAL

Depois de identificar e conceituar o Eco-imperialismo e o Agroimperialismo, busca-se refletir e trazer algumas análises sobre a relação com o capital financeiro. De fato, como vimos, são inúmeros Agroimperialistas, que nada mais são que personificações do capital (Marx, 1979; 1985; 2008a; 2008b; 2013; 2017a; 2017b), como fração ampliada do Eco-imperialismo, em determinada estrutura social e econômica, como fundos de investimentos e pensões, corporações, empresas privadas e estatais, e de nações que buscam expandir seus controles e domínios sob a ótica de acúmulo interminável de capital, como afirma David Harvey (2014), ao referenciar Hannah Arendt.

Para contribuir com estas análises, têm-se como proposta, neste item, realizar duas reflexões, dividindo em dois momentos. O primeiro, alguns apontamentos teóricos e conceituais do capital financeiro, no processo de mundialização do capital e sua relação com o Agroimperialismo; no segundo, demonstrar o papel e a participação do Banco Mundial (BM) como uma agência que realiza mediações constituintes de uma parte representativa do Eco-imperialismo, no fortalecimento do Agroimperialismo em escala mundial, principalmente, na aquisição de terras, bem como a atuação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), na América

Latina, também como uma agência que coopera com essas mediações representativas em escala mundial e regional.

1.6.1 A mundialização financeira e o Agroimperialismo

Já analisamos acima, os conceitos que tratam esta temática, o Agroimperialismo e o Capital Financeiro. O que se pretende demonstrar, mesmo de forma sintética, é a emersão dos Agroimperialistas no processo de mundialização financeira, representando a fração ampliada do Eco-imperialismo, aqui representados por: grupos, corporações, conglomerados, fundos de investimentos e de pensão, empresas estatais e privadas, de nações, bancos financeiros, entre tantos outros, que compõem o capital financeiro, ou nas palavras de Harvey (2013), os “impérios financeiros”.

No início do capítulo, apresentamos os regimes alimentares, detalhando a forma que o imperialismo, na configuração de nações (Inglaterra e Estados Unidos); e, posteriormente, a de grupos corporativos neoliberais, defendido por McMichael (2009b) e Goldfarb (2013), como aqueles que impuseram a expropriação dos recursos e de matérias-primas em escala mundial, com a finalidade de obtenção e maximização de lucro, de capital.

Este processo de adentrar dos Agroimperialistas no campo da mundialização financeira é um movimento próprio e estrutural do capital, que emergiu a partir da década de 1980, como afirma Chesnais (1996; 1998) e Plibon (1998; 2005). Não está se afirmando que antes deste período não houvesse investimentos financeiros por grupos, corporações e empresas. O que se encontra até este momento são movimentações financeiras com menor intensidade, com barreiras e regulações econômicas por parte de países imperialistas e do sistema monetário mundial. Dessa maneira, no final da década de 1970 e início da década de 1980, o capital passou por “[...] profundas transformações que marcam a passagem para uma nova fase na evolução histórica do capitalismo. E a emergência de um regime capitalista mundializado e dominando pela finança Internacional” (Plibon, 2005, p. 133), ou, como afirma Chesnais (1996), *A mundialização do Capital*.

A expressão “mundialização financeira” designa as estreitas interligações entre os sistemas monetários e os mercados financeiros nacionais, resultantes da liberalização e desregulamentação adotadas

inicialmente pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, entre 1979 e 1987, e nos anos seguintes pelos demais países industrializados. Abertura, externa e interna, dos sistemas nacionais, anteriormente fechados e compartimentados, proporcionou a emergência de um espaço financeiro mundial (Chesnais, 1998, p. 12).

Lembra-se que até este momento, temos um sistema mundial econômico marcado pela crise na década de 1970, “[...] marcada pela inflação e um comportamento monopolista do sistema financeiro [...]. Chegou-se a uma situação de ‘repressão financeira’” (Plibon, 1998, p. 119), protecionismo de barreiras financeiras de nações hegemônicas e imperialistas, fim do acordo Bretton Woods, e o advento das ideias políticas e econômicas neoliberais. Estes fatores, acrescentados a outros econômicos políticos, levaram a mudanças na regulação macroeconômica mundial.

Desde o começo da década de 80, a imbricação entre as dimensões produtiva e financeira da mundialização tem-se manifestado sobre novas formas. Expressou-se, inicialmente, pelos novos e variados meios que as instituições financeiras e as casas especializadas colocaram à disposição dos grupos, para suas operações internacionais de aquisições e fusões. A “desintermediação” financeira permitiu que os grandes grupos colocassem títulos diretamente nos mercados financeiros internacionais (Chesnais, 1996, p. 239-240).

A partir da década de 1980, surge através do movimento de mundialização do capital, novos atores globais (*Global Players*), que direcionaram seus investimentos para outros setores e mercados financeiros, na produção de manufaturas e de bens de serviços. Atores que podem ser identificados por grupos, corporações, conglomerados, fundos de investimentos⁴¹ e pensões⁴², bancos, nações, empresas estatais e privadas que provocaram um elevado crescimento nas atividades econômicas mundiais, neste período e nas décadas seguintes.

É neste momento, também, que emergem grandes atores financeiros Agroimperialistas no setor agroindustrial, investindo em *commodities* agrícolas, ocasionando, entre os principais fatores, o processo de liberalização e desregulação

⁴¹ Na pesquisa: *Os Fundos Financeiros e o agronegócio brasileiro: as vinculações globais entre as multinacionais e o capital financeiro*, realizada em 2022, o pesquisador Alessandro F. T. de Oliveira desenvolve análises e vinculações de como os fundos financeiros atuam no Brasil e em escala mundial.

⁴² Para ter melhor conhecimento e entender a constituições dos “fundos de pensão”, ler o texto de Catherine Sauviat (2005): *Os fundos de pensão e os fundos mútuos: principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário*.

econômica e da globalização financeira. Por globalização financeira, apresenta-se a ideia de Chesnais (1996, p. 261), que define:

[...] O conceito de Globalização financeira abrange tanto o desmantelamento das barreiras internas anteriores entre diferentes fusões financeiras e as novas independências entre os segmentos do mercado, como a interpretação dos mercados monetários e financeiros nacionais e sua integração em mercados mundializados ou subordinados a estes.

Dessa maneira, muitas empresas transnacionais realizaram aquisições e fusões, em vários mercados e segmentos em escala global, formando grupos, corporações e conglomerados agroindustriais. Para Delgado (2012b, p. 36),

[...] a conglomeração industrial, cruzada com os bancos e/ou outras instituições financeiras, instâncias necessárias de operação do capital financeiro, que se expressa fundamentalmente pela finalidade de mobilizar (centralizar) e dar mobilidade (fluidez) ao capital, retransformando-o continuamente, de capital real em ativos financeiros.

Este processo de formação de conglomerados ou como Delgado (2012b) define, de integração de capitais (fusões de capitais), promoveu uma reestruturação do processo produtivo. Fortaleceu as empresas e levou a expansão de novos produtos e segmentos, investindo em outras regiões geográficas, principalmente as consideradas em desenvolvimento ou de países do “terceiro mundo”, como enfatiza Goldfarb (2013). Isso se confirma na prática, quando, por exemplo, “em 2015, cerca de 70% das vendas globais da gigante suíça Nestlé foram geradas fora da Europa e da América do Norte. No caso do conglomerado anglo-holandês Unilever, este índice foi de cerca de 75% [...]” (Santos; Glass, 2018, p. 34).

Este processo de desregulação dos mercados mundiais e a globalização financeira “[...] exerceu grande influência na mudança de estratégia das transnacionais agroalimentares” (Goldfarb, 2013, p. 47), participando dos mercados através de fusões ou na aquisição de ações no mercado financeiro. De fato, este momento do setor agroindustrial é explicado por Santos e Glass (2018, p. 10):

Na década de 1980, as transnacionais agrícolas foram crescentemente se transformando em *global players*, com interesses no mundo inteiro. Nos países em desenvolvimento, a liberalização desmantelou os controles estatais sobre os mercados de *commodities*

e as barreiras tarifárias, levando a uma rápida expansão do comércio mundial de produtos agrícolas. Os grandes varejistas começaram a organizar novas cadeias de suprimentos para se abastecerem de produtos frescos oriundos dos países em desenvolvimento [...].

Dessa maneira,

[...] algumas corporações globais agora estabelecem os padrões mundiais de agricultura e consumo de alimentos. Elas são incrivelmente duradouras: muitos dos atuais líderes mundiais dessa indústria foram fundadores do complexo agroindustrial moderno, como a Cargill (comerciante de grãos), a John Deere (máquinas agrícolas), a Unilever (alimentos processados e, no passado, plantações), a Nestlé (produtos lácteos e chocolate), o McDonald's (*fast food*) e a Coca-Cola (refrigerantes). Dois adventos – o domínio do capital financeiro e o impacto das biotecnologias – resultaram em uma onda de fusões e aquisições desde a década de 1980, mudando a cara do setor (Santos; Glass, 2018, p. 11).

O que se compreende até o momento é que, nas décadas de 1980 e 1990, configurou-se uma intensificação de empresas no fortalecimento e controle nos seus setores de produção agroindustrial e agroalimentar, realizando “aquisições verticais e horizontais”, como afirmam Santos e Glass (2018). Dessa maneira, gerou, segundo Medeiros (2015, p. 25), o “[...] crescimento dos investimentos em *commodities* atraiu investidores para os mercados de títulos agropecuários de diversos outros setores: corretores de títulos, bancos, investidores em geral empresas de outros setores fundo de pensão [...]” tornando-se, de acordo com Santos e Glass (2018), grandes “Oligopólios” e “Megaempresas” agroindustriais.

Na nova dinâmica, o capital financeiro condiciona e comanda os grupos agroindustriais, impulsionando as fusões e aquisições da agroindústria e indústria de alimentos e a desnacionalização do setor, unificando os setores e empresas, centralizando o comando e a propriedade dos setores relacionados, como a produção de insumos (Medeiros, 2020, p. 66).

Este movimento pode ser materializado por dois exemplos bem práticos. O primeiro, no segmento de sementes e agrotóxicos. Em 2017, duas gigantes destes segmentos, a DuPont e Dow Chemical, dos Estados Unidos, se fundiram e surgiu a DuPont. Ainda neste ano, a empresa chinesa ChemChina comprou a empresa suíça Syngenta. Enquanto isso, em 2018, a empresa alemã Bayer adquiriu a gigante americana Monsanto, que “[...] se transformou na maior corporação agrícola do

mundo, possuindo um terço do mercado global de sementes comerciais e um quarto do mercado de agrotóxicos” (Santos; Glass, 2018, p. 20). Desta maneira, com estas fusões,

[...] os três conglomerados recém-formados devem dominar mais de 60% do mercado de sementes comerciais e de agrotóxicos. Eles administrarão a produção e comercialização de quase todas as plantas geneticamente modificadas neste mercado e deterão a maioria dos pedidos de patente e de direitos de propriedade intelectual relacionados a plantas no Instituto Europeu de Patentes (Santos; Glass, 2018, p. 20).

O segundo exemplo é o grupo ABCD, como são conhecidos a *Archer Daniels Midland (ADM)*, *Bunge* e *Cargill*, empresas dos Estados Unidos e, por fim, a empresa holandesa *Louis Dreyfus Company*. As quatro corporações controlam e dominam o mercado mundial de *commodities* agrícolas, tanto a importação como a exportação. Juntas, elas têm o controle de todo o processo produtivo, comercializando, transportando, processando e industrializando variedades de produtos agrícolas. Além do mais, detém uma estrutura de portos, ferrovias, navios oceânicos, moinhos, silos, refinarias e fábricas. Para se ter uma dimensão do controle e concentração destas corporações, segundo Santos e Glass (2018, p. 28), o grupo ABCD “[...] representam 70% do mercado mundial de *commodities* agrícolas”. E por ter esta importância macroeconômica mundial, este grupo se utiliza do poder econômico e financeiro para influenciar o mercado agrícola mundial, barganhar preços em negócios com produtores, utilizando-se de seus instrumentos e conhecimentos de mercado para obter grandes volumes de capital e ativos financeiros nas transações realizadas, em que os estados nacionais entram como mediadores desses interesses. Isso nos remete ao que Ianni (2001) afirmou, que os maiores atores da agricultura, em relação aos insumos, ao comércio de mercadorias e à pesquisa agrícola, atualmente, não são os Estados, mas as corporações multinacionais e transnacionais, aqui denominadas de Agroimperialistas como fração ampliada do Eco-imperialismo.

Um dos fatores que direcionou a emergência de grandes corporações financeiras neste período foi a crise estrutural do capital, a partir do final de 2007 e no ano de 2008, apresentado no início deste capítulo. A crise direcionou muitos investimentos de bancos, de fundos de investimentos (de pensão, de seguros, universitários), de grupos financeiros, entre outros, em *commodities* agrícolas e na aquisição de terras,

tanto para resolver questões de soberania alimentar, como para a especulação e ativos financeiros, pois “entre 2006 e início de 2011 – período que abrange a profunda crise financeira global – o total de ativos dos especuladores financeiros nos mercados de *commodities* agrícolas quase dobrou de US\$ 65 bilhões para US\$ 126 bilhões” (Santos; Glass, 2018, p. 44).

Este movimento do capital financeiro na formação de grandes grupos e corporações Agroimperialistas demonstram o apetite pelo controle, expansão, domínio, concentração e acumulação dentro da lógica sociometabólica do capital. As mesmas, por terem esta relevância econômica global, desempenham influência e direcionam acordos e negociações internacionais, cortes e eliminação de tarifas comerciais, entre outras ações, com a intenção de benefício próprio, como afirma Santos e Glass (2018, p. 34), o “[...] desmantelamento das alfândegas e de outras barreiras comerciais sustenta a estratégia das multinacionais de importar matérias-primas baratas e exportar produtos para novos e lucrativos mercados”. Ou seja, estas corporações Agroimperialistas estão “no controle e não sob controle”.

Tem-se, claro, que o objetivo do capital financeiro mundializado é a intensificação pela acumulação e maximização de capital. E o setor agropecuário é um campo em grande expansão de investimentos na produção de manufaturas, bens e serviços, além de ser, como enfatiza Medeiros (2015, p. 28-29),

[...] a base da ampliação da imensa centralização do capital e integração técnica dos grandes grupos agroindustriais, pois permite a captação de recursos de inúmeras fontes dispersas: abertura de capital em bolsa, fusões e aquisições, negócios simultâneos com dezenas de bancos, compra e venda de títulos agropecuários, compra e venda antecipada da produção, adiantamento de contratos de câmbio, securitização, entre outros.

Por fim, encerra-se este item, compreendendo que os Agroimperialistas que atuam no controle, no domínio e centralização do processo produtivo mundial, via capital financeiro mundializado, não são apenas do setor agropecuário, mas, como identifica Harvey (2013), agentes financeiros, como banqueiros e correntistas de instituições – como fundo de pensões e seguros, bancos mercantis, mercados financeiros interligados, como bolsa de valores e mercados hipotecários –, instituições internacionais, como Banco mundial e Fundo Monetário Internacional, entre outros, que representam a reprodução do capital dentro do Eco-imperialismo.

Dessa maneira, como já intencionado acima, buscar-se-á entender a relação e participação do Banco Mundial como agente reprodutor do Eco-imperialismo no fortalecimento do Agroimperialismo. Como citado, o BM é uma das instituições que integra o capital financeiro, logo, o mesmo se apresenta como instituição decisiva e ativa, como, por exemplo, no financiamento de aquisição de terras. Por fim, alguns elementos da atuação do BID e sua participação na América Latina, como instituição financeira representativa hegemônica do capital.

1.6.2 Aspectos sobre o Banco Mundial como um agente mediador de interesses do Agroimperialismo

O avanço em investimentos do capital financeiro, no setor do “agro” ou na agricultura, vem crescendo ano após ano. Isso se comprova pela iniciativa de empresas, grupos, corporações, fundos de investimentos e até empresas estatais/governamentais, na aquisição e na produção de *commodities* agrícolas. Alguns autores como Petras (2008), Flexor e Leite (2017) e Delgado (2012a) apontam que a crise estrutural do processo de produção e acumulação culminou com a intensificação da crise financeira e de alimentos, iniciada no final de 2007 e início de 2008, bem como a (in)capacidade de sustentação do processo agroalimentar global, levou uma “corrida” na aquisição de terras, na produção de alimentos e também para aplicações financeiras.

Em decorrência disso, a partir do ano de 2008, os valores das *commodities* agrícolas elevaram-se, ou, como Delgado (2012a) expressa, uma “explosão dos preços”. Esse fenômeno pode estar associado ao processo de “financeirização das commodities”, ou, como o autor afirma, à “[...] especulação financeira, que se deslocou para o setor de commodities primárias com a crise financeira internacional [...]” (Delgado, 2012a, p. 141).

É preciso esclarecer que esse movimento do capital financeiro não é atual. Desde suas bases originárias, tem por características a concentração e domínio sobre o processo produtivo. De formato diferente, dadas as circunstâncias históricas do processo de desenvolvimento socioeconômico, se movimenta e se desenvolve na busca pela acumulação de capital. Lenin, no início do século XX, já alertava o poderio financeiro do capital e dos bancos na aquisição e concentração de matérias-primas, de terras e de territórios.

Para o capital financeiro não são apenas as fontes de matérias-primas já descobertas que têm importância, mas também as possíveis, pois a técnica avança, nos nossos dias, com uma rapidez incrível, e as terras hoje não aproveitáveis podem tornar-se amanhã terras úteis, se forem descobertos novos métodos (para cujo efeito um banco importante pode enviar uma expedição especial de engenheiros, agrônomos, etc.), se forem investidos grandes capitais. O mesmo acontece com a exploração de riquezas minerais, com os novos métodos de elaboração e utilização de tais ou tais matérias-primas, etc. etc. Daí a tendência inevitável do capital financeiro para ampliar o seu território econômico e até o seu território em geral. Do mesmo modo que os trustes capitalizam os seus bens atribuindo-lhes o dobro ou o triplo do seu valor, tomando em consideração os lucros “possíveis” no futuro (e não os lucros presentes) e tendo em conta os resultados ulteriores do monopólio, o capital financeiro manifesta a tendência geral para se apoderar das maiores extensões possíveis de território, seja ele qual for, encontra-se onde se encontrar, por qualquer meio, pensando nas fontes possíveis de matérias-primas e temendo ficar para trás na luta furiosa para alcançar as últimas parcelas do mundo ainda não repartidas ou por conseguir uma nova partilha das já repartidas (Lenin, 2012, p. 117-118).

É preciso ressaltar, de fato, que, a partir de 2008, há um movimento global da ofensiva do capital que gerou uma “onda” de novas fronteiras agrícolas, tanto para a produção como para a especulação financeira. Grupos, corporações, fundos de investimentos e nações aplicaram seus recursos nesse movimento, tendo como alvo regiões geográficas periféricas, como: África, Ásia e América Latina.

Mediante a esses apontamentos citados: “aquisição de terras”, “produção de alimentos”, ou “*commodities* agrícolas”, é preciso tecer alguns pontos para entender o avanço do capital no setor do “agro”. Avanço que ocorre de forma predatória e exploratória dos *Agroimperialistas* como fração ampliada do Eco-imperialismo, levando a expulsão e expropriação das pessoas de suas terras, bem como a exploração do trabalho. Além disso, é a concentração de terras nas mãos de poucos. Segundo a Oxfam Brasil (2023), “menos de 1% das propriedades rurais concentram quase metade de toda a área rural do Brasil”. E, em escala global, “[...] apenas 1% da população mundial detém a mesma riqueza que as 3,6 bilhões de pessoas mais pobres do mundo” (Oxfam Brasil, 2016, p. 7).

No texto (*Agro-Imperialismo*) *A grande dívida de terras: neocolonialismo por convite*, James Petras afirma que o Banco Mundial está contribuindo para aquisição de terras, empréstimos, financiamentos e investimentos no setor do “Agro”, via projetos. Para Petras (2008, s/p.), o Banco Mundial,

[...] tem desempenhado um papel importante na promoção da captura agro-imperial de terras, destinando US\$1,4 mil milhões para financiar tomadas de “terras sub-utilizadas” por parte dos agronegócios. O BM condiciona seus empréstimos a neocolônias, como a Ucrânia, à abertura de terras à exploração pelos investidores estrangeiros. Aproveitando os regimes neoliberais de “centro-esquerda” na Argentina e no Brasil, investidores agro-imperiais dos EUA e da Europa compraram milhões de hectares de terras férteis e pastos para abastecer seus centros imperiais, enquanto milhões de camponeses sem terra e trabalhadores desempregados são deixados a ver os comboios carregados de carne, trigo e soja dirigirem-se para instalações portuárias controladas por multinacionais estrangeiras e para os mercados internos imperiais na Europa, Ásia e EUA.

Para corroborar com a afirmação do sociólogo, sobre a participação do Banco Mundial para o Setor do “Agro”, buscou-se analisar os projetos e operações de investimentos realizados junto aos países pelo banco⁴³. Nesse caso, o primeiro passo da pesquisa foi identificar quantos projetos estão ativos atualmente; e, segundo os dados oficiais do Banco Mundial (julho de 2023), soma-se o total de 503 projetos distribuídos mundialmente em várias regiões geográficas.

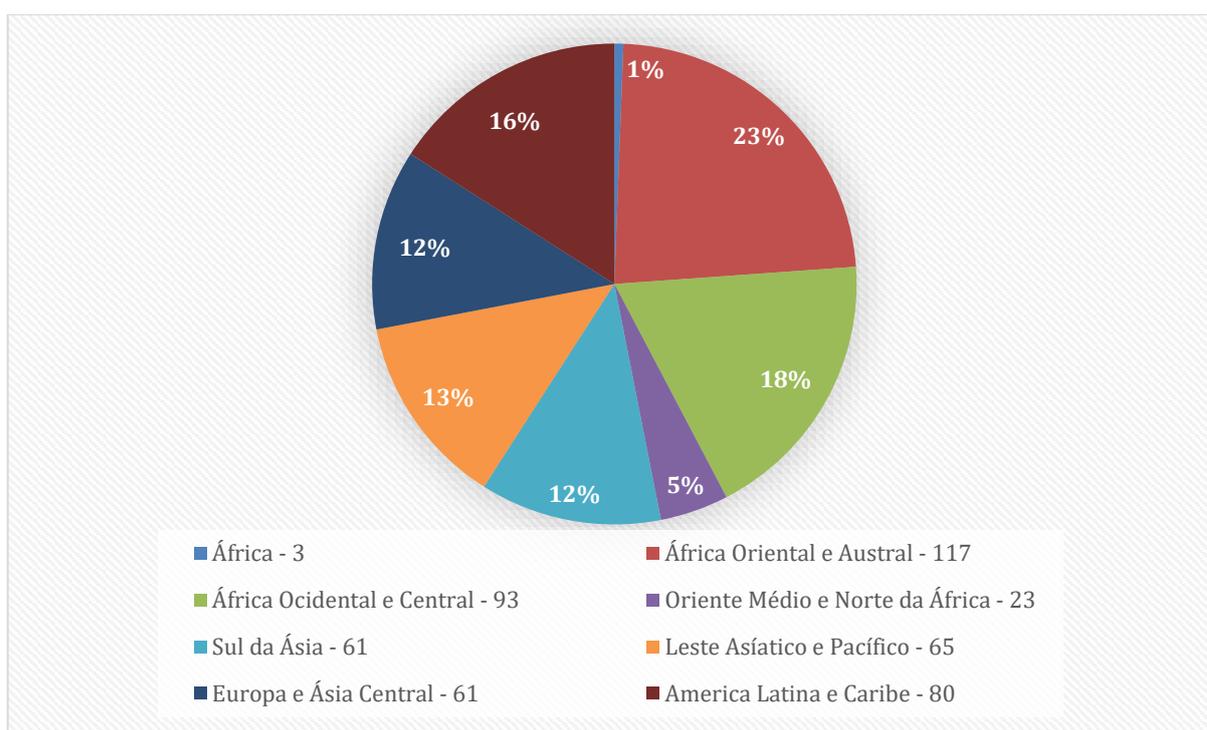
O segundo passo foi especificar ainda mais o setor do “Agro”. Nesta área, o site oficial do Banco Mundial define como o setor da “Agricultura”, no qual engloba projetos por eixos, os quais apresenta oito: Extensão agrícola, pesquisa e outras atividades de apoio; Plantações; Pesca; Silvicultura; Irrigação e Drenagem; Gado; Outras Agricultura, Pesca e Silvicultura; e, Administração Pública – Agricultura, Pescas e Florestas.

Ao especificar na pesquisa apenas a palavra “Agro”, buscando projetos da “Agropecuária” (levando em consideração as atividades e projetos “Agrícolas” e da “Pecuária”), encontra-se três eixos. 1º - *Extensão agrícola, pesquisa e outras atividades de apoio*; 2º - *Mercados agrícolas, comercialização e agronegócio*; 3º - *Gado/Pecuária*. Nesses três eixos, temos atualmente 275 projetos ativos mundialmente, distribuídos em oito regiões geográficas, compreendendo 54,67% do total de projetos ativos do setor da agricultura. Os outros eixos (cinco) totalizam 228 projetos, distribuídos nas mesmas regiões.

⁴³ No site oficial, o Banco Mundial explica que as operações de crédito, junto aos projetos, “incluem operações do BIRD e da AID, bem como o seguinte fundo fiduciário, projetos autônomos financiados: protocolo de Montreal, executado pelo Beneficiário, Projetos Ambientais Globais, Programa GEF de Médio Porte, Compensação de Carbono, Mecanismo de Redução da Dívida, Garantias, Floresta Tropical e Financiamento Especial (Banco Mundial, 2023b).

No gráfico 1, abaixo, podemos notar que o grande volume de projetos se concentra na África, Ásia e América Latina. Isso reforça o que Petras (2008) já sinalizava, que “[...] estão a adquirir o controle de vastas extensões de terras férteis de países pobres na África, Ásia e América Latina, através da intermediação de corruptos locais, em regimes de mercado livre [...]”.

Gráfico 1 – Projetos Ativos do Banco Mundial distribuídos mundialmente por regiões geográficas, no Setor da Agricultura



Fonte: Elaboração do autor (Banco Mundial, 2023).

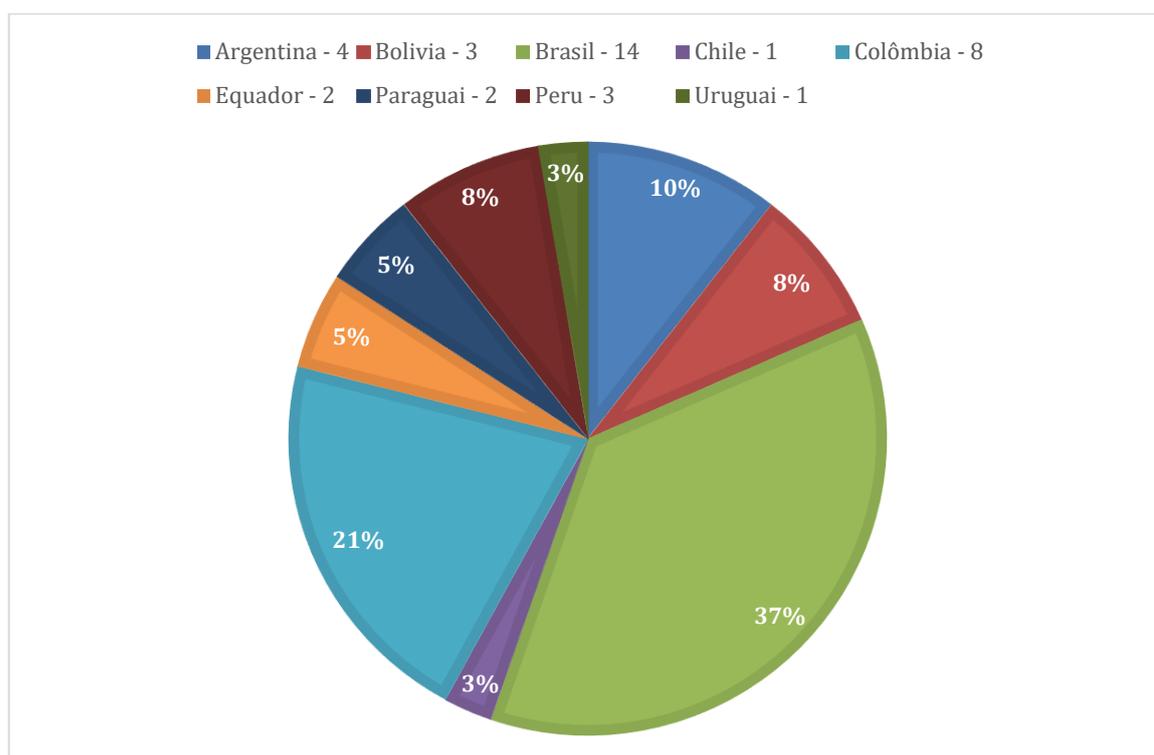
Em tempo, levando em consideração as três regiões do continente africanos, temos 213 projetos ativos, que correspondem a 42%. Somando os 23 projetos que englobam Oriente Médio e Norte da África, sobe para 236 projetos, chegando aos 47%. Isso reforça o que o próprio Banco Mundial já constatava em 2011, que “[...] uma das maiores prioridades de desenvolvimento no mundo deve ser a melhoria da produtividade agrícola dos pequenos agricultores, especialmente na África (Banco Mundial, 2011, p. XIII, tradução nossa)⁴⁴. A segunda concentração, de acordo com dados do gráfico 1, é na Ásia, somando as duas regiões específicas desse continente,

⁴⁴ No original: “*One of the highest development priorities in the world must be to improve smallholder agricultural productivity, especially in Africa. [...]*”.

temos 126 projetos (25%); e, somando mais a Europa e Ásia Central, chega-se aos 187 (um total de 37%).

Na América Latina e Caribe, como identificado no gráfico acima, somam-se 80 projetos, correspondente a 16%, distribuídos nos seguintes países, como mostra o gráfico 2.

Gráfico 2 – Projetos Ativos do Banco Mundial nos países da América do Sul, no Setor da Agricultura



Fonte: Elaboração do autor (Banco Mundial, 2023).

Desses 80 projetos identificados, segundo os dados do Banco Mundial, 38 são correspondentes de países da América do Sul, nos eixos: Extensão agrícola, pesquisa e outras atividades de apoio; Silvicultura; Irrigação e Drenagem; Gado/Pecuária; Outras Agricultura, Pesca e Silvicultura; e, Administração Pública – Agricultura.

Como identificado no gráfico 2, o Brasil concentra o maior número de projetos ativos no momento atual. Se tirarmos a Colômbia, em segundo; e a Argentina, em terceiro, o Brasil tem mais projetos que os outros seis países juntos. Antes de fazer a análise dos projetos ativos do Banco Mundial junto ao Brasil, é preciso mencionar os oito projetos ativos na Colômbia. Oliveira (2014), que pesquisou a influência do Banco Mundial no mercado de terras no Brasil e no Mundo, cita o caso da Colômbia. Para a pesquisadora, na década de 1990, o Governo de César Gaviria propôs um programa

para reforma agrária, “Mercado Subsidiado de Terras”, junto ao Banco Mundial. Segundo Oliveira (2014, p. 119),

O programa Mercado Subsidiado de Terras foi proposto pelo Banco Mundial e criado por lei em 1994 (Lei nº 170), porém somente em 1996 foi concedido um empréstimo para financiar experiências-piloto, com o objetivo de “preparar” um conjunto de projetos de apoio à reforma agrária de mercado.

[...].

A debilidade do programa começou a ser sentida um ano depois, e, em 1998, o governo Andrés Pastrana substituiu o programa Mercado Subsidiado de Terras pelo que chamou de programa de Alianças Estratégicas entre grandes e pequenos proprietários e empresários, o que o Banco Mundial passou a denominar associação para a produção.

Em levantamento dos projetos fechados da Colômbia no setor da Agricultura, nos dados do Banco Mundial, foram executados 58 projetos. Projetos estes que estão ligados a outros bancos internacionais, mas que fazem parte dos bancos em desenvolvimento, como no primeiro projeto realizado em agosto de 1949, de um empréstimo de 5 milhões de dólares americanos, junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) (Banco Mundial, 2023b). Ao somar esses projetos fechados e os outros oito ativos atualmente, temos 64 projetos no setor da agricultura, na Colômbia.

No Brasil, a partir dos dados levantados, o Banco Mundial vem atuando desde a década de 1960. O primeiro projeto no setor da agricultura foi aprovado em setembro de 1967, no valor de 40 milhões de dólares, em um projeto de desenvolvimento pecuário. Lembrando que neste período temos governos militares no poder, com parcerias direta em acordos e apoio das instituições imperialistas, como dos Estados Unidos. Neste primeiro, em 1967, o “Projeto de Fomento Pecuário” é uma operação de crédito pecuário em áreas selecionadas. Seu objetivo é aumentar a produção de carne bovina, ovina e de lã para consumo interno, bem como para a exportação” (Banco Mundial, 2023a). Nesse setor em projetos fechados, contando com esse primeiro, o Banco já executou 160, conforme apresentado em seu site oficial. No momento atual, no setor da agricultura (envolvendo os oito eixos) há 14 projetos ativos. Ao todo, desde a década de 1960 até hoje, são 180 projetos executados.

Um ponto que pode ser analisado é a localização desses projetos, apenas dois que são abrangentes em níveis nacionais (no site do banco, não há mais detalhes),

os outros 12 abrangem o Nordeste e Norte do país, além da região do cerrado, que engloba uma parte do Centro-oeste, Sudeste e o Nordeste. Lembrando que o Cerrado e o Nordeste são as regiões consideradas as novas fronteiras agrícolas do país, tanto para investimento interno como para o capital estrangeiros.

Contudo, é preciso ressaltar que os investimentos em regiões geográficas periféricas, principalmente abaixo da linha do equador, não é um fenômeno novo. Desde a criação do Banco Mundial, em 1944, em Bretton Woods, nos Estados Unidos, e seus organismos multilaterais, acontece o avanço em projetos de reconstrução e desenvolvimento em vários setores. E a agricultura não é um setor isolado.

Os estudos e textos como de Petras (2008), WRM (2013), Oliveira (2014), Flexor e Leite (2017) já alertavam a ascensão de investimentos no setor da Agricultura do próprio Banco Mundial e seus organismos multilaterais; de nações (como por exemplo a China), do capital estrangeiro via grupos, corporações e fundos de investidores, nas regiões geográficas periféricas, especialmente, nos continentes asiáticos, africanos e latino-americanos, como já identificado no gráfico nº 1.

Oliveira (2014), em seus estudos sobre “*A participação do Banco Mundial no Mercado de Terras no Brasil e no Mundo*”, expõe sobre os projetos executados pelo banco no Brasil. Também traz elementos da participação nos continentes africanos e asiáticos, bem como em outros países da América Latina. No Brasil, segundo a autora, o Banco Mundial iniciou sua participação na política agrária do país, a partir do “período militar, primeiro, como uma instituição de financiamento associada às demais IFMs⁴⁵ como BID e Fida⁴⁶ e, em seguida, como uma instituição financeira e técnica com projetos próprios ligados diretamente ao Incra [...]” (Oliveira, 2014, 163).

Recorremos novamente ao texto do sociólogo James Petras que sinalizava, em 2008, os grandes investimentos nos continentes citados e apresentados no gráfico. O autor pontua que esses investimentos estão sendo realizados pelas *Emerging Neo-Colonial Economic Powers – ENEP*, ou as “Potências Econômicas Neocoloniais Emergentes”, sendo seus objetivos investir em infraestrutura, aquisição de terras, produção agrícola e exploração da mão de obra.

No texto, Petras (2008) cita duas matérias do jornal Financial Times, de 2008, que dizem muito sobre o avanço dessas potências sobre os países africanos. A

⁴⁵ IFMs – Instituições Financeiras Multilaterais.

⁴⁶ FIDA – Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura.

primeira, no dia 20 de novembro, que declara: “o contrato que a Daewoo Logistics da Coreia do Sul está a negociar com o governo de Madagascar parece predatório... Os malgaxes encaram-no como neocolonial... O povo malgaxe prepara-se para perder a metade da sua terra arável”. Essa matéria também denunciada por Rice (2009) e pela Fundação Afrikhepri (s/d) apontava a entrega das terras de Madagascar para o conglomerado Daewoo Logistics, que é uma corporação de transporte de produtos, com sede na Coreia do Sul e que atende vários países no Continente asiático, bem como nos Estados Unidos, México, Eslovênia e, inclusive, segundo o site oficial, em Madagascar (Daewoo Logistics, 2023). A segunda matéria publicada por James Petras é de 21 de novembro de 2008, segundo o jornal: “O Camboja está em conversações com vários governos asiáticos e do Médio Oriente para receber até US\$3 bilhões em investimentos agrícolas em troca de milhões de hectares de concessões de terra...”. Nesse contexto, é possível afirmar que países abaixo da linha do equador são alvos das grandes corporações e grupos para investimentos, além dos próprios países, como é o caso da Coreia do Sul.

Emblemático do agro-imperialismo de novo estilo é a tomada pela Coreia do Sul da metade da terra arável de Madagascar (1,3 milhão de hectares) sob um arrendamento de 70-90 anos na qual a Daewoo Logistics Corporation of South Korea espera nada pagar por um contrato para cultivar milho e óleo de palma para exportação. No Camboja, vários países agro-imperiais emergentes da Ásia e do Médio Oriente estão a ‘negociar’ (com subornos substanciais e ofertas lucrativas ‘parcerias’ a políticos locais) a tomada de milhões de hectares de terra fértil. O âmbito e profundidade da nova expansão agro-imperial emergente dentro das zonas rurais empobrecidas de países asiáticos, africanos e latino-americanos ultrapassa de longe o do império colonial primitivo de antes do século XX (Petras, 2008, s/p.).

Matérias como essas continuam a demonstrar o avanço nessas regiões, como mostra o boletim 189, de 30 abril de 2013, do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (World Rainforest Movement – WRM). A matéria, neste boletim, intitulada: “O Banco Mundial e a concentração de terras”, traz dados e informações sobre o papel do Banco Mundial na aquisição e na exploração de terras, bem como nas garantias de seguro, pela Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA). Segundo WRM (2013b), os programas do Banco Mundial levaram a perda de terras de muitas comunidades vulneráveis, que sobreviviam e subsistem do único meio, a terra, “[...] como no Camboja e na Guatemala; e a conflitos no Camboja, nas Filipinas e no

Panamá, às vezes reforçando a titulação privada e individual da terra em detrimento das demandas coletivas de reconhecimento do território” (WRM, 2013b, s/p). A matéria continua a denunciar,

A partir de dados do próprio Banco Mundial, a GRAIN informa que a MIGA apoiou com 50 milhões de dólares os investimentos de 300 milhões de dólares da Chayton Capital, uma firma de ações privadas com sede no Reino Unido, que investe em terras agricultáveis no sul da África. Também atuou protegendo investimentos desse tipo do fundo de cobertura britânico Silver Street Capital, onde foi crucial no papel de proteger os investimentos em terras para agricultura proporcionados pela MIGA. Se surgem problemas, “você contarão com o Banco Mundial ao seu lado”, expressou um dos chefes de investimentos do referido fundo (WRM, 2013b, s/p.).

Outra matéria, deste boletim, chamada: “*BRICS, desenvolvimento e concentração de terras*”, também alertava para o Grupo dos países emergentes (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), na criação de um banco de desenvolvimento com aporte de capital de 50 bilhões de dólares. A matéria alertava sobre as semelhanças desse banco, com o que o Brasil já tem, o BNDES. Banco este que “[...] é promotor de desenvolvimento de cima para baixo, em benefício de grandes empresas, contribuindo para o processo de concentração de terras” (WRM, 2013a, s/p).

O BNDES, no Brasil, tem apoiado intensamente, por exemplo, a expansão de milhões de hectares da monocultura de eucalipto para celulose de exportação e de cana-de-açúcar para produzir açúcar de exportação, além de etanol, o setor de carnes de exportação que incentiva a expansão de pastagens, inclusive na Amazônia, complexos hidrelétricos, mineração e o setor de petróleo que têm se expandido enormemente no Brasil em plena época de crises climática e ambiental [...] (WRM, 2013a, s/p.).

Remete-se, aqui, ao texto da Fundação Afrikhepri (s/d), *África: agro-imperialistas tomam terras agrícolas*, onde identifica-se os países que estão a adquirir terras neste continente. Dos países identificados, três (Índia, China e Brasil) fazem parte dos BRICS, levando-nos a analisar e refletir que o Brasil não é somente um lugar de entrada do capital estrangeiro, mas, também, encontram-se, entre os brasileiros, Agroimperialistas que avançam em outros países, como é o caso da empresa brasileira JBS, que já é proprietária de terras no continente africano e, como sinaliza Castilho (2017), a mesma tem fazendas na Austrália, tendo em vista que a “[...]”

empresa já tem cinco estabelecimentos com 10 mil hectares, com produção anual de 330 mil cabeças de gado. Somente a JBS australiana exporta para mais de 80 países” (Castilho, 2017, s/p).

Retornando a questão do interesse do Banco Mundial em relação à aquisição e concentração de terras, vale salientar que esta é uma postura de suas políticas, enquanto agente Eco-imperialista. Para normatizar ou pode-se dizer “legalizar” via projetos, traz em suas orientações, no “*Recurso do Quadro Ambiental e Social*” (Environmental and Social Framework – ESF), as suas Normas Ambientais e Sociais – NAS5, intitulada: *Aquisição de Terras, Restrições ao uso de Terras e Reassentamento Involuntário*. Nesse documento, apresenta as orientações, notas e as práticas recomendáveis. Em seu primeiro item, deixa claro que:

1. A NAS5 reconhece que a aquisição de terras relacionadas com o projeto ou restrições ao uso das terras podem ter impactos adversos nas comunidades e indivíduos. A aquisição de terras para o projeto ou restrições ao uso das terras podem provocar o desalojamento físico (reassentamento, perda de terras residenciais ou de abrigo), perdas econômicas (perda de terras, ativos, ou acesso a ativos, incluindo os que levem à perda de fontes de renda ou outros meios de subsistência) ou ambos (Banco Mundial, 2018, p. 1).

O próprio banco orienta como proceder na busca por recursos para a aquisição de terras. Mais do que isso, é a orientação que a aquisição ou a restrições de uso da terra podem causar “impactos adversos”, “desalojamento físico” e “perdas econômicas”. É uma política que contribui na concentração de terras, nas mãos de poucos, de grupos, de corporações e de nações, não levando em consideração os impactos sociais, econômicos, culturais e ambientais, dentro de uma lógica sociometabólica do capital do Eco-imperialismo. Contudo, mesmo com ou sem esses impactos, o que é de se espantar relaciona-se à explicação na nota de rodapé 1, esclarecendo a “aquisição de terras” via projeto:

Nota de rodapé 1: O termo “aquisição de terras” refere-se a todos os métodos de obtenção de terras para os fins do projeto, que podem incluir compra direta, expropriação de propriedade e aquisição de direitos de acesso, tais como servidões ou direitos de passagem. A aquisição de terras também pode incluir: (a) aquisição de terras desocupadas ou não utilizadas, independente de o seu proprietário depender de renda ou meios de subsistência das mesmas; (b) reapropriação de terras públicas que sejam usadas ou ocupadas por indivíduos ou famílias; e (c) impactos do projeto que resultem na

submersão ou então inutilização ou inacessibilidade das terras. O termo “terra” inclui tudo o que cresce ou está permanentemente fixado à terra, como plantações, edifícios e outras melhorias e cursos de água adjuntos (Banco Mundial, 2018, p. 1).

É uma forma de legalizar o ilegal na aquisição de terras. Uma política predatória e de expropriação, dos habitantes que vivem e subsistem da terra, do meio rural/do campo. E, novamente, reforçamos essa atividade, essa forma de “política” não é atual. A Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, em cartilha de maio de 2006, já alertava sobre o avanço dessa política do Banco Mundial em projetos de investimentos para a área rural/do campo. “Essa política tem se refletido no meio rural, onde o Banco Mundial concentra seus programas, promovendo a privatização do território através das regras do mercado” (Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2006, p. 3).

[...] as maiores regiões concentradoras de recursos naturais – como água, terra, minério e biodiversidade – estão no meio rural e passaram a ser o centro das políticas de agências financeiras multilaterais, especialmente do Banco Mundial. Não é aleatório que, hoje, os principais projetos do Banco estejam voltados para o campo (Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2006, p. 4).

Reforçando o que Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (2006) afirmou, atualmente, dos 11 setores que englobam projetos do Banco Mundial, o Setor da “Agricultura” (503) é o segundo com mais projetos ativos, perdendo apenas para o setor “Administração Pública” (619), seguidos pelos setores da: Saúde (481); Proteção Social (436); Indústria e Comércio (397); Água/saneamento e resíduos (355); Energia e Extrativos (349); Transporte (320); Educação (313); Informação e Comunicação (249) e Setor Financeiro (151) (Banco Mundial, 2023b).

Para entender esse fenômeno global, Flexor e Leite (2017, p. 20) apontam que a “questão da disponibilidade de recursos naturais fundamentais para alimentar a população mundial, como a terra e a água, voltou ao topo da agenda internacional”, levando o interesse por *commodities* agrícolas e, ainda, os autores reforçam que a crise dos preços por alimentos, a partir de 2008, levou há procura por soluções, como, por exemplo, “[...] o crescente interesse de governos – puxados pela China e por vários países árabes – pela aquisição de terras para a produção de alimentos a fim de satisfazer o consumo doméstico” (Flexor; Leite, 2017, p. 20-21); e de investimentos estrangeiros, que, segundo os autores, tem chamado a atenção por serem “[...] os investimentos do setor financeiro, historicamente avesso à imobilização de capital,

especialmente na compra de terra, um mercado caracterizado pela baixa liquidez” (Flexor; Leite, 2017, p. 21).

Esses dois movimentos, de nações e de investidores financeiros na aquisição de terras e na produção de alimentos, já foram apontados pelo estudo do Banco Mundial, em 2011. No estudo: *Rising global interest in farmland: Can it yield sustainable and equitable benefits?*, traduzido como “O crescente interesse global em terras agrícolas: poderá produzir benefícios sustentáveis e equitativos?”, o Banco identifica os elevados preços das *commodities* em 2007-2008 e a dependência dos países de importações de alimentos. Esses dois fatores levaram a um fluxo elevado de investidores na aquisição de terras. E o documento aponta três grupos com interesse em terras agrícolas. *Primeiro*: governos/países buscando investir, após crise de alimentos de 2007-2008, para o consumo interno e preocupados pela incapacidade de fornecer alimentos com recursos próprios. *Segundo*: Instituições ou entidades financeiras que buscam, com o momento de crise, encontrar atrativos e vantagens em investimentos a longo prazo na aquisição de terras e de recursos naturais, como frisa o documento do Banco Mundial (2011, p. 2), “[...] juntamente com a crise financeira, o boom levou a uma “redescoberta” do setor agrícola por diferentes tipos de investidores”⁴⁷. *Terceiro*: grupos, conglomerados, corporações e empresas do próprio setor, principalmente agroindustrial, que, com o momento favorável, buscam investir no seu próprio segmento, expandindo em maior escala (Banco Mundial, 2011, p. 2).

Esse movimento de aquisição e concentração de terras por esses grupos nos remete, novamente, a Lenin, que expressa a partilha do mundo entre as “associações de monopolistas capitalistas” e as “grandes potências”.

Como nem na Ásia nem na América existem terras desocupadas, isto é, que não pertençam a nenhum Estado, há que ampliar a conclusão de Supan e dizer que o traço característico do período que nos ocupa é a partilha definitiva do planeta, definitiva não no sentido de ser impossível reparti-lo de novo “pelo contrário, novas partilhas são possíveis e inevitáveis”, mas no sentido de que a política colonial dos países capitalistas já completou a conquista de todas as terras não ocupadas que havia no nosso planeta. Pela primeira vez, o mundo encontra-se já repartido, de tal modo que, no futuro, só se poderão efetuar novas partilhas, ou seja, a passagem de territórios de um “proprietário” para outro, e não a passagem de um território sem proprietário para um “dono” (Lenin, 2012, p. 109-110).

⁴⁷ No original: “*Together with the financial crisis, the boom led to a “rediscovery” of the agricultural sector by different types of investors*”.

De fato, no século XIX, as grandes potências imperialistas realizaram a divisão de terras, em escala mundial, de forma autoritária e impositiva, sem importar com as divisas territoriais, ou de apelo nacional dos países ou ainda das populações residentes. Por isso, Lenin afirma que o mundo já está repartido e antevê o que vai ocorrer no período pós I Guerra mundial, em especial, da II Guerra, quando países como os Estados Unidos, país hegemônico e imperialista, vai buscar a disputa geopolítica e econômica em várias regiões geográficas, não o faz na expansão do seu espaço territorial, mas na obtenção de controle do poder político, econômico e ideológico dos Estados Nacionais. Era uma estratégia para ampliar seu espaço de país imperialista capitalista contra a União Soviética comunista. Neste momento, o formato de apoderamento de terras ocorre de forma indireta, onde se adquire, via compra, por parte dos Agroimperialistas como fração ampliada do Eco-imperialismo; ou ainda, na forma de desapropriação de áreas legais, via participação dos Estados nacionais, como bem já ponderado por Harvey (2014), no texto sobre o *Novo Imperialismo*. Enfatiza-se, ainda, que estes Estados que contribuem para a expansão Agroimperialista, em muitos casos, são dependentes financeira e economicamente de países Eco-imperialistas.

Retomemos o que foi apresentado, os autores Petras (2008), WRM (2013), Flexor e Leite (2017) corroboram que, a partir de 2008, houve – e continua atualmente – uma intensa procura pela aquisição e concentração de terras, como o próprio documento do Banco Mundial demonstra em seus estudos.

Em primeiro lugar, a procura de terras tem sido enorme. Em comparação com uma expansão média anual de terras agrícolas a nível mundial inferior a 4 milhões de hectares antes de 2008, foram anunciados cerca de 56 milhões de hectares de negócios de terras agrícolas em grande escala ainda antes do final de 2009. Mais de 70% dessa procura tem-se verificado na África; países como a Etiópia, Moçambique e Sudão transferiram milhões de hectares para investidores nos últimos anos (Banco Mundial, 2011, p. XIV, tradução nossa)⁴⁸.

⁴⁸ No original: *First, the demand for land has been enormous. Compared to an average annual expansion of global agricultural land of less than 4 million hectares before 2008, approximately 56 million hectares worth of large-scale farmland deals were announced even before the end of 2009. More than 70 percent of such demand has been in Africa; countries such as Ethiopia, Mozambique, and Sudan have transferred millions of hectares to investors in recent Years.*

Esse movimento de ascensão na aquisição de terras para investimento, como para a produção de *commodities*, ocorre, como afirma o documento, em nível global. Lan Matrix Initiative (LMI), que monitora negócios e atividades de terras em escala mundial, afirma que:

A demanda por terras e recursos naturais acelerou significativamente na última década, e é provável que continue levando a um aumento nas Aquisições de Terras em Larga Escala (LSLAs), em um fenômeno que foi apelidado de “corrida por terras” (Land Matrix, 2023b, s/p).

E continua,

As Aquisições de Terras em Larga Escala (LSLAs) na América Latina e no Caribe (ALC) fazem parte de uma longa história de apropriação de terras e recursos naturais por atores externos e levaram a um amplo desmatamento e expansão de “fronteiras” agrícolas, seguindo um modelo de desenvolvimento baseado na produção de *commodities* agrícolas para mercados externos. Esse padrão de agronegócio reduz a soberania alimentar local e aumenta a dependência de atores externos, como empresas de marketing, fornecedores de tecnologia e produtos transnacionais de agroquímicos (Land Matrix, 2023b, s/p.).

As informações obtidas pela Iniciativa Land Matrix sobre a aquisição de terras corroboram com as ideias de Petras (2008) e do documento do Banco Mundial (2011), reforçando que há uma posição clara, objetiva e prática por parte do Banco como agente Eco-imperialista de apoiar, em escala global, os Agroimperialistas no avanço em relação à acumulação de terras e de expropriação. Todavia, na América Latina, há também outra instituição financeira, o *Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)*, que contribui na atuação de financiamento de projetos que fortalecem uma política econômica neoliberal, a serviço do capital.

Juntamente com o Banco Mundial, que financia projetos mundialmente, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é a principal instituição financeira que realiza financiamento na América Latina e no Caribe. O Banco surgiu em 1959, sendo considerado o “[...] maior e mais antigo banco de desenvolvimento multilateral regional do mundo, servindo como principal fonte de financiamento multilateral para o desenvolvimento econômico, social e institucional [...]” (BID, 2022, p. II).

O Banco surgiu como iniciativa do Brasil, com apoio de outros países da América do Sul e do Caribe, com a intenção de ser uma instituição financeira de fomento que levasse o desenvolvimento e integração regional na América Latina. De

acordo com Scherma (2007), o BID foi pensado como instituição nos moldes do Banco Mundial, mas com a proposta de contribuir regionalmente, nos países latino-americanos, já que os mesmos tinham pouca ajuda externa e não eram contemplados em projetos e acordos, por instituição financeira, como o BM. É preciso esclarecer que mesmo sendo pensado por países América Latina, o banco só se concretizou com a autorização dos Estados Unidos.

Para entendimento e análise do BID, parte-se das leituras de Scherma (2007), Vivares (2013) e Soares e Braga (2021), ressaltando alguns pontos importantes sobre o banco. O primeiro, para Scherma (2007), os Estados Unidos sempre mantiveram influência sobre as decisões políticas e econômicas do banco, como estratégica geográfica, ideológica e hegemônica mundial, principalmente, no período da guerra fria e posterior a isso, através das diretrizes econômicas neoliberais. Identifica-se, ainda, países de outros continentes que são membros, como: França, Alemanha, Itália, Japão, Israel, entre outros. O BID, conforme destacam Soares e Braga (2021) e Scherma (2007), segue os moldes e está alinhado com as políticas econômicas do Banco Mundial e dos organismos multilaterais, pois “o desenho do BID e sua relação com o sistema financeiro internacional é dada pela mediação em relação às instituições multilaterais como o FMI e o BM” (Soares; Braga, 2021, p. 105).

[...] Os bancos multilaterais e o BID em especial passam a trabalhar num aspecto que é justamente de aliviar o Banco Mundial e até mesmo o Export-Import Bank of the United States (EXIMBANK). Com isso, mais do que nunca, essas duas instituições passam a exercer papéis de elaboração de políticas globais.

[...] papel do BID se consolidou como um ator coadjuvante, na formulação de políticas públicas. O BID mostra-se como uma correia de transmissão das demais instituições internacionais (FMI, BM) (Soares; Braga, 2021, p. 101-102, 103).

Isso se materializa no que Viveras (2013) apontou em seus estudos sobre o BID, destacando que os países buscavam financiamento junto às instituições financeiras multilaterais, como FMI e BM, para quitar dívidas e equilibrar as finanças, enquanto o BID tinha que atuar na “tarefa de substituir as reformas estruturais nacionais”⁴⁹ (Viveras, 2013, p. 260, tradução nossa). Linha de ação que está diretamente ligada ao nosso próximo ponto: as políticas econômicas neoliberais.

⁴⁹ No original: “tarea de reemplazar las reformas estructurales nacionales”

Ainda é preciso mencionar que a agenda política e econômica do BID também está alinhada com os ideais neoliberais. De acordo com Viveras (2013), a partir da década de 1990, o Banco foi orientado que qualquer fonte de recurso, via financiamento, deveria seguir as diretrizes neoliberais, com a vigilância e aprovação do Fundo Monetário Internacional – FMI.

[...] enquanto o Banco Mundial e o BID assumiram a tarefa de promover e financiar de promover e financiar as reformas estruturais concebidas como necessárias para acabar com a estagnação da economia da América Latina. Em suma, a missão de todo o sistema era preparar e ajustar as economias nacionais às tendências da economia mundial e transferir recursos para as mãos privadas. O processo foi posto em movimento forçando os países a adotarem reformas orientadas para o mercado, que, a nível nacional, se traduziram em medidas econômicas neoliberais nas políticas públicas fiscais, econômicas e sociais, como foi oficialmente reconhecido pelo BID⁵⁰ (Viveras, 2013, p. 108, tradução nossa).

Corroborando com esta linha, Soares e Braga (2021, p. 102) apontam que o “O BID, no final do século XX e começo do século XXI, mais do que qualquer época, passou a trabalhar como executor de políticas de caráter neoliberais, distanciando-se definitivamente do que seria a base das teses desenvolvimentistas”. Isso se concretiza nas afirmações de Viveras (2013), onde identifica o acordo realizado pelo governo argentino, em 1993, onde firmou compromisso com o FMI e com o BM. Para tanto, era necessário realizar reformas administrativas, como: privatizações, como as pensões públicas, energia elétrica, este adaptando ao modelo chileno; e, de reformulação de leis, que foram orientadas pelo BID, lembrando que estas reformas, são os pilares do neoliberalismo.

Outros exemplos podem ser identificados na prática a partir da aprovação dos projetos junto aos países mutuários. No texto de Soares e Braga (2021), que analisaram os projetos do BID, desde sua fundação, 1959 até o ano de 2000, apontaram que a “Reforma e a Modernização do Estado” foi o setor que mais

⁵⁰ No original: “[...] aunque el Banco Mundial y el BID asumieron la tarea de promover y financiar aquellas reformas estructurales que se concebían como necesarias para terminar con el estancamiento de la economía de América Latina. En resumen, la misión de todo el sistema fue preparar y ajustar las economías nacionales a las tendencias de la economía global y transferir recursos hacia manos privadas. El proceso fue puesto en movimiento obligando a los países a adoptar reformas orientadas hacia el mercado, que a nivel nacional se tradujeron en medidas económicas neoliberales en la política pública fiscal, económica y social, como lo ha reconocido de manera oficial el BID.

empréstimo foi realizado, “com a maioria absoluta dos recursos” (Soares; Braga, 2021, p. 100). Efetiva-se a afirmação acima a partir das análises dos últimos cinco anos dos relatórios anuais do banco, onde identificou-se que o setor: “Reforma Modernização do Estado” está em primeiro lugar em projetos aprovados e implementados. No total, de 2018 e até 2022, foram 109, com um valor de 15.545 bilhões de dólares (BID, 2023c), lembrando que o setor “Reforma/Modernização do Estado” é uma das características centrais das políticas neoliberais⁵¹.

Por fim, a partir da análise de dados examinados em julho de 2024, a participação do BID no fortalecimento do setor em estudo, o “Agro”, e dos Agroimperialistas na América Latina, corresponde a ações e projetos que se articulam em áreas estratégicas de gerenciamento do Estado, além das reformas das estruturas de gestão, políticas sociais e socioambientais que acabam culminando com os interesses do Agroimperialismo como fração ampliada do Eco-imperialismo, na reprodução do capital de maneira ideológica, política e socioeconômica.

O que pode ser afirmado é que, a partir das leituras realizadas, uma tendência dominante da política do banco é atuar na reforma dos Estados nacionais, como ação política neoliberal e econômica estrutural do capital. Como bem enfatizou o presidente do banco, Enrique V. Iglesias, em 1999, “[...] a questão hoje não é se precisamos de mais ou menos intervenção do Estado, mas é sobre a qualidade do governo. Não é um problema de diminuir o papel do Estado, mas encontrar o papel adequado para ele” (BID, 1999, s/p.). E o papel do Estado para o banco é estar a serviço do capital financeiro e dos Agroimperialistas que, como fração ampliada do Eco-imperialismo, produzem exploração, expropriação e dominação estrutural do imperialismo mundial.

Portanto, o caminho trilhado neste capítulo foi a definição do Agroimperialismo como fração ampliada do Eco-imperialismo e suas transformações socioeconômicas em escala mundial, que se apresentam dentro da lógica e da reprodução sociometabólica do capital. Desta maneira, o próximo capítulo, objetiva entender as movimentações, as relações e a atuação do Agroimperialismo no Brasil.

⁵¹ Segundo Soares e Braga (2021, p. 102), citando Viveras: “As políticas creditícias e as áreas estratégicas do Banco (BID) tiveram como meta promover uma agenda pró-mercado na promoção de acumulação de capital privado, “créditos na condição de reformas políticas”, de cunho neoliberal” (grifos do autor).

2. O AGROIMPERIALISMO E SUAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS NO BRASIL

No contexto brasileiro, o fenômeno do “Agro” é essencial e estruturante para o desenvolvimento social e econômico do país. Desde o processo de colonização aos dias atuais, a base econômica do Brasil gira em torno das atividades agrícolas e da pecuária. As primeiras atividades que foram desenvolvidas - como o extrativismo (pau-brasil), a cana-de-açúcar, a criação de gado, o café, os grãos e outras – constituíram a base econômica ao longo do desenvolvimento histórico do Brasil. Assim sendo, o objetivo central deste capítulo é apresentar o Agroimperialismo no Brasil e suas transformações sociais e econômicas.

Para isso, o caminho trilhado foi buscar o entendimento histórico e econômico do país, resgatando, desde a colonização até os dias atuais, uma linha de compreensão sobre como foram construídas as questões econômicas e sociais, chegando-se à compreensão de que o período colonial está ligado a uma política mercantilista com a Metrópole portuguesa; no período seguinte, à dependência econômica e financeira do Brasil com a Inglaterra, no século XIX; posteriormente, à passagem da dependência para com os Estados Unidos, no pós-Segunda Guerra Mundial.

Para adentrar na temática desta pesquisa, traz-se uma reflexão sobre as classes sociais do campo e, em seguida, demonstra-se a imposição hegemônica e ideológica que o Agroimperialismo realizou, via movimento de “modernização da agricultura”, a partir da década de 1960, perpassando até os dias atuais com sua crescente expansão agressiva, influenciando as atividades agropecuárias. Essa intensificação se acentuou a partir da entrada de grandes conglomerados, grupos, empresas e fundos de investimento, na década de 1990, com a abertura comercial e as políticas neoliberais. Esse movimento impactou diretamente o cenário nacional, com a intensificação da dependência desses Agroimperialistas na produção e no consumo de alimentos. Atualmente, eles concentram e centralizam todo o processo da cadeia produtiva, num movimento de verticalização da produção (realizando a comercialização, logística, distribuição e industrialização dos produtos).

Por fim, apresenta-se o processo de ocupação e uso da terra atualmente no território nacional. A atuação do Agroimperialismo no Brasil tem gerado novas relações e configurações sociais, culturais e econômicas, que se materializam em:

destruição e degradação do meio ambiente; expulsão de comunidades locais, como indígenas e quilombolas, que vivem e sobrevivem da terra; concentração de terras nas mãos de poucos; uso excessivo de agrotóxicos, levando à contaminação das águas e ao aparecimento de doenças; entre outros fatores. Mediante isso, apresenta-se o Agroimperialismo no Brasil e suas transformações.

2.1 AGROIMPERIALISMO NO BRASIL: ALGUNS ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO E ECONÔMICO

2.1.1 Período colonial: aspectos da política mercantilista

Ao longo da história, desde a época da colônia, o Brasil e a América Latina foram pilhados por nações como Portugal, Espanha, Inglaterra, Estados Unidos, entre outras. A retirada de produtos, em especial de metais preciosos, como o ouro e a prata, de suas colônias foi uma política econômica baseada no Mercantilismo, que levou à exploração e à apropriação desses metais. Esse movimento, promovido por essas nações, vinculava-se ao acúmulo de capitais e à busca por uma posição hegemônica mundial, na disputa territorial entre as grandes potências dos séculos XV e XVI, como foi o caso de Portugal e Espanha. Ao trazer uma definição do mercantilismo, Aquino et al. (2001, p. 52) expressam que se tratava de “uma política de nacionalismo econômico” ligada “inteiramente ao surgimento do Estado Nacional Moderno e ao fortalecimento do poder real, ao Absolutismo”. Daí o lema básico do período mercantilista ser “Ouro, Poder e Glória”, lema que também é apresentado e trabalhado pelo escritor Leo Huberman em seu livro *A História da Riqueza do Homem*. Em uma de suas passagens, Huberman cita a frase do Arcebispo de Canterbury, em 1690: “[...] em todas as lutas e disputas que nos últimos anos ocorreram nesta parte do Mundo, julgo que, embora alegassem objetivos altos e espirituais, o fim e o objetivo verdadeiro era o Ouro, a Grandeza e a Glória secular” (Huberman, 1976, p. 142).

Para aprofundar melhor esta política econômica inicial do modo de produção capitalista, Aquino *et al.* (2001, p. 53) elencam alguns princípios básicos sobre o período mercantilista.

- 1) “abundância de ouro e prata é a riqueza de um país” [...];
- 2) o principal meio de conseguir recursos para uma nação carente deles é o desenvolvimento do comércio;

- 3) o saldo da balança de comércio deve ser favorável, a fim de que aumente o acúmulo de metais preciosos. O lema é “vender o máximo, importar o mínimo”;
- 4) as colônias devem ser úteis como mercados consumidores para exportações de manufaturas metropolitanas e fontes de abastecimento de matérias-primas e metais preciosos;
- 5) as colônias só podem abastecer a metrópole a que pertencem, sendo proibidas as manufaturas nas colônias, já que concordem com o artigo metropolitano; todo o comércio colonial deve ser monopolizado pela metrópole.

A citação acima, principalmente os princípios 4 e 5, reflete em muito a realidade brasileira no período colonial, momento no qual Portugal, como metrópole, utilizava-se de sua colônia (Brasil), como fonte de recursos e metais para o abastecimento de sua demanda econômica e social, além de tornar Portugal uma das nações hegemônicas no início da idade moderna. Esse movimento mercantilista pode ser compreendido “[...] na medida em que levarmos em conta terem sido as colônias (*Brasil e a América Latina*) o resultado da expansão do capital europeu” (*grifo nosso*) (Aquino, et al., 2001, p. 56). Além do mais, a proibição de produtos manufaturados na colônia vai perpassar também até o período do Império, já em menor escala, onde o Brasil importava quase todos os utensílios diários, desde ferramentas básicas (como enxadas, panos, tecidos), objetos, materiais, etc.

Um elemento estrutural desse período é a relação entre a burguesia e o Estado. A expropriação dos recursos das colônias era uma demanda da burguesia mercantil em ascensão nas Metrôpoles, na busca de fortalecimento econômico e de espaço político, que será materializado nas revoluções burguesas (na Inglaterra no século XVII e no século XVIII na França). Havia uma postura mútua e política do Estado com a burguesia, que fortalecia ambos, pois, segundo Aquino et al. (2001, p. 56) o Estado “[...] realizava a política à burguesia, e, simultaneamente, se fortalece, abrindo novas fontes de tributação. Estado centralizado e sistema colonial conjugavam-se para acelerar acumulação de capital comercial pela burguesia mercantil europeia”.

Por conseguinte, essa relação vai influenciar diretamente no desenvolvimento econômico da realidade brasileira. Porém, aqui vamos caminhar e buscar conhecer esse desenvolvimento, elencando o setor agrícola e pecuário, com a finalidade de compreender sua construção e encontrar os elementos essenciais para entender o Agroimperialismo no Brasil. E, de fato, isso passa pela chegada dos portugueses ao país, em 1500, que, em seguida, busca fazer a “ocupação efetiva pelo povoamento e colonização” (Prado Jr., 1970), por questão de segurança e garantia de não ocupação

por outras nações, como franceses ou holandeses, já que com os espanhóis havia um acordo, o tratado de Tordesilhas, realizado em 1494.

Para efetivar a ocupação, a Metrópole destinou e dividiu as terras brasileiras em capitânicas hereditárias. Decisão afirmada, por Lindesay (s/d., p. 1), como o início “do latifúndio brasileiro⁵²”.

As capitânicas hereditárias foram a primeira divisão administrativa e territorial implantada durante a colonização da América Portuguesa. Os portugueses chegaram ao Brasil em 1500 e, na década de 1530, implantaram o sistema de capitânicas hereditárias como mecanismo de colonização. Primeira forma de acumulação de terras brasileiras, doadas aos poderosos de plantão (Lindesay, (s/d., p. 1).

A afirmação de que o latifúndio tem início nessa divisão também é ressaltada por Prado Jr. (1970), ao considerar que as doações de terras via capitânicas constituíam-se em lotes muito grandes, dada a quantidade de terras disponíveis, e que os donatários — como eram chamados — não se contentariam com pequenas propriedades: “[...] as ambições daqueles pioneiros recrutados a tanto custo, [...]; não era a posição de modestos camponeses que aspiravam no novo mundo, mas de grandes senhores latifundiários” (Prado Jr., 1970, p. 33). Medeiros (2012) também reforça essa afirmação sobre a origem do latifúndio brasileiro, ligada ao sistema de colonização estabelecido pela Coroa portuguesa. A regulamentação desse sistema ocorreu por meio da concessão de sesmarias — prática utilizada em Portugal —, na qual terras eram distribuídas a beneficiários com a finalidade de cultivo e produção para exportação.

⁵² Segundo Medeiros (2012, p. 445), o latifúndio tem sua “[...] origem latina, era usado na Roma Antiga para referir-se às extensões de terra controladas pela aristocracia, e passou a ser utilizado para designar grandes propriedades de terra em geral”. No Brasil segundo a autora, os latifúndios que iniciaram na, via doações de terras através do formato de sesmarias e capitânicas, estendeu até a independência do Brasil, quando foi extinto e a regularização através da aprovação da Lei de Terras (nº 601, de 18 de setembro de 1850), onde a posse era realizado pela compra. Para Medeiros (2012, p. 445-446), “essa legislação consagrou o regime de uso de terra que vinha da colônia: predomínio de grandes unidades, com uso abundante de mão de obra (escrava num primeiro momento, livre no final do século XIX), voltadas para cultivos destinados ao mercado externo – café, então principal produto da pauta de exportações e carro-chefe da economia nacional, cana-de-açúcar, algodão e outros –, ou para a pecuária extensiva, no caso de terras não utilizadas pela agricultura de exportação e mais distantes dos portos. Essas propriedades eram marcadas também pelo poder dos grandes proprietários, poder que se estendia aos que habitavam seus arredores e aos municípios [...]”.

Por fim, Sodré (1974) corrobora essa ideia, afirmando que o latifúndio brasileiro é agrário e escravocrata: “seria fácil demonstrar que a origem da citada debilidade, e conseqüente dependência, está na persistência do latifúndio, isto é, da essência ainda colonial de largas faixas da agricultura, da resistência, nela, de relações pré-capitalistas” (Sodré, 1974, p. 13). O autor ainda aprofunda essa temática no livro *As raízes da Independência* (1965), abordando o domínio do latifúndio no Brasil durante o período da Regência (século XIX).

A divisão em capitanias está relacionada às pessoas que se apresentaram no chamamento do Rei Dom João III, de Portugal, para que ocupasse o território da nova colônia. Segundo Prado Jr. (1970), os mesmos não tinham expressão na nobreza portuguesa, eram de pequena “expressão social e econômica”; mas ganharam da realeza grandes poderes e regalias, podendo nomear autoridades administrativas e sendo juizes em seus respectivos territórios, além de cobrar taxas e impostos, bem como a distribuição de terras.

Somas relativamente grandes foram despendidas nestas primeiras empresas colonizadoras do Brasil. Os donatários, que em regra não dispunham de grandes recursos próprios, levantaram fundos tanto em Portugal como na Holanda, tendo contribuído em boa parte banqueiros e negociantes judeus. A perspectiva principal do negócio está na cultura da cana de açúcar (Prado Jr., 1970, p. 32).

Afirma-se, pautado em Prado Jr. (1970), que o início da agricultura brasileira passa por esse momento da criação das capitanias e o plantio da cana-de-açúcar. Não que as formas de cultivos feito pelos nativos antes da chegada dos portugueses não o fossem, mas era um cultivo para a subsistência. Nesse modelo, a agricultura com base na cana-de-açúcar passa a ter uma política econômica de produção para a exportação, tanto para a Metrópole, no caso Portugal, como para outros países. A perspectiva dos donatários e da coroa portuguesa se tornou realidade, por encontrar na colônia um clima quente e úmido, onde a ocupação da costa foi totalmente favorável, elevando a partir da década de 1580, “[...] o Brasil, colônia portuguesa, tornou-se o principal produtor mundial de açúcar, com base no trabalho de escravos africanos, posição que manteve até a segunda metade do século XVII” (Lindesay, s/d., p. 1), e também contou com mão-de-obra de indígenas.

De fato, não tem como deixar de mencionar sobre as relações de trabalho nesse período. Especificamente, não é este o objetivo do estudo, mas tem relação

direta e indireta sobre o mesmo, pois não tem como pensar a construção e o desenvolvimento da agricultura brasileira (da criação das capitanias, em 1530 até o período do Império), sem esses dois elementos das relações de trabalho, nas atividades agrícolas: a exploração do trabalho indígena e do trabalho escravo dos negros provindos da África. Elementos estes, pontuados por Sodré (1974), pois a exploração das terras brasileiras e a produção em larga escala necessitava de um grande número de trabalhadores, que o Brasil não dispunha, a solução encontrada foi escravizar os povos originários, e, posteriormente, forçar a vinda de trabalhadores africanos, em regime escravista.

Mas seja com escravos africanos, escravos ou semi-escravos indígenas, a organização das grandes propriedades açucareiras da colônia foi sempre, desde o início, mais ou menos a mesma. [...]. É a exploração em larga escala, que conjugando áreas extensas e numerosos trabalhadores, constitui-se como uma única organização coletiva do trabalho e da produção (Prado Jr., 1970, p. 37).

A economia da colônia, por um século e meio, esteve pautada na produção de cana-de-açúcar, “[...] com as características assinaladas, representará praticamente a única base em que assenta a economia brasileira”, sendo o *Engenho* o elemento central. Contudo, segundo Lindesay (s/d., p. 1), produzia-se também, fumo, exportava-se madeira e couro. Primeiro que a extração da madeira, no caso do pau-brasil, foi umas das primeiras atividades desenvolvidas pelos portugueses. Por ser uma madeira parecida com outra do Oriente, que se utilizava para a tinturaria, sua exploração foi feita nas primeiras décadas de 1500⁵³, acabando rápido por motivos de esgotar-se, conseqüentemente, perdendo-se o interesse de negócio, até a chegada da cana-de-açúcar. Prado Jr. (1970) aponta que a extração do pau-brasil foi um monopólio real e que a mesma cobrava direitos de concessão para a retirada, “[...] a exploração da madeira que passou a ser feita por vários traficantes”. A produção de fumo, ou o tabaco, começou a ser realizada com a diminuição da produção açucareira, em escala relativamente menor, sendo o cultivo na Bahia, Sergipe e Alagoas. O tabaco era uma planta cultivada pelos indígenas na América, além de ser bem aceita na Europa, o seu cultivo pela coroa portuguesa tinha outra finalidade: a troca pelo

⁵³ Segundo Prado Jr. (1970, p. 27), mesmo com a decadência nos primeiros decênios da colonização da exploração do pau-brasil, “[...] assim mesmo continuar-se-á a explorar esporadicamente o produto, sempre sob o regime do monopólio real, realizando uma pequena exportação que durará até princípios do século passado”.

tráfico de escravos, pois “[...] o tabaco servirá para adquiri-los pelo escambo na costa da África, e será em grande parte em função deste negócio que se desenvolverá a cultura brasileira” (Prado Jr., 1970, p. 39). A outra atividade econômica, nesse período colonial, foi a pecuária, na exportação do couro. Chegando em meados do século XVII, o gado tinha a função secundária na economia da colônia, além da exportação do couro, era um consumo de carne interna, como de outros produtos: feijão, arroz e mandioca, numa agricultura de subsistência. Além disso, segundo Prado Jr. (1970), teve o papel de ocupar novos territórios, adentro da costa brasileira. As fazendas de gados se alastraram rapidamente no sertão nordestino, sua ocupação inicial e a maior concentração ocorreu na Bahia e Pernambuco, depois em áreas menores dos atuais estados da Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Maranhão. Seu apogeu foi na metade do século XVIII, em quase todo o sertão nordestino, abastecendo todos os centros do litoral. Mas, devido a fatores climáticos (seca prolongadas) e a logística de atravessar longos trechos até chegar ao destino, a pecuária nessa região, e período, será substituída pela carne seca, que vinha do Sul do país, do atual estado do Rio Grande do Sul.

Outro produto a surgir como um dos ativos econômicos da coroa portuguesa foi o algodão. Prado Jr. (1970) aponta-o como o produto que leva ao “*renascimento da agricultura*”, a partir da década de 1770, já que “o algodão é produto nativo da América, inclusive do Brasil, e já era utilizado pelos nossos indígenas antes da vinda dos europeus, difundindo-se, com a colonização, o seu cultivo” (Prado Jr., 1970, p. 81).

O algodão vai ter sua importância comercial e econômica para a Coroa portuguesa, principalmente, porque encontrava-se em curso, na Europa, a Revolução Industrial. O avanço de descobertas do conhecimento científico e tecnológico, bem como sua efetivação no processo produtivo, impulsiona novas descobertas mecânicas e tecnológicas que elevaram a produção industrial em outro patamar, em comparação com o sistema artesanal e rudimentar do sistema feudal. Dessa maneira, a produção de algodão no Brasil terá sua relevância internacional, tendo em vista,

Os progressos técnicos do séc. XVIII permitirão o seu aproveitamento em medida quase ilimitada, e ele se tornará a principal matéria-prima industrial do momento, entrando para o comércio internacional em proporções que este desconhecia ainda em qualquer outro ramo. [...] a América, aproveitando suas reservas imensas de terras virgens, virá preencher a falta e tornar-se-á o grande produtor moderno do algodão.

O Brasil terá sua parte que a princípio não é pequena, neste surto sem paralelo no passado do comércio algodoeiro (Prado Jr., 1970, p. 81).

Assim sendo, o impulso da revolução industrial e a escassez de matéria-prima interna para a fabricação levou as nações europeias capitalistas, juntamente com os monopólios industriais, irem além-mar, nas colônias, para satisfazer a necessidade de recursos da produção industrial. Esse fator vai elevar novamente o Brasil, como colônia em grande potencial para a Coroa Portuguesa, por isso a alusão de Prado Jr. (1970), que, nesse período, há o *renascimento da agricultura*, no quesito de atividades agrícolas para a produção e exportação de bens. Um outro produto, além do açúcar e algodão, que vai ganhar notoriedade, será o arroz, que “[...] adquirirá importância, chegando a figurar em segundo lugar nas exportações da colônia, embora muito longe do açúcar, colocado ainda, como sempre no passado, em primeiro lugar” (Prado Jr., 1970, p. 84). Mas de fato, é preciso salientar que o processo de renascimento agrícola tem um fator interno, de abertura de novas áreas quanto a ida na busca da mineração e da criação de gado, que vai abrindo novas espaços geográficos e, posteriormente, a possibilidade de cultivo de outros produtos, como é o caso da lavoura cafeeira, que segundo Prado Jr. (1970, p. 60), “[...] já começava a conquistar um pequeno lugar entre as principais atividades agrícolas da colônia. O cafeeiro também foge à baixada litorânea que não lhe convém, e procura as encostas da serra que a domina”.

Por fim, antes de trazer elementos do período Imperial (1822-1889), nesses breves apontamentos do desenvolvimento econômico da colônia, é possível ponderar-se uma análise *a priori* sobre o objeto de estudo. Se considerar o “Agro” como toda atividade ligada ao campo, à agricultura, à lavoura, é possível afirmar que as atividades desenvolvidas no início da colônia têm um formato de expropriação dos recursos advindo desse setor, como a produção da cana-de-açúcar, da extração da madeira, do ouro, do tabaco, da pecuária e do algodão. Prado Jr. (1970) já pontuava que o comércio marítimo era realizado por empresas que buscavam retirar, num primeiro momento, a extração da madeira (pau-brasil) e, posterior a isso, o autor pondera em várias citações, que a vinda para a ocupação do território – das terras doadas pela Coroa portuguesa, via capitânias – foi feito por empresas, e que estas eram as grandes propriedades, as fazendas, os latifúndios, como já sinalizado, com a finalidade da produção e exportação de bens do setor agrícola. Portanto, se é possível fazer tal afirmação, levando em consideração o que definimos sobre o conceito de Agroimperialismo, temos uma atuação do mesmo, nesse período colonial, feito por

empresas burguesas da Metrópole, juntamente com a coroa portuguesa, pois tinha-se total domínio, controle sobre sua colônia e faziam a expropriação dos recursos naturais e bens de consumo, tanto internamente para Portugal como para a exportação em outros países, como França e Inglaterra.

2.1.2 Período imperial: alguns aspectos da origem da dependência com a Inglaterra

No período imperial, após a independência, em 1822 a economia estava baseada na produção de exportação de produtos, para um mercado interno e externo, com base na produção agrária e ainda num trabalho escravo. Relação de trabalho que vai ser abolida no final da década de 1880.

É que realmente a escravidão constituía ainda a mola mestra da vida do país. Nela repousam todas as suas atividades econômicas; e não havia aparentemente substituto possível. Efetivamente, é preciso reconhecer que as condições da época ainda não estavam maduras para a abolição imediata do trabalho servil. A posição escravista reforçar-se-á aliás depois da Independência, com a ascensão ao poder e à direção política do novo Estado, da classe mais diretamente interessada na conservação do regime: os proprietários rurais que se tornam sob o Império a força política e socialmente dominante (Prado Jr., 1970, p. 143).

No que tange a discussão, no setor agrícola e pecuário, algumas transformações nesse período são fundamentais para a compreensão e o desenvolvimento histórico do setor. Mas, antes de trazermos esses elementos estruturantes, ou como Prado Jr. (1970) aponta, “verdadeira revolução”, é necessário entender um contexto anterior. Com a vinda da Coroa portuguesa para o Brasil, em 1808, devido à disputa territorial e hegemônica da França, com Napoleão Bonaparte, bem como o declínio ou a crise econômica do pacto colonial que não se sustentava mais, e, em decorrente a isso o aparecimento do novo estágio do modo de produção capitalista, o industrial em substituição ao antigo modo comercial/mercantil, impactará diretamente nas colônias. Mais do que isso, um novo formato de comércio está em curso tendo como liderança a burguesia, entre países e as colônias, onde indústria capitalista quer um comércio direto e livre, sem restrições mercantis.

A indústria capitalista toma logo tamanho vulto que ofusca o capitalismo comercial e assume cada vez mais o domínio da economia europeia. Resultará daí o declínio do antigo sistema colonial

representado pelo pacto que é uma expressão perfeita do capitalismo comercial. [...]. Mas para o industrial, sem interesse direto no comércio, e cujo único objetivo é colocar seus produtos, a situação criada pelo pacto é desfavorável. [...]. Para o industrial — naturalmente o industrial dessa primeira fase em que os mercados não faltam e quando o único problema é chegar a eles —, só pode haver um ideal: é um comércio absolutamente livre que estabeleça o maior intercâmbio possível, seja por quem for, nacional ou estrangeiro, entre sua produção e os mercados mundiais (Prado Jr., 1970, p. 124).

Mediante a esse cenário econômico mundial, o Brasil, com a presença de Dom João VI na colônia, realiza a abertura comercial e acordos econômicos. A abertura dos portos é datada do mesmo ano da chegada da Coroa, em 1808, em seguida, em 1810, os primeiros acordos econômicos com a Inglaterra. País este que está em plena ascensão industrial, já com os primados da revolução industrial, iniciada no final do século XVIII, tem como liderança uma burguesia fortalecida, com a derrubada da Monarquia absolutista na década de 1680. Segundo Sodré (1974, p. 39), a Inglaterra ao reconhecer e tutelar a independência do país com Portugal, em 1824, “[...] sancionavam uma dependência inexorável, que se agravaria, ao longo do tempo. O Brasil passava a constituir uma província econômica e financeira da Inglaterra” (Sodré, 1974, p. 39).

Dois elementos aparecem nesse período. Primeiro, nesse século XIX, a Inglaterra constituirá como potência hegemônica mundial, tanto econômica como política, influenciando e se apropriando diretamente em vários países e regiões. Segundo, com essa hegemonia mundial e dos acordos firmados com a Inglaterra, vai levar o Brasil a uma dependência econômica e financeira com esse país, que perdurará por décadas, até o fim do imperialismo inglês, em substituição pelo império norte-americano no país, a partir da metade do século XX.

Esses acordos firmados entre o Brasil e a Inglaterra, bem como a dois fatores, segundo Prado Jr. (1970), um geográfico e outro econômico, que levaram a uma “verdadeira revolução” o desenvolvimento agrícola no país, nesse período. O primeiro está relacionado ao deslocamento das atividades agrícolas do Norte, para o Centro-Sul (Rio de Janeiro, Minas, São Paulo, Rio Grande do Sul), produzindo mais bens e recursos. Segundo, com a decadência de produtos, como: cana-de-açúcar, algodão e tabaco, surge um novo produto, que liderou a balança econômica brasileira no período do Império, o Café. Sua introdução é do início do século XVIII, mas sua produção era de consumo interno nas fazendas, é com o renascimento da agricultura, nesse final

de século, que ele figurará como produto principal em grande parte das regiões geográficas, desde o atual estado do Pará até Santa Catarina e do litoral até o atual estado de Goiás.

A produção cafeeira no Brasil impactará em todos os setores, na área econômica, “o Brasil é o grande produtor mundial, com um quase monopólio, de um gênero que tomará o primeiro lugar entre os produtos primários no comércio internacional” (Prado Jr., 1970, p. 167); na política, a ascensão de uma nova classe social de produtores, ou como eram denominados os *Barões do café*, ou segundo Sodré, os *senhores agrícolas*, que, posterior ao Império, na República Velha, terão papel de destaque no revezamento da Presidência nacional, da política do café com leite (São Paulo e Minas Gerais); na área social, “[...] o deslocamento de populações de todas as partes do país, mas em particular do Norte, para o Sul, e São Paulo especialmente [...]” (Prado Jr., 1970, p. 167).

Para encerrar esse período histórico, buscar-se-á fazer análise de dois elementos, entre a relação que o Brasil construiu com a Inglaterra. O primeiro, refere-se à dependência financeira e econômica; o segundo, a influência inglesa na política imperialista e alimentar que a mesma exercia no país.

Sodré (1974, p. 41) resume muito bem essa dependência, quando cita que “o Brasil, com a independência, tornara-se simples província britânica [...]”. Isso porque, o Brasil precisou pagar uma indenização pela independência, pegando dois empréstimos da Inglaterra, iniciando, assim, uma dívida externa quase impagável. Ao longo desse período que marca o Império, foram 11 empréstimos realizados, num montante de 60 milhões de libras esterlinas emprestados da Inglaterra. Segundo Prado Jr., esse volume de empréstimos realizado ajudará no equilíbrio financeiro do país, além do mais, o autor afirma que “[...] o capital inglês (bem como de outras nacionalidades, embora em menores proporções) construir-se-ão estradas de ferro, montar-se-ão indústrias, aparelhar-se-ão portos marítimos” (Prado Jr., 1970, p. 169). Se os empréstimos ajudaram no equilíbrio financeiro e na construção estrutural do país, é sinalizado pelo mesmo autor – e por Sodré (1974, p. 42) – que a grande maioria dos empréstimos tinham também outro objetivo, e estavam ligados a “[...] cobrir déficits da balança de comércio exterior, permanente e crescentemente deficitária, a dívida externa começa a acumular-se [...]”, sem precedente, devido à desvalorização

da moeda brasileira, os contos de réis⁵⁴. O pagamento desses empréstimos era realizado em “[...] transferência da renda para o exterior operava-se por meio da comercialização” (Sodré, 1974, p. 42).

Além da dependência financeira pelos empréstimos realizados, havia também a dependência econômica produtiva. A maioria dos produtos comercializados no país vinham em do estrangeiro, ou seja, da Inglaterra, que ao mesmo tempo que repassava o capital necessário para impulsionar o comércio interno, fabricavam produtos manufaturados como: peças, instrumentos, objetos, ferramentas, que iam desde enxadas, artigos de luxo, cerâmica, panos de lã, tecidos de algodão, vidros, ferro, etc., enviados para o Brasil. Segundo um correspondente dos Estados Unidos, a Inglaterra provinha nove décimos de tudo que se encontra no Brasil, além de contribuir com capital, para com os serviços fundamentais, como luz, gás, construção de ferrovias, exploração de minas, linhas telegráficas, transportes, motores, etc., era considerada o banqueiro, ou seja, a Inglaterra “veste e faz tudo, menos alimentar o povo brasileiro” (Sodré, 1974, p. 43).

O segundo ponto, refere-se à política imperialista que a Inglaterra exercia mundialmente e, também, no Brasil. Com início do capitalismo industrial, tendo suas raízes originárias na Inglaterra – por isso que Marx (2017a), no seu texto sobre a acumulação primitiva do capital, tem por base de referência este país –, a mesma, com os avanços técnicos e mecânicos na revolução industrial, conseguiu construir uma modelo de posição ideológica, política e econômica em escala global. Até a ascensão e monopólio dos bancos americanos – na Wall Street, pós Segunda Guerra Mundial –, o centro financeiro do mundo se localizava em Londres, tendo como moeda oficial a Libra Esterlina. Segundo Magdoff (1978, p. 86), citando um economista de Oxford, “[...] a ascensão de Londres como centro de uma economia Internacional era baseada na *supremacia mercantil* da Grã-Bretanha, como potência imperial, e na sua liderança industrial, como iniciadora da produção mecanizada em massa”.

Ainda em tempo, nesse ponto, pode-se fazer relação com o que iniciamos no primeiro capítulo, sobre os regimes alimentares. Onde o primeiro regime alimentar tem como referência, ou melhor, centro desse processo, a Grã-Bretanha, como potência mundial que se utilizava das colônias e províncias para abastecer uma demanda de

⁵⁴ Só para se ter uma ideia, nos primeiros empréstimos na década de 1820, o Brasil pagava 6,23 mil réis por libra; no final do Império, na década de 1880, se pagava 23,78 mil réis por libra. Ou seja, um aumento de 282% (Sodré, 1974, p. 50).

alimentos, sejam para o consumo ou para indústria, que necessitava de matéria-prima para suprir a falta da mesma, internamente. Lembrando que a Grã-Bretanha é uma ilha que compõe o país da Inglaterra. Para corroborar com essa questão do regime alimentar, Sodré (1974, p. 45) aponta que,

O que caracteriza o capitalismo moderno, em que impera o monopólio, é a exportação de capitais. [...]. A Inglaterra é a primeira que se converte em país capitalista e até meados do século XIX, ao implantar o livre-câmbio, pretendeu ser a 'oficina do mundo todo', a provedora de artigos manufaturados para todos os países, os quais deviam fornecer-lhe, em troca disso, matérias-primas.

Reforçando o que McMichael (2009) já afirmava sobre os países que eram dependentes da Grã-Bretanha, os mesmos tinham como finalidade econômica suprir uma demanda na produção de bens de consumo para a indústria, "é a fase que se define por uma economia de exportação de alimentícios e de matérias-primas de origem agrícola, que gera o lema do 'país essencialmente agrícola'" (Sodré, 1974, p. 82). No caso brasileiro, mais uma questão merece destaque, a dependência com a Inglaterra tinha uma via de mão dupla, onde o Brasil recebia os produtos manufaturados (prontos e acabados) para o consumo interno e, ao mesmo tempo, enviava os recursos e matéria-prima para a fabricação desses produtos. Mas com uma ressalva, os valores eram comercializados mais caros, ao adquirir-se os produtos importados manufaturados do que enviar a matéria-prima. Havia, segundo Sodré (1974, p. 44) uma

[...] deterioração das relações de troca, eufemismo que encobre a exploração processada no comércio desigual, em que os produtores de matérias-primas e alimentícias verificam que o preço delas baixa constantemente, enquanto ascende constantemente o preço dos produtos acabados, isto é, baixa o preço do que vendem e sobe o preço do que compram. Foi esta a forma elementar pela qual a Inglaterra – ou melhor, a burguesia inglesa – se aproveitava da maior parte da renda proporcionada pelo trabalho dos brasileiros. Essa forma elementar seria aprimorada, depois – quando o imperialismo clássico fez a sua tempestuosa irrupção.

O Brasil vai passar o século XIX dependendo financeiramente do capital exterior. Como já apresentado, os empréstimos realizados, principalmente com a Inglaterra, somados à dependência econômica e comercial com o capital externo, vai levar a balança a um déficit financeiro, que crescia ano após ano. Levado a isso,

outros fatores contribuíram, como: a desvalorização da moeda nacional perante as outras internacionalmente; a dependência econômica e comercial que também estão refém do comércio externo, devidos aos acordos estrangeiros, pagando um valor elevado para importar e menor valor para exportar os produtos; uma classe dominante que produzia para o mercado externo e não internamente – lembrando que o principal produto exportado era o café e, segundo Prado Jr. (1970), a produção cafeeira contribuía em 70% dos valores arrecadado em exportação, no final do século XIX. Esse cenário não terá mudanças drásticas, mesmo com o fim do Império, da abolição da escravatura, em 1888; e da Proclamação da República, em 1889. O Brasil, continuará sendo um país produtor para um mercado externo, como enfatiza Prado Jr. (1970, p. 207), onde as primeiras duas décadas do século XX, “[...] assinalam o apogeu desta economia voltada para a produção extensiva e em larga escala, de matérias-primas e gêneros tropicais destinados à exportação [...]”. Ou seja, além da proibição para não se produzir bens e produtos manufaturados, era refém da dependência estrangeira comercial, gerando uma desigualdade na troca comercial externa, somados a uma dependência financeira, dos empréstimos compensatórios para equilibrar a economia.

Não há espaço e nem intenção deste estudo aprofundar os elementos políticos, econômicos e financeiros da relação e participação do Brasil no cenário internacional, nas primeiras décadas do século XX. Mas é necessário entender que inicia um rompimento gradual de sua dependência com o imperialismo inglês. Dependência esta que não levará o Brasil a ter sua autonomia econômica, financeira e comercial. O país apenas vai repassar o bastão desse controle político, econômico e ideológico para o novo gerente imperialista emergente: os Estados Unidos.

2.1.3 Alguns aspectos sobre o domínio do imperialismo norte-americano

Alguns fatos e acontecimentos são marcantes e decisivos para compreender a história. Não que estes possam ter acontecido em um momento, um ano ou dia específico, mas servem de parâmetro para o entendimento de um contexto histórico, contexto que é dialético, que está em movimento. E para compreender esse domínio norte-americano, tomamos como ponto de partida as mudanças econômicas, políticas e hegemônicas do cenário mundial, pós II Guerra Mundial, em 1945, onde os Estados Unidos se tornou a nova potência imperialista.

No econômico, é a partir deste momento que há mudança da referência geográfica do centro financeiro, como já escrito, passando de Londres para Nova Iorque (Wall Street), como afirma Harry Magdoff (1978), em um de seus títulos “Nova York como banqueira do Mundo”. Junto a isso, a criação de várias instituições financeiras multilaterais, como FMI, Banco Mundial, BIRD e OCDE; bem como a mudança da moeda oficial, da Libra Esterlina e do ouro, para o Dólar americano, “é claro que este equacionamento do dólar com o ouro estabelece um relacionamento de dependência de todas as nações capitalistas para com os Estados Unidos [...]” (Magdoff, 1978, p. 1978). Mediante a isso, se configura a mudança política e hegemônica, passando o bastão da Inglaterra para os Estados Unidos, como bem expressou Fontes (2010, p. 156), “[...] a nova partilha do mundo – militar, social e econômica – envolvia, de um lado, assegurar a convivência entre os países imperialistas beligerantes e, de outro, afirmar mundialmente o poder militar e econômico da liderança dos Estados Unidos”.

O domínio e controle americano em várias regiões geográficas mundiais, especificamente em lugares estratégicos, tanto econômico ou político, em decorrência do embate por disputa territorial e ideológica com a União Soviética (atual Rússia), que gerou o conflito da Guerra Fria, período que vai até o final da década de 1980, “[...] em arenas geopolíticas essenciais, tais como os Estados que se achavam na zona de influência imediata da União Soviética, os Estados Unidos usaram seu poder econômico para construir economias fortes fundadas em princípios capitalistas [...]” (Harvey, 2014, p. 51).

Certos países pequenos da América Latina, produtores de lucros relativamente baixos, são importantes na elaboração da política dos E.U.A., porque o essencial é o controle sobre toda a América Latina. Neste contexto, o controle e a influência são necessários não só para prevenir a expropriação do capital dos Estados Unidos e imunizar o país contra a revolução social, mas até porque seu voto nas Nações Unidas ou não O.E.A. é relevante para o esquema geral de dominação norte-americana (Magdoff, 1978, p. 9).

Esse domínio imperialista norte-americano vai adentrar em muitos países e em regiões geográficas, bem como de norte a sul da América Central, a exemplo da Guatemala até a Argentina, na América do Sul. Para Fontes (2010), a expansão dos Estados Unidos, como potência hegemônica e imperialista, nas primeiras três décadas pós-segunda Guerra Mundial, vai ser uma atuação violenta e avassaladora.

O uso da violência aberta foi aqui massivo, através principalmente da implantação de ditaduras que exterminaram uma parcela importante de militantes daquela geração, favoreceram expropriações massivas de terras, impulsionaram o avanço do capital sobre as fronteiras agrícolas e a formação de gigantescos contingentes populacionais totalmente dependentes do mercado, sem que isso significasse direito ou acesso ao mercado de trabalho formal (Fontes, 2010, p. 207).

Isso se confirma, nas várias ditaduras ocorridas na América Latina, como por exemplo: Paraguai, em 1954; Brasil, em 1964; República Dominicana, em 1965; Chile, em 1973; Uruguai, em 1973; Argentina, em 1976; entre outras ações, como o papel fundamental norte-americano na Guatemala, na década de 1950, que atuando juntamente com agências de inteligências e empresas americanas (que detinham grandes propriedades de terras), utilizaram mecanismos políticos e econômicos para derrubar o governo local, de Jacobo Árbenz, que realizava processo de reforma agrária neste país. Segundo David Harvey (2014, p. 40), “[...] os Estados Unidos têm recorrido com frequência à dominação e à coerção, não hesitando em liquidar a oposição”. E o autor continua ao afirmar que, para a política hegemônica americana, a finalidade era construir uma ordem internacional aberta ao desenvolvimento econômico e comercial, com o objetivo de acumulação de capital. E isso,

[...] exigiu o desmantelamento dos antigos impérios baseados na nação-Estado. A descolonização requereu a formação de Estados e o autogoverno ao redor do globo. Os Estados Unidos modelaram em ampla medida suas relações com esses Estados recém-independentes em sua experiência de negociação com as repúblicas independentes da América Latina no período pré-guerra. Relações privilegiadas de comércio, clientelismo, patronato e coerção encoberta – essas foram, como vimos, as principais armas de controle (Harvey, 2014, p. 52).

Segundo o sociólogo Florestan Fernandes, a América Latina foi cenário de várias formas de dominação externa, inclusive da hegemonia dos Estados Unidos. Fernandes (2009) identifica que estas formas de dominação foram construídas historicamente ao longo dos séculos, sob fatores econômicos, culturais e políticos. Primeiramente, pelo “antigo sistema colonial”, realizado por portugueses e espanhóis. Segundo, por países neocoloniais, como a Inglaterra. O terceiro tipo de dominação foi em decorrência da organização econômica global, fundada na revolução industrial. A quarta forma é recente e pode se traduzir na “conjugação com a expansão das

grandes empresas corporativas”. A quarta é colocada, pelo sociólogo, como responsável pelo novo imperialismo hegemônico dos Estados Unidos nos países latino-americanos.

Para o autor, o controle e o domínio do Estado americano contribuem para a perpetuação da dependência e do subdesenvolvimento nesta região. As suas ações práticas reforçaram a subordinação política, econômica e cultural da América Latina, mantendo a região em uma posição estratégica tanto geograficamente como economicamente, visto que é fornecedora de matérias-primas e mercado para produtos industrializados, além de cultural através dos meios de comunicação, do consumo em massa, de ideologias américas, etc. Sendo assim, para o sociólogo, a hegemonia americana tem relação com estes processos de ordem socioeconômica, sociocultural e política.

[...] Por isso, as mudanças da organização, das funções e do poder financeiro das empresas capitalistas foram produzidas por mudança nos padrões de consumo e de propaganda de massa, na estrutura de renda, por uma revolução concomitante na tecnologia e nos padrões burocráticos de administração, e pelos efeitos múltiplos e cumulativos de concentração financeira do capital na internacionalização do mercado capitalista mundial. Mas a influência dinâmica decisiva foi política (Fernandes, 2009, p. 29).

O fator político está relacionado com a disputa hegemônica mundial, entre o capitalismo e o socialismo, no período da guerra fria. Já analisamos nestes escritos o teor desta luta e a disputa pelo domínio e controle de regiões geográficas e estratégicas, como a América Central e do Sul, que aconteceram de forma violenta, por meio da intervenção e imposição econômica e política, ou ainda, por golpes militares, entre outros fatores, como sinalizam por Fontes (2010), Harvey (2014) e Magdoff (1978).

Em relação ao Brasil, neste momento pós-guerra, já estávamos dependentes financeiramente dos Estados Unidos, somado à realização dos primeiros empréstimos para estancar as dívidas externas e as crises internas, na década de 1920. Na década de 1930, o governo de Getúlio Vargas vai estreitar os laços em acordos e com o mercado norte-americano, em especial o setor industrial, como medida para enfrentar a crise econômica. Em resposta a isso, o Brasil participava como exportador de matéria-prima, intensificando no início da década de 1940, e depois no final da II Guerra Mundial, onde o país participou, segundo Prado Jr. (1970), mais ativamente

na exportação de produtos primários, pois “[...] o Brasil se fazia de novo alvo de forte demanda internacional de gêneros alimentares e matérias-primas exigidos agora pelas necessidades da luta em que se empenharam as grandes potências de que o Brasil era e ainda é tributário”, como os Estados Unidos e Inglaterra. Mas ao mesmo tempo havia a restrição e declínio na importação de produtos, devido ao fornecimento de países, principalmente, os europeus que se encontravam em guerra. Logo, pós-conflito, o país inicia-se um período de desequilíbrio econômico, momento no qual começou-se a importar mais do que exportar. Segundo Prado Jr. (1970), nos anos de 1947 até 1948, o déficit chegou a US\$ 335 milhões de dólares, que novamente serão bancados por “[...] empréstimos oficiais e afluxo de novos capitais estrangeiros que representarão maiores encargos para o futuro e operarão assim como novos drenos a postos às depauperadas finanças brasileiras aumentando ainda seu desequilíbrio”. Este desequilíbrio aumentaria ainda mais, por outro fator, países devedores do fornecimento de produtos e matérias-primas, como Inglaterra e França, estavam impossibilitados de liquidar suas dívidas em decorrência da disputa e por bloqueio das moedas desses países. A forma de quitar, segundo Prado Jr. (1970), foi pela aquisição de empresas ferroviárias, como no caso da Inglaterra.

Ainda em tempo, na década de 1940, o governo vai realizar outros acordos em áreas mais específicas, como, por exemplo, a educação. José Nilo Tavares, em seu texto *Educação e Imperialismo no Brasil*, analisa os acordos realizados no setor educacional, entre Brasil e Estados Unidos, em especial o MEC/USAID, da década de 1960. Mas resgata outros realizados anteriormente, demonstrando o forte poder de imposição do imperialismo norte-americano no país nesta área, que segundo o autor vem desde a década de 1940, via acordos, visando estratégias de dependência econômica e política hegemônica de espaço na disputa da Guerra Fria.

Em março de 1946, na área do ensino industrial, firmou-se o primeiro acordo entre o governo brasileiro e o norte-americano visando ao equipamento de 33 escolas técnicas e industriais de vários Estados brasileiros, supervisionados pela Diretoria do Ensino Industrial. [...]. A partir de 1950, iniciam-se entendimentos para a extensão desta ajuda a outras áreas de ensino. Os chamados “agrément for technical cooperation” datam de dezembro de 1950 e coincidem com acirramento da guerra fria, as hostilidades Americanas na Coréia, a campanha anticomunista nos E.U.A. (macartismo), e à nova investida Americana contra o mundo socialista. Evidencia-se aqui o propósito dos imperialistas americanos, de através de assistência técnica,

envolverem o Brasil em suas aventuras belicistas (Tavares, 1980, p. 14).

Na década de 1950, a partir da posse do presidente Juscelino Kubitschek (JK), e como medida para enfrentar as dificuldades e equilibrar a economia (dívida externa e altas taxas de inflação), o mesmo vai propor um projeto denominado de “Planos de Metas”. Metas estas que envolviam várias medidas que pudessem contribuir para alavancar a situação financeira do Brasil. Uma destas metas refere-se o processo de modernização e industrialização de vários setores importantes do país. Novamente, havia a necessidade de investir em infraestrutura adequada, como a construção de rodovias para atender à demanda da produção; no setor da construção civil, com a transferência da Capital Federal para o Planalto Central e a construção da cidade de Brasília; no surgimento de novas indústrias, como a automobilística, além de empresas voltadas à produção de bens para o consumo interno; e no setor energético, com a construção de hidrelétricas para viabilizar, inclusive, a própria edificação da nova capital. Esses investimentos, entre outros, tinham como objetivo impulsionar um rápido crescimento e desenvolvimento econômico no país, o que justificava o lema de que o Brasil avançaria “50 anos em 5”.

Para realizar tais metas, JK vai contar com investimento e financiamento estrangeiro, em sua maioria de empresas norte-americanas, em especial a automobilística, como a General Motors e a Ford. Já o financiamento, este veio de vários setores, sejam internos e externos, tais como estrangeiros, de fundos e empresas privadas do setor e também contou com a parceria do Banco Mundial.

Parceria que podem ser identificadas no site oficial do Banco, no qual traz três projetos ligados ao setor de energia. O primeiro projeto identificado é de janeiro de 1958, com o nome de “Projeto Hidrelétrica de Jurumirim”, na construção de uma nova usina, no Rio Paranapanema, em São Paulo, no valor de US\$ 13,40 milhões de dólares. O segundo, em outubro de 1958, com o projeto de construção da hidrelétrica de Furnas, que começou em julho de 1958, localizada no rio Grande, no estado de Minas Gerais. Nesse projeto, o valor era no tocante a US\$ 73 milhões de dólares. Por fim, o terceiro identificado foi em janeiro de 1959, no qual o Banco realizava um empréstimo de US\$ 11,6 milhões de dólares para a Companhia Brasileira de Tração Leve e Elétrica, na construção de projetos de usinas, para atender a demanda dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro (Banco Mundial, 2023a).

Para contribuir neste projeto desenvolvimentista, o governo brasileiro de JK buscou novamente firmar acordos na área educacional com os americanos para contribuir neste movimento de expansão, como demonstra Tavares (1980, p. 14).

A partir de 1956, com o Governo Kubitschek e a relativa euforia do período desenvolvimentista, que desviou as atenções do público e desarmou, em parte, os setores progressistas, incrementam-se os esforços para a infiltração na área educacional. Entre 1956 e 1958, após solicitação de ministros de Estado (Clóvis Salgado), são aprovados acordo com os Americanos nas áreas do ensino elementar, do ensino secundário, do ensino industrial têxtil, do ensino naval, particularmente na área da engenharia naval e aeronáutica.

Estes investimentos e financiamentos geraram novamente a dependência financeira e comercial com o imperialismo norte americano, o qual vai se acentuar a partir de 1964 com o golpe e regime militar, instaurado até 1985. Nestas duas décadas de governos militares, o Brasil vai ser “bombardeado” com acordos, investimentos e empréstimos dos Estados Unidos. Recursos estes, em vários setores, como a educação, a indústria, a agricultura, a infraestrutura, entre outros, que levaram o país a ficar com uma dívida externa elevada, quase impagável. Novamente, identifica-se neste período militar a parceria do Banco Mundial. Em pesquisa, do dia 1 de fevereiro de 1964 até 31 de dezembro de 1984, foram identificados o montante de 117 projetos, nos setores: educacional (Escola Agrícola), energia (hidrelétricas), indústria (Siderúrgica e metalúrgica), infraestrutura (rodovias e ferrovias), pecuária (crédito), agrícola (pesquisa e construção de armazéns), alimentícios (nutricional nas escolas), saneamento (água e esgoto), Crédito rural, entre outros setores (Banco Mundial, 2023b).

Nas próximas décadas, metade de 1980 (fim do regime militar) até a década de 2000, a dependência vai se materializar via políticas neoliberais. Primeiro, que com as reformas estruturais, como no setor econômico e da política de gastos públicos, bem como a criação do Plano Real contribuirá para equilibrar a economia brasileira. Ao mesmo tempo, inicia um processo de implantação de políticas neoliberais a partir da década de 1990, que vai levar: a) abertura comercial, para a entrada do capital internacional, sendo uma das medidas a redução de tarifas, que contribuirá para um aumento significativo de importações e exportações da indústria e de produtos agropecuários; desregulamentação de alguns setores para entrada e concorrência de empresas privadas no mercado; privatizações de empresas estatais, como a

telecomunicações, energia, rodovias, siderúrgicas, entre outras; a emissão de títulos da dívida pública, para buscar investidores estrangeiros; entre outros fatores, como a austeridade nos gastos públicos, que ocasionaram nas políticas sociais, bem com mudanças e reformas trabalhistas e previdenciários. Desta maneira, atravessaremos a década de 1990, bem como a de 2000, mesmo com um governo popular e de esquerda, com medidas e políticas que não mudaram a estrutura neoliberal, que ora tinha sido implantada no país. De fato, na década de 2000 o que se identificou foi medidas de promover um equilíbrio econômico entre o mercado e as políticas sociais. Sobre o neoliberalismo, Sodré (1996, p. 4) afirma que o mesmo é a “[...] etapa e forma atual do imperialismo, tende, por isso mesmo, e com o poderoso instrumento do monopólio da informação, a levar essa eliminação à etapa final: é o “fim da história””.

Ao mencionar alguns elementos estruturantes da dependência brasileira perante o domínio imperialista norte-americano, para entender os fios condutores e as mediações fundamentais estruturantes de como foi construída essa dependência financeira, tanto do governo imperialista, os Estados Unidos, como de empresas e bancos financeiros, com investimento e ligação direta com a economia do país. Depois destes apontamentos, nos cabe adentrar em alguns elementos estruturantes que envolvem o setor e nosso objeto de estudo, o “Agro”, iniciando uma breve reflexão sobre as classes sociais do campo no contexto brasileiro.

2.2. AGROIMPERIALISMO E CLASSE SOCIAL: APONTAMENTOS SOBRE A FORMAÇÃO SOCIAL DO CAMPO NO BRASIL

A estrutura de classes sociais do campo, no Brasil, é marcada por profundas contradições, desigualdades e conflitos entre diferentes sujeitos sociais. Desde o processo de colonização, iniciado no século XVI, até os dias de hoje, o campo brasileiro é espaço de contradição socioeconômica. É cenário de desigualdade na ocupação territorial e financeira, como na distribuição de recursos públicos, sendo marcado por disputa e luta entre os grandes latifúndios, senhores e empresários do agronegócio, com os “sujeitos” sociais do campo que lutam por “pedaço” de terra, para viver e sobreviver. Este formato social do campo, além de fatores históricos, políticos, culturais e outros têm moldado a composição das classes sociais, influenciando o desenvolvimento rural e a organização social do país.

O que se pretende, neste momento, é buscar apresentar algumas discussões e reflexões sobre classes sociais no campo e o Agroimperialismo. Esclarece-se que não vamos adentrar na conceituação ou na busca de identificar quais classes sociais fazem parte da estrutura social do campo no Brasil. O que se tem intenção é demonstrar que o campo, atualmente, está inserido dentro de um sistema econômico e financeiro, que vai além do setor “rural”, “agrícola”, “campo”. Isto se identifica no processo de mundialização do capital financeiro, discutido no primeiro capítulo, ou ainda, como afirma Ianni (2001, p. 37), “ocorre que o mundo agrário já está tecido e emaranhado pela atuação das empresas, corporações e conglomerados agroindustriais. [...], muito do que se faz no mundo agrário está formal ou realmente subsumido pelo grande capital fluando pelo mundo afora”.

Para responder o que pretendemos, vamos dividir dois momentos. No primeiro, é pertinente discutir o conceito de classe social para, posteriormente, apresentar algumas reflexões sobre a relação do Agroimperialismo com as classes sociais do campo no contexto brasileiro.

2.2.1 Conceito de classe social

A definição de Classe Social, de forma literal, pode ser utilizada para definir uma “divisão social” nas estruturas sociais da sociedade. Pode ser vista como uma categoria da sociedade moderna capitalista, adjetivando, por exemplo: classe rica e pobre; baixa, média e alta; classe dominante e dominada; entre outros adjetivos. Segundo o dicionário Aurélio, é “[...]. 2. Categoria de cidadãos baseada nas distinções de ordem social ou jurídica. 3. Grupo de pessoas que se diferenciam das outras por suas ocupações, costumes, etc.” (Ferreira, 2004, p. 238). As duas definições acima são pertinentes para conceituarmos o significado de classe social, principalmente pela representatividade, nas definições de “ordem social” e “suas ocupações”, em uma sociedade marcada pela desigualdade socioeconômica.

O sociólogo Florestan Fernandes apresenta o conceito de classe social, empregado por outros autores com diferentes sentidos. Como estrato social, hierarquizado ou não, como definição de camada social, ainda para designar estratos sociais que identificam a presença de uma comunidade de interesses, “[...] associados a relações de dominação, de poder político e de superposição (também baseadas em diferenças de prestígio social e de estilo de vida)” (Fernandes, 2009, p. 41). Por fim,

autores que utilizam para caracterizar como “especificidade histórica”, do arranjo de sociedade inerente do sistema de produção do capitalismo. Sendo assim, de acordo com Fernandes (2009, p. 41),

[...] A classe social só aparece onde o capitalismo avançou suficientemente para associar, estrutural e dinamicamente, o modo de produção capitalista ao mercado como agência de classificação social e à ordem legal que ambos requerem, fundada na universalização da propriedade privada, na racionalização do direito e na formação de um Estado nacional formalmente representativo.

Concluindo assim, a partir desta última definição, para o sociólogo:

[...] a “sociedade de classes” possui uma estratificação típica, na qual a situação econômica regula o privilegiamento positivo ou negativo dos diferentes estratos sociais, condicionando assim, direta ou indiretamente, tantos processos de concentração social da riqueza do prestígio social e do poder (inclusive do poder político e institucionalizado e, portanto, do poder de monopolizar o controle do Estado e de suas funções), quanto os mecanismos societários de mobilidade, estabilidade e mudanças sociais (Fernandes, 2009, p. 41-42).

O pensamento de Fernandes (2009) nos remete a Marx e Engels (2008), quando definem o poder político do Estado moderno no modo de produção capitalista, que nada mais é do que uma gerência, um comitê da classe burguesa para administrar os seus negócios comuns. O conceito de classe social em Marx e Engels é uma das categorias centrais e fundamentais para as análises de compreensão do sistema de produção capitalista, em relação aos meios, às relações de produção e às forças produtivas. O seu conceito está enraizado em outra categoria, “Luta de Classe” entre a burguesia e o proletariado, pois “a utilização da expressão classe social fora do corpo da teoria das lutas de classes, ou seja, do materialismo histórico, tem se prestado a um processo ideológico de negação da compreensão da estrutura da sociedade em classes” (Carvalho, 1987, p. 107).

Para identificar a definição de classe social, os autores a conceituam quando discutem o “Estado” e o “modo de produção capitalista”, principalmente, no texto: *Burgueses e Proletários*, do *Manifesto do Partido Comunista*, escrito em 1847, e do *O Capital*, livro III, capítulo 52, com o título: *As classes*, onde apresenta as três classes

sociais da sociedade moderna: os assalariados, os capitalistas e os proprietários fundiários.

Começando pela obra *d'O Capital*, Marx (2017) não aprofundou a categoria classe social, pois, como se identifica nessa obra, os manuscritos foram interrompidos. O que Marx traz em poucas linhas é a demonstração que no modo de produção capitalista segue a lei de desenvolvimento, onde “[...] consiste em separar cada vez mais do trabalho os meios de produção, bem como concentrar cada vez mais em grandes grupos os meios de produção que se encontram dispersos [...]” (Marx, 2017, p. 828).

Trata-se de três grandes grupos sociais, cujas partes integrantes, os indivíduos que os formam, vivem respectivamente de salário, lucro e renda da terra, da valorização de sua força de trabalho, de seu capital e de sua propriedade fundiária (Marx, 2017, p. 828).

Nos remete aqui a situação dos grandes grupos monopolistas do capital do século XIX. O que não alterou a lógica, desde o século XIX, das análises de Marx e Engels, é o formato de exploração da força de trabalho, concentração e a acumulação do lucro, por parte destes grupos.

No texto *Burgueses e Proletários*, Marx e Engels demonstram o antagonismo dessas duas classes que disputam e lutam por interesses distintos. A primeira classe, a burguesia, que emergiu das ruínas do sistema feudal e que estabeleceu novas condições de opressão e são os detentores dos meios de produção, como a terra, os instrumentos, as máquinas, a indústria e os recursos naturais e materiais, já que “a burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, portanto todo o conjunto das relações sociais”, nas palavras de Marx e Engels (2008, p. 48). A segunda classe, os criadores ou os produtores do capital, da riqueza, os trabalhadores, os assalariados, os proletariados, que historicamente (desde a época antiga, na forma de escravos e de servos, na idade medieval) foram explorados e, na idade moderna, foram submetidos a vender sua força de trabalho para os burgueses, pois, de acordo com Marx e Engels (2008, p. 51), os proletários “[...] vivem apenas na medida em que encontram trabalho e que só encontram trabalho na medida em que o seu trabalho aumente o capital”. Portanto, como afirmam os autores: “A História de todas as

sociedades que existiram até hoje é a história de lutas de classes” (Marx; Engels, 2008, p. 45), ou como escreve Engels, no Prefácio à edição inglesa de 1888:

[...] Toda a história da humanidade tem sido uma história de luta de classes, de conflitos entre classes exploradoras e exploradas, entre classes dominantes e oprimidas; que a história dessas lutas de classes foram uma série de revoluções a partir das quais atingiu-se hoje um estágio em que a classe oprimida e explorada – o proletariado – não pode alcançar sua emancipação do controle da classe dominante e exploradora – a burguesia – sem libertar, ao mesmo tempo e para sempre, toda a sociedade da exploração, da opressão, das distinções de classes e das lutas de classes (Marx; Engels, 2008, p. 34)

Esta definição de Marx e Engels, de classe social, vai ser também empregada por outros autores marxistas, como Vladimir I. Lenin. Em julho de 1919, o autor publicou o texto *Uma Grande Iniciativa* e, no escrito, ao falar sobre o objetivo final do socialismo e a compreensão do que seria “supressão das classes”, definiu:

Chama-se classes a grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo seu lugar num sistema de produção social historicamente determinado, pela sua relação (as mais das vezes fixada e formulada nas leis) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pelo modo de obtenção e pelas dimensões da parte da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos de pessoas, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro graças ao fato de ocupar um lugar diferente num regime determinado de economia social (Lenin, 2019, s/p).

A partir da definição de Lenin, pode-se conceituar as classes sociais com base em alguns elementos essenciais. O primeiro é a posição que ocupam dentro do sistema de produção social, o econômico; o segundo refere-se às suas relações com os meios de produção, fundamentais para determinar a qual classe pertencem; o terceiro é o papel que desempenham na organização do processo de trabalho; e, por fim, a forma e a proporção com que as classes sociais recebem e utilizam a riqueza social. Enquanto a burguesia obtém o capital e o lucro por meio da exploração do trabalho do proletariado, este, por sua vez, é assalariado, vendendo sua força de trabalho ao burguês em troca de um salário.

Vale assinar que Lenin, como os outros autores anteriores – Fernandes, Marx e Engels – definem as classes sociais enraizadas nas relações sociais, nas forças produtivas e dos meios de produção. Portanto, o conceito de classe social

apresentado demonstra que estamos falando de classes em um modo de produção, que é do capitalismo, o qual se apresenta dentro de uma oposição antagônica e de luta entre as classes sociais que a compõem, nas várias esferas deste sistema, seja o econômico, político, ideológico, social e cultural.

2.2.2 Classe social do campo no contexto brasileiro

Ao definir classe social, adentra-se no segundo momento, que é analisar, mesmo que de forma sintética, as classes sociais do campo no Brasil. Não se têm a intenção de fazer uma análise geral, detalhada e profunda, do contexto histórico brasileiro. Pois, não é objeto e finalidade desta presente pesquisa e pode-se correr o risco de limitar e ocultar contradições inerentes do surgimento das classes sociais do campo no Brasil, ao tratar apenas do setor “campo”. Pois a formação das classes no país tem influência direta do desenvolvimento urbano e da dinâmica local, regional, nacional e internacional dos vários setores, que englobam a formação social brasileira, como afirma Ianni (2004, p. 143), “a história brasileira é a história da formação da sociedade das classes sociais no campo e na cidade”. Portanto, o que pretendemos é trazer algumas análises e discussões, para demonstrar que o Agroimperialismo está enraizado e presente nesta estrutura social de classes no campo brasileiro, mesmo não sendo pertencente especificamente a uma classe social do campo.

A partir das leituras realizadas, pode-se identificar os sujeitos pertencentes as classes sociais do campo no Brasil. Denominados de: “latifundiários”, sinalizado por Prado Jr. (1970), Lindesay (s/d), Medeiros (2012) e Sodré (1974); “barões do café” e “senhores agrícolas”, de Sodré (1974); “burguesia rural, agrária, comercial e agroindustrial rural”, por Carvalho (1987); “proletariado” e “operário rural”, de Carvalho (1987) e Ianni (2005); “escravo”, descrito por Ianni (2005), Prado Jr. (1970) e Sodré (1974); “fazendeiro”, “empresário rural”, “grileiros”, “posseiros”, “camponês”, “imigrante”, “peão”, “proletariado agrícola”, conceitos de Ianni (2004). Para não adentrarmos em discussões teóricas e conceituais, parte-se da premissa que todos estes sujeitos, portanto, são pertencentes historicamente a classes sociais antagônicas e opostas, que estão em contradição e luta de classe dentro do modo de produção capitalista, como, por exemplo, “burgueses e proletários”, “senhor e escravo”, e que está na raiz da luta de classes, que assinalamos acima de Marx e Engels, Lenin e Fernandes. Portanto, o que se pretende esclarecer que o “campo”

está inserido dentro da lógica do sistema capitalista, de acumulação, de exploração, dominação e centralização do modo de produção do capital, logo, encontra-se a contradição e luta de classes que ocorre nas relações sociais, pelas forças produtivas e pelo espaço social. Como afirma Carvalho (1987, p. 132), “a contradição principal da burguesia agrária moderna depende da conjuntura histórica e dos ramos de produção que explora. Do ponto de vista da formação social do campo, a contradição principal é com o proletariado agrário”.

Como apresentado no início deste capítulo, desde a chegada dos portugueses no século XVI, temos presenciado historicamente a hegemonia econômica e política de grupos dominantes e de antagonismo entre classes sociais. Isto se evidencia, na formação de latifúndios na ocupação e povoamento do período colonial, como apresentado por Prado Jr. (1970), Lindesay (s/d), Medeiros (2012) e Sodré (1974). Assim sendo, a formação das classes sociais que remonta ao período colonial tem por base uma economia predominantemente agrária, centrada na figura do “senhor” e na exploração do trabalho escravo. As propriedades rurais, os latifúndios, eram controladas por uma elite de proprietários de terras que detinham o poder econômico e político. E isso não altera no período Imperial, onde temos a emergência dos barões de café, ou como Sodré (1974) denomina, *senhores agrícolas*. Assim sendo, a base da estrutura de produção, nestes dois períodos históricos, tem sua totalidade ligada ao campo, à produção agrária. Como aponta Ianni (2004), o desenvolvimento da sociedade brasileira e os ciclos econômicos foram profundamente marcados pela produção do campo, como a agropecuária, coletora, extrativa e entre outros.

Isso denota que a força econômica agrária também refletirá nas questões políticas, bem como na formação social das classes sociais, tanto urbano como do campo, como já assinalado por Ianni (2004). E esta formação e força continuou no período pós Proclamação da República, onde a classe detentora do poder econômico, político e ideológico centrava-se nas mãos da elite brasileira, constituída em sua maioria da oligarquia agrária. Isto se evidenciou no revezamento presidencial, entre os paulistas (produtores de café) e mineiros (produtores de leite), ou da famosa “política café com leite”. Ou ainda, segundo Prado Jr. (1970), a “República Burguesa”.

Um ponto a ser enfatizado neste momento histórico, de acordo com Fernandes (2008), que no processo de desagregação do regime de trabalho escravo e do período que compõem a primeira república (1889-1930), acelerou-se algumas tendências, “[...] as quais a economia agrária evolui na direção do capitalismo moderno [...] em face

dos focos internos de crescimento econômico urbano-comercial e urbano industrial” (Fernandes, 2008, p. 176).

Aqui ressalta-se dois elementos centrais que se convergem e se relacionam mutuamente. O primeiro é o processo de crescimento urbano comercial e industrial do Brasil; o segundo é a emergência da classe burguesa. O primeiro ponto, o processo de industrialização no país foi lento e gradativo, segundo Prado Jr. (1970), e em “ciclos”, como definiu Ianni (2004), que se intensificou no processo de urbanização, principalmente, como aponta Fernandes (2008), na “metropolização”, ou “pólos modernos”, como o eixo Rio de Janeiro-São Paulo, que vão exigir captação de recursos, em especial, da economia agrária.

No segundo elemento, já analisamos no capítulo anterior de forma breve, a ascensão da burguesia no poder e posterior a constituição da burguesia comercial e industrial com os bancos, na formação de grandes monopólios. No Brasil, não adentramos nesta temática do surgimento da burguesia no poder político e econômico do país, também não temos a intenção de aprofundar neste momento. O que se apresenta, a partir das leituras de Nelson W. Sodré, em seu livro *Capitalismo e revolu o burguesa no Brasil*, que

A revolu o burguesa no Brasil, pois,   o processo de mudança que, pelo desenvolvimento das forças produtivas, pelo desenvolvimento das rela es capitalistas, permitiu   burguesia tornar-se a classe dominante e introduzir as rela es superestruturais necessárias   preserva o e desenvolvimento de seus interesses de classe (Sodré, 1990, p. 90).

Para Sodré (1990), a emergência da burguesia no país vai acontecer a partir de fatores políticos e econômicos do contexto brasileiro. Iniciando com as reformas políticas do final do século XIX e o advento da república; outros dois fatores são econômicos e que se relacionam com os acontecimentos da primeira guerra mundial, onde o país vai impulsionar um processo de industrialização, em resposta ao cenário mundial que é aprofundado nos estudos de Sodré (1974) e Prado Jr. (1970); e, por fim, com a crise econômica mundial de 1929 que afetou o país, irá aparecer no cenário econômico a burguesia nacional, como sinaliza Sodré (1990), neste processo “[...] a hegemonia burguesa, ainda que transitória na fase, aparece com clareza meridiana”, se destacando no mercado interno.

Marx e Engels, nos escritos sobre a divisão do trabalho e a grande indústria, sinalizavam, na metade do século XIX, “[...] que a burguesia de cada nação ainda conserva interesses nacionais particulares, a grande indústria criou uma classe que, em todas as nações, têm o mesmo interesse [...]” (Marx; Engels, 2020, p. 481). Interesse na dominação, centralização, controle e exploração em busca de acúmulo de capital. Para isso, não importava as medidas a serem tomadas, como a “submissão” da cidade ao campo e, como afirmaram Marx e Engels (2020), a burguesia e a grande indústria “aniquilaram” o que era possível: a moral, a ideologia, a religião, a política, etc., transformando as relações que aconteciam naturalmente em relações monetárias.

Este movimento, processo urbano, comercial e industrial com a burguesia, vai impactar diretamente a vida do campo. Para Fernandes (2008), a “revolução urbana” condenou a revolução agrícola, destinando o campo a ser a força de alimentação, de propulsão e de sustentação para os centros urbanos, pois “a economia agrária, viu-se convertida em bomba de sucção, que transferia para outros setores da economia e da sociedade a maior parte da riqueza que conseguia gerar [...]” (Fernandes, 2004, p. 176). Isso nos remete às análises e às conclusões dos escritos de Marx e Engels no século XIX, na obra do *Manifesto Partido Comunista*.

A burguesia submeteu o campo ao domínio da cidade. Criou cidades enormes, aumentou imensamente a população urbana em relação à rural e arrancou assim uma parte considerável da população do embrutecimento da vida rural. Assim como subordinou o campo à cidade, subordinou os países bárbaros e semibárbaros aos países civilizados, os povos camponeses aos povos burgueses, Oriente ao ocidente. A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou a população, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos (Marx; Engels, 2008, p. 49).

Em outra passagem, sobre a indústria na agricultura, Marx afirma:

Na esfera da agricultura, a grande indústria atua de modo mais revolucionário à medida que aniquila o baluarte da velha sociedade, o “camponês”, substituindo o pelo trabalhador assalariado. As necessidades de revolucionamento social e as antíteses do campo são, assim, niveladas às da cidade (Marx, 2020b, p. 544).

Estas duas citações acima servem de referência para analisarmos a relação das classes sociais do campo no Brasil, a partir do último século. Trazendo o conceito de “ciclo” de industrialização, por Ianni (2004), identificamos que o processo da Proclamação da República tem ligação direta com o campo, sendo necessário alguns apontamentos para esclarecimento. O contexto brasileiro do final do século XIX e o processo de industrialização neste período, até 1930, pode ser traduzido na última citação de Marx, quando o mesmo retrata a ideia de substituição das relações e dos meios de produção no campo, do camponês para o trabalhador assalariado. Na realidade brasileira, é o fim do trabalho escravo e a transição para o trabalho assalariado do imigrante e do proletariado rural. Relações de trabalho que serão acentuadas no período da década de 1930, com o projeto de desenvolvimento socioeconômico de Getúlio Vargas, que, diante da crise mundial e nacional, vai realizar investimentos no setor de infraestrutura de base (portos, ferrovias, estradas, telecomunicações, energias, etc.) e na industrialização, modernizando a economia brasileira para não depender apenas da produção e exportação de produtos agrícolas. Isso impactará diretamente o campo, pois exigirá demanda de recursos e de produtos do setor para manter as estruturas que estão sendo desenvolvidas no país, como assinalado acima por Fernandes (2008). Aqui nos remete a outra citação, de Marx e Engels, onde encontramos a ascensão da burguesia industrial nacional neste ciclo de industrialização, também assinalado por Sodré (1974), submetendo o campo à cidade, onde a produção agrícola sustentará a processo de industrialização e o crescimento urbano no país. E, este movimento, não encerra nas próximas décadas, ganhando impulso em outros dois ciclos de industrialização, realizado nas décadas de 1950, pelo projeto de Juscelino Kubitschek – 50 anos em 5 – e na década de 1960 e 1970, no regime militar, numa proposta de “milagre econômico”.

[...] O que se nota é que a história da sociedade brasileira é uma história do desenvolvimento de uma sociedade de cunho eminentemente agropastoril, com um segmento, uma área que se industrializa, expande como o setor industrial, chegando a ser um muito importante, até a ganhar preeminência sobre o conjunto da economia brasileira. A produção industrial passa a ser preponderante sobre o conjunto da produção brasileira agropecuária na época de Juscelino Kubitschek (*grifos do autor*) (Ianni, 2004, p. 143).

O que se apresenta na realidade brasileira no século XX, segundo Ianni (2004), é o processo de ciclos de industrialização, realizado, principalmente, pela burguesia

industrial urbana e rural, com “aliança” do campo, das forças produtivas e dos meios de produção agrário. Não se pode entender o desenvolvimento do país sem o campo. E isso impactará diretamente a outra classe social do campo – o sujeito central desta relação de trabalho –, seja na exploração da força de trabalho do emigrante e do assalariado rural, como na migração das pessoas do campo em direção aos centros urbanos, por melhores condições de vida e de trabalho. Assim sendo, o processo de industrialização vai estabelecer novas funções e relações para o campo, no desenvolvimento econômico no país.

Penso que o desenvolvimento das classes no campo, nos últimos anos, em especial desde 64, está relacionado com o fato de que o mundo agrário foi definido como um mundo de produção de excedentes de produção: excedentes para as cidades, a indústria nacional e a exportação. Intensificou-se o processo de desenvolvimento capitalista no campo, especialmente de grandes unidades produtivas (fazendas, empresas agrícolas e pecuárias, agropecuárias e extrativistas etc.) com a finalidade de suprir a cidade e a indústria, mas também com a finalidade de exportar para produzir divisas para importar máquinas etc. para a indústria da cidade. No campo produzir e produzir para manter e desenvolver o “modelo econômico” adotado, eminentemente aberto à economia internacional (Ianni, 2004, p. 145).

Contudo, não se pode esquecer, nesta relação de classes sociais do campo, o processo de modernização e de mecanização da agricultura, a partir da década de 1960. Este processo de industrialização do campo e a entrada do capital internacional, como será apresentado no próximo item, terá relação direta nas relações sociais, nas forças produtivas e dos meios de produção do campo, principalmente, o favorecimento aos grandes produtores e às agroindústrias. Além do mais, estabelecerá novas configurações e impactos socioeconômicos, como: a expulsão do camponês e do trabalhador rural, levando a concentração de terras nas mãos de uma minoria, de uma classe social ou uma elite rural, que se manterá forte e poderosa, em contrapartida uma classe social do campo, formada por camponeses e trabalhadores rurais em condições precárias, ou ainda, sem suas terras. É neste momento histórico que temos o surgimento de várias organizações e movimentos sociais do campo, como as ligas camponesas e do Movimento Sem Terra – MST, entre outros. Estes movimentos têm enfrentado desafios constantes, incluindo: a luta pela terra, a violência no campo, além da criminalização destes movimentos, contra a resistência de grandes proprietários e do agronegócio pelo espaço social, a terra.

Dessa maneira, a relação de classes no campo está marcada por conflitos e violência entre a classe social, dos grandes proprietários de terras, dos latifundiários e das agroindústrias – detentora dos meios de produção do campo – contra camponeses, pequenos agricultores e trabalhadores rurais. Mais do que isso, as grandes propriedades dominam, centralizam e concentram a produção agrícola, enquanto pequenos agricultores e trabalhadores rurais lutam pelo acesso à terra. Esta realidade brasileira, nas últimas décadas, nos remonta ao que Marx já apontava, no fim do século XIX, sobre o adentrar do desenvolvimento industrial na agricultura.

A indústria e a agricultura em grande escala, exploradas de modo industrial, atuam de forma conjunta. Se num primeiro momento ela se distinguem pelo fato de que a primeira devasta e destrói mais a força de trabalho e, com isso, a força natural do homem, ao passo que a segunda depreda mais diretamente a força natural da terra, posteriormente, no curso do desenvolvimento, ambas se dão as mãos, uma vez que o sistema industrial na zona rural também exaure os trabalhadores, enquanto a indústria e o comércio, por sua vez, fornecem à agricultura os meios para esgotamento do solo (Marx; Engels, 2020a, p. 548).

A análise dos autores acima, do final do século XIX, nos remete a uma realidade brasileira que não é distante. Nas últimas décadas, vemos constantemente as mudanças significativas que vêm ocorrendo no campo, nas relações sociais, nas forças produtivas e dos meios de produção, principalmente o avanço da indústria e do capital no setor agropecuário, para atender um mercado mundial, tanto de consumismo, como para acúmulo de capital. Isto tem ocasionado a degradação do meio ambiente, poluição, erosão e esgotamento do solo (como assinalado por Marx e Engels), expulsão do sujeito que vive e sobrevive da terra, pois “os processos de concentração e centralização do capital, em escala mundial, revolucionam as condições de vida de trabalho no campo, [...]. A produção já não depende da terra e da natureza [...]” (Ianni, 2001, p. 38).

Para terminar este item, alguns pontos merecem ser ponderados. Primeiro, o que se pretendeu demonstrar até o momento, que a formação de classes sociais no campo decorre do movimento do modo de produção capitalista no campo e na cidade. Cada contexto socioeconômico brasileiro se deve pela expansão extensiva e intensiva que o país passou em cada período histórico, que é analisada por Ianni (2004). Segundo ponto, identificar historicamente quem são as classes sociais do campo não foi a intenção desta reflexão. Porém, entendemos que há uma disputa com clareza

antagônica e oposta entre as classes que estão no bojo das relações sociais do campo, entre os sujeitos que dominam, centralizam, concentram e detêm as forças e os meios produtivos, aqui denominados de Agroimperialistas; em contrapartida aos sujeitos que produzem a riqueza social, os trabalhadores, proletários, camponeses, etc. Ainda neste ponto, é preciso destacar a dificuldade em identificar quem são os Agroimperialistas, por se tratar de sujeitos que nem sempre são do campo. Aqui nos remete ao pensamento do sociólogo Octavio Ianni, quando aponta que as modificações socioeconômicas realizadas no campo não são feitas apenas pela burguesia rural, mas pela burguesia industrial e comercial urbana. Segundo o autor, “[...] muito frequentemente é rural e industrial, com articulações diretas e indiretas; quando não está em causa o mesmo grupo econômico, simultaneamente financeiro, industrial, agrícola e comercial” (Ianni, 2004, p. 151). O terceiro elemento diz respeito aos Agroimperialistas não viverem no campo, os mesmos também não são, em sua maioria, nacionais. São pertencentes ao capital estrangeiro, sem fronteiras geográficas, que adentram no país dentro de uma política econômica neoliberal de abertura comercial, como estratégia de monopolização e centralização dos processos produtivos.

As classes sociais se distinguem em várias regiões e há diferentes conotações. Mas à guisa de síntese, eu diria que a burguesia é nacional e estrangeira. O capital estrangeiro está no campo. Se não está o capital estrangeiro, está o estrangeiro proprietário de terra, que desenvolve atividades agrícolas. Às vezes a burguesia estrangeira está associada à burguesia nacional. Sem esquecer que frequentemente empresários agrícolas são empresários industriais, estão associados com grupos econômicos industriais, comerciais, financeiros e agrícolas (Ianni, 2004, p. 151).

Isto é decorrente,

A revolução que a globalização do capitalismo está provocando no mundo agrário transfigura o modo de vida no campo, em suas formas de organização do trabalho e produção, em seus padrões e ideais socioculturais, em seus significados políticos. Tudo o que é agrário dissolve-se no mercado, no jogo das forças produtivas operando no âmbito da economia, na reprodução ampliada do capital, na dinâmica do capitalismo global (Ianni, 2001, p. 42).

O processo de mundialização do capital gerou um novo movimento das questões econômicas e financeiras em escala global. Assim sendo, a globalização do

capitalismo emergirá no espaço agropecuário, num fenômeno de interação e integração crescente das economias do setor ao mercado mundial. Este processo, tem se identificado por profundas mudanças significativas nas estruturas do Agro, desde a comercialização, produção, industrialização, distribuição e consumo de produtos agrícolas que serão impulsionadas pelas políticas econômicas neoliberais, de liberalização do comércio e, essencialmente, pelo grande volume de investimentos estrangeiros, pelos Agroimperialistas em escala mundial, como bem enfatiza Ianni (2001) sobre o mundo agrário que é formalmente integrado na prática pelo capital no mundo afora, mudando o espaço e a fisionomia de forma rápida, visando aumentar a produção e exportação de *commodities agrícolas*, tendo em vista que “[...] a crescente presença e importância das corporações transnacionais na agricultura e pecuária transforma contínua e radicalmente as suas formas de trabalho de produção” (Ianni, 2001, p. 45).

Este avanço da globalização do capital no setor agrícola e pecuário tem gerado, por parte da classe dos Agroimperialistas, várias consequências. Desde a competitividade e a concorrência desigual na produção, com agricultores locais e regionais gerando o fechamento dos negócios dos pequenos agricultores, em sua maioria familiares; como na concentração de terras e de capital em grandes propriedades por parte de empresas, corporações, fundos de investimentos ou ainda de grupos; somado aos impactos nas questões sociais, como a alteração na estrutura familiar ou, mais radical, na migração rural-urbana e até expulsão da população do campo para a cidade; além de problemas ambientais, na degradação do ambiente, esgotamento do solo, da biodiversidade, etc., quanto a uso excessivo de fertilizante e agrotóxicos; ainda a mudança na produção e de práticas agrícolas, como a alteração e apropriação de culturas tradicionais e o fim de práticas e técnicas culturais de plantios ou de sementes crioulas, que foram passado de geração para geração; sem deixar de citar a dependência dos mercados externos, devido à integração ao mercado global, tornando os produtores dependentes das flutuações nos preços internacionais e de políticas comerciais, mais do que isto, pressionando governos locais a alterarem as políticas agrícolas internamente, que em muitos casos favorece apenas os grandes produtores e exportadores Agroimperialistas; entre outras consequências.

Por fim, é preciso elencar que as análises e leituras giraram em torno das classes sociais do campo. Enfatiza-se que não se quer naturalizar a existência de

apenas uma classe social do campo – constituída por senhor, barões, fazendeiros, empresários, grileiros, burguesia rural e industrial, etc. –, pois há uma luta de classe no campo. Existe a contradição do próprio Agroimperialismo que foi o “escravo” no período colonial e imperial; do emigrante, do operário e do proletariado rural, do camponês, do trabalhador rural, entre outros que podem ser identificados no século XX. Estes são os “sujeitos sociais” que lutam, constantemente, contra este sistema de modo de produção do capital, que é predatório, violento, centralizador, que expropria, explora, domina, etc.

2.3 BRASIL NA DÉCADA DE 1950: ASPECTOS SOBRE A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

De fato, o Brasil desde sua constituição administrativa-jurídica esteve dependente comercial e financeiramente de países hegemônicos imperialistas. No setor que estamos analisando, “agro”, a influência dos Estados Unidos continua a se relacionar com a própria política de dependência que foi construída desde o período do Império, com a Inglaterra. Identifica-se esta dependência intensificada nas décadas pós-segunda Guerra Mundial, acompanhado de uma política econômica do setor voltado para “[...] uma organização fundada na produção de matérias-primas e gêneros alimentares demandados nos mercados internacionais” (Prado Jr., 1970, p. 328). Entretanto, a partir do período que estamos partindo para análise, da década de 1950, há mudanças estruturais significativas que entraram em cena, impactando diretamente no entendimento do nosso objeto de estudo. E uma destas mudanças é o processo de modernização da agricultura.

O processo de modernização da agricultura, como explica Furtado (1981), é a mudança das relações das formas de trabalhar do “manejo tradicional”, dos insumos agrícolas, que é próprio da agricultura, como, por exemplo, o próprio agricultor produzia suas sementes para a próxima safra, no caso das sementes crioulas. A agricultura, neste processo de “manejo moderno”, no caso da modernização, está ligada à indústria desde a compra da semente, de maquinários, equipamentos e insumos agrícolas, defensivos, entre outros produtos que a própria indústria exige ou cobra para ser usada, “portanto, a formação dos preços da agricultura moderna ocorre em grande parte fora da agricultura, mais precisamente, se insere em estruturas oligopolistas investidas de forte poder de mercado” (Furtado, 1981, p. 26-27).

Para o entendimento deste processo de modernização da agricultura pelo capital, trago as ideias do sociólogo Octavio Ianni, que de forma sintética apresenta o movimento desse processo de modernização na prática.

Primeiro, o capitalismo revolucionou o mundo agrário ao desenvolver-se extensiva e intensivamente pelos países e continentes, ilhas e arquipélagos. A maquinização e a quimificação, acionadas com a agroindústria, mudam a face e a fisionomia da economia, sociedade e cultura. Segundo, ocorre a substituição parcial ou até mesmo total de matérias-primas de origem agropecuária por matérias-primas produzidas pela indústria química. Terceiro, em conjugação com a maquinização e quimificação das atividades produtivas no campo, em conjugação com a substituição de matérias-primas, reduz-se drasticamente o contingente de trabalhadores rurais compreendendo famílias, vizinhanças, bairros, patrimónios, colônias, vilas etc. no campo. Quarto, ocorre uma progressiva e reiterada urbanização do mundo agrário, transformando radicalmente o modo de vida, de pensar, sentir, agir e imaginar dos que se dedicam às atividades rurais. As técnicas e os processos de trabalho, assim como os padrões e os valores socioculturais envolvidos na organização da vida social, modificam os horizontes uns e outros, aproximando-os cada vez mais dos urbanos, nacionais, internacionais, transnacionais, cosmopolitas [...] (Ianni, 2001, p. 42-43).

Assim sendo, este processo de modernização no Brasil, vai ser decorrente a um contexto econômico, político e agrário que o país estava inserido, principalmente internamente. Para compreender, trago as contribuições de Delgado (2012b) e Alentejano (2012), que apontam que esse processo de mudança estrutural na agricultura que está curso no país vai se contrapor a outra proposta, a da reforma agrária. Vale lembrar que vários países industrializados realizaram suas reformas agrárias no século XIX. Por exemplo, nos Estados Unidos, o presidente Abraham Lincoln realiza uma reforma agrária clássica⁵⁵, em 1862, como uma forma de quebrar com o latifúndio econômico do Sul, garantindo o direito de acesso a 100 acres de terra, ou a 80 hectares, em solo brasileiro. Pós II Guerra Mundial, iniciou-se um movimento de proposta em vários países⁵⁶ para um projeto de reforma agrária, como também no

⁵⁵ Segundo Stédile (2012, p. 660-661), ao distinguir os vários tipos de Reforma Agrária, afirma que esse “[...] tipo de Reforma Agrária foi o primeiro realizado pelo Estado burguês. Sua característica principal é o fato de essas reformas terem sido feitas com legislação aplicada por governos da burguesia industrial. O objetivo principal destes governos era aplicar o direito republicano e democrático de garantir a todos os cidadãos o acesso à terra e também desenvolver o mercado interno para a indústria, com a distribuição de terra e renda aos camponeses até então desprovidos de bens”.

⁵⁶ Stedile (2012) aponta que após a II Guerra Mundial países imperialistas, como os Estados Unidos, orientou países conservadores a realizar um processo de reforma agrária, de forma

Brasil, que se inicia na década de 1950 e se efetiva em projeto de lei pelo Ministro do Planejamento do Governo, João Goulart, no início da década de 1960, que vai ser derrotado pela “modernização conservadora”, pois “logo, após o anúncio do envio do projeto de lei ao congresso, o governo foi derrubado (1º de abril de 1964)” (Stédile, 2012, p. 663) em um golpe militar, que durou até as eleições indiretas, em janeiro de 1985.

[...] a modernização da agricultura brasileira não pode ser compreendida sem a indução do Estado, pois ele criou as condições para a internalização da produção de máquinas e insumos para a agricultura, um sistema de pesquisa e extensão voltado para impulsionar o processo de modernização e as condições financeiras para viabilizar este processo. ‘A essência dessa modernização técnica da agricultura brasileira que nega a necessidade da Reforma Agrária é uma aliança do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária, sob o generoso patrocínio fiscal, financeiro e patrimonial do Estado’ (Associação Brasileira de Reforma Agrária, 2007) (Alentejano, 2012, p. 478).

Entretanto, outro elemento estrutural que contribui para esse processo de modernização da agricultura – que pode ser considerado a “essência” da economia brasileira desde sua colonização – é a dependência em ser um país exportador de matéria-prima. Como expressa Delgado (2012b, p. 13), que as transformações que se iniciaram a partir de 1965 foram “[...] uma maneira de responder aos intensos desafios da industrialização e urbanização, combinados com a necessária diversificação e elevação das exportações primárias e agroindustriais do Brasil”.

Nesse processo de implementação da modernização da agricultura, realizada nos 20 anos do governo militar, dois fatores são pertinentes em ter ciência. O primeiro, é estrutural e está ligada à atuação do governo brasileiro. Para entendimento, faço a leitura novamente das análises de Delgado (2012b) e Alentejano (2012), as quais identificam a criação, por parte do Governo deste período, de mecanismos e instrumentos de financiamento, pesquisa, assistência, extensão, entre outros; no fortalecimento do setor, bem como, para dar suporte financeiro e estrutural para a

parcial para conter as ideias revolucionárias que se instaura em alguns países, na preocupação por disputa territorial, com a União Soviética. “Pode-se incluir nessas experiências diversos casos de Reforma Agrária ocorridos na América Latina no período 1964-1970, como as do Chile, durante o governo de Eduardo Frei (1964-1970), do Peru, durante o governo militar de Velasco Alvarado (1968- 1975) e do Equador (1963-1966) e de Honduras (1963-1980), governados por juntas militares” (Stédile, 2012, p. 663).

implantação deste processo de modernização. E isso se configura e materializa na criação do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR, em 1964, implementado em 1965, contribuindo financeiramente na aquisição e viabilização de maquinários, equipamentos e insumos agrícolas; da fundação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, em 1972, e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e extensão Rural – EMBRATER. Ambas serão relevantes para este processo em curso no país, onde ajudaram em pesquisas (adaptando, por exemplo, a soja ao cerrado), assistência e extensão (com recursos humanos, de técnicos, agrônomos, veterinários e extensionistas). Segundo Delgado (2012b, p. 13-14),

Percebe-se nela a grande evidência na liberalidade da política de crédito rural, a prodigalidade dos incentivos fiscais (principalmente nas desonerações do Imposto de Renda e de Imposto Territorial Rural), e ainda o aporte direto e expressivo do gasto público na execução das políticas de fomento produtivo e comercial, dirigidas às clientelas das entidades criadas ou recicladas no período (SNRC, Política de Garantia de Preço, Proagro, Pesquisa e Extensão, etc.).

O segundo fator foi a introdução da “Revolução Verde”, através difusão de medidas, ou como Pereira (2012), Delgado (2012b) e Alentejano (2012) afirmam, de “Pacotes tecnológicos” na agricultura. Já pontuamos acima, de forma sintética, o seu conceito, mas em tempo, sua difusão está ligada ao formato ideológico, econômico e político do capital industrial, ou da agroindústria no setor, a partir dos países imperialistas, como os Estados Unidos, ou das corporações Agroimperialistas.

No contexto brasileiro, a Revolução Verde vai impulsionar a mecanização agrícola, levando à aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas, via financiamento público (ocasionando nas décadas seguintes, de 1970-1980, o endividamento de muitos produtores rurais, em sua maioria pequenos agricultores); utilização de insumos químicos; defensivos e pesticidas (atualmente o Brasil é considerado uns dos maiores consumidores de agrotóxicos); e sementes modificadas em laboratório (neste período inicial, a semente híbrida e posterior as transgênicas – geneticamente modificadas).

Este modelo agrícola produz uma radical inversão do princípio tradicional que regia a agricultura, isto é, sua adaptação à diversidade ambiental e sua vinculação a regimes alimentares diversificados. Ao contrário, o que se tem agora é uma agricultura padronizada que se impõe à diversidade ambiental, artificializando os ambientes e

adequando-os ao padrão mecânico-químico da agricultura moderna, ao mesmo tempo em que impõe a todos os povos um padrão alimentar que atende aos interesses das grandes corporações agroindustriais (Alentejano, 2012, p. 478).

Portanto, afirma-se com base no que foi apresentado e nos estudos de Delgado (2012a) que o processo de implementação da “integração técnica agricultura-indústria” vai se efetivar a partir das primeiras medidas práticas do governo militar em 1965, com o período até 1980, identificado como “auge da modernização conservadora” (Delgado, 2012a). Não que após este período não haja a continuidade deste processo, o que se identificará são ações, avanços, expansão do capital financeiro e industrial que atuarão via grandes complexos industriais.

Por fim, esse movimento iniciado no Brasil, na década de 1960, impactou diretamente nos rumos do setor agrícola e pecuária no Brasil. Se for levantar os impactos socioeconômicos desse processo, acredita-se que teria milhares de páginas sobre o assunto. Mas é inegável consequências, como: endividamento e expulsão dos pequenos produtores do campo, levando ao êxodo rural; questões ambientais, como o desmatamento, a diminuição da biodiversidade, poluição, degradação do solo, destruição dos recursos naturais; concentração de terras, segundo Stédile (2012), os dados levantados em 2006, pelo IBGE, e os índices de Gini revelam que neste ano a concentração de terras era maior que em 1920, quando o país ainda era dominado por grandes proprietários e latifundiários; e, por fim, sabendo que é possível elencar mais pontos sobre essa implementação, pontuo ainda o que fora referenciado por Alentejano (2012), que ficamos dependentes do mercado global e das corporações agroindustriais e agroalimentares que controlam o setor, ou, em síntese, das corporações Agroimperialistas.

2.4 ASPECTOS DO AGROIMPERIALISMO NO CONTEXTO BRASILEIRO

Este último ponto levantado por Alentejano (2012) sobre as corporações, aqui denominadas Agroimperialistas, com o processo de implantação da modernização da agricultura, não somente no caso brasileiro, mas em escala mundial, irão buscar controlar, dominar e centralizar todo o setor. Isto se efetiva na prática, atualmente, quando o produtor compra a semente, os insumos, fertilizantes, defensivos, os maquinários, planta, produz e vende. Todo esse processo tem relação em muitos

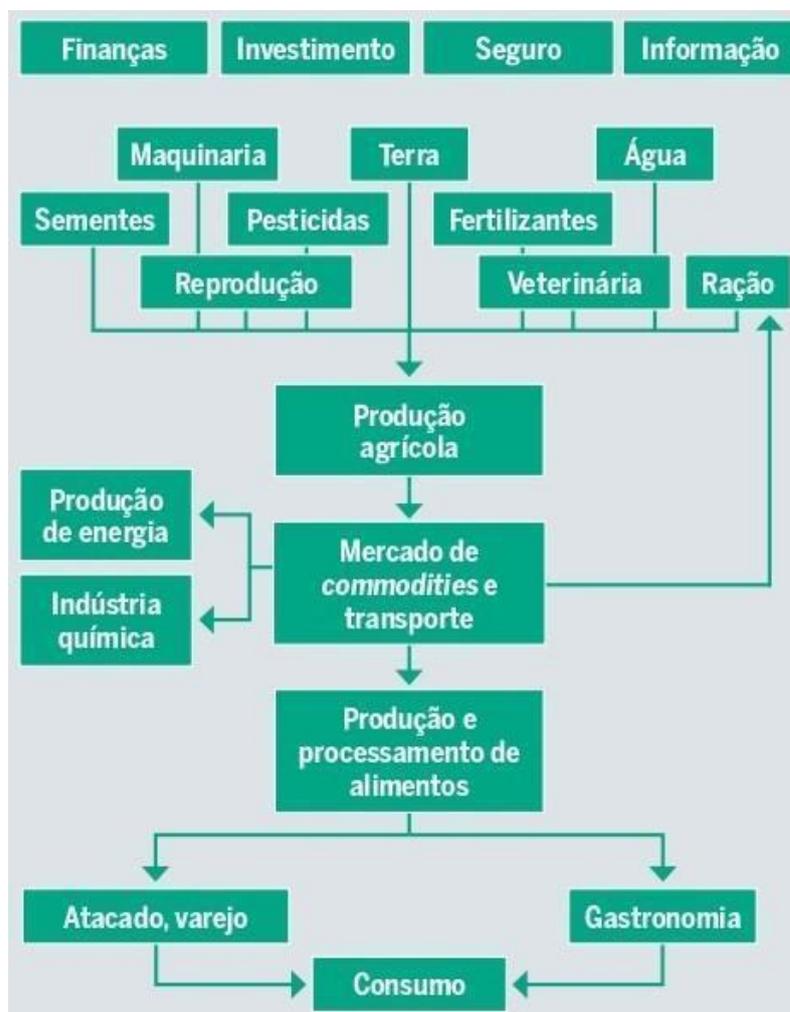
casos com a mesma empresa/indústria. Ou seja, elas estão inseridas em vários segmentos do setor e detém em mãos o controle de todo o processo da cadeia produtiva, seja na comercialização (venda e compra), distribuição, logística e na industrialização. Segundo Leite e Medeiros (2012, p. 84), é o processo de verticalização produtiva, onde “[...] os grandes grupos controlam hoje a produção de insumos, o armazenamento, o beneficiamento e a venda. Sua estratégia é desenhada com base na sua dinâmica de inserção nos mercados internacionais”.

Esse movimento de controle, de verticalização, tem início na metade do século XX. Segundo Santos e Glass (2018), até este período o comércio varejista permanecia em sua totalidade familiar - nos Estados Unidos até a década de 1950 e na Europa até a década de 1960 -, onde surgiram as empresas transnacionais, se transformando em grandes oligopólios.

Esse processo foi acelerado com os programas de reconstrução liderados pelos EUA na Europa após a Segunda Guerra Mundial e reforçado pelo surgimento de novos tipos de produtos: fast food, lanches e bebidas. As empresas a montante, de máquinas e agrotóxicos, juntamente com a recém-criada indústria de sementes, abriram o caminho para a industrialização da agricultura na Europa. A ajuda ao desenvolvimento e a Revolução Verde, com sua dependência em sementes, fertilizantes, agrotóxicos e máquinas, permitiram a disseminação dessas empresas na Ásia e na América Latina (Santos; Glass, 2018, p. 10).

Para corroborar com o entendimento deste movimento de verticalização produtiva e controle total pelos Agroimperialistas, o documento *Atlas do Agronegócio*, de 2018, traz a matéria intitulada: “*Onde as corporações atuam: as principais atividades do agronegócio*”. Na matéria, se ilustra um organograma sobre como elas estão inseridas, onde se movem, agem, atuam e as principais atividades desenvolvidas no processo produtivo, que pode nos ajudar a exemplificar um pouco o que estamos analisando.

Imagem 1 – Organograma da atuação e funcionamento das atividades das corporações do agronegócio



Fonte: Santos e Glass, Atlas do Agronegócio, 2018.

Essa verticalização produtiva e atuação das corporações e fundos Agroimperialistas vai ser acentuada a partir da década de 1970, com a implantação das políticas neoliberais. Uma das características neoliberais, como já sinalizado, é a abertura comercial onde se expande o capital, rompendo as fronteiras políticas e geográficas, dando início a um processo de entrada de grandes empresas, grupos ou as corporações transnacionais.

Os Agroimperialistas veem nesses países em desenvolvimento, localizados na América Latina, na África e Ásia um local fértil para a exploração de mão-de-obra, do controle dos meios de produção, da matéria-prima, entre muitos outros fatores; em nome do acúmulo de capital e de poder hegemônico. Ou, como Dowbor (2021, p. 196) enfatiza, “os grandes bancos, os gigantes do comércio mundial de commodities, as

empresas de comunicação e outras corporações transnacionais têm o planeta como espaço de atividade, no quadro da chamada globalização”. Um espaço que vai além de uma atividade produtiva, mas uma atividade que ocasiona a exploração e a expulsão dos trabalhadores, degradação ambiental, concentração e domínio dos meios de produção, entre outros fatores.

Esse processo de abertura, de globalização econômica e financeira, ampliou a entrada do capital internacional, nesses países. Lembrar que o processo de globalização é um evento recente, dentro da implantação do neoliberalismo mundial. Segundo Mézaros (2006, p. 11),

A “globalização” em curso, como tentativa de resolver a crise estrutural do sistema, é uma realidade inegável dos nossos tempos. Dado o carácter insuperavelmente antagônico do capital, este processo de globalização tem que impor-se de uma forma extremamente discriminatória a favor dos mais poderosos, e assim não só preserva como inclusivamente agrava as desigualdades opressoras do passado.

Definição que também foi exemplificada por Fiori (1997, p. 90), em seus escritos sobre: *Globalização, hegemonia e império*:

Pode-se mesmo afirmar que a globalização é um fato, mas só global do ponto de vista das finanças que passaram a operar num `espaço mundial` hierarquizado a partir do sistema financeiro norte-americano e viabilizado pela política econômica do estado hegemônico imitada, de imediato, pelos demais países industrializados [...].

Paiva (2021, p. 453) reforça que a globalização está “[...] assentado na revolução dos meios de transporte, comunicação e informação do último quarto do século XX, que haveria se desdobrado na unificação e transnacionalização dos mercados de bens, serviços, ativos financeiros, créditos e divisas”. O que se tem evidenciado atualmente é a fusão das grandes corporações e fundos de investimentos Agroimperialistas, que segundo Siebeneichler (2020, p. 1), decorre

O avanço de políticas neoliberais, a mundialização as finanças e a abertura de espaços para novos atores, garantiu a expansão de um tipo de governança comandado por corporações transnacionais detentoras de significativo poder econômico e político e que ditam regras em alguns setores da economia, dentre eles, o sistema agroalimentar mundial.

Para exemplificar o que estamos afirmando, recorre-se novamente ao *Atlas do Agronegócio* (Santos; Glass, 2018). O documento traz as movimentações das grandes corporações Agroimperialistas que têm atividade no setor do Agro, nos principais países do mundo. Nesta lista, mencionam as principais em atividade e que atuam no Brasil, como: 3G Capital, Amaggi, Ambev, Coca-Cola, BRF, Frangosul, Granja Mantiqueira, JBS, Korin, Mãe Terra, Marfrig e Unilever. Essas corporações atuam no setor de alimentos, bebidas, carne (frango, suíno, gado e ovinos), entre outros produtos correlacionados.

Um aspecto a ser destacado, com base no documento das corporações mencionadas, é sobre a Empresa Brasileira 3G Capital. O próprio *Atlas do Agronegócio*, intitula uma matéria como: *Um grupo controla todos*. A 3G Capital controla algumas das maiores corporações de alimentos e bebidas do mundo, a partir de várias fusões, como: da AB InBev e SABMiller, se tornou a maior empresa de cerveja do mundo; com a compra do Burger King e Popeyes, se tornando a terceira maior operadora de restaurantes *fast food* do mundo; com a compra da *Heinz* e da *Kraft*, se tornou a quinta maior empresa de alimentos do mundo (Santos; Glass, 2018). Como o próprio documento diz, essa corporação vai “engolindo a concorrência”. Isso nos remete ao início do capitalismo financeiro, ou monopolista, dos séculos XVIII e XIX, onde empresas iam comprando outras, até se formar os grandes grupos financeiros e corporações industriais, como já definido por Lenin (2012).

É importante frisar que não é somente corporações estrangeiras que vão tendo o controle da produção de bens e de serviços no país. Estas corporações citadas (BRF, Marfrig, JBS, 3G Capital), além de atuarem hegemonicamente aqui, expandem e já se tornam corporações que vão adentrando em outros países, aqui da América Latina e do continente africano, principalmente na aquisição de terras para a plantação de grãos e na criação de Gado, como é o caso da JBS⁵⁷. Entretanto, esta ação das corporações e fundos de investimentos Agroimperialistas geram mais uma consequência devastadora para quem vive da terra, que é a concentração da propriedade nas mãos de poucos.

Essa concentração leva essas corporações Agroimperialistas a darem total apoio ao agronegócio, como mecanismo de expansão do capital e a busca elevada

⁵⁷ Para se ter mais informação sobre a entrada do agronegócio brasileiro em outros países, ler a matéria de Castilho (2017). <https://mst.org.br/2017/01/10/20-grupos-estrangeiros-tem-3-milhoes-de-ha-de-terras-no-brasil/>. Acesso em: 24 jan. 2022.

na maximização do lucro. Mais ainda, essa concentração é nefasta e destruidora, pois gera a separação e a expulsão dos que vivem e necessitam da terra para sobreviver. E essa ação não é atual, vem desde o surgimento do capitalismo. Segundo Marx (2017a, p. 787), “a expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo” do capitalismo. E além da expulsão do camponês, gerou o movimento de separação do trabalho com os meios e as condições, para a realização deste trabalho.

A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção (Marx, 2017a, p. 786).

No livro I, capítulo 24, d’*O Capital*, Marx detalha essa expulsão, ou a expropriação do camponês pelo sistema capitalista, na Inglaterra, no final do século XV e início do século XVI. É importante notar que a realidade não difere muito da atual, como ele mesmo cita em duas passagens, sobre o processo de expropriação, fim das pequenas propriedades para o cultivo de gado e de ovelhas, e a concentração das terras nas mãos de poucos. A primeira, uma crônica de um escritor; e a segunda, um trecho da lei de Henrique VII, de 1489, que proibia a destruição das casas dos camponeses, dependendo do tamanho da propriedade.

1ª – “Se consultamos” – diz Harrison – “os inventários mais antigos de cada domínio senhorial, vemos que inúmeras casas e pequenas propriedades camponesas desapareceram, que o campo alimenta muito menos gente, que muitas cidades estão arruinadas, embora algumas novas floresçam [...]. Eu teria algo a contar sobre cidades e aldeias que foram destruídas para ceder lugar a pastagens de ovelhas e onde só restaram as casas dos antigos senhores” (Marx, 2017a, p. 790).

2ª – [...] muitos arrendamentos e grandes rebanhos de gado, especialmente de ovelhas concentram-se em poucas mãos, provocando um aumento considerável das rendas fundiárias e, ao mesmo tempo, uma grande diminuição das lavouras (*tillage*) e a demolição de igrejas e casas, de maneira que enormes massas

populares se veem impossibilitadas de sustentar a si mesmas e suas famílias (Marx, 2017a, p. 790).

As duas citações refletem em muito a atual realidade brasileira, tanto em nível nacional, estadual ou municipal. A primeira, vemos constantemente a saída do pequeno agricultor familiar, que precisa vender suas terras, por falta de apoio e de políticas públicas. Isso se confirma ao analisar os dados da população rural e urbana nos últimos 35 anos, conforme a tabela abaixo. Percebe-se gradativamente a diminuição das pessoas da área rural para a urbana; e, conseqüentemente, a concentração de terras e o aumento populacional nos centros urbanos. Como enfatiza Marx (2017a), ao falar sobre os grandes arrendamentos de terras do século XVIII, chamados de “fazendas do capital ou arrendamentos de mercado”, para os quais a população rural foi deslocada para trabalhar na indústria, como proletariado. E, em outra passagem, Marx (2020a), ao falar sobre a renda fundiária capitalista, aponta que as grandes propriedades de terra reduziram a população rural a poucos habitantes, gerando a aglomeração de pessoas nos centros urbanos e criando grandes cidades, surgindo uma “população industrial”.

Tabela 1 – População na área urbana e rural de 1980, 2000, 2010 e 2015

Ano	Urbana	Rural
1980	67,59%	32,41%
2000	81,25%	18,75%
2010	84,35%	15,65%
2015 ⁵⁸	84,72%	15,28%

Fonte: Sistematizado pelo autor (IBGE, 2022).

Como pode-se perceber, em 35 anos tivemos uma diminuição elevada da população rural para a urbana, com um total de 17,13%. E isso vai refletir na concentração das terras nas mãos de poucos proprietários, que a utilizam para o cultivo de grãos, algodão, pecuária de gado e outros produtos para a exportação e não para o consumo interno. Isso reflete muito na segunda passagem do texto de Marx, a concentração da produção e de terras nas mãos de um pequeno grupo, no

⁵⁸ Esse dado foi retirado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2015. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html>. Acesso em: 25 jan. 2022.

caso brasileiro, nas mãos dos latifundiários, de grupos, de corporações, de bancos e até países, como China⁵⁹ (Santos; Glass, 2018), que buscam adquirir terras para seus investimentos em plantio, cultivo e infraestrutura de escoamento.

Em outra passagem, Marx cita um texto escrito em 1772, em Londres, por *Addington*, um escritor de literatura que expõe a realidade que vinha acontecendo, pela expropriação e concentração de terras.

“Em muitas paróquias de Hertfordshire” – escreve uma pena indignada – “24 arrendamentos, cada um deles com uma média de 50 a 150 acres, foram fundidos em 3 arrendamentos”. “Em Northamptonshire e Lincolnshire tem predominado o cercamento das terras comunais, e a maior parte dos novos senhorios surgidos dos cercamentos foi convertida em pastagens; [...]”. “Em alguns lugares, 100 casas e famílias foram reduzidas [...] a 8 a 10 [...]. Não é nada incomum ver 4 ou 5 ricos pecuaristas usurparem senhorios recém-cercados, que antes encontravam-se em mãos de 20 a 30 arrendatários e outros tantos pequenos proprietários camponeses. Estes últimos e suas famílias foram expulsos de suas propriedades juntamente com muitas outras famílias, que eram por eles ocupadas e mantidas” (Marx *apud* Addington, 2017a, p. 797).

Ainda trazendo as reflexões de Marx, sobre a expropriação da terra na Inglaterra, afirmando que depois da Revolução Gloriosa, de 1689, o poder foi conduzido aos “extratores de mais-valor, tanto proprietários fundiários como capitalistas” (Marx, 2017, p. 795). Levando as propriedades de terras, sendo, “[...] presenteadas, vendidas a preços irrisórios ou, por meio de usurpação direta, anexadas a domínios privados” (Marx, 2017a, p. 795). Mais do que isso,

Os capitalistas burgueses favoreceram a operação, entre outros motivos, para transformar o solo em artigo puramente comercial, ampliar a superfície da grande exploração agrícola, aumentar a oferta de proletários absolutamente livres, provenientes do campo etc. além disso, a nova aristocracia fundiária era aliada natural da nova bancocracia, das altas finanças recém-saídas do ovo e dos grandes manufatureiros, que então se apoiavam sobre tarifas protecionistas (Marx, 2017a, p. 796).

Novamente, podemos comparar com o momento atual, do grande volume de investimentos de bancos no setor do agronegócio. Para se ter uma dimensão,

⁵⁹ Para saber mais sobre os investimentos chineses no Brasil, ler, dentre outras, a matéria: *China: empresas públicas e privadas em busca de novas terras*, do Atlas do Agronegócio (Santos; Glass, 2018).

somente a contratação do crédito rural, segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, previram via plano Agrícola e Pecuário de julho de 2021 a junho de 2022, um valor de R\$ 251,22 bilhões, para os Programas: Pronaf (Programa Nacional da Agricultura Familiar), Pronamp (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural) e Demais programas (grande proprietário) (Brasil, 2022). Ao identificar os dados obtidos do Banco Central do Brasil – BCB, mediante os contratos firmados junto ao banco, neste mesmo período e os mesmos programas, chegou-se às cifras de R\$ 314,51 bilhões (BCB, 2023). Desse montante, destinados ao custeio, investimentos, industrialização e financiamento para comercialização. O que é de se espantar é a divisão dos recursos por programas. O Pronaf recebeu R\$ 41,48 bilhões, que resultou em 13,19%; o Pronamp, foi de R\$ 34,81 bilhões, uma porcentagem de 11,07%; já os Demais Programas, na cifra de R\$ 238,22 bilhões, que resultou em 75,74%. Isso deixa claro a posição e o apoio do Estado em relação ao setor do agronegócio (BCB, 2023).

Por ter essa dimensão econômica, o “Agro” brasileiro é visto como um grande potencial de acúmulo de riqueza e de capital. Como já mencionado, é a entrada de grandes corporações Agroimperialistas em território nacional na busca de expandir seus capitais e na acumulação de lucros. Essas corporações são empresas privadas e estatais, bancos e fundos de investimentos e, muitas delas, não estão ligadas ao setor do agronegócio. Como por exemplo, Bill Gates fundador da Microsoft, um dos homens mais ricos do mundo e, agora, seu grupo (fundo de investimos) é também um dos maiores donos de propriedade rurais dos Estados Unidos⁶⁰. Assim, fica claro que a concentração de terras e do “agro” por corporações transnacionais não é um caso isolado, é um fenômeno mundial. E o Brasil é um campo aberto e fértil para a entrada dos Agroimperialistas, que não buscam apenas a concentração de terras, mas todo o processo produtivo. Não é por acaso que no Brasil há um movimento da bancada ruralistas, tanto na câmara federal, como no senado, que buscam aprovar projetos de leis em apoio ao agronegócio, como: o projeto nº 6.299/2002 (lei que flexibilizou o uso de mais agrotóxicos); o projeto nº 2.963/2019 (que facilita a compra de terras); o projeto nº 2.633/2020, conhecido como o projeto da *grilagem*, que busca regulamentar

⁶⁰ Para saber mais sobre a aquisição das terras por Bill Gates: https://www.youtube.com/watch?v=BY4v00eqCK4&ab_channel=TheMexicanFamily; e, <https://exame.com/negocios/bill-gates-revela-motivo-de-ser-o-maior-dono-de-terras-rurais-dos-eua/#:~:text=Um%20internauta%20perguntou%20a%20Bill,conectado%20ao%20clima%E2%80%9D%2C%20completou>. Acesso em: 21 jan. 2022.

a dispensa de vistoria presencial do Incra, ampliando o risco de que seja titulada terras griladas; o projeto nº 490/2007 que quer a exigência de comprovação de posse para as terras demarcadas dos indígenas, entre outros, que contribuem para a concentração e domínio do “Agro”.

As terras devolutas, tribais, ocupadas por posseiros, estão, pouco a pouco, sendo transformadas em terras griladas e tituladas. Está havendo uma crescente apropriação das terras disponíveis nas “periferias” da sociedade brasileira. A Terra se transforma em mercadoria, em algo que tem preço. Está sendo apropriada. Aliás, as tensões, as lutas que ocorrem entre posseiros e índios, entre posseiros, índios e grileiros, latifundiários etc... São expressões desse processo de acumulação primitiva que está em franco desenvolvimento em certas partes do Mato Grosso, Goiás, Amazonas, Pará, territórios etc. Acumulação primitiva está chegando ao fim no Brasil (Ianni, 2004, p. 146-147).

Segundo o Atlas do Agronegócio, de 2018, a bancada ruralista domina o legislativo, pressiona o executivo e tem influenciado o judiciário, “o setor vem se configurando como principal força no retrocesso de legislações socioambientais e de defesa dos direitos. O lobby do agronegócio no Brasil é institucionalizado”⁶¹ (Santo; Glass, 2018, p. 40). Esse cerco do agronegócio com apoio dos parlamentares não foge muito do processo de expropriação de terras na Inglaterra, entre os séculos XV e XVIII. Como bem retratou Marx (2017a, p. 796):

Vimos como a violenta usurpação dessa propriedade comunal, em geral acompanhada da transformação das terras de lavouras em pastagens, tem início no final do século XV e prossegue durante o século XVI. Nessa época, porém, o processo se efetua por meio de atos individuais de violência, contra os quais a legislação lutou, em vão, durante 150 anos. O processo alcançado no século XVIII está em que a própria lei se torna, agora, o veículo do roubo das terras do povo, embora os grandes arrendatários também empreguem paralelamente seus pequenos e independentes métodos privados. A forma parlamentar do roubo é a das “*Bills for Inclosures of Commons*” (leis para o cercamento da terra comunal), decretos de expropriação do povo, isto é, decretos mediante os quais os proprietários fundiários presenteiam a si mesmos, como propriedade privada, com as terras do povo.

⁶¹ Segundo o Atlas do Agronegócio (Santo; Glass, 2018, p. 40), essa institucionalização funciona a partir da Frente Parlamentar da Agropecuária – FPA. Segundo o documento, essa bancada tem poder de derrubar presidente (como a Presidenta Dilma Rousseff – 50% dos votos pelo impeachment em 2016, saíram dessa bancada), bem como para manter Presidente (caso de Michel Temer e da eleição de Jair Bolsonaro, em 2018). Usam, portanto, de suas forças, pautas e de pressões para a aprovação de leis e políticas para o agronegócio.

O texto não foge muito da realidade atual brasileira. Para resumir qual o interesse da bancada ruralista no país, o Atlas do Agronegócio, de 2018, publicou de forma sintética, mas demonstra quais seus objetivos e finalidades.

Um dos interesses diretos da bancada é enfraquecer a defesa, pelo Estado, dos territórios indígenas, quilombolas e das Unidades de Conservação, diante da demanda de expansão do agronegócio. O setor precisa cada vez mais ampliar seu território para manter as margens de lucro. Ao mesmo tempo em que querem permitir a venda de terras para estrangeiros, alguns parlamentares já estiveram envolvidos com exploração de trabalho escravo e outras violações de direitos. No que se refere à relação com o Estado, acostumaram-se a regularizar as pendências anteriores, da anistia dos crimes ambientais ao perdão sistemático de dívidas dos produtores rurais. O agro quer terra, quer tudo – como sugere a campanha publicitária veiculada pela TV: “O agro é pop, é tech, é tudo” (Santos; Glass, 2018, p. 40).

Isso fica muito evidente quando somos bombardeados diariamente, por meio de campanhas publicitárias em apoio ao agronegócio. Mas muitas vezes ignora-se que o Brasil que denomina “Agro é Tec”, “tornou-se campeão mundial na produção de alimentos geneticamente modificados em uma reconfiguração de mercado bem pouco democrática ou transparente” (Schonfeld; Dilger, 2018, p. 6). Não vemos que o Agro, que se intitula “Pop”, deixa as pessoas que não têm acesso a produtos orgânicos ou agroecológicos, livres de veneno, reféns das indústrias alimentícias, já que “os supermercados comuns dependem da oferta de conglomerados cada vez mais poderosos, que nem sempre priorizam a qualidade dos alimentos ou a saúde” (Schonfeld; Dilger, 2018, p. 6). Não vemos que

O “Agro é Tudo” e avança com apetite concentrando-se não só sobre as terras, mas também sobre todas as etapas relacionadas ao complexo agroindustrial. O mercado das sementes, por exemplo, afetado por fusões bilionárias, passou a ser dominado por quatro empresas transnacionais. São companhias que hoje têm o poder de influenciar e até definir preços e o que é produzido em cada local. A lógica da concentração, de poucas empresas tomando decisões que afetam milhões de pessoas, se repete na comercialização e distribuição, assim como nos mercados de veneno e de fertilizantes químicos (Schonfeld; Dilger, 2018, p. 7).

Esse movimento de concentração e transferência de terras, nas mãos de latifundiários, empresas estrangeiras, países, corporações e fundos de investimentos, é um fenômeno em escala global, que é puxado por grandes corporações,

principalmente por corporações ligado à produção agroindustrial, que visam ampliar seus negócios e maximizar seus lucros. E isso se aproxima do que tem sinalizado o Atlas do Agronegócio (Santos; Glass, 2018, p. 18), que o processo de ocupação e uso da terra no Brasil está sendo integrado e estruturado progressivamente às cadeias globais de valor, muitas vezes associado ao capital transnacional. Petras, em 2008, já alertava sobre esse controle e as ações dessas corporações Agroimperialistas.

O agro-imperialismo ainda está nas suas etapas iniciais – tomar posse de enormes extensões de terra, expropriar camponeses e explorar trabalhadores rurais sem terra como trabalhadores ao dia. A fase seguinte, que atualmente está a verificar-se, é ganhar o controle dos sistemas de transportes, da infraestrutura e dos sistemas de crédito, os quais acompanham o crescimento das culturas agrícolas de exportação. Ao monopolizar a infraestrutura, o crédito e os lucros das sementes, fertilizantes, indústrias de processamento, portagens e pagamentos de juros sobre empréstimos mais uma vez concentra-se de fato o controle imperial sobre a economia colonial e estende a influência local sobre políticos, governantes e colaboradores dentro das burocracias (Petras, 2008, s/p.).

Reforçamos a ideia que a entrada de grupos e corporações Agroimperialistas no país tem como finalidade a busca de expandir e controlar os meios de produção, as matérias primas e toda a estrutura que envolve as cadeias produtivas. Não é por acaso que o Brasil ocupa o 5º lugar no ranking de desigualdade ao acesso à terra (Santos; Glass, 2018, p. 14).

Por fim, reforçamos ainda um ponto, que o “Agro não paga imposto” e, logo, não contribui para o financiamento do Estado. Nos textos de Junior e Goldfarb (2021) e de Fatorelli (2021), são abordados essa temática, mostrando que há sonegação por parte dos proprietários rurais, na hora de declaração do Imposto Territorial Rural – ITR; de leis como o caso da Lei Kandir⁶², que isenta de vários impostos para a exportações, entre outros que não contribui em nada para o financiamento de políticas. Agora, estão a discutir sobre a reforma tributária, em busca de reduzir ainda

⁶² Para Junior e Goldfarb (2021, p. 21), “a Lei Kandir (Lei Complementar nº 87, de 13 de set. de 1996) foi aprovada no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), com a motivação de estimular as exportações e, com isso, atrair mais dólares para o país, fator necessário para o equilíbrio da balança comercial brasileira. A Lei sempre foi polêmica e gerou muitos debates, sobretudo entre estados e união, uma vez que justamente isenta do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), que é um imposto estadual e cuja competência para instituí-lo cabe aos governadores. Ou seja, o governo federal, em 1996, decidiu incentivar as exportações isentando empresas de pagarem um imposto estadual”.

mais a carga de tributos, que é ilusório. Só para ter um dado concreto que o “Agro não paga a conta”, segundo Junior e Goldfarb (2021), seus estudos apresentam os números do agronegócio, sobre “Imposto de Exportação paga pelas atividades de Agricultura, Pecuária e Serviços Relacionados”, entre 2011 e 2019, a partir dos dados da receita federal. O que mais chama a atenção, é que os dados sobre as exportações do setor agropecuário brasileiro atingiram, em 2019, o valor de US\$ 96 bilhões de dólares. Pasmem, pois a arrecadação de imposto sobre os produtos exportados foi de apenas, repito, apenas R\$ 16 mil reais (Junior; Goldfarb, 2021). Enfatizando, que as exportações foram comercializadas em dólar, ou seja, as exportações em valor real foram muito maiores. Essa baixa arrecadação da exportação, é materialização da Lei Kandir, bem como a lei nº 11.945 de 2009, que desonera o pagamento de tributos federais para a exportação, como: contribuição para o financiamento da Seguridade Social (Cofins), o imposto de importação e o imposto sobre produtos industrializados (IPI). E que foi prorrogado, em 2020, pelo ex-presidente da República, Jair M. Bolsonaro.

A análise dos orçamentos públicos de todas as esferas – federal, estadual e municipal – mostra que a participação do agronegócio no financiamento do Estado é negativa, devido às inúmeras isenções e subsídios, incentivos fiscais etc. de tal maneira que os tributos arrecadados do setor são próximos de zero (Fattorelli, 2021, p. 1).

Mais do que sonegar e não pagar impostos, muitos dos que têm dívida com a União não pagam e utilizam de meios, como no caso do Refis – Refinanciamento e Regularização de Dívidas, para quitá-las, com um valor muito abaixo do devedor.

O Refis permite elevados des-contos nos débitos devidos ao Funrural. Isto é, produtores não pagam as contribuições sociais referentes à Seguridade Social e depois, por meio do Refis, renegociam suas dívidas. [...]. As constantes possibilidades de renegociação permitem um abatimento que pode chegar a 95% da dívida (Junior; Goldfarb, 2021, p. 24).

Assim, nos faz refletir, o “Agro” que é o motor da economia do país, conforme as propagandas, se utiliza de mecanismos do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural – Funrural, que composto por contribuição social de natureza previdenciária, para quitar com quase 100% de descontos, ou seja, quase são perdoadas suas dívidas bilionárias. Segundo os dados da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

(PGFN) e da Receita Federal, “[...] os 100 maiores devedores do ITR acumulam um débito de R\$ 15,6 bilhões, ou 55% do total. No geral, são pessoas com grandes propriedades e com boa orientação jurídica e contábil” (Junior; Goldfarb, 2021, p. 24).

Para corroborar e demonstrar efetivamente na prática, buscou-se os dados da Lista de Devedores PGFN (julho de 2024), no site do Governo Federal⁶³. Para a pesquisa, utilizamos os dados de todos os Estados, na atividade econômica (ou CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas), utilizamos: *agricultura, pecuária prod. florestal, pesca e aquicultura*, entretanto realizamos mais uma divisão, em: *agricultura, pecuária e serviços relacionados*, para termos dados relacionados do setor agropecuário. Na natureza da dívida, são 11 tipos⁶⁴, para o levantamento deixamos todos.

No primeiro levantamento, identificamos que atualmente, 26 julho de 2024, no setor da *agricultura, pecuária e serviços relacionados*, temos 17.131 devedores, chegando a um valor total de 50,20 bilhões de reais. O que espanta é que ao colocar o valor acima de 1 milhão, encontra-se 1.460 devedores. Ao reduzir para os 100 primeiros que têm dívida com a União, sendo que o último é no montante de R\$ 82,04 milhões e o primeiro com o valor de 1,87 bilhões, somando todos estes 100, chega-se a cifra de R\$ 34,47 bilhões. Por fim, os 10 primeiros juntos concentram uma dívida de R\$ 13,87 bilhões (Brasil, 2024).

Isto demonstra, segundo Fattorelli (2021), que além de contribuir muito pouco com o financiamento de políticas do Estado, o agronegócio deixa um rombo enorme nas contas públicas e em toda a sociedade. Isso fica claro, no alto custo que necessita para recuperar os danos ambiental, causado pelo desmatamento desenfreado e avanço do agronegócio em áreas ambientais, nos territórios de quilombolas e indígenas, em reservas ecológicas, na contaminação da água e do solo por excessivos agrotóxicos, da exploração da classe trabalhadora, bem como a inúmeras denúncias de trabalho escravo, entre outros diversos fatores, que colocam o “Agro”, com uma dívida ecológica, social e econômica enorme.

Por fim, nesse ponto, é preciso se questionar como fez Fattorelli (2021): se no agronegócio há um imenso volume de dinheiro que é movimentado pelo setor, e o

⁶³ O site da lista de devedores da PGFN está no link: <https://www.listadevedores.pgfn.gov.br/>.

⁶⁴ Os 11 tipo de dívidas podem ser: FGTS; tributário, da previdência, simples nacional ou demais débitos; não tributário, de multa trabalhista, eleitoral, criminal e demais débitos; autarquias/fundações federais; Estados/Distrito Federal; municípios.

mesmo não é refletido nos orçamentos públicos, quem está se beneficiando do agronegócio? Para tal questionamento, trago as afirmações da própria autora.

Os grandes latifundiários do agronegócio e as grandes empresas nacionais e internacionais (*trading companies*), que comercializam e financiam tanto o agronegócio como a bancada de políticos que garantem os privilégios do setor na legislação do país, por exemplo: BR Foods, Monsanto, Seara, Bunge, Raizen, Tereos, Phillip Morris, Souza Cruz, Amaggi, Basf, Bayer, Yara, Suzano, Klabin, Rabobank, Santander. Assim, esses grandes grupos econômicos é que se beneficiam dos vultosos lucros do grande agronegócio (Fattorelli, 2021, p. 2).

Portanto, os Agroimperialistas, tanto nacionais quanto internacionais do agronegócio, investem fortemente nas bancadas de políticos para se beneficiarem, como já havia sinalizado Marx (2017a), no século XIX; e Santo e Glass (2018). Ao utilizar desta manobra, garantem a manutenção de privilégios e incentivos fiscais para o setor do agronegócio, moldando a legislação de acordo com seus interesses econômicos. Esse poder econômico concentrado permite que essas corporações Agroimperialistas se beneficiem enormemente dos lucros gerados pelo grande agronegócio. As práticas de *lobby*, por exemplo, acrescentado aos incentivos e desonerações fiscais, bem como do financiamento público, asseguram que suas operações continuem a ser altamente lucrativas. Sem levar em consideração o controle sobre grandes áreas de terras e recursos, esses grupos dominam a produção e a exportação de commodities agrícolas, consolidando sua posição hegemônica na economia nacional e global.

2.5 AS PORTAS DO “CELEIRO” ESTÃO ABERTAS PARA O AGROIMPERIALISMO: FRAÇÃO POTENCIAL NA FASE ATUAL DO ECO-IMPERIALISMO MUNDIAL

Historicamente, o Brasil foi porta aberta para a chegada de grandes investimentos (capital) estrangeiros vindos desde a época colonial, logo não é um fenômeno atual. Isso se identifica com a chegada de empresas estrangeiras, no século XIX, para a exploração de produtos, passando pela República Velha e do governo de Getúlio Vargas, fortalecidas no Período Militar, com os contratos e liberação para a extração de produtos em território nacional, como sinalizado por Eduardo Galeano. Mas de fato, é notório que vai se consolidar na década de 1990

com medidas e políticas neoliberais, dos governos da época, como Itamar Franco; e, especial, de Fernando Henrique Cardoso, que fez a abertura e a desregulamentação comercial, reformas e a privatização de várias empresas nacionais, com aquisição destas por grupos, corporações e fundos de investimentos. Esta política vai adentrar nas próximas décadas, 2000 e 2010.

Pondera-se, que a partir do ano de 2016, com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em maio deste ano, tem-se visto a partir dos governos que a sucederam um apoio acentuado e propício para maior intensificação do capital internacional. Não que os últimos governos populares, como do presidente Lula e Dilma, isso não tenha ocorrido, o que se identifica é que há um grande movimento econômico e financeiro por parte de Agroimperialistas estrangeiros. Isso se efetiva, por exemplo, na liberação de inúmeros agrotóxicos (aumentando o livre comércio desses produtos e aumentando as empresas estrangeiras no país), além da fusão e aquisição de empresas nacionais pelas internacionais, somado à tramitação da lei que aprova a compra de terras para pessoas físicas e jurídicas estrangeiras (aumentando os grandes latifúndios e as grandes corporações), entre outras situações que estão sendo impostas e acontecendo no Brasil. Esta intensificação dos Agroimperialistas – corporações, fundos de investimentos, empresas privadas e estatais –, é uma forma de continuidade de monopolização, controle e centralização de todo o processo produtivo do país.

Antes de adentrar nas análises, explica-se que a palavra “Celeiro” (escrita no subtítulo acima) tem como significado o depósito de materiais, de mantimentos, de armazenamento de produtos, especialmente na área rural. Utilizei como referência, para demonstrar que o Brasil é um celeiro, um depósito de produtos, de produção, de estoque de recurso e de matéria-prima. Ainda a utilizo por lembrar da propaganda do “Agro” e por instituições ligadas ao setor que veiculavam: “*O Brasil é um Celeiro*” na produção agrícola. E isso é reafirmado pela importância internacional na exportação de produtos agrícolas e da pecuária que é realizada anualmente. Isso se identifica com os dados de 2022, onde o país totalizou 334 bilhões de dólares em exportações, em sua grande maioria no setor agropecuário, como, por exemplo, a Soja, que totalizou 14% deste valor (46,6 bilhões de dólares) (Comexstat, 2023). Por ter esse cenário na economia mundial, o país é visto como um campo aberto para grandes investidores e por grupos estrangeiros. Seja na aplicação de recursos para a produção, seja para a retirada de matérias-primas e na aquisição de terras.

Segundo Leite e Medeiros (2012, p. 82), a tendência do “agronegócio” é “controlar áreas cada vez mais extensas do país e, por outro, a concentração de empresas com controle internacional”. Tendo uma finalidade muito clara, monopolizar a produção, a matéria-prima e os insumos, com a finalidade de acumulação de capital, um ativo estratégico na dependência alimentar e para especulação imobiliária.

Essa tendência está cada vez mais acentuada nos dias atuais, como exemplifica a matéria publicada no site UOL, em 16 de maio de 2021, intitulada: *Maior banco suíço volta ao Brasil e coloca em risco compromisso ambiental*, a qual ajuda a compreender a entrada dos Agroimperialistas no país. O banco citado é o UBS, que voltou em 2020 com o intuito de investir no setor do agronegócio brasileiro. Como mostra a matéria:

UBS, maior banco da Suíça e que diz "se esforçar para estar na vanguarda da sustentabilidade", voltou ao Brasil no final do ano passado através de uma parceria com o BB Investimentos, uma subsidiária do Banco do Brasil. A joint venture, como este tipo de acordo é chamado, recebeu o nome de UBS BB Investment Bank e ambiciona tornar-se um dos maiores bancos de investimento da América do Sul. Segundo Sylvia Coutinho, a idealizadora e vice-presidente da joint venture, o foco é no agronegócio. Em entrevista em dezembro do ano passado, ela disse que o UBS quer apoiar as transações financeiras de grandes empresas de carne e soja e administrar o patrimônio dos donos destas corporações. (Wenzel; Christe, 2021, s/p.).

Fica evidente que esses grandes investidores têm seus compromissos com o capital financeiro internacional. Atualmente o Brasil é, e a própria matéria destaca, o maior produtor mundial de soja e o segundo maior produtor de carne bovina do mundo. As duas atividades estão em plena expansão e com alta lucratividade. O que é preciso enfatizar, e a matéria deixa claro, que em seis meses de atuação o banco passa a ser o segundo maior financiador do agronegócio do mundo. E por que esse investimento do banco afeta o compromisso ambiental? Segundo a matéria, várias empresas que buscam investimentos estão envolvidas e sendo investigadas na derrubada da mata nativa, no centro-oeste e norte do país (Wenzel; Christe, 2021, s/p.).

Outro ponto elencado pelas autoras da matéria, diz respeito ao envolvimento da UBS no investimento de agrotóxicos. O Brasil é o maior consumidor mundial de

agrotóxicos e, nos últimos quatro anos do antigo governo de Bolsonaro (2019-2022), foram liberados 2.182⁶⁵ agrotóxicos, fazendo crescer várias empresas nesse setor.

Uma das maiores empresas do setor é a Agrogalaxy, que cresceu rapidamente nos últimos anos a ponto de decidir abrir seu capital na bolsa de valores - o que deve acontecer até o final do ano. O UBS BB Investment Bank está envolvido na transação como um co-organizador da Oferta Pública Inicial de ações (Wenzel; Christe, 2021, s/p.).

Outra matéria, datada de 10 de janeiro de 2017, mostra o avanço das empresas estrangeiras na aquisição de terras, “20 grupos estrangeiros têm 3 milhões de ha de terras no Brasil”⁶⁶. Os dados foram coletados de um relatório feito por uma organização não-governamental (GRAIN), que mostra que as grandes corporações e fundos estão fazendo aquisição de terras no Brasil. Sendo a entrada de empresas Chinesas (COFCO e *Chongping Grain Group*, a maior empresa estatal chinesa do setor de grãos), Canadense (Brookfield Asset Management, com direito a capital de Singapura, do fundo de *Private equity Hopu Investment Management* e do Banco Mundial), Francesa (*Louis Dreyfus Commodities*, o grupo controla 10% do mercado mundial de matérias primas agrícolas, estando em 12 estados brasileiros), além das japonesas, indianas, holandesas, entre outras (Castilho, 2017).

A matéria mostra que além do Brasil ser um território de aquisição, é também um comprador de terras em outros países, por parte de grandes grupos nacionais, como a JBS e outras empresas do agronegócio brasileiro, que adentram nos países vizinhos, como Paraguai, Argentina, Colômbia e, também, em países do continente Africano, como: Congo, Gana, Sudão e Moçambique.

A Asperbras representa os investimentos brasileiros no Congo, com propriedades que somam 50 mil hectares. O empresário Francisco Colnaghi tem um leque amplo de culturas no país: cana de açúcar, pecuária, soja e milho. O total de área plantada já teria ultrapassado 100 mil hectares. Ainda na África, o Brazil Agrobusiness Group – de Frademir Saccol – aparece no relatório com 8 mil hectares de arroz

⁶⁵ A informação deste número foi coletada dos dados da Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins (CGAA), do ministério da Agricultura, que foram divulgados em matéria, no dia 4 de fevereiro de 2023, no site da TV Cultura. Para saber mais e ter mais conhecimento, está disponível em: https://cultura.uol.com.br/noticias/55798_bolsonaro-liberou-2182-agrotoxicos-recorde-para-um-governo-desde-2003-segundo-os-dados-do-cgaa.html.

⁶⁶ Para acesso a matéria completa, disponível em: <https://mst.org.br/2017/01/10/20-grupos-estrangeiros-tem-3-milhoes-de-ha-de-terras-no-brasil/>.

em Gana. Seiscentos camponeses despejados foram à Justiça contra a empresa. No Sudão, o Pinesso Group – da família sulmatogrossense Pinesso – possui 12 mil hectares para produção de grãos, em parceria com o governo local. E mira o Moçambique. (No Brasil, em 2015, o grupo tinha 110 mil hectares no Mato Grosso, no Mato Grosso do Sul e no Piauí e estava em recuperação judicial por uma dívida de R\$ 571 milhões) (Castilho, 2017, s/p.).

Outra matéria publicada no jornal argentino “El País”, em 20 de maio de 2018, feita por Ciro Barros, intitulada: *Brasil é um dos cinco países do mundo que mais vende terra para estrangeiros*⁶⁷, mostra que o Brasil é um dos países que mais atrai investimentos do exterior para o agro. Além de identificar que as áreas do Cerrado, como os Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, são os locais de prioridades desses investimentos, por ser considerada a última fronteira agrícola a ser delimitada por instituições oficiais e que é alvo de um projeto desenvolvimentista do agronegócio. Segundo Barros (2018), a região alvo de investimento concentra terras em conservação e proteção, de reserva das comunidades indígenas e tradicionais.

A chegada desse capital investidor tem uma intencionalidade e uma finalidade, ter a centralidade e o domínio das operações de créditos no país ligado ao agro. Mas esse exemplo não é isolado e não se restringe apenas a um banco ou a um grupo corporativista. Como já apresentado, o Banco Mundial e o BID, além dos organismos multilaterais, estão a serviços das grandes potências, em especial dos Estados Unidos, que têm um papel estratégico no financiamento de terras para grupos, corporações e nações monopolistas, principalmente em países periféricos.

O formato de investimento pelo Banco Mundial já escrito, prioriza a concentração de terras nas mãos dos grandes latifundiários. E desses com grandes investidores e grupos que buscam monopolizar a produção do país, como a exemplo da chegada do banco UBS. E isso é uma estratégia bem estabelecida e planejada, sendo orquestrada passo a passo, na busca de ter o controle e o acúmulo do capital. Como bem enfatiza Petras (2008, s/p.):

Em contrapartida, as companhias e regimes agro-industriais recolhem lucros enormes, asseguram abastecimentos de alimentos a preços subsidiados, exercem influência política ou controle hegemônico sobre elites colaboradoras e estabelecem “cabeças de ponte” econômicas

⁶⁷ Acesso à matéria: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/19/actualidad/1526766954_914923.html.

para expandir os seus investimentos e facilitar a tomada estrangeira dos setores financeiros, comerciais e de processamento locais.

A entrada dos Agroimperialistas não acontece de forma isolada, é preciso o apoio das elites locais e da sociedade política que faz a legalização desses grupos. Novamente, exemplifica-se pela atual realidade brasileira que, em 2019, tramitou o projeto de lei 2.963/2019 na Câmara do Senado e Federal. O projeto, conforme sua ementa, busca: “*Regulamenta a aquisição, posse e o cadastro de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira*”, ou seja, é a legalização e a abertura do país para os grupos de monopólios Agroimperialistas adentrarem no Brasil, já que a lei pretende liberar 25% do território nacional para a aquisição de terras. Segundo a lei (Brasil, 2019):

Estão sujeitos a aprovação pelo conselho de defesa nacional a aquisição de imóveis rurais ou exercício de qualquer modalidade de posse, ainda que sob a forma indireta, mediante a aquisição direta ou indireta de participação societária, constituição de fundos de investimentos quaisquer ou contratação de consórcios.

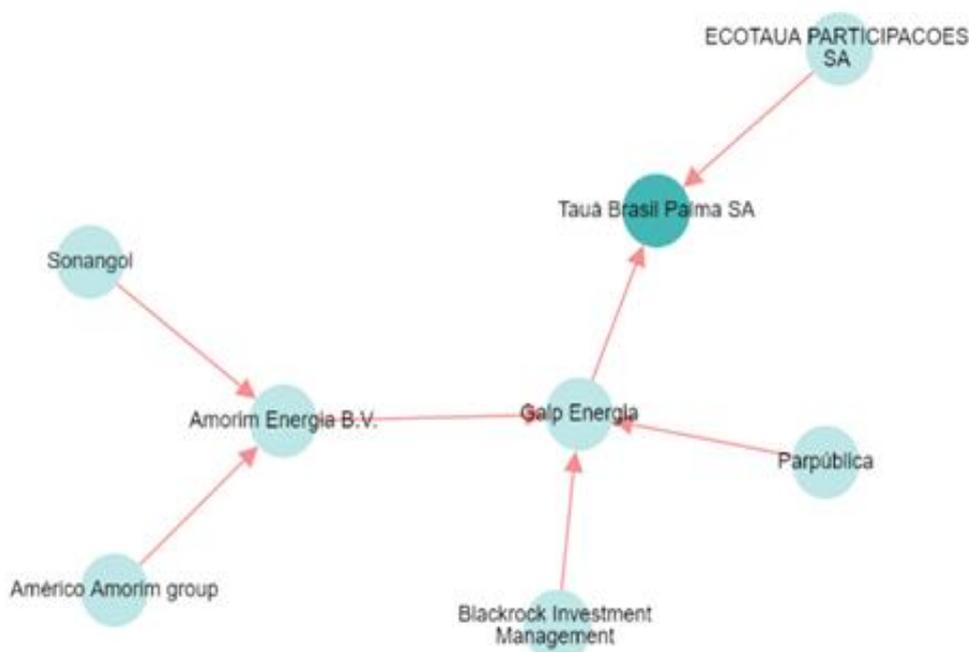
A liberação de compra de terras para pessoas e empresas estrangeiras, elevaria ainda mais os grandes latifúndios e a concentração capital nas mãos dos Agroimperialistas. Sem contar as consequências que ocasionará, como: a exclusão e expropriação dos camponeses, exploração dos trabalhadores rurais, êxodo rural, degradação do meio ambiente, entre outros fatores.

Esse movimento dos Agroimperialistas, que acontece anualmente e está em curso no Brasil, é materializado, por exemplo, no grande número de contratos na aquisição de terras por grupos, corporações, empresas privadas, fundos de investimentos e de empresas estatais. Como já evidenciado, em documentos (Banco Mundial, 2011), em textos (Petras, 2008; Flexor; Leite, 2017) e site informativos, como a Iniciativa Land Matrix, que a partir de 2008 iniciou-se um movimento de “corrida” em direção a compra de terras. Segundo os dados identificados de compra de terras no Brasil, por exemplo, partindo de 2008 até 2023 (do presente mês, julho), foram efetivados 86 negócios de aquisição de terras (Land Matrix, 2023a). Aquisição essas, de capitais estrangeiros sendo: empresas privadas, fundos de investimentos, da bolsa de valores e de empresas estatais/governamentais. Como, por exemplo, do Governo do Qatar, que a partir da empresa estatal *Qatar Investment Authority*, juntamente com um fundo de investimento dos Estados Unidos, a *Soros Fund Management*, investiram

junto a empresa brasileira *Adecoagro S.A in Brazil* 20.508 hectares no estado de Tocantins e na Bahia, em 2017 (Land Matrix, 2023a). O investimento, segundo o site, é para o cultivo de culturas alimentares, como: soja, milho e trigo.

Outro exemplo, é o investimento realizado por diversas empresas, fundos de investimentos e de empresas estatais na aquisição de terras. Em 2011, a empresa-mãe *Amorin Energia B.V.*, (empresa privada) da Holanda, recebeu aporte de duas empresas: a primeira, a *Sonangol* da Angola, empresa estatal/governamental; e a segunda da *Americo Amorin Group*, (empresa privada) de Portugal; sendo que o investimento das três foi direcionado para outra empresa-mãe: a *Galp Energia*, de Portugal (empresa da bolsa de valores), a qual, por sua vez, recebeu aporte de outras duas empresas: a primeira é um fundo de investimento *Blackrock Investment Management*, dos Estados Unidos; e a segunda chamada *Parública*, empresa Estatal/governamental de Portugal. As duas empresas-mães direcionaram os seus investimentos para a empresa privada brasileira *Tauá Brasil Palma S.A*, que juntamente com a outra empresa brasileira, *Ecotaua participações S.A*, adquiriram 36.800 hectares, para investir na produção de Dendê, no Pará (Land Matrix, 2023a). Para melhor entendimento desse investimento, segue o fluxograma realizado pela Iniciativa Land Matrix:

Imagem 2 - Fluxograma dos investimentos feitos pelas empresas: *Amorin Energia B.V.* da Holanda e da *Galp Energia* de Portugal, na aquisição de terras no Brasil



Fonte: Land Matrix Initiative, 2023a.

Outros exemplos merecem destaque destes dados de negócios no Brasil. Como o investimento do grupo de Cingapura, listada na Bolsa de valores, o *Grupo Royal Golden Eagle – RGE* (empresa-mãe), em 2018, aportaram recursos para a empresa brasileira *BRACELL*, sendo executado 32 negócios na aquisição de várias propriedades, somando um total de 58.959 hectares. Todas no estado de São Paulo e para o cultivo de Eucalipto, na produção de celulose e na produção de energia a partir da biomassa (Land Matrix, 2023a).

O próximo exemplo, refere-se ao investimento da empresa holandesa da bolsa de valores, *Royal Dutch Shell*, juntamente com a empresa do Brasil, *Cosan ind. E Comércio S.A.* (da bolsa de valores), que juntas direcionaram recursos para a empresa privada brasileira *Raizen*, na aquisição de 860.000 hectares, em 2015, no Estado de São Paulo, para a produção de cana-de-açúcar e de biocombustíveis (Land Matrix, 2023a). Do levantamento realizado pela Iniciativa Land Matrix, esse investimento foi o maior em volume de hectares entre os 86 identificados, de 2008 até junho de 2023; e, segundo o site, havia a intenção de investimento de 1 milhão de hectares⁶⁸ (Land Matrix, 2023A).

Com a crise mundial iniciada em 2008, várias empresas, grupos e fundos de investimentos, levaram seus recursos a áreas mais seguras. Um exemplo foi o Fundo de investimento *Harvard Management Company*, da Universidade americana de Harvard. Aqui reside mais um exemplo, das contradições ligadas ao setor do “Agro”. Segundo os dados da Land Matrix Initiative, a *Harvard Management Company* adquiriu entre 2008 e 2016, 115.000 hectares no Piauí, através de uma empresa privada do Brasil chamada *Insolo Agroindustrial*, onde, segundo os dados, cultivam milho, soja, algodão e arroz; e mais 140.000 hectares na Bahia através da empresa privada brasileira *Caracol Agropecuária Ltda*, para o cultivo de culturas alimentares e da pecuária. Eis as contradições: segundo a matéria do Jornalista Maurício Angelo, do site Mongabay, em 27 de julho de 2020, intitulada: “*Harvard investiu quase meio bilhão de dólares em terras do Cerrado marcadas por conflitos*”. Angelo (2020, s/p) aponta que Harvard investiu US\$ 450 milhões de dólares, “[...] boa parte dos

⁶⁸ “A situação fundiária não é totalmente clara: o relatório de sustentabilidade da empresa (2011/2012, p. 12) refere 860 mil ha de terras cultivadas, mas esta área está na posse de diferentes atores. 106.000 ha são detidos pela Radar Propriedades [...], outras matérias-primas são fornecidas por terras de “parceiros estratégicos” [...] e de agricultores (relatório do Grupo Raízen, 2014, p. 52). Parte do terreno provavelmente foi adquirido antes de 2000, por que a Cosan vem adquirindo terrenos desde a década de 80” (Land Matrix, 2023a).

empreendimentos adquiridos são terras ocupadas por grileiros em conflitos com comunidades tradicionais e quilombolas em áreas de Cerrado. Há registros de desmatamento e ameaças de morte”.

O sociólogo brasileiro Octavio Ianni já sinalizava, em 2004, sobre este processo de grilagem que vinha acontecendo no Brasil, nas regiões centro-oeste e norte do país. Definindo este conceito de grilagem como forma de expropriação como artimanha de papéis de cartórios, de títulos falsos, bem como como uma prática de violência privada, como um método de apropriação econômica, pois “[...] pouco a pouco expropriam-se os antigos proprietários, isto é, os índios, sitiantes ou posseiros, os que não têm títulos; e as terras se transformam em terras grelhadas ou tituladas”. (Ianni, 2004, p. 146-147). Voltando a matéria jornalística,

No total, são 405 mil hectares – mais de cinco vezes o tamanho da cidade de Nova York – espalhados em cerca de 40 fazendas. A maior parte delas fica nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, na zona de Cerrado conhecida como Matopiba, região conflagrada pelo agronegócio que, nos últimos anos, registra altíssimos índices de desmatamento ilegal e violência no campo (Angelo, 2020, s/p.).

A partir do que foi apresentado na matéria, identifica-se uma discordância de área adquirida, em comparação com os dados levantados. Mas o que a Land Matrix Initiative identifica são dois negócios, um na Bahia e outro no Piauí, no qual totalizam 255 mil hectares na aquisição de algumas propriedades. A matéria refere-se que há outras propriedades nos estados do Maranhão e Tocantins, que talvez não tenham sido identificadas pela matriz do Land Matrix.

Outro investimento estrangeiro faz jus ser citado e vai de encontro ao que apresentamos, sobre corrida por terras a partir de 2008. Do fundo de investimentos canadense, chamado *Brookfield Asset Management*, que em 2008 investiu através da *Fazenda Bartira* (emp. privada) em nove aquisições de propriedades, totalizando 117.961 hectares, localizados nos estados de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, para a atividade da pecuária (Land Matrix, 2023a).

Nossa reflexão e análise é de que as terras vão sendo adquiridas e monopolizadas por parte dos Agroimperialistas. Lenin (2012) já alertava sobre a divisão do mundo entre os países imperialistas, agora, os Agroimperialistas estão a dominar e concentrar espaços geográficos que ainda podem ser adquiridos ou ainda tomados, como em terras devolutas, reservas ou públicas. Novamente, recorreremos

ao sociólogo Octavio Ianni que alertava sobre a etapa final do processo de acumulação primitiva no Brasil, era o esgotamento da fronteira interna no país, porque “[...] pouco a pouco, as terras estão se transformando em propriedades, monopolizadas, como “reservas de valor” (Ianni, 2004, p. 146).

Para encerrar este item, traz-se dados das receitas dos Agroimperialistas no Brasil. Os dados levantados não foram buscados em bancos oficiais, foram retirados da Revista Forbes, que afirmou que “[...] parte dos dados veio do sistema S&P Capital IQ Pro, gerido pela S&P, e parte foi fornecido pelas próprias empresas” (Gradilone et al., 2024). A intenção é demonstrar que, ao mesmo tempo, o setor dos Agroimperialistas que concentram terras, também, faturam grandes receitas, chegando a mais de 370 bilhões, como o caso da empresa JBS.

Buscou-se identificar com base nas fontes do site da Revista Forbes, as 100 maiores empresas do agronegócio do Brasil, a partir do ano de 2021 (Gioia; Ondeí, 2022), que foi atualizada no ano seguinte, em 2022 (Gradilone et al., 2023); e, em janeiro deste ano de 2024, foi atualizada com os dados do setor de agronegócio do país em 2023 (Gradilone et al., 2023). Para demonstrar e fazer algumas ponderações, identificamos as 15 maiores empresas do agronegócio brasileiro, com o *ranking*, segmento de atuação, Estado onde é a sede e as receitas de 2021, 2022 e 2023, para fazer análises e comparação das receitas.

Algumas ponderações da tabela 2 abaixo são relevantes de realizar. Entre as 15 mencionadas, as mesmas trocam de posição, algumas mantendo, como a JBS em primeiro e oscilando nas receitas. O que não apareceu entre as identificadas, no ano de 2022 e em 2023, foi COFCO Internacional, já a BUNGE não apareceram entre as 100 maiores, em 2022. No ano seguinte, em 2023, voltou a figurar em 8º lugar, com uma receita superior de 2021, de R\$ 50,52 bilhões para R\$ 78,75 bilhões. Ou seja, em dois anos ela teve um crescimento de aproximadamente 56%. O que chamou a atenção, é a Nestlé Brasil que figurou em 3º lugar, em 2023, nos outros anos não apareceu entre as 100 maiores.

Tabela 2 – As 15 maiores empresas em receita do Agronegócio Brasileiro, no ano de 2021, 2022 e 2023, segundo a Revista Forbes em bilhões de reais

Rank 2021	Rank 2022	Rank. 2023	Nome da empresa	Setor	UF	2021 Bil.	2022 Bil.	2023 Bil.
1	1	1	JBS	Alimentos e bebidas	GO	270,20	350,69	374,85
2	11	2	RAÍZEN ENERGIA	Agroenergia	SP	120,58	32,09	245,83
3	2	4	COSAN	Agroenergia	SP	68,63	113,09	162,25
4	4	5	MARFRIG Global Foods	Alimentos e bebidas	SP	67,48	85,38	130,63
5	3	6	CARGILL	Alimentos e bebidas	EUA	67,16	101,09	123,27
6	5	7	AMBEV	Alimentos e bebidas	SP	58,38	72,85	79,71
7	-	8	BUNGE	Alimentos e bebidas	Holanda	50,52	-	78,75
8	8	9	COPERSUCAR	Agroenergia	SP	38,70	40	70,14
9	6	10	BRF (Sadia e Perdigão)	Alimentos e bebidas	SP	33,50	48,34	53,81
10	-	-	COFCO Internacional	Trading e Comércio	China	33,22	-	-
11	7	11	SUZANO	Madeira, Celulose, Papel	SP	30,46	40,97	49,83
12	9	13	Louis Dreyfus	Trading e Comércio	França	27,83	38,88	45,52
13	10	12	AMAGGI	Alimentos e bebidas	PR	23,51	38,21	47,37
14	12	14	MINERVA	Alimentos e bebidas	SP	19,41	26,96	30,98
15	13	16	COAMO	Cooperativa	PR	18,86	24,66	26,07
-	-	3	Nestlé do Brasil	Alimentos e bebidas	Suíça	-	-	179,52

Fonte: Elaboração do autor (Gioia e Ondeí, 2022; Gradilone et al., 2023; 2024).

Outro ponto é sobre as receitas da empresa Raízen Energia, do setor de Agroenergia. No ano de 2021, chegou com receita de 120,58 bilhões de reais, ficando em 2º lugar e no ano seguinte; em 2022, caiu para 11º lugar, com R\$ 32,09 bilhões. Uma queda de receita de mais ou menos 73%. O que não se pode dizer do ano de 2023, que voltou a ser a segunda, com um salto de receita, de R\$ 245,83 bilhões, o que corresponde a aproximadamente 665% de aumento. Lembrando que já citamos o nome da empresa, quando Fattorelli (2021) retrata o financiamento de políticos no Brasil e, também, quando a Iniciativa Land Matrix identificou um negócio onde a empresa Holandesa Royal Dutch Shell e a empresa brasileira Cosan (que está entre as primeiras) direcionaram para a Raízen, em 2015, valores para a aquisição de 860 mil hectares de terras em São Paulo, com a intenção de produção de biocombustíveis

e a atividade da cana-de-açúcar. Outras empresas que apresentaram crescimento nos anos analisados foram a Cosan e a Cargill. De 2021 para 2022, a primeira registrou um aumento de mais de 64% em sua receita, enquanto a segunda cresceu cerca de 50%. Em 2023, a Cosan teve um crescimento de aproximadamente 49%, e a Cargill, de 22%, indicando uma redução no ritmo de crescimento das receitas em comparação com o ano anterior, 2022.

Por fim, nas análises da tabela acima, um caso à parte é a primeira colocada, a JBS. Não em comparação a porcentagem de aumento de receita de ano após ano, que mesmo assim é um valor substancial (de 2021 para 2022, foram 30%, de 2022 para 2023, se aproximou de 7%), o que nos leva a análise desta empresa é o volume de receitas que a empresa tem. Ao comparar o PIB dos Estados do ano de 2023, segundo o IBGE (2023), a receita da JBS de 2023 perde apenas para os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, em comparação ao individual. Ou seja, as suas receitas são maiores que o PIB de 21 estados (comparando individualmente). Ainda em tempo, ao comparar com o PIB do setor agropecuário de 2013 a 2023 (recorte de análise da presente pesquisa), segundo o IBGE (2023), observa-se que as receitas da JBS ficaram abaixo do valor do PIB do setor apenas nos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023, que alcançaram, respectivamente, R\$ 434,62 bilhões, R\$ 591,08 bilhões, R\$ 675,50 bilhões e R\$ 720 bilhões. Nos demais anos, 2013 - 2019, a receita da empresa foi superior à participação do setor agropecuário no PIB nacional, considerando a comparação individual, ano a ano.

Por fim, este movimento de compra de grandes extensões de terra comercializadas pelos Agroimperialistas, resultam na concentração fundiária e no processo de uso e ocupação da terra. As transformações e o desenvolvimento do modo de produção capitalista, que gerará o processo de concentração da terra, também irá influenciar no processo do uso e ocupação da terra. Com a concentração da terra, pequenas propriedades são compradas, apropriadas e até “tomadas” por grandes latifúndios e empresas, limitando a ocupação de pequenos agricultores ao acesso e ao cultivo da terra, realidade demonstrada por Marx (2017a) desde o século XIX, quando analisou a “Chamada Acumulação Primitiva” do capital. Além do mais, estes Agroimperialistas tendem a usar a terra no cultivo de uma única atividade, a monocultura ou para atividades agrícolas intensivas, na busca de maximizar lucros e capitais. As dinâmicas de venda e concentração da terra moldam diretamente ou

indiretamente os padrões de ocupação e uso da terra, refletindo-se nas estruturas socioeconômicas, culturais e ambientais das regiões agrárias.

2.6 APONTAMENTOS SOBRE A OCUPAÇÃO E USO DA TERRA NO BRASIL

No Brasil, a ocupação e uso da terra está marcada historicamente por traços de contradições, desigualdades, conflitos e concentração. Isto se perpetua desde a chegada dos portugueses, no século XVI, onde foi concedido grandes extensão de terras a um grupo de pessoas, através do sistema de sesmarias, estabelecendo uma estrutura fundiária concentrada, perpetuando desde este momento a desigualdade social e econômica. Como enfatizou Welch (2012, p. 143), “[...] é ela a base de um sistema de latifúndio pouco produtivo, que contribui para a problemática da formação social do Brasil”. Dessa maneira, o sistema favoreceu os grandes latifundiários (Prado Jr., 1970; Lindesay, s/d; Medeiros, 2012; Sodré 1974), enquanto comunidades tradicionais, como indígenas, foram sendo explorados e expulsos de suas terras. Posterior aos períodos seguintes de nossa história, quilombolas, camponeses, colonos, pequenos agricultores foram e são marginalizados, resultando em uma distribuição desigual de terras, controle e concentração que ainda persiste.

Essa concentração de terras tem gerado inúmeros conflitos ao longo dos anos. Movimentos sociais, tais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, desde a década de 1960, têm lutado incansavelmente pela redistribuição de terras, via Reforma Agrária e pelos direitos dos sujeitos que vivem, sobrevivem e trabalham no campo. Entretanto, esses esforços frequentemente encontram oposição violenta de grandes proprietários de terra, latifundiários, empresas do setor agropecuário e até do Estado que atua, via leis e decretos, legitimando estas contradições e desigualdades resultando em confrontos no campo.

Outro fator é a expansão agrícola e da pecuária no país. O avanço do setor em áreas demarcadas, de preservação e terras públicas, como acontece na Amazônia, através do desmatamento, da mineração e do garimpo ilegal, bem como na região do cerrado, com o avanço do agronegócio, tem agravado ainda mais os conflitos fundiários. Mais do que os conflitos, são as consequências que isto tem gerado, como: ataques, violência e assassinatos – como aponta Welch (2012), no verbete *Conflitos no Campo*, do Dicionário da Educação do Campo; e, Santos e Glass (2018), *Lutas de morte ou vida* no Atlas do Agronegócio –, expulsão e redução das comunidades

tradicionais, como indígenas, ribeirinhos, quilombolas; degradação e poluição do meio ambiente; perda da biodiversidade; entre outros fatores.

O que se nota é que a ocupação e uso de terras no Brasil foi profundamente influenciada por instrumentos econômicos e políticos que moldaram a estrutura fundiária do país. No que tange a economia, desde a colonização portuguesa, as grandes extensões de terra, segundo Alentejano (2012), foram vistas como uma fonte de riqueza e poder destinadas à exportação, como a o extrativismo da madeira, a plantação de cana-de-açúcar, entre outros. Como o café no período imperial, sendo a base da economia brasileira neste período e no início do século XX, que se intensifica a partir da década de 1950, com o processo de modernização e mecanização da agricultura, impulsionando a ocupação e uso da terra em outras atividades agrícolas, como: feijão, milho, trigo e, especialmente, a soja – e da pecuária, na criação de gado. Politicamente, a ocupação da terra ocorreu por legitimidade do aparato estatal, via legislação, como a Lei de Terras de 1850, que institui a propriedade privada da terra no Brasil. De acordo com Alentejano (2012), a Lei estabeleceu um prazo para legalização das propriedades, que tivessem documentos comprobatórios. A Lei de Terras “[...] tratou de viabilizar o reconhecimento legal das terras controladas pelo latifúndio, inaugurando uma verdadeira corrida mediante a grilagem de terras no Brasil [...]” (Alentejano, 2012, p. 741).

Dessa maneira, depara-se nestas reflexões que historicamente a ocupação e uso da terra no contexto brasileiro está marcado por contradições, conflitos, concentração, controle, etc., envolvidos por aspectos econômicos e políticos, que perpetuam as desigualdades sociais e reforçam as hierarquias de poder no país. Contudo, não é nossa intenção nestas análises tratar dos processos históricos, ocupacionais e territorial da terra ao longo da história brasileira. O que se pretende é apresentar alguns aspectos sobre a ocupação e o uso da terra atualmente. Sabe-se, como foi apresentado no capítulo anterior, do movimento de aquisição, controle e concentração de terras por parte de grandes corporações, grupos, fundos, empresas privadas e estatais, denominadas de Agroimperialistas.

Por isso, buscar-se-á trazer alguns dados e apontamentos de como está a ocupação e o uso da terra no Brasil. O desafio é apresentar o quanto em termos de áreas de terras são públicas, são ocupadas para as atividades agrícolas e pecuária, são latifúndios, são reservas naturais, reservas indígenas? Quem ocupa e detém o uso da terra no território brasileiro? Pois, estamos presenciando a venda de terras

públicas, como no caso do governo de São Paulo, o qual aprovou, em abril de 2024, o Programa Estadual de Regularização de Terras, com venda de até 90% de desconto de terras públicas que foram ocupadas de maneira irregular. Os beneficiários serão fazendeiros/latifundiários (Carta Capital, 2024, s/p).

Para alcançar tal objetivo, utiliza-se dados levantados de sites oficiais, a exemplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, através de dados do Censo Agropecuário; dos dados Cadastro Ambiental Rural – CAR, do Governo Federal; da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA Territorial, que fez as análises dos dados do CAR; entre outros dados que poderão ser identificados, sobre a ocupação e uso do território nacional.

Para entender este processo de ocupação e uso da terra no Brasil, utilizaremos os dados do Cadastro Ambiental Rural – CAR⁶⁹. O cadastro é feito pelo sistema eletrônico, sendo necessariamente realizado na unidade federada, no Estado onde se encontra o imóvel rural. No site do Governo Federal, define-se que:

O Cadastro Ambiental Rural – CAR é um registro público eletrônico nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento (Brasil, 2024, s/p.).

Para realizar tal levantamento e monitoramento do CAR, foi utilizado o cruzamento por geoprocessamento da base de dados estatísticos do Censo Agropecuário do IBGE, onde apresenta “os 5.063.771 estabelecimentos agropecuários georreferenciados e levantados” e a partir das “informações geocodificadas dos 5.953.139 imóveis rurais registrados no CAR até fevereiro de 2021”, e, de outras instituições oficiais, como o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – SICAR, do MAPA (Embrapa Territorial, 2021a, s/p). Esclarecendo, o documento da Embrapa Territorial (2021a) demonstra que os conceitos utilizados para identificar os estabelecimentos agropecuários do censo do IBGE e de imóvel rural do CAR são diferentes, mas ao mesmo tempo ambos se convergem e para obtenção dos resultados das dimensões territoriais⁷⁰. Este cruzamento foi importante,

⁶⁹ Para efeitos de esclarecimento, os dados e algumas análises que serão apresentados a seguir foram realizados pela Embrapa Territorial (2021a; 2021b).

⁷⁰ Lembrando que o documento da Embrapa Territorial (2021) busca justificar que os dados do CAR e do IBGE são diferentes e não podem ser confundidos. Os técnicos utilizam para

pois as coordenadas geográficas do IBGE revelaram que “[...] 1.885.955 estabelecimentos agropecuários não coincidentes ou incluídos em nenhum limite de qualquer imóvel rural validado no CAR 2021. Ou seja, 37,2% dos estabelecimentos agropecuários recenseados em 2017 ainda não tinha se cadastrado no CAR, fevereiro de 2021 [...]” (Embrapa Territorial, 2021b, p. 8). No resultado do material apresenta-se,

[...] uma síntese numérica, gráfica e cartográfica atualizada do conjunto das áreas atribuídas e dedicadas a proteção e preservação da vegetação nativa em terras públicas e privadas, das áreas do mundo rural utilizadas com pastagens, lavouras e florestas plantadas, além da superfície das áreas urbanas, de infraestruturas e de outros usos (Embrapa Territorial, 2021, s/p.).

O Brasil, segundo os dados obtidos pelo CAR (2021), em sua totalidade, apresenta três formatos de ocupação e uso do território nacional. Divide em: *Área destinada à vegetação protegida e preservada*, que corresponde a maior porcentagem, 66,3%; *Uso Agropecuário*, com 30,2%; e a terceira, *infraestruturas, áreas urbanas e outros usos*, com apenas 3,5%.

Na *área destinada à vegetação, que é protegida e preservada*, subdivide-se em quatro formas de ocupação e uso, conforme os dados do CAR. Primeiro, *áreas dedicadas e/ou ocupadas com vegetação nativa no mundo rural brasileiro*, este corresponde a 33,2% do território nacional. Esta porcentagem se divide em: áreas mapeadas nos imóveis rurais do CAR, no ano de 2021, totalizando 26,7% e 6,5% de estabelecimentos agropecuários do censo do IBGE, sem registro no CAR. Na soma total, resume-se em 282.858.849 hectares ou em 2.828.588 km², que se aproxima de

fazer cruzamento de geoprocessamento. Para entender, o documento do CAR explica a diferença de metodologia, “[...] cabe sinalizar: a maioria das informações disponíveis sobre os imóveis rurais no CAR 2021 estão mapeadas. Já as informações dos estabelecimentos agropecuários disponíveis no Censo Agropecuário do IBGE 2017 resultam de declarações passadas *in loco*. As informações do CAR restringem-se a um número pequeno de variáveis, essencialmente de natureza ambiental. Já o Censo Agropecuário aborda um enorme conjunto de descritores e variáveis sobre aspectos agronômicos, ambientais, sanitários, sociais, agrícolas e agrários do mundo rural. Os dados do CAR e do IBGE são públicos e oficiais. A forma de aquisição é muito diferente em dois casos. No CAR, o produtor dirige-se ao Órgão Público (Secretarias Estaduais) e ao Estado (SFB/MAPA) para declarar e registrar, inclusive cartograficamente, as informações de seu imóvel rural. No Censo Agropecuário do IBGE, é o Estado, através dos recenseadores do IBGE, quem se dirige aos produtores para obter *in loco* as informações de interesse do Censo Agropecuário, incluindo nos locais mais remotos e remotos” (Embrapa Territorial, 2021b, p. 8).

um terço (1/3) do Brasil e de acordo com o CAR (2021), as terras são essencialmente em propriedades privadas, pois “as áreas preservadas abrigam diversas vegetações nativas, florestais e não florestais, em ambientes terrestres, rupestres, lacustres, palustres etc., em função de biomas, solos, climas e do histórico de uso das terras [...]” (Embrapa Territorial, 2021b, p. 10).

Um ponto de informação de dados se identificou a partir do CAR de 2018, que nesta forma de ocupação e uso da terra apresentou uma porcentagem menor, de 25,6%, para as áreas de preservação e proteção nos imóveis rurais. O que se pressupõe previamente, e não foi identificado nas leituras, que neste ano não houve o cruzamento de dados do Censo Agropecuário, de 2017, do IBGE, que pode ter influenciado no resultado. Por fim, para se ter uma dimensão territorial desta área de preservação dos imóveis rurais brasileiros, desta porcentagem dos 33,2%, a Embrapa Territorial (2020) comparou com o tamanho de 10 países europeus⁷¹.

A segunda e a terceira são somadas juntas, chegando a 23,2% e são identificadas como terras públicas. De acordo com a Embrapa Territorial (2021b), a segunda são as *Unidades de Conservação Integral (UCs)*, que são identificadas como: parques nacionais, estaduais ou municipais, estações ecológicas, reservas biológicas, monumentos naturais, entre outros. Estas unidades protegem 9,4%, ou uma área de 799.973 km², que correspondem a 1.689 unidades de conservação integral, de domínio público. Aqui um ponto de análise, no CAR de 2018, esta área abrange 10,4%. Não se identificou nos dados levantados e nas discussões do CAR, de 2021, a causa desta redução de 1%. Novamente, pressupõe-se que os dados tiveram alteração depois do cruzamento com os dados do Censo Agropecuário. Ou ainda, pode-se tirar de conclusão prévia que entre os anos da realização dos dois cadastros ambientais temos os governos de Michel Temer e Jair M. Bolsonaro que não tinham como plano de governo ações de preservação e proteção -, efetivou-se a paralisação de atividades de fiscalização, flexibilizou as infrações e as multas, cortes de recursos para monitoramento, desestruturação de programas, como o Ibama, etc. Estas ações se materializam, por exemplo, em 2019, quando Bolsonaro, presidente na época, falou em fazer uma “limpa” no Ibama e no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO (Rodrigues, 2019, s/p.), além de apoio da

⁷¹ Como: Irlanda, Reino Unido, Portugal, Espanha, França, Bélgica, Luxemburgo, Alemanha, Itália e Áustria (Embrapa Territorial, 2021b, p. 10).

bancada ruralista no Congresso e na Câmara Federal, para o avanço e expansão das atividades agrícolas e pecuárias nestas unidades de conservação. Isso ficou evidente no Projeto de Lei 2.362, de 2019, de iniciativa de Flávio Bolsonaro e Márcio Bittar, que propuseram a extinção das áreas de Reserva Legal nas propriedades rurais, pedindo para revogar o Código Florestal.

Na terceira, que engloba as terras públicas, encontra as Terras Indígenas (TIs), com 13,8%, que corresponderá 1.174.428 km² hectares. De acordo com o CAR 2021, são de domínio público 614 terras indígenas. As duas áreas, UCs e as Tis, representam juntas um total de 197.440.032 hectares, ou em quilômetro quadrado, chega-se a 1.974.400, representando quase um quarto do território nacional⁷².

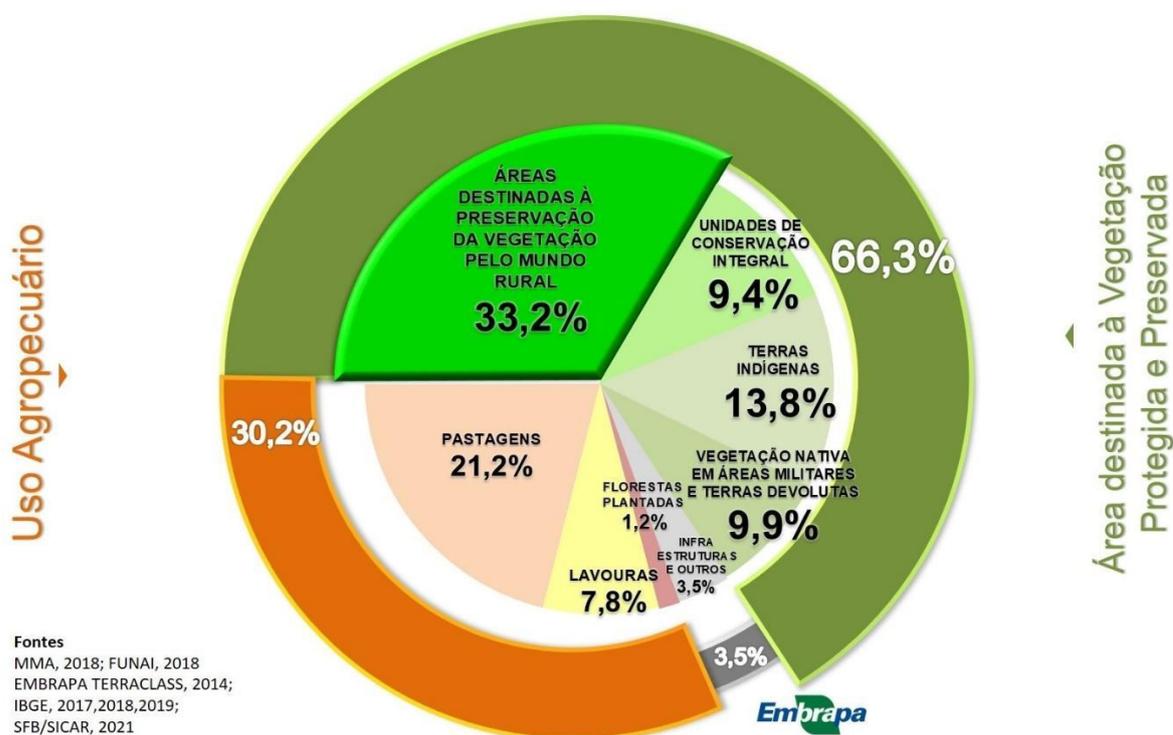
A quarta forma de ocupação e uso da terra são a *vegetação nativa em áreas militares e terras devolutas*, correspondendo a 9,9% do território nacional, chegando a 839.370 km², totalizando 83.937.068 hectares. Assim, somando as quatro formas de ocupação, que corresponde às áreas *destinadas à preservação e proteção da vegetação nativa*, temos um total de 66,3% do território nacional, ou, em hectares, com um total de 564.235.949; ou ainda, 5.642.359 km². Dimensionando, de acordo com a comparação da Embrapa Territorial (2021a), há 48 países da Europa.

No segundo formato de ocupação e uso da terra, temos o *uso agropecuário*. De acordo com o CAR 2021, corresponde a 30,2% do território nacional, dividido entre “pastagens”, com 21,2%; “lavouras”, com 7,8%; e, florestas plantadas, com 1,2%. Destas três divisões, chega-se ao tamanho de 2.570.124 km², com aproximadamente 20 milhões de hectares, de acordo com o resultado do CAR de 2021. Segundo a Embrapa Territorial (2021b), é um dado que pode sofrer alteração devido às mudanças de legislações ambientais, como, por exemplo, a permissão do uso da parte ou da totalidade das reservas legais como atividade sustentável, no caso da pecuária, sobretudo no Pantanal, Cerrado, Caatinga e até em florestas, ou denominado de sistema de produção que Integram Lavouras, Pecuária e Florestas (ILPF), que correspondeu no CAR, de 2018, a 2%, dado que não foi identificado no CAR de 2021. Estas novas atividades podem gerar “[...] interface territorial e numérica nova entre as áreas ditas de pastagens e as destinadas à preservação da vegetação nativa no mundo rural” (Embrapa Territorial, 2021b, p. 19).

⁷² Ou conforme a Embrapa Territorial (2021b, p. 12), equivalem a nove países da Europa. Reino Unido, Portugal, Espanha, França, Bélgica, Holanda, Alemanha, Itália e Liechtenstein.

Por fim, no último formato, temos as *infraestruturas, áreas urbanas e outros usos*, que se chega a 3,5% do território nacional, ou a 297.863 km². Neste ponto, o CAR não apresentou dados, por não tratar do seu objeto. Os dados demonstrados estão apresentados no gráfico nº 3, realizado pela Embrapa Territorial (2021b), onde detalha os formatos e as formas de ocupação e uso da terra no Brasil.

Gráfico 3 – Apresentação da quantificação territorial da ocupação, dos usos das terras e das áreas destinadas à preservação, conservação e proteção da vegetação nativa no Brasil, através do Cadastro Ambiental Rural – CAR, de 2021



Fonte: Embrapa Territorial (2021b, p. 19).

Após a apresentação dos dados do CAR, que foram sintetizados pela Embrapa Territorial (2021b), algumas considerações e análises são necessárias para serem explanadas. Na primeira é relevante enfatizar que ainda faltam áreas a serem mapeadas, os dados levantados pelo CAR não abrange a sua totalidade do território nacional, como bem apresenta o documento do CAR de 2021, que afirma “[...] no Amazonas e no Pará, por exemplo, há grandes vazios com vegetação nativa não mapeada, associados a terras devolutas e a áreas militares, como a do Cachimbo, no Sul do Pará. Essa vegetação nativa foi quantificada de forma complementar”. (Embrapa Territorial, 2021a, s/p.). Segunda conclusão, o Brasil possui hoje, através

do CAR de 2021, 33,1% de terras públicas – Unidades de Conservação, Terras Indígenas e áreas militares e terras devolutas. Já os imóveis rurais, de propriedades privadas, correspondem a 63,4%. Desta porcentagem, 52,36% são áreas destinadas para a preservação da vegetação dentro dos imóveis rurais e 47,64% são áreas que os proprietários a utilizam para as atividades da agropecuária. Aqui há uma divergência de dados do documento da Embrapa Territorial (2021a). Nas conclusões realizadas, a Embrapa apresenta que dos imóveis rurais no Brasil, o agricultor utiliza, “em média, 50,6% de suas terras”, os outros 49,4% são de áreas para a preservação ambiental. O documento não apresenta mais informações adicionais, o que se pode tirar como conclusão que dentro das propriedades possa haver formas de integração e incorporação de atividades agrícolas ou da pecuária, no sistema ILPF – Integram Lavouras, Pecuária e Florestas, como apresentado acima. Uma terceira conclusão que é apresentada pela Embrapa Territorial (2021a), na qual a mesma reforça a importância das áreas de preservação e proteção da vegetação nativa, que chega a 66,3%, ou dois terços do Brasil, 33,1% em terras públicas e 33,2% em terras privadas. Aqui entram algumas análises importantes, pois esta porcentagem demonstra uma grande quantificação de área passível ou que pode se tornar “ocupada e utilizada” para outras atividades, como agrícola ou pecuária.

Já analisamos sobre a grande ofensiva do capital, em especial do capital internacional em terras brasileiras. Mais do que isto, é a intensificação das atividades agrícolas e da pecuária, para uma demanda mundial de alimentos, de *commodities* agrícolas, por parte dos Agroimperialistas, que veem também como grandes ativos financeiros. Segundo Santos e Glass (2018, p. 46), “[...] estes fatores aumentam as disputas territoriais do grande capital agrário com pequenos agricultores, populações tradicionais e sem-terra, o que também eleva a violência no campo”.

Para materializar o que estamos analisando, estas áreas de preservação e de proteção ou de terras públicas estão na mira do agronegócio nacional e internacional. Isso se apresenta, por exemplo, que de 2004 até 2007 a bancada ruralista, que engloba o agronegócio brasileiro (ruralistas e pecuaristas) apresentaram no congresso nacional 25 Projetos de Lei que reduziam e até extinguiriam a demarcação das terras indígenas e quilombolas, como a Pec 215 de 2000, que pretendia tirar da União o poder da demarcação das terras tradicionais ou Marco Temporal e transferir para o Congresso Nacional (Santos; Glass, 2018, p. 46). Em janeiro de 2023, a PEC 215 foi arquivada e, em outubro de 2023, com a PEC 48, voltou-se à discussão do

Marco Temporal. A proposta de Emenda à Constituição “altera o §1º do art. 231 da Constituição Federal para definir marco temporal de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas” (Brasil, 2023). O projeto prevê que só podem ser demarcados os territórios que estão efetivamente ocupados por indígenas, a partir da Constituição Federal de 1988, anulando o longo histórico de uso e ocupação das terras pelos povos tradicionais, além de ignorar os casos de violência, assassinatos, ataques e de violar os direitos constitucionais desses povos. Outro exemplo prático, foi a ação movida pelo Partido da Frente Liberal (PFL), depois se tornou Democratas (DEM), hoje o Partido União Brasil, que contestava um decreto presidencial de 2003, do atual presidente Lula, sobre a regulamentação e demarcação de terras de quilombolas. O motivo estava claro, segundo os dados do Atlas do Agronegócio, até em 2018, havia 163 terras quilombolas tituladas e 1.528 em processo de serem tituladas. Uma forma do setor do agro avançar em fronteiras de terras públicas, em áreas destinadas aos povos tradicionais (indígenas e quilombolas), bem como as Unidades de Conservação que são os principais alvos, como aponta Santos e Glass (2018), as fronteiras de interesses das “megaextrativos” no Brasil, com apoio de grande parcela dos representantes no legislativo e, muitas vezes, pela inoperância do executivo.

O interesse maior do agronegócio é o acesso às terras consideradas pela Constituição Federal como de direito das populações indígenas, dificultando a demarcação – que exclui sua exploração por não índios –, possibilitando arrendamento ou comercialização e abrindo a possibilidade para a implementação nos territórios de projetos de mineração, hidroenergia, infraestrutura, entre outros (Santos; Glass, 2018, p. 46).

Nesse contexto, é possível retornar as ideias de Marx (2017; 2008; 2020), nas quais o desenvolvimento do modo de produção capitalista vai ocasionar a expropriação e expulsão do camponês, além do indígena, do quilombola, do pequeno agricultor de suas terras, gerando a concentração da propriedade fundiária e que nos remonta o processo de acumulação primitiva, descrita por Marx no século XIX. O movimento do capital não é algo isolado, é, pois, um movimento histórico e contínuo do próprio modo de produção capitalista que concentra nas mãos de uma classe, aqui denominadas de Agroimperialistas. Classe que busca não mais repartir territórios que já se encontram com proprietários, como fora feito no século XIX e analisadas por

Lenin (2012), mas podem ser “tomadas” áreas passíveis, como as unidades de preservação e as terras públicas.

As mudanças e transformações do modo de produção, nas últimas décadas, impactaram na configuração do uso e do valor da terra. A intensificação do setor agropecuário em escala industrial global gerará um processo de concentração e novo formato na ocupação e no uso da terra, sendo necessário a estruturação e integração para as cadeias produtivas mundiais, que em grande medida estão associadas ao capital internacional ou em grupos, corporações, empresas transnacionais, pois “[...] Grande parte da produção brasileira de *commodities* agrícolas está vinculada a conglomerados de estrutura verticalizada, que concentram, controlam do plantio à comercialização” (Santos; Glass, 2018, p. 14-15). Isto se materializa, por exemplo, conforme os dados do Atlas do Agronegócio (Santos; Glass, 2018), que apresentou, em 2018, as grandes empresas que detém terras no Brasil, como: SLC Agrícola, com 404 mil hectares (em 2018). Atualmente, segundo o site da empresa, são 671.946 hectares, no ano-safra 2021/22 (divididos em 176.985 ha de algodão, 334.891 ha de soja, 121.633 ha de milho e 38.437 ha de outras culturas) (SLC Agrícola, 2024); e, ainda, a empresa em 2023, teve uma receita de R\$ 7,37 bilhões, colocando entre as maiores do Brasil. A segunda listada foi o Grupo Golin/Tiba Agro (300 mil ha), a qual identificou-se - em pesquisa - que entrou em falência; Amaggi, 252 mil ha (2018). Em 2023, o site apresentou que a empresa tem 372 mil hectares de produção agrícola (Amaggi, 2024), aumentando 120 mil hectares em mais de 5 anos. A empresa foi considerada, em 2023, pela revista Forbes, a 12ª maior empresa em receita, com valor de R\$ 47,37 bilhões; BrasilAgro, 177 mil ha (2018). Os dados da empresa apresentam, atualmente, 20 fazendas próprias e arrendadas que somam 273.486 mil hectares, sendo 213.329 de terras próprias no Brasil, Paraguai e Bolívia (Brasilagro, 2024); Adecoagro, 164 mil ha (2018). Em pesquisa não se identificou os números, o que se tem em matérias e reportagens, é que a empresa tem cerca de 180 mil hectares, com atuação no Brasil, Uruguai e Argentina; Terra Santa (ex-Vanguarda Agro) com 156 mil ha (2018). No relatório anual de 2022, a empresa apresentou 80,5 mil hectares, menos da metade do ano de 2018 (Terra Santa, 2023); Grupo Bom Futuro, com 102 mil ha (2018). Em 2021, o Canal Rural publicou “Quem é o rei dos hectares no Brasil”? E o Grupo Bom Futuro era o que mais possuía terras, com 583 mil hectares neste ano (Canal Rural, 2021) No site oficial da empresa, o grupo apresenta que contam com 35 unidades de produção, totalizando 600 mil hectares (Bom Futuro, 2024). Como

percebe-se, existem grandes empresas, grupos e empresários que detêm grandes propriedades no Brasil, na produção de *commodities* agrícolas. Para detalhar esta concentração de terras no território nacional, traz-se alguns dados do Censo Agropecuário de 2017, do IBGE, que detalha o tamanho da área e o número de estabelecimentos, para ter uma visão panorâmica de como está a divisão das terras no Brasil.

A partir dos dados levantados pelo Censo Agropecuária de 2017, a utilização da terra no Brasil chega a 351.289.547 hectares (ha). Desta área, ocupa-se de quatro formas: no uso de pastagens, com 159.497.547 ha, que corresponde a 45% do território nacional; para lavouras 63.517.805 ha, ou 29% das terras; a terceira, com 101.370.463 ha, em matas e florestas, que chega a 29% do total; e, por fim, 8% que é identificado com “outros”, em área corresponde a 26.904.001 ha. Para realizar outras análises, segue a tabela 3, com dados do Censo Agropecuário, de 2017.

Tabela 3 – Dados do Censo Agropecuário, de 2017 do IBGE, onde apresenta os grupos de área, os estabelecimentos e área de cada grupo

Grupos de área	Estabelecimentos	%	Área (hectares - ha)	%
Menos de 10 ha	2.543.681	50,14	7.993.969	2,28
De 10 a menos de 100 ha	1.980.684	39,04	63.810.646	18,16
De 100 a menos de 1.000 ha	420.719	8,30	112.257.692	31,96
De 1.000 ha e mais	51.203	1%	167.227.511	47,60
Produtor sem área	77.037	1,52	-	-
Total	5.073.324		351.289.816	

Fonte: Elaboração do autor (2025). IBGE (2017b, p. 66).

Os dados apresentados pelo censo de 2017 reforçam o que está sendo afirmado nas análises, e referendado por Santos e Glass (2018), da concentração de terras nas mãos de poucos, ou em poucas propriedades. Isto se concretiza quando se registrou, em 2017, 5.073.324 estabelecimentos, destes, apenas 51.203 são com 1.000 hectares ou mais, ou seja, representam apenas 1%. Já na área (ha) ocupada, essas propriedades detêm, 167.227.511. Ou seja, as grandes propriedades no Brasil, que representam 1%, juntas concentram 47,6% de toda a área ocupada. A divisão regional destes estabelecimentos se concentram com 42,03%, na região Centro-Oeste, com 21.513; seguido em segundo lugar pelo Norte, com 9.940 (19,41%); do Nordeste, 7.329 (14,31%); do Sudeste, 6.731 (13,14%); por fim, o Sul, 5.690 (11,11%),

sendo está região, com menos estabelecimentos, de 1.000 hectares ou mais (IBGE, 2017a), conforme é apresentado na tabela acima. Lembrando que a região Sul, em sua configuração ocupacional, está assentada e identificada pela agricultura familiar e em pequenas propriedades.

Outro elemento de contradição que o Censo Agropecuário demonstra é o abismo entre os grandes e os pequenos proprietários. Conforme a tabela 3 acima, os estabelecimentos com menos de 10 há são 2.543.681, o que corresponde a 50,14%, com uma área ocupada de 7.993.969 ha. Ou seja, metade dos estabelecimentos brasileiros, com menos de 10 hectares, utilizam apenas 2,28% da área ocupada. Uma contradição e desigualdade enorme na ocupação de terras no Brasil.

Na tabela acima, pode-se analisar ainda que 8,30% dos estabelecimentos, com 100 até 1000 hectares, detém 31,96% das terras utilizadas no Brasil. Se somarmos os dois grupos que mais utilizam e ocupam a terra – de 100 a menos de 1000 ha e o de 1000 ha e mais –, somam 9,30% dos estabelecimentos, juntos concentram 79,56% das terras no país. Já os outros dois grupos – menos de 10 ha e de 10 a menos de 100 ha –, são os que representam 89,28% dos estabelecimentos e utilizam apenas 20,44% das terras no Brasil. Eis a contradição e o abismo que pode ter aumentado nos últimos anos, pelo avanço e pela intensificação do Agroimperialismo em terras, para a produção de *commodities* agrícolas.

Portanto, encerramos este capítulo demonstrando como o Agroimperialismo tem atuado a partir de suas determinações e mediações no contexto brasileiro. Conforme as movimentações e relações de reprodução sociometabólica do capital (Mészáros, 2021), que se movem tanto em nível nacional ou internacional, os Agroimperialistas também vão se estruturando e “moldando-se” dentro da lógica de acumulação e maximização de lucro, a partir do modo de produção capitalista. Desta maneira, será problematizado, posteriormente, evidenciado a relação entre Agroimperialismo, Estado e Políticas Sociais no Brasil, a partir do recorte temporal proposto, de 2013 até 2023.

3. O AGROIMPERIALISMO, ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL DE 2013 ATÉ 2023

O objetivo deste capítulo é responder a pergunta central desta pesquisa, que é: *tendo o conhecimento de que o setor do Agroimperialismo é um dos setores que mais acumula riqueza em termos de crescimento econômico, qual a Tributação do Setor da Agropecuária e a participação contributiva para os recursos arrecadados na composição orçamentária federal e como tendencialmente isso se reflete no financiamento das políticas sociais (gasto social) no Brasil?*

Para chegar a este objetivo, compreende-se que a partir dos dados levantados, será possível fazer análise da contribuição do Agroimperialismo para o financiamento das políticas sociais. Qual a tendência dessa participação: ela se efetiva na prática em relação ao montante do acúmulo da riqueza produzida pelo setor do Agroimperialismo no financiamento destas políticas sociais?

Para responder à problemática, delimitaremos um recorte temporal. Para explorar as políticas sociais e demonstrar a participação efetiva do Agroimperialismo, analisaremos os dados relacionados à política, ao orçamento e aos gastos com políticas sociais, no período de 2013 a 2023. Isso se justifica porque, a partir de 2013, o país intensifica uma crise econômica que continuará após a reeleição do governo Dilma Rousseff e, em seguida, o seu afastamento (*impeachment*). Posteriormente, o governo de Michel Temer, que desmantelou os direitos sociais referendados pela Constituição Federal de 1988, fato confirmado a partir das reformas da previdência e trabalhista. Por fim, o governo de Jair Bolsonaro, que governou com apoio e participação de amplos setores do agronegócio, tendo em vista a grande quantidade de deputados e senadores que representam este setor, ou melhor, o interesse do Agroimperialismo. Por fim, apresentamos alguns apontamentos do primeiro ano de governo de Lula, em 2023.

Para alcançar tal finalidade, este capítulo se estrutura em três pontos. O primeiro, é a análise da relação entre Estado e o Agroimperialismo e suas mediações. Para tanto, foi necessário debater alguns conceitos para compreender a sua função e atuação do Estado, considerando o setor que envolve o Agro. No segundo ponto, o objetivo é trazer conceitos sobre as Políticas Sociais e sua relação com o Estado, juntamente com um breve histórico sobre a implantação e implementação dessas políticas, com foco analítico no eixo do financiamento (gasto social) e sua relação com

a economia. A intenção é compreendê-las no contexto brasileiro, a partir da década de 1990 até os dias atuais, com ênfase no recorte temporal que estamos propondo. Por fim, o terceiro momento é sobre o objeto de estudo e problemática central da pesquisa: o Agroimperialismo e sua participação na manutenção das políticas sociais no Brasil. Qual sua participação? Quais valores o setor contribui para a arrecadação de receitas para a União? Qual o percentual desses recursos em relação à totalidade de receitas do orçamento federal? Qual as despesas do governo em gastos totais? E qual a quantia destinada aos gastos sociais (políticas sociais)? Neste último ponto, apresentamos alguns dados e análises da área da educação em relação à contribuição e à participação do Agroimperialismo.

Desse modo, retomamos de forma conclusiva, nesta parte final do capítulo, a análise para examinar ***qual a Tributação do Setor da Agropecuária e a participação contributiva para os recursos arrecadados na composição orçamentária federal e como tendencialmente isso se reflete no financiamento das políticas sociais (gasto social) no Brasil?***

3.1 ASPECTOS ENTRE ESTADO E O AGROIMPERIALISMO

A intenção, nesse momento, é trazer alguns aspectos sobre a atuação do Estado e sua relação com o setor agropecuário. A partir de leituras e análises preliminares sobre o desenvolvimento histórico e econômico em escala mundial e nacional, percebe-se claramente uma relação intencional do aparato estatal a favor deste setor. O Estado, por meio de suas movimentações, intervenções, ações efetivas e práticas, tem uma ligação direta com as mediações e determinações entre o setor dos Agroimperialistas e o capital financeiro, com a centralidade hegemônica deste processo na constituição do Agroimperialismo como uma fração ampliada do Ecoimperialismo mundial. Afirma-se, portanto, que o estado é um aparato de mediação fundamental para o funcionamento do capital, está a servir e “dar” todo o seu aparato estatal, seja no campo econômico (benefícios, subsídios, isenção), político (na efetivação de leis ao setor), financeiro (destinação de recursos via crédito rural) e estrutural (com infraestrutura, logística, etc.). Nos remetendo o que Hilferding (1985, p. 345) afirmou, no início do século XX:

Poder econômico supõe, ao mesmo tempo, poder político. A dominação da economia confere simultaneamente a disponibilidade dos instrumentos de poder estatal. Quanto mais forte a concentração na esfera econômica, tanto mais ilimitada a dominação do Estado. [...] o Estado apresenta-se como instrumento invencível da manutenção da dominação econômica.

A concepção de Estado é algo fundamentado desde os clássicos antigos e modernos. O que se pode concluir a partir da análise é que cada contexto histórico possui suas especificidades, particularidades e peculiaridades na atuação e função do Estado. No Estado capitalista, ele se configura como uma estrutura mediadora de segunda ordem no processo de centralização e coordenação socioeconômica da sociedade (Mészáros, 2002). Desde a constituição das Monarquias Absolutistas, defendidas por teóricos como os franceses Jean Bodin e Jean-Jacques Rousseau, ou os ingleses Francis Bacon e Thomas Hobbes, tem-se a figura do Rei representando o Estado. Isso se resume muito bem na famosa frase do Rei Luís XIV, que governou a França no final do século XVII e início do XVIII: *L'État c'est moi*, ou “O Estado sou eu”. A atuação estatal neste período estava vinculada às ações comerciais e mercantis, que eram constituintes das mesmas bases originárias do modo de produção capitalista, o mercantilismo. É dessa base que se inicia o processo de derrubada do modo de governar, no qual a classe burguesa busca espaço social, econômico e político. Ao mesmo tempo, deve-se levar em consideração os conflitos de interesses e a atuação dos monarcas nas regulamentações tributárias, impostos e taxas. Além disso, o avanço técnico-científico e o processo de reprodução socioeconômica no setor industrial levariam ao fim do regime monárquico, sendo emblemática a Revolução Francesa de 1789.

Vemos, portanto, como a própria burguesia moderna é o produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de revoluções nos modos de produção e de troca. [...] a burguesia, conquistou finalmente o domínio político exclusivo no estado representativo moderno. O poder político do estado moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa (Marx; Engels, 2008b, p. 47).

A chegada da burguesia no poder vai se consolidar até os dias atuais em diferentes formatos de atuações. Essa concepção de Estado Moderno, que percorremos desde o fim da Monarquia, foi bem definida por vários pensadores, como Marx, Engels, Lenin, Gramsci, Harvey, Mészáros, entre outros. E o primeiro ponto a

ser destacado é que, desde a idade moderna, o Estado não alterou a sua base econômica estrutural do sistema, ou seja, o modo de produção capitalista, muito menos as forças e meios produtivos, as relações de produção e a continuidade do fundamento na acumulação de capital e de superlucros.

Marx e Engels (1979) afirmaram, no século XIX, que o Estado estaria sendo ocupado pela classe dominante, independente do período histórico; que utilizaria a estrutura estatal como gerência para reproduzir suas ideologias, e, mais do que isto, para materializar na prática a dependência e as funções institucionais do Estado para os interesses comuns desta classe. Ou seja, o Estado reflete as classes que estão no poder e se configura como uma estrutura mediadora e contraditória, representando os interesses das classes em disputa na sociedade.

Lenin também vai nessa linha de pensamento, perpassando as ideias de Marx e Engels, de um Estado sendo gerenciado e controlado por uma classe, a classe dominante, pois o “Estado é a organização especial de uma força, da força destinada a subjugar determinada classe”, a classe operária, a dos trabalhadores. Lenin, segundo Medeiros (2020, p. 67), “[...] apresenta uma teoria do Estado como agente de acumulação, como o “Estado de Classes”. Pensamento que é defendido também por Hilferding (1985), o qual pontua que: “[...] a classe capitalista usurpa a organização estatal de modo direto, descarado e palpável e a converte em instrumento de seus interesses de exploração do modo inclusive perceptível até para o último o proletário” (Hilferding, 1985, p. 344).

Em outra passagem, ao falar sobre o novo papel dos bancos e a preocupação de que os mesmos possam ser atingidos pelos monopólios dos Estados Imperialistas, como Inglaterra, França, Estados Unidos, Alemanha, entre outros; Lenin aprofunda a definição e o papel do Estado monopolista imperialista que “[...] na sociedade capitalista não é mais do que uma maneira de aumentar e assegurar os rendimentos dos milionários que correm o risco de falir num ou noutro ramo da indústria” (Lenin, 2012, p. 64). Lembrando o que foi apresentado, o Imperialismo é a fase da expansão do capital financeiro, dos bancos com as grandes indústrias. E, desta forma, o Estado, nesta configuração imperialista (capital financeiro e industriais), está a formar “Estados rentistas”, “[...] de Estados usurários, cuja burguesia vive cada vez mais à custa da exportação de capitais e do “corte de cupões” (Lenin, 2012, p. 167). Ideia que foi sintetizada por Sampaio Junior (2012, p. 40).

Por um lado, a expansão e a centralização, do capital financeiro dão origem a uma oligarquia financeira, com uma complexa rede de interesses internacionais, que prepondera sobre o conjunto dos capitalistas. A sua ramificação, na forma de “união pessoal”, pelas altas esferas da indústria, das finanças e do Estado, potencializa ainda mais seu poder econômico e político. O controle da economia, das finanças e dos assuntos do Estado transforma a luta pelo controle territorial da economia mundial e a violência como método de acumulação – o imperialismo – em razão de Estado.

Outros teóricos realizaram seus estudos e concepções sobre o Estado. Aqui referenciamos o pensador italiano Antonio Gramsci, da década de 1930, na sua obra *Cadernos do Cárcere*, afirmou “[...] uma vez que se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de Sociedade Civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado=sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção” (Gramsci, 2002, p. 244). Gramsci entende o Estado como uma *Ampliação*, uma junção entre o Político e a Sociedade, ou seja, há uma ação coercitiva por parte do poder político (uma classe dominante) e um caráter de consenso por parte da população ou, como o autor define, os governados. Há uma forma de hegemonia coercitiva, pelo aparato estatal, seja no formato de lei ou de regulamentação jurídica que é exercido por esta classe para legitimar seu domínio e poder., pois “o Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com que a classe dirigente justifica e mantém seu domínio e ainda consegue obter o consenso ativo dos governados” (Gramsci, 2005, p. 91). O Geógrafo David Harvey, em estudos recentes, aponta que o Estado é o “Imperialista Capitalista”, ligado a uma fusão das políticas do Estado com Império, que ânsia pela busca do domínio territorial, com a finalidade econômica, política e militar, tendo fim o acúmulo de capital no “espaço e no tempo”, já que “as estruturas institucionais contidas no Estado têm [...], um influente papel a desempenhar no estabelecimento do cenário da acumulação do capital” (Harvey, 2014, p. 33).

Por fim, o pensador István Mészáros, a partir de seus escritos, realizou análise e crítica ao Estado, resgatando historicamente a origem, desenvolvimento e a ideia de “fenecimento” de Estado, proposta por Marx. Para entender o Estado, é preciso compreendê-lo e ser “[...] visto como historicamente situado em relação à produção e a reprodução sociometabólica com um todo” (Foster, 2021, p. 37). Mészáros entende que o sistema de reprodução sociometabólico do capital está centrado, erigido e sustentado na relação entre: Estado, trabalho e capital. Esta tripla inter-relação está

profundamente interconectada em escala global, dentro do antagonismo sistêmico do capital, tendo em vista que “[...] a materialidade do Estado está profundamente radicada na base sociometabólica antagonística sobre a qual todas as formações estatais do capital foram erigidas” (Mészáros, 2021, p. 173).

O capitalismo, segundo o autor, não é apenas um sistema econômico, mas uma forma de metabolismo social, um sistema orgânico que integra as relações sociais e as várias esferas da sociedade, ampliando para o social, político, ético, ambiental, etc., bem como a exploração da força do trabalho, que se mantém como força hegemônica por meio do Estado. O Estado é uma estrutura essencial para a reprodução sociometabólica e a manutenção do sistema capitalista, que utiliza-se do aparato estatal como forma de domínio e de poder, ou como o próprio Mészáros (2021, p. 172) afirma: “[...] o Estado como foi constituído sobre a base material antagonística do capital, não pode fazer nada além de proteger a ordem sociometabólica estabelecida, defendendo-a a todo o custo, sem considerar os perigos para o futuro da sobrevivência da humanidade”. Ou ainda, segundo Foster (2021, p. 37), “o Estado é uma forma hierárquica e repressiva da necessária estrutura de comando político global [...]”, sob o comando da reprodução do capital.

Mészáros apresenta o Estado-Leviatã. O autor apresenta que o Estado existiu e dominou historicamente por milhares de anos a reprodução social. Nos últimos séculos, o Estado-Leviatã impôs um projeto de sociedade que produz e reproduz o capital, nas questões vitais e no metabolismo social em escala global, ou ainda, “[...] na realidade, expropriar e usurpar as energias vitais de tomada de decisão do corpo social como um todo” (Mészáros, 2021, p. 49). Além do mais, “[...] o Estado tem o mandado para ser o usurpador da tomada decisão global de parte das determinações antagônicas estruturalmente consolidadas da nossa ordem sociometabólica historicamente constituída” (Mészáros, 2021, p. 87), ou seja, da reprodução sociometabólica do capital.

[...] Isso quer dizer que é impossível ir “para além do capital” dentro da ordem reprodutiva material da nossa sociedade sem superar o desafio vital das energias tomada de decisão do Leviatã, estruturalmente enraizadas impostas em toda parte, como se constituíram na história e uma grande variedade de formações estatais, e que se afirmam mais do que nunca nos dias de hoje (Mészáros, 2021, p. 50).

O fenecimento do Estado, apontado por Marx, ou como Mészáros expressa, a *erradicação progressiva do Estado*, só pode acontecer na prática, quando encontrada uma solução alternativa para a reprodução sociometabólica do capital. Para isso, a necessidade de uma *reestruturação qualitativa* do metabolismo social é necessária, não basta apenas abolir a estrutura estatal, é preciso reestruturar o sistema sociometabólico de acordo com a realidade histórica do nosso tempo, “isso equivale à necessidade de transferir para o corpo social também a totalidade dos poderes expropriados pelo Estado-Leviatã no curso da história” (Mészáros, 2021, p. 57).

Para Mészáros, ou nós conseguimos desenvolver condições necessárias sustentáveis para a nossa reprodução sociometabólica, com decisões racionalmente planejadas e administradas em escala global, ou, como ele aponta, a *casa planetária*, “[...] ou a violência endêmica, inseparável dos Estados-Leviatã historicamente constituídos, certamente destruirá a humanidade” (Mészáros, 2021, p. 60).

[...] Na condição de estrutura de comando global sobreposta de maneira inevitavelmente hierárquica – para perpetuar a ordem sociometabólica antagonística estabelecida –, o Estado não podia nem pode operar de outra forma, não importando quanto possam ser destrutivas as consequências, até mesmo guerras globais (Mészáros, 2021, p. 86).

De fato, o Estado vai se movimentando ao longo da história moderna sem perder sua base e modo de produção, o sistema capitalista. Como bem enfatiza Mészáros (2021, p. 225) que, nos últimos seis séculos, o Estado está constituído e “[...] fundamentado sobre o capital global em nosso próprio tempo, longe do desenvolvimento material historicamente sustentável, devido à atual modalidade perseguida de reprodução dos imperativos destrutivos inerentes ao sistema do capital”. Portanto, o que se move são os formatos de atuação política de quem está no poder, ou das recomendações econômicas. Como exemplo, temos a política neoliberal, que começou na década de 1970 e foi implantada no cenário nacional a partir da década de 1990, alterando o papel do Estado. As reformas, políticas fiscais, modernização da administração, renegociação de dívidas, desregulamentação, privatização, abertura comercial e outros elementos fazem parte dessa política. Segundo Medeiros (2020), é neste movimento de mudança do papel do Estado nacional, de abertura comercial e da grande liquidez do capital internacional, que ocasionará a “desnacionalização da agroindústria e indústria de alimentos do Brasil”.

Esse processo de abertura comercial vai direcionar as empresas do capital internacional e financeira com grande apetite para o mercado brasileiro. A entrada e a ocupação por parte de grupos, corporações e fundos de investimento serão vorazes no domínio e na centralização da produção e dos capitais, principalmente no setor agroindustrial. Segundo Christoffoli (2012), o setor estava passando por “modificações estruturais”. resultantes da crise econômica, da dívida externa e de financiamento para o setor agrícola e pecuário. Em decorrência a isto, o resultado será a entrada massiva do capital internacional, bem como a aquisição de empresas brasileiras do setor, como afirma Medeiros (2020, p. 67, 68).

Os Grupos internacionais, com grande alavancagem financeira, partiram para amplo processo de aquisições de empresas brasileiras de industrialização de alimentos, de carnes, de produção de insumos agrícolas, entre outras. A partir desse período, como apontado por Sauviat (2006), os fundos de investimento e fundos de pensão da Europa e dos Estados Unidos se tornaram a principal fonte de recursos para a expansão internacional dos grupos, especialmente via fusões e aquisições. Entre os anos de 1994 e 2003 foram registrados 312 processos de fusões e aquisições nos setores nacionais de alimentos, bebidas e fumo (Benetti, 2004). Nos anos seguintes, o processo de desnacionalização e centralização do capital se aprofunda no setor de sementes e biotecnologia. No período 1999-2013, os grupos Monsanto, Bayer Cropscience, Dow Agrosience e KWS adquiriram 29 empresas brasileiras (Bandeira, 2015). Nos anos seguintes as fusões e aquisições se intensificam entre os próprios grupos internacionais, com a compra da Syngenta pela estatal chinesa Chemchina em 2017, e da Monsanto pela Bayer em 2018.

Como é perceptível, a fusão e a aquisição por parte de grandes grupos, corporações e fundos de investimento do setor agroindustrial deixam claras as suas intenções: no processo de mundialização e financeirização do capital, esses Agroimperialistas buscam de forma desenfreada o controle, a centralização, a apropriação e a expropriação de todo o processo produtivo e da produção, com a finalidade de acúmulo de capital. Essa materialização está diretamente relacionada ao novo formato das funções do Estado, iniciado na década de 1990 e consolidado pela continuidade das ações políticas, econômicas e financeiras até os dias atuais. Trata-se da “tomada” do Estado, ou, como Marx e Engels afirmam, da constituição de uma gerência voltada para o controle dos interesses comuns das classes dominantes – o que pode ser identificado nos últimos governos, seja pela dominação de uma

classe, seja pela hegemonia das frações de classe, entre as quais se destaca a fração ampliada do capital, os Agroimperialistas.

O apoderamento do Estado, foi ratificado tanto legalmente, via decretos-leis, normativas, emendas constitucionais, como legitimado e construído publicamente pela sociedade, como sendo o “Agro”, o Pop, o Tech e o Tudo⁷³. Utilizou-se dele, do aparato estatal, como instrumento para materializar as formas ideológicas e concretas do seu setor, efetivando-se nos aspectos mais perversos de devastação, depredação e desmatamento ambiental. O avanço do “Agro” em regiões de terras protegidas e de florestas tropicais, como na Amazônia, que gerou saqueamento, ataques e o genocídio de povos indígenas e o extermínio dos Yanomami. Somado a isso, cita-se o “passar a boiada”, como referenciou o Ministro do Meio Ambiente, em 2020, além da liberação de mais de dois mil agrotóxicos e da exploração da força de trabalho a partir da reforma trabalhista e da previdência. E, ainda, a perda de outros direitos constitucionais, o desmonte e a criminalização das organizações e movimentos sociais; bem como a aprovação de leis que beneficiam as classes já privilegiadas, como: as desonerações, refis, redução da carga tributária, entre outras ações, como exposto por Marques (2023, p. 22), sobre o ex-presidente Jair M. Bolsonaro, “em linhas gerais, Bolsonaro entregou o país mais rico do mundo em biodiversidade ao agronegócio, aos pesticidas, aos incêndios criminosos, ao garimpo e à mineração”. Utilizam de mecanismos institucionais para legalizar seus interesses de acumulação, expropriação e expansão ideológica, como demonstra De Campos (2023, p. 9-10):

Ao longo das últimas décadas foram desenvolvidos vários instrumentos para reduzir a carga tributária em todas as etapas das cadeias produtivas agroalimentares priorizadas. Foram criados mecanismos de redução ou isenção dos tributos sobre os insumos utilizados na produção, como as sementes e mudas, fertilizantes e agrotóxicos. Foram criados benefícios para as agroindústrias e indústrias de alimentos, e nas etapas de comercialização e exportação dos produtos agroalimentares produzidos no país.

Outro exemplo prático, começou, no ano de 2023, a discussão nacional para uma reforma da carga tributária⁷⁴ para alguns setores e de produtos. No Setor da

⁷³ Leite e Medeiros (2012) pontuam que este pensamento da opinião pública foi introduzido a partir da década de 1990, e se consolidou na década seguinte, destacando a importância do Agronegócio para a economia brasileira.

⁷⁴ O que está em discussão na Câmara e no Senado Federal é: “Proposta simplifica o sistema tributário, substituindo cinco tributos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) pelo Imposto sobre Bens

Agropecuária não é diferente, buscam espaço dentro da política tributária e do Estado para reduzir ou até isentar os tributos pagos pelo setor. Um exemplo prático disto é o da soja, que ganhou nos últimos 50 anos, segundo De Campos (2023), muitos incentivos, desonerações e “[...] renúncias fiscais ininterruptas e outras políticas públicas de fomento, o Brasil se tornou o maior produtor e exportador mundial do grão”. E isso se materializa, segundo dados da página governamental Comexstat (2023): em 2022, entre todos os setores, o produto mais exportado foi a soja, responsável por 14% do volume total. Ou seja, dos 334 bilhões de dólares exportados, a soja correspondeu a 46,6 bilhões de dólares. Atualizando os dados para 2023, o Brasil exportou 339 bilhões de dólares, sendo a soja novamente o produto com maior participação, representando 16%, ou 53,2 bilhões de dólares (Comexstat, 2024). De janeiro a outubro de 2024, a soja ocupa o segundo lugar nas exportações nacionais, com 13% de participação. Esses dados demonstram que, quanto maior a produção do agronegócio (e, conseqüentemente, o acúmulo de capital e a obtenção de superlucros), menor tende a ser a cobrança de impostos, taxas e tributos — eis a lógica dos Agroimperialistas. Assim, compreende-se que o Estado, para os Agroimperialistas, na correlação de forças e interesses de classe, atua como instrumento para legalizar, legitimar e ratificar o domínio e a centralização sobre o aparato estatal. Não por acaso, no processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em maio de 2016, 50% dos votos favoráveis foram de parlamentares integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária – FPA (Santos; Glass, 2018).

Outro exemplo prático é o apoio do Estado no financiamento do setor agrícola e pecuário, via Crédito Rural. Há uma discrepância enorme na distribuição, como já foi referenciado no segundo capítulo, no ano de 2022. Lembrando que o Crédito Rural

e Serviços (IBS); Transição vai demorar dez anos, sem redução da carga tributária; proposta também cria o Imposto Seletivo Federal, que incidirá sobre bens e serviços cujo consumo se deseja desestimular, como cigarros e bebidas alcoólicas. Características do IBS: “terá caráter nacional, com alíquota formada pela soma das alíquotas federal, estaduais e municipais; estados e municípios determinam suas alíquotas por lei; incidirá sobre base ampla de bens, serviços e direitos, tributando todas as utilidades destinadas ao consumo; será cobrado em todas as etapas de produção e comercialização; será não-cumulativo; contará com mecanismo para devolução dos créditos acumulados pelos exportadores; será assegurado crédito instantâneo ao imposto pago na aquisição de bens de capital; incidirá em qualquer operação de importação (para consumo final ou como insumo); nas operações interestaduais e intermunicipais, pertencerá ao estado e ao município de destino” (Câmara dos Deputados, 2023). Também elencamos aqui o documento, organizado pelo economista da UNICAMP, Eduardo Fagnani: *A Reforma Tributária Necessária: diagnóstico e premissas*, de 2018, com apoio da ANFIP, FENAFISCO e da Plataforma Política Social.

é um financiamento público que se destina a área rural, para produtores do setor da Agricultura e da Pecuária, que buscam e utilizam de recursos públicos para: custear, comercializar, industrializar e investir na produção em suas propriedades.

Na análise dos dados dos últimos 11 anos, com base no recorte temporal estabelecido para o objeto de pesquisa e para as políticas sociais, identifica-se de forma bastante clara o apoio financeiro do Estado ao setor dos Agroimperialistas. Para o levantamento dos dados no Banco Central do Brasil, foram considerados, primeiramente, dois programas específicos: o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1995, destinado a agricultores e produtores rurais que subsistem em unidades familiares, com o objetivo de fortalecer e fomentar o custeio, a comercialização e o investimento na produção rural, promovendo a geração de renda para as famílias que vivem e dependem do meio rural; e o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP), criado em 2010, voltado ao fortalecimento e financiamento de crédito rural para propriedades de médio porte ou médios produtores, abrangendo atividades de custeio, investimento e assistência técnica. Além desses, foi considerado um terceiro agrupamento, denominado “Demais Programas”, que reúne diversas iniciativas com ênfase no apoio ao agronegócio, a produtores empresariais, a cooperativas e ao setor agropecuário em geral. Essa nomenclatura foi consolidada no Plano Safra 2019-2020, com a criação de uma linha específica de financiamento intitulada “Demais Produtores e Cooperativas”.

Como citado, o grande volume de recursos do Crédito Rural está nas mãos dos Demais Programas, que correspondem – em média geral – três quartos do total do financiamento público. Ao comparar as porcentagens entre o menor valor contratado, 70,20%, em 2019-2020. para 75,73%, em 2021-2022, há uma variação de 5%. Uma observação que pode ser levada em consideração, é que, no ano-safra de 2019-2020, temos o menor valor firmando nos Demais Programas, mas também é o ano em que tivemos a maior participação de recursos contratados pelo Pronamp. Os dois setores englobam o setor da Agropecuária, ou melhor, dos médios, grandes produtores e o setor empresarial. Chegando neste ano-safra (2019-2020) nos dois programas, com 84,82% dos recursos. Ficando para o Pronaf, que engloba o maior número de estabelecimentos, segundo o Censo Agropecuário de 2017, apenas 15,18%.

Para demonstrar na prática o que estamos argumentando sobre o apoio estatal a um setor – no caso, o dos “Demais Programas”, que representa aqui a categoria dos Agroimperialistas –, a tabela 4, apresentada a seguir, com dados dos contratos

firmados junto ao Banco Central, detalha os três programas no período de julho de 2013 a junho de 2024, meses que compõem o calendário agrícola nacional. Essa tabela evidencia de forma mais clara a posição do Estado em relação ao setor.

Tabela 4 – Dos valores de Contratos⁷⁵ firmados, segundo o Banco Central do Brasil, a partir do Pronaf, Pronamp e Demais Programas (em Bil. de reais)⁷⁶

Ano	PRONAF	% valor total	PRONAMP	% valor total	Demais Programas	% valor total	TOTAL
2013-14	21,78	14,10	18,21	11,79	114,52	74,11	154,51
2014-15	23,84	15,28	16,40	10,50	115,84	74,22	156,08
2015-16	16,38	13,31	14,07	11,44	92,58	75,25	123,03
2016-17	22,26	14,03	17,69	11,15	118,74	74,82	158,69
2017-18	22,90	13,43	19,84	11,63	127,79	74,94	170,53
2018-19	23,38	13,50	21,04	12,15	128,76	74,35	173,18
2019-20	28,83	15,18	27,78	14,62	133,37	70,20	189,98
2020-21	33,10	13,44	29,81	12,10	183,40	74,46	246,31
2021-22	41,53	13,17	34,81	11,03	239,10	75,80	315,44
2022-23	53,20	14,81	49,37	13,75	256,60	71,44	359,17
2023-24	61,49	15,06	50,24	12,30	296,61	72,64	408,34

Fonte: BCB (2024). Elaboração do autor (2025).

Para corroborar com esta análise, traz-se os dados de estabelecimentos, ou melhor, das propriedades de ocupação via Censo Agropecuário do IBGE, em 2017. Nesse levantamento, o Brasil tinha 5.073.324 estabelecimentos, destes, 3.897.408 se consideram Agricultura Familiar, ou seja, temos 76,82% pertencentes a esse setor. E apenas 23,18%, se consideram médios ou não pronafianos (IBGE, 2017). Levando isso em consideração, mais os valores do plano safra de 2017-2018 (ano do censo), o Pronaf teve participação no crédito rural com 13,43% ou com 22,90 bilhões de reais, num universo de 76,82% de estabelecimento. Já os outros dois programas, que correspondem 23,18% dos estabelecimentos, ficaram com 86,57% dos recursos, que, nos valores totais dos contratos firmados, chegaram a 147,63 bilhões de reais.

Outro ponto a ser identificado é que os valores contratados vêm ano após ano, em uma escala crescente. Mas no ano 2015-2016, houve uma redução nos recursos contratados, em relação ao ano anterior; de R\$ 156,08 bilhões, de 2014-2015, para R\$ 123,03 bilhões. Um recuo do financiamento de R\$ 33,05 bilhões, que

⁷⁵ Valores foram retirados do Banco Central do Brasil, dos contratos firmados do período analisado, de 2013 até 2023.

⁷⁶ Os dados levantados da Matriz do Crédito Rural, do Banco Central, foram pesquisados e retirados em agosto de 2024 (BCB,2024).

correspondeu a uma redução de 21,18%. Pressupõe, portanto, que neste período, além do início do segundo Governo Dilma e do movimento de reestruturação, há o processo de crise econômica, financeira e política⁷⁷, que se passava nesse ano-safra, o que ocasionou esta redução. Ainda em tempo, se for fazer uma conta, ao dividir os valores contratados por números de estabelecimentos, chega-se à seguinte análise, conforme a tabela 5.

Tabela 5 – Números de estabelecimentos, valores contratados por Pronaf, Médios e não pronafianos no ano-safra de 2017-2018

Programa	Nº de estabelecimentos	Valores contratados (bil.)	Valor médio geral
Geral	5.073.324	170,53	R\$ 33.613,07
Pronaf	3.897.408	22,90	R\$ 5.875,69
Médios ou não pronafianos	1.175.916	147,63	R\$ 125.544,68

Fonte: BCB (2024). Elaboração do autor (2025).

A tabela demonstra que a média dos contratos firmados pelo Pronaf é 21 vezes menor do que os outros dois programas, ou em relação aos “médios ou não pronafianos”, ficando, ainda, quase 6 vezes menor que a média geral de todos os contratos. Estes dados demonstram a discrepância e a contradição do financiamento público. Há uma inversão clara dos valores e dos recursos contratados, pelo número de estabelecimentos existentes, deixando evidente a clara posição da política estatal do Crédito Rural, no benefício e apoio ao setor do agronegócio, os Agroimperialistas.

As análises e os dados que se apresentaram a seguir, demonstram os números do PIB nacional. Primeiramente, a partir do levantamento e quantificação feita pelo IBGE, órgão oficial (tabela 6) e posterior, os dados que o próprio setor agropecuário registra, a partir da Cepea/Esalq-Usp (tabela 7).

Na análise da correspondência entre o PIB nacional e o setor agropecuário, conforme a tabela abaixo, observa-se que o valor ou a porcentagem da contribuição da riqueza socialmente produzida é baixa, não alcançando 7% do total, mesmo no ano de maior participação, em 2022. Houve uma variação entre o menor percentual, registrado em 2019, e o maior, em 2022, com 2,61%.

⁷⁷ Na estrutura Política, ou melhor de gestão política, é o ano-safra que temos os desdobramentos e o afastamento de Dilma Rousseff da presidência, em maio de 2016. E, posterior a isso, em agosto deste ano, o *impeachment*. Esse contexto, de forma direta ou indireta, gerou impacto na liberação do financiamento do Crédito Rural.

Tabela 6 – Dados do PIB nacional, do setor da agropecuária do Brasil e a porcentagem de contribuição do setor no ano de 2013-2023, segundo o IBGE

Ano	Brasil PIB (trilhões)	Setor Agropecuária (bilhões)	% do Setor
2013	5,33	240,29	4,51%
2014	5,77	249,97	4,33%
2015	5,99	258,96	4,32%
2016	6,26	306,65	4,90%
2017	6,58	302,97	4,60%
2018	7,00	309,61	4,42%
2019	7,38	310,71	4,21%
2020	7,60	434,62	5,72%
2021	9,01	591,08	6,56%
2022	9,90	675,50	6,82%
2023	10,9	720,00	6,60%

Fonte: IBGE (2024). Elaboração do autor (2025).

Ao se analisar a contribuição em receita do próprio setor para o seu PIB específico, a porcentagem é mais elevada, como veremos abaixo. Como os dados oficiais do IBGE não correspondiam às suas expectativas, o agronegócio, a partir de janeiro de 2017, passou a calcular seu próprio PIB, o chamado PIB do Agronegócio. Esses dados são produzidos pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Escola Superior de Agricultura 'Luiz de Queiroz' (Esalq/USP), com apoio da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

O PIB do Agronegócio tem por base de cálculo a soma de quatro segmentos: “insumos para a agropecuária, produção agropecuária básica, ou primária, agroindústria (processamento) e agrosserviços” (CEPEA; CNA, 2024, s/p), que vão desde a comercialização, transporte, ao consumidor final ou, também, para a exportação. Esses segmentos são analisados com base em dois ramos: o *Agrícola* (vegetal) e o *Pecuário* (animal). Ao somar os quatro segmentos em cada ramo, se tem o PIB do Agronegócio; deste, geram dois indicadores⁷⁸ centrais que demonstram o desempenho do setor por diferentes ângulos, que são:

⁷⁸ O PIB do agronegócio brasileiro refere-se, portanto, à renda gerada de forma sistêmica na produção de insumos para a agropecuária, acrescida da renda gerada na produção primária e se estendendo por todas as demais atividades que processam e distribuem o produto ao destino final (consumo doméstico, exportação ou estoques). A renda, por sua vez, se destina à remuneração dos fatores de produção: (a) trabalho (inclusive do empresário/proprietário/administrador), (b) capital (juros e depreciação) e (c) terra e recursos naturais. Em capital, estão incluídos veículos e máquinas, benfeitorias, rebanhos, pomares e povoamentos florestais (CEPEA, 2017, p. 4).

PIB-renda Agronegócio: (equivale ao PIB divulgado anteriormente pelo Cepea): reflete a renda real do setor, sendo consideradas no cálculo variações de volume e de preços reais, sendo estes deflacionados pelo deflator implícito do PIB nacional. **PIB-volume Agronegócio:** PIB do agronegócio pelo critério de preços constantes. Resulta daí a variação apenas do volume de produção. Este é o indicador de PIB comparável às variações apresentadas pelo IBGE (CEPEA; CNA, 2024, s/p.).

Nos dados do PIB do Agronegócio, por exemplo, o setor em 2020 contribuiu com R\$ 1,96 trilhões (CEPEA; CNA, 2024), que corresponderia a mais 25% do PIB nacional, ao contrário do valor de R\$ 343,62 bilhões, como o IBGE aponta. A tabela 7 demonstra os valores do Produto Interno Bruto do país, segundo os dados do IBGE, dos valores correntes do PIB do Agronegócio, praticado pela CEPEA/ESALQ-USP/CNA, e a porcentagem de contribuição do setor para o PIB do Brasil, com levantamentos de dados dos últimos onze anos.

Tabela 7 - Contribuição do setor Agropecuário no Produto Interno Bruto – PIB. Dados segundo o Cepea/Esalq-USP

Ano	Valor total – PIB (trilhões)*	Setor Agropecuária (trilhões)**	%
2013	5,33	0,996	18,68
2014	5,77	1,07	18,54
2015	5,99	1,19	19,86
2016	6,26	1,38	22,04
2017	6,58	1,35	20,51
2018	7,00	1,40	20,00
2019	7,38	1,51	20,46
2020	7,60	1,96	25,79
2021	8,70	2,39	27,47
2022	9,90	2,54	25,65
2023	10,9	2,60	23,85

Fonte: CEPEA/ESALQ-USP (2024). Elaboração do autor (2025).

* Dados tirado da SIDRA/IBGE

** Dados extraídos da Cepea/Esalq-USP (CEPEA; CNA, 2024).

De fato, levando em consideração algumas análises genéricas do que foi apresentado, o setor dos Agroimperialistas em nada contribuem para a manutenção do aparato estatal. A baixa arrecadação das atividades agrícolas, pecuária e serviços relacionados, demonstra *a priori* que não financiam as políticas sociais e nem o

mínimo para manter as próprias políticas do setor, implantada e implementada pelo aparato estatal, através de ações e medidas, sejam em projetos e programas.

Por fim, pressupõe-se que o Estado tem uma atuação com dois pesos e duas medidas. Tem uma atuação e função de realizar o mínimo possível, dentro da lógica neoliberal, com intervenções e mediações nas relações sociais, econômicas e políticas, servindo como um aparato regulador e centralizador, das práticas coletivas e das políticas sociais; mas, ao mesmo tempo, aberto com ações e medidas de intervenção no apoio econômico e financeiro de fortalecimento do “agro”. Nesse sentido, é possível afirmar que o estado contribui para o seu avanço e expansão, seja por meio de privilégios de acesso ao espaço geográfico, ao acúmulo de capital, aos superlucros dos grandes Agroimperialistas que atuam no país, como bem resumiu Sampaio Junior (2012, p. 9), “quando é para defender e impulsionar os interesses do grande capital, o poder estatal se revela mais forte do que nunca”.

3.2 AS POLÍTICAS SOCIAIS E O ESTADO

Inicialmente, parte-se do entendimento das políticas sociais numa relação direta do Estado com o econômico, ou, como Faleiros (1988) aponta, uma articulação entre política e economia. Político porque demanda de um aparato estatal para organização e instrumento de manutenção das mesmas; econômico, porque tem como base um modo de produção, o capitalismo. E este tem nas políticas sociais, conforme Faleiros (1988) expressa, um mecanismo para reproduzir a força de trabalho, exigência do capital e solução para suas crises.

De um ângulo geral, sem fazer análises estruturais das questões políticas e econômicas do sistema, pode-se entender as políticas sociais como ações, medidas e programas que os governos implantaram, por meio do Estado para promover e garantir direitos, proteção e seguridade social das pessoas, via benefícios sociais por intervenção ou financiamento público. Cita-se a previdência, a saúde (SUS), educação, habitação (moradias populares), subsídios (para famílias vulneráveis), entre outras ações sociais. Assim sendo, pode-se dizer que as políticas sociais são parte da riqueza socialmente produzida e desigualmente repartida, principalmente, quando tornam-se legalmente constituídas e distribuídas, na e pela estrutura estatal, em suas diversas formas de mediações e ações, por meio das implementações na resolução das questões sociais, que foram pactuadas nas diversas instâncias de

comando estatal e nas diferentes esferas de poder, como parte do jogo de interesses e disputas das classes sociais fundamentais, “isso porque a política social é uma ferramenta primordial utilizada pelo Estado para a maximização do bem-estar social”, como aponta De Castro (2009). O autor aprofunda o conceito de política social, como:

[...] sendo composta por um conjunto de programas e ações do Estado que se concretizam na garantia da oferta de bens e serviços, nas transferências de renda e regulação de elementos do mercado. Para tanto, a política social busca realizar dois objetivos conjuntos que são a *proteção social* e a *promoção social* para dar respostas aos direitos sociais e a outras situações não incluídas nos direitos as quais dizem respeito às contingências, necessidades e riscos que afetam vários dos componentes das condições de vida da população, inclusive os relacionados à pobreza e à desigualdade (De Castro, 2012b, p. 1014).

Historicamente, as políticas sociais, conforme Faleiros (1988) e De Castro (2012b), foram medidas adotadas desde a década de 1930 como ações intervencionistas do Estado na economia. A crise em 1929, de superprodução do capital ou a “crise de superacumulação, quedas repentinas da taxa de lucro e consolidação das organizações operárias” (Montaño; Duriguetto, 2011, p. 148), levou o capital a encontrar um caminho anticrise, e a proposta adotada pelo sistema capitalista foi o *Welfare State* – Estado do Bem-Estar; fundamentada pelo economista inglês Keynes, que tinha como ideia aumentar os gastos do Estado com serviços, auxílios e bens, para estimular a economia. Segundo Faleiros (1988, p. 26), “[...] no Estado do Bem-Estar social a maior ou menor restrição ao acesso a bens e serviços sociais está articulada ao desenvolvimento do capitalismo e de suas contradições”.

Estas medidas do *Welfare State* foram adotadas e implementadas em vários países, sendo a referência os Estados Unidos, no plano *New Deal*, ou “novo acordo”, lançado pelo presidente Roosevelt como política e programa estatal para recuperar a economia do país da “grande depressão” de 1929. Entre as ações, a implantação de políticas sociais, nas áreas de saúde, seguridade social, educação, emprego, entre outras; bem como o investimento em obras públicas e infraestrutura; direitos (leis) trabalhistas; regulação financeira, especialmente sobre os bancos e o controle sobre os sindicatos; entre outras medidas (Montaño; Duriguetto, 2011, p. 151).

No Brasil, a intervenção do Estado se concretizará a partir da década de 1930, quando o governo de Getúlio Vargas vai impulsionar o processo de políticas de industrialização; programas de investimento em obras públicas, em políticas sociais e

outras medidas. Aqui mencionamos a educação (criação do MEC, reformas, leis orgânicas, etc.), a previdência social (programa para aposentados e pensionistas da indústria), na saúde a prestação de vários serviços; e, o Código de Leis Trabalhistas – CLT; entre outras ações.

Para De Castro (2009, p. 90),

No âmbito das políticas sociais, é a partir de 1930 que se assiste ao surgimento de um conjunto de leis referentes à criação de órgãos gestores de políticas sociais e à garantia de direitos trabalhistas. Por exemplo, na saúde e educação, registraram-se alguns avanços significativos, com progressiva expansão do potencial de atendimento da rede pública e significativa centralização dos comandos no nível do executivo federal.

De fato, a superação da crise da década de 1930 tem como elemento central a intervenção do Estado. Entretanto, as ações do próprio modo de produção capitalista visavam encontrar soluções e reconfigurar sua forma de acumulação de capital. Isso se efetivou no formato de produção em massa, ou em larga escala, e no mercado de consumo, introduzido por meio da produção industrial fordista. O objetivo era “[...] extrair o maior rendimento possível dos/as trabalhadores/as” (Antunes; Pinto, 2017, p. 37) e impulsionar a produção industrial, independentemente das consequências para a classe trabalhadora. Este momento de superação e recuperação hegemônica do capital foi bem sintetizado por Montaño e Duriguetto (2011, p. 155):

É pela influência do pensamento de Keynes na necessidade da intervenção estatal na economia, e de suas ideias na constituição das instituições de Bretton Woods, que se costuma falar de *Estado Keynesiano*, e a “aliança” entre as classes industriais fundamentais é designada como *pacto keynesiano*. É também pela influência do processo desenvolvido por Ford para a produção industrial (sua linha de montagem) isso a articulação entre a produção em grande escala (produção em massa) e consumo, quem também se costuma designar esse período do desenvolvimento industrial de *fordista*.

É deste sistema keynesiano e fordista que perpassam os processos de desenvolvimento do modo de produção capitalista de acumulação e exploração, até a década de 1970, quando o próprio capital entra novamente em crise. Crise econômica do capital em escala mundial, tendo como principal motivo a crise do petróleo. Outros fatores levaram ao aprofundamento da crise, como: as políticas econômicas adotadas (com base no fordismo-keynesianismo), inflação (altas taxas devido à crise do

petróleo), dívidas externas (devido aos empréstimos em moeda estrangeiras, no caso do dólar), entre outros motivos. Lembrando que após a Segunda Guerra Mundial os países, como o Brasil, ficaram dependentes do Imperialismo Americano, bem como dos organismos multilaterais, especialmente os financeiros, como Banco Mundial, FMI, OCDE e outros.

Nas décadas seguintes, o modelo keynesiano do Estado de Bem-Estar social vai ser a base das políticas econômicas dos governos que compõem o sistema capitalista, ganhando novos contornos ou uma nova configuração econômica com a proposta de política neoliberal a partir da década de 1970. Segundo Fiori (1997, p. 125), a “ascensão do neoliberalismo não foi linear, nem se deu da mesma maneira em todos os lugares ou em todos os países”. E o Brasil vai ser um exemplo disto, que as políticas neoliberais vão ser implantadas no Estado brasileiro, na metade da década de 1990, mais especificamente no Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Ainda é importante ressaltar que anterior a isso, o país iniciou um processo de implantação em outros governos, como o de Fernando Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994).

A política neoliberal foi fundamentada, entre outros, com destaque para o economista austríaco Friedrich Hayek em seu livro *Caminho da Servidão* (1944), onde afirmava que a economia sob a tutela do Estado resultaria em ineficiência econômica e perda da liberdade individual. É nesta obra que ele “[...] antecipou as ideias seminais da futura sublevação contra a intervenção igualitária do Welfare State” (Fiori, 1997, p. 216). Sua teoria ganhou novos defensores, como Milton Friedman, em *Capitalismo e Liberdade* (1962), defendendo a liberdade econômica e um papel mínimo do Estado. Essas ideias, juntamente com as de Hayek, foram incorporadas por outros economistas americanos nas décadas de 1960 e 1970, tornando-se hegemônicas dentro da academia americana. Posteriormente, formou-se, segundo Fiori (1997), uma geração de economistas que atuaram em cargos de destaque nas políticas econômicas implementadas e nos planos de estabilização dos Estados nos principais países periféricos da América Latina. Isso se confirmou com as primeiras experiências neoliberais em países latino-americanos, como no Chile na década de 1970, sob a ditadura militar do general Augusto Pinochet, que implementou medidas neoliberais de privatização, desregulamentação e abertura econômica no país.

Todavia, as políticas neoliberais seriam implantadas nos governos, ou, como Fiori (1997) afirma, da teoria para o campo da política, com a ascensão ao poder de

líderes com forte viés “liberal-conservador”. Isso se traduziu nas eleições da primeira-ministra Margaret Thatcher, em 1979, no Reino Unido, do presidente americano Ronald Reagan, em 1980, nos Estados Unidos, e do chanceler da Alemanha Helmut Kohl, em 1982.

Digamos que este foi o momento em que se dá a grande virada no plano político e os governos das principais economias do mundo passam a obedecer a um *desideratum* que, em grandes linhas, vinha do discurso acadêmico neoliberal. Neste momento, e no governo evidentemente, as teorias perderam muito da sua dimensão formalizada e acadêmica. Elas foram retraduzidas para o plano prático e se transformaram, o primeiro, nas políticas públicas pioneiramente experimentadas pela sra. Thatcher na Inglaterra, organizadas em torno do tripé básico “desregulação”, da “privatização” e da “abertura comercial”. Mas, logo depois, estas mesmas ideias foram consagradas por várias organizações multilaterais que se transformaram, na prática, no núcleo duro de formulação do pensamento e das políticas neoliberais voltadas para “ajustamento econômico” da periferia capitalista e também, é óbvio, da América Latina. Políticas que passaram a fazer parte indissociável das recomendações e das condicionantes do FMI, do BIRD, etc. (Fiori, 1997, p. 217).

Em algumas passagens desta pesquisa já foi mencionado as principais características do neoliberalismo, enfatizadas a partir desta nova política econômica mundial, que promove medidas neoliberais que ocasionaram a minimização das funções e da atuação do Estado, seja nas questões econômicas ou não intervenção no mercado, como também em relação aos cortes com gastos em especial das políticas sociais, bem como de reformas, ajustes fiscais, entre outras medidas econômicas. Entretanto, para se efetivar na prática, essas medidas, segundo Fiori (1997), têm necessidade de realizar as reformas estruturais do aparato estatal, fazendo os “ajustamentos econômicos e fiscais”, via orientação dos organismos multilaterais, através do Banco Mundial, FMI, BIRD, BID, etc., concretizando na implantação e implementação das medidas neoliberais. É a reforma do Estado que entrou em vigor no Brasil, como já sinalizado, na década de 1990. E como foi o caminho das políticas sociais no Brasil a partir deste período?

3.2.1 Alguns aspectos das políticas sociais do Estado brasileiro a partir da década de 1990

Para responder a tal questionamento no final do item anterior, parte-se do marco legal da Constituição Federal (CF) de 1988. É por meio da Constituição que as políticas sociais foram garantidas constitucionalmente, reconhecidas e admitidas como direitos legais e sociais, formando a base da proteção social, a qual será materializada por meio de ações, benefícios, serviços, programas e projetos sociais.

De Castro (2009) nos apresenta que, para entender as políticas sociais, é necessário levar em consideração as diversas conjunturas socioeconômicas e as condições dos problemas sociais que se apresentam em cada país. Para tanto, não é possível compreender as políticas sociais da década de 1990 até o presente momento sem entender o contexto histórico, econômico e político do Estado brasileiro. Como bem enfatizam Xavier e Deitos (2006, p. 68):

[...] o Estado e suas políticas sociais não são desvinculadas das condições econômicas, sociais e ideológicas que sustentaram e sustentam a condição do poder econômico, político e ideológico estatal na forma de um corpo político vivo, e, portanto, representativo dos interesses em jogo e, mais que isso, representativo das forças hegemônicas em um determinado momento histórico [...].

Antes de adentrarmos no contexto brasileiro, é necessário entender dois elementos, mesmo que de forma sintética: o *gasto social* e o *financiamento da política social*. Por *gasto social* entende-se o que o Estado destina ou financia recursos para a manutenção e ampliação de políticas públicas, ações ou programas para diversas áreas sociais, como: educação, saúde, assistência social, trabalho, etc. Cardoso Jr. e De Castro, em 2006, apresentam como Gasto Social Federal (GSF), onde a gestão governamental “[...] procura alocar as ações sociais em grupos diferenciados de acordo com o atendimento às necessidades e aos direitos sociais legalmente garantidos, a fim de facilitar a leitura e a compreensão dos rumos das políticas sociais adotadas no Brasil”. Já em 2012, De Castro expressa, ao se referir ao Gasto Público Social (GPS), que este permite e busca ampliar as políticas sociais do “[...] sistema de garantia de renda (monetária ou não monetária), enquanto elemento importante na geração de um determinado tipo de distribuição pessoal e funcional da renda e seu respectivo padrão de consumo dos indivíduos, famílias e grupos” (De Castro, 2012b,

p. 1016). Ou seja, o Gasto Social refere-se aos recursos financeiros destinados pelo Estado para financiar políticas e programas de áreas sociais, voltados para garantir direitos, promover a inclusão e a proteção social das pessoas. *Financiamento das políticas sociais*, são os recursos, as fontes orçamentárias de onde os governos buscam para garantir os gastos sociais das políticas sociais. O que nos interessa entender, que o financiamento das políticas sociais é implementado através de políticas públicas e programas, oriundos principalmente através de arrecadação de fontes tributárias, como impostos dos entes federados e de municípios; de contribuições previdenciárias, que é garantido pela CF/1988; de outras fontes de receita pública, como tarifas e taxas. Segundo De Castro (2012b, p. 1025),

A partir da Constituição Federal de 1988 (CF 88), a responsabilidade pública no financiamento da política social foi significativamente expandida, o que trouxe como consequência aumento dos gastos. Para fazer frente às despesas geradas pelos serviços e benefícios ofertados, era preciso proceder à alteração dos sistemas de financiamento e gestão das políticas sociais.

Dessa maneira, o financiamento das políticas sociais, ou dos gastos sociais do governo, pós CF/1988, impactará as gestões do Estado brasileiro. Pois, a partir deste momento foi expandido a estrutura institucional governamental, para atender a extensão dos benefícios garantidos pela Constituição. O que se apresentou no momento, foi um elevado gasto social, ao se materializar o que se pretendia, o cumprimento dos objetivos traçados, aprovado e a garantia dos direitos sociais, como: saúde, educação, trabalho, seguridade, previdência social, segurança, lazer, proteção e assistência, mediante ao acesso e ampliação destas políticas para a população brasileira, através dos programas, de bens e serviços públicos. Como bem enfatiza De Castro (2009, p. 94):

Esse conjunto de inovações, pelo alcance de seu significado, descortinava perspectivas promissoras para a existência de políticas sociais de Estado, como garantia legal de recursos públicos para a sua implementação. Indicava que o poder público em uma sociedade como a brasileira passaria a exercer um papel essencial e intransferível na produção, provisão e regulação de bens e serviços, além da defesa dos interesses coletivos e na assunção do social com o verdadeiro bem público.

Para alcançar tal objetivo, o Estado precisou redistribuir as competências tributárias das áreas governamentais, onde aumentou os valores dos gastos para as áreas sociais, além de reorganizar os benefícios entre os estados e os municípios, ampliando as transferências constitucionais que alteraram também a repartição da arrecadação tributária em favor destas esferas. Com estas medidas, segundo De Castro (2009, p. 95), “[...] aumentou a capacidade de financiamento dos gastos públicos desses entes federados, o que poderia significar menor dependência em relação à União na cobertura das políticas sociais”. E isso impactou as ações e as medidas dos governos que assumiram pós Constituição de 1988, pois as políticas sociais implementadas pelo Estado foram e estão no centro do debate político. De acordo com De Castro (2018, p. 212), “[...] dentre outros motivos porque respondem por fração considerável do gasto público, o que as torna alvo de disputas acirradas na divisão dos recursos orçamentários”.

Na gestão de Fernando Collor de Mello (1990-1992), por exemplo, as políticas sociais foram colocadas em “cheque”. O governo tinha como objetivo revisar os direitos constitucionais de 1988, pois o próprio documento previa uma revisão no ano de 1993. Desta maneira, segundo De Castro (2009), várias manobras políticas e administrativas foram realizadas, entre elas: descumprir regras que foram acordadas pela Constituição; vetos integrais de projetos de lei que foram aprovados pelo Congresso; descumprimento de prazos constitucionais que tinham sido acordados como encaminhamento dos projetos de legislação que era de responsabilidade do executivo; entre outras ações, que foram definidas por Calixtre e Fagnani (2017), de *formulação de agenda de contrarreforma truncada*. Isso se evidenciou, conforme apresenta De Castro (2009), na tentativa de desvincular os benefícios da seguridade social do valor do salário-mínimo; do veto de 25 itens da Lei Orgânica da Saúde, em especial a estrutura de financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS), reduzindo os gastos em saúde e em outras áreas sociais.

A agenda da contrarreforma também teve continuidade no Governo de Itamar Franco (1992-1994), após *impeachment* de Collor, em 1992, quando assume o país, momento no qual o governo iniciou o processo de formação de leis orgânicas das áreas, como a Previdência Social, da Assistência Social e da Função Social da Propriedade Fundiária, de discussões sobre a educação básica e a nova legislação para a Previdência Rural (De Castro, 2009). Ao mesmo tempo, para contenção de um cenário econômico em desequilíbrio, déficit público, inflação e crise do financiamento

da saúde, foi aprovado a implantação do Fundo Social de Emergência (FSE), via Emenda Constitucional, levando a Desvinculação das Receitas da União (DRU), que possibilitou para o governo a captura 20% das fontes de recursos que financiavam as políticas sociais e que foram asseguradas constitucionalmente em 1988. De acordo com De Castro (2009, p. 100):

Apesar dos objetivos declarados do FSE, os resultados não foram satisfatórios para a política social. Algumas áreas perderam recursos, principalmente a educação e as políticas de apoio ao trabalhador, financiadas pela FAT. Além disso, o FSE prejudicou os estados e municípios, levando-os cada vez mais à dependência político-financeira do governo federal via repasses voluntários de recursos. Ademais, não se conseguiu resolver o problema do déficit público, que, em última análise, havia justificado a sua criação.

Nas duas gestões do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), período de 1995 até 2002, o foco foi a ofensiva e a *retomada das contrarreformas* das políticas sociais, como identificado por Calixtre e Fagnani (2017). Para buscar o equilíbrio econômico, o governo realizou ações, como: o *plano real* e a abertura comercial, como medida para controle da inflação que por um lado valorizou o câmbio e por outro desequilibrou as contas externas. A solução encontrada pelo governo foi elevar as taxas de juros básicos da economia, sendo mais de 40% ao ano, com o objetivo de “[...] atrair o capital especulativo e acumular reservas cambiais”, dobrando o aumento da dívida líquida do setor público em oito anos (de 30 para 60% do PIB entre 1994 e 2002) (Calixtre; Fagnani, 2017, p. 5).

Na solução dos problemas da crise fiscal do Estado – identificada por gastos públicos sociais – e a busca pela estabilização macroeconômica, foram implementadas reformas estruturais do aparelho estatal, com o objetivo de buscar a melhoria e a eficiência da máquina pública, gerando cortes nos gastos sociais. As justificativas do governo, de acordo com De Castro (2009), são os males dos programas sociais pela falta de planejamento e coordenação; indefinição de prioridades; pouca capacidade de distribuição das políticas sociais; carência de critérios transparentes para alocação dos recursos e de fiscalização, entre outros. Como solução, investir em mecanismos de descentralização, focalização e parcerias do setor privado, ideários do pensamento neoliberal.

A centralidade do ajuste macroeconômico e da reforma liberal do Estado exigia que o foco “nos pobres” fosse a única política social possível para o Brasil. A serventia dessa opção é clara, pois ela, simultaneamente, atendia aos imperativos do ajuste fiscal (é barata, menos de 0,5% do PIB); aos propósitos da reforma liberal do Estado (o desmonte do Estado Social); e ao apetite da “financeirização” pela ampliação da oferta privada de serviços sociais para os “não pobres” (aqueles que recebem mais de 1 US\$ por dia) (Calixtre; Fagnani, 2017, p. 5).

Afirma-se, com base nas leituras de Cardoso Jr. e De Castro (2006), Calixtre e Fagnani (2017) e De Castro (2009), que, a partir de 1994, último ano do governo de Itamar Franco, e durante os governos de Fernando Henrique Cardoso, a proposta central estava nos ajustes macroeconômicos, aumento da carga tributária, reformas estruturais e setoriais do aparelho estatal – por meio do Plano Diretor da Reforma do Estado (1995) –, redução dos gastos sociais, com o objetivo de estabilizar a crise monetária e promover o ajustamento fiscal do país. Esse ajuste fiscal foi monitorado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que orientava a restrição, especialmente nos gastos sociais. Além disso, houve um deslocamento de recursos do orçamento social para realizar esses ajustes, estabelecendo um limite, um “teto” para os gastos sociais. Mesmo com essas medidas, a realidade que se apresentava foi um elevado Gasto Social Federal (GSF), que “[...] diante do PIB, cresceu, entre 1995-2002, algo como 16%, enquanto o gasto financeiro cresceu 53% no mesmo período” (Cardoso Jr.; De Castro, 2006, p. 168). Portanto, nas áreas sociais, “No campo da cidadania social, os valores do Estado de Bem-Estar, inscritos na Carta de 1988, eram incompatíveis com a agenda liberal, e passou-se a exigir a eliminação do capítulo sobre a ‘Ordem Social’” (Fagnani, 2017, p. 4).

É preciso mencionar um elemento central referente ao Estado e as políticas sociais da década de 1990, que são as orientações dos Organismos Internacionais. A reforma do Estado, centrada pelos princípios neoliberais, de abertura comercial, descentralização, desregulamentação, privatização, ajustes fiscais e estruturais no aparelho estatal e sociais, ancorada dentro da configuração produtiva do modo de produção capitalista. No caso brasileiro, foram pautadas pelas orientações ou o “receituário sistêmico da globalização do capital”, nas palavras de Deitos (2011), dos Organismos Internacionais, como: o FMI, Banco Mundial (BM), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que deram as cartas para estes princípios neoliberais e para a modernização do Estado e da administração tributária, com ênfase nas várias

reformas, como: do funcionalismo público; a fiscal “[...] centrado no controle da administração dos recursos tributários, na redução do desequilíbrio fiscal entre as esferas administrativas e no controle dos gastos sociais” (Deitos, 2011, p. 128); somada à administrativa; à segurança social; à tributária; ao código fiscal; e, por fim, as instruções para as parcerias do setor privado.

De acordo com Deitos (2011, p. 130),

Esse processo converge com outras dimensões necessárias para as reformas estruturais e setoriais. Neste quesito, o controle e a gestão dos gastos sociais do Estado com as políticas sociais eram, declaradamente, centrais para a aplicação dos ajustes econômicos e sociais ao país [...].

O receituário dos Organismos Internacionais para a realização das reformas estruturais e setoriais do Estado, tanto administrativa como nas áreas sociais, que foram materializadas na década de 1990, não sofreram rupturas no governo seguinte do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O que se apresentou, a partir da análise de Calixtre e Fagnani (2017), foi um “*continuísmo econômico e ambiguidades na proteção social*”, em especial na sua primeira gestão, de 2003-2006.

No cenário político e econômico, havia tensões entre Lula e o Partido dos Trabalhadores com setores como o mercado financeiro nacional e internacional, bem como de uma postura crítica ao sistema neoliberal e ao modelo de política macroeconômica estabelecida, entre outros pontos. Para acalmar essas tensões e incertezas, antes das eleições, na campanha de 2002, Lula divulgou a “Carta ao Povo Brasileiro”, onde acenava um apoio ao setor econômico e financeiro. Isso impactará seu primeiro governo, onde, segundo Calixtre e Fagnani (2017), cargos da política econômica foram assumidos por “ortodoxos e liberais”, bem como de agendas dos organismos internacionais. “Lula venceu as eleições, mas não venceu o mercado”, afirma Fagnani (2017), apresentando, dessa maneira, um cenário pautado em “[...] reformas liberais exigidas pelo mercado passaram a ser implantadas, com destaque para a tributária e previdenciária” (Calixtre; Fagnani, 2017), enviada pelo Executivo ao Congresso, no primeiro ano de gestão.

De acordo com Fagnani (2011) e Calixtre e Fagnani (2017), esse primeiro mandato está centrado entre a continuidade e a mudança. Continuidade das políticas macroeconômicas estabelecidas pelos governos anteriores, onde se mantinha uma política econômica liberal, com forças dentro do próprio governo que defendiam um

Estado Mínimo em relação às políticas sociais. E, de outro lado, a mudança que estampava a campanha e a base do governo, que defendiam os direitos universais, pois “nos primeiros anos do Governo Lula, o principal tema que dominou o debate, acerca dos rumos da estratégia social, continuava a ser a disputa entre “focalização” e “universalização”” (Fagnani, 2011, p. 4). O resultado, desta disputa, foi conhecido no primeiro ano de gestão, com documento do governo sobre a reduzida “focalização” dos gastos sociais federais, “[...] o documento defende explicitamente a prioridade aos programas de transferências diretas de renda em oposição às políticas universais” (Fagnani, 2011, p. 5).

Ao mesmo tempo, nas tensões entre estratégias de ação para o desenvolvimento social, o governo Lula reconheceu os grandes gargalos sociais que o Brasil enfrentava. Era necessário dar respostas e buscar medidas e ações para estancar estes problemas sociais, mas ao mesmo tempo era necessário diminuir as tensões internas e externas, da política econômica. Para isto, o Governo utilizou-se de estratégia social e econômica, que segundo Deitos (2011, p. 134), citando o documento do *Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)*, tinha por base um projeto “[...] que combinava crescimento econômico com distribuição de renda e proporcionava a inclusão de milhões de brasileiros e brasileiras ao mercado formal de trabalho e na sociedade de consumo de massa”.

No cenário social econômico posterior, os desdobramentos e encaminhamentos estratégicos e político-econômicos do governo do presidente Lula, ainda mais competentes, deixaram os tucanos longe em eficiência e gestão estatal e econômica, fortalecendo uma política dinamizadora em direção à ampliação das reformas estruturais e setoriais e distanciando-se do tucanato nos aspectos social-liberal e político e, em alguns aspectos, no econômico, ao produzir eficiente execução de reformas econômicas e sociais (Deitos, 2011, p. 133).

Com uma proposta definida e medidas políticas administrativas, além do crescimento econômico, levou o segundo Governo de Lula (2007-2010) a “ensaios de desenvolvimentistas”, conforme afirmam Calixtre e Fagnani (2017) e de “inclusão social”, para Fagnani (2011). Isso concretiza através do PAC de 2007, que tinha como objetivo a implantação de medidas e ações necessárias na promoção de aceleração de crescimento, aumento de emprego, melhorias das condições sociais, além de reduzir as desigualdades regionais e sociais, incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público em projetos de infraestrutura logística, energética,

social e urbana, entre outras (Brasil, 2007). Dessa maneira, as ações desenvolvidas tiveram crescimento econômico e destaque na agenda do governo, gerando uma articulação favorável entre as políticas econômicas e sociais, bem como o aumento do trabalho e das contas públicas, abrindo espaço para ampliar os gastos públicos em políticas sociais e de inclusão social.

[...] O crescimento teve repercussões positivas sobre o gasto social, mercado de trabalho e transferência de renda da Seguridade Social e dos programas de combate à pobreza extrema. Esses fatores contribuíram para a elevação da renda das famílias que, juntamente com o crédito, impulsionou o mercado interno de consumo de massas, base do ciclo de crescimento (Calixtre; Fagnani, 2017, p. 7).

Estes ensaios desenvolvimentistas do governo Lula irão iniciar um novo cenário econômico e social a partir da crise internacional do capital, em 2008. A crise impulsionou ações do Estado para dar resposta ao cenário econômico que se desenhava, já que as ideias neoliberais estavam sendo questionadas. Assim sendo, medidas anti-crise foram adotadas, com base em estratégia social, como na distribuição de renda, sendo um dos pilares para o desenvolvimento econômico e de programas, como o PAC, contribuíram para sustentar o cenário econômico do país.

No campo político e ideológico, emergiu um cenário favorável para a ampliação do papel do Estado na economia e na regulação dos mercados. O colapso financeiro Internacional (2008) interrompeu um longo ciclo de hegemonia do neoliberalismo em escala global. Muitos dos dogmas do “pensamento único” passaram a ser questionados. Instituições como BIRD e FMI reconheceram o fracasso das políticas inspiradas pelo Consenso de Washington. Este cenário abriu uma nova brecha para ampliação do papel do Estado na consolidação do sistema de proteção social consagrada pela Constituição de 1988 (Fagnani, 2011, p. 15-16).

Portanto, o que se apresentou na gestão de Lula (2003-2010) foi um cenário inicial com tensões entre propostas de focalização e universalização das políticas sociais, ajustes macroeconômicos e reformas. Ao mesmo tempo, seu governo pautou em busca de desenvolvimento econômico com base na estabilidade, distribuição de renda e a convergência entre as ações universais e de políticas focalizadas (Fagnani, 2011). Isso se identifica nas medidas e programas adotadas em áreas sociais, como: na seguridade social, programa fome zero, o bolsa família, segurança alimentar, Pacto pela Saúde e o Programa Mais Saúde, em 2008; no desenvolvimento rural, a

ampliação e maior investimento ao Pronaf e o fortalecimento da Agricultura Familiar; no campo da educação, programas, como a Universidade para Todos (Prouni) e a Universidade Aberta do Brasil (UAB), a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), em 2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF); o programa “Minha Casa, Minha Vida”, no campo da habitação; entre outras ações implantadas e implementadas, nos oito anos de Governo Lula.

Na sucessão do governo petista, Dilma Rousseff governou por dois mandatos, o seu primeiro governo, de 2011 até 2014; e, um segundo, de 2015 até maio de 2016, quando sofreu o *impeachment*. Sua gestão é entendida em dois momentos, um de ensaio de desenvolvimento e outro de políticas de austeridade, que veremos a seguir.

Seu governo adotará uma política e medidas com base no desenvolvimentista social, com ampliação e criação de novos programas sociais e aumento de consumo, através de políticas de redistribuição de renda, valorização do salário-mínimo e estímulo à inclusão aos bens, através de crédito bancário, medidas de continuidade que eram adotadas pelo governo anterior. Segundo Mello e Rossi (2017) identificam, neste período, da gestão de Dilma, ocorreu uma democratização no acesso a bens de consumo, mais do que isso, foi a nova configuração da demanda por bens, o que impactou fortemente o mercado de trabalho, resultando em uma queda expressiva na taxa de desemprego e um aumento no emprego formal.

As medidas adotadas pelo Governo Dilma – acrescentado a um cenário econômico instável, tanto nacional e internacional – impactaram diretamente em suas duas gestões. No seu primeiro mandato, segundo Calixtre e Fagnani (2017), a definem como o *recrudescimento das tensões*, tendo um “caráter antipopular e antidemocrático”. De acordo com os autores citados, este mandato pode ser entendido por dois aspectos. O primeiro, o econômico: no início de sua gestão há uma desaceleração do crescimento da economia, causado pelos impactos da crise financeira do capital em escala global e desacertos da condução das políticas internas, eram os desafios estruturais do Governo.

[...] O crescimento da concorrência internacional, a perda de densidade e complexidade industrial, a reprimarização da pauta exportadora e a limitação da expansão do crédito e do consumo (componentes importantes da demanda) aparecem como dilemas que

exigem uma nova estratégia de desenvolvimento no cenário pós-crise (Mello; Rossi, 2017, p. 6-7).

A busca de ajustes pela desaceleração econômica levou o Governo, no seu terceiro ano de mandato (2013), a adotar novas medidas de desoneração fiscal, do setor produtivo, bem como para os consumidores, além de pacotes de estímulos fiscais e financeiros para ajudar em setores, como a infraestrutura. Este cenário mundial e nacional, de desaceleração econômica, vai contribuir para o segundo aspecto, o político. No final de seu mandato, acirra-se as tensões, em pleno período eleitoral, “[...] quando a oposição aprofundou a campanha ideológica contra o suposto programa intervencionista da “esquerda”, agora com o propósito de apresentar o Brasil em “crise econômica terminal” (Calixtre; Fagnani, 2017, p. 7). Lembre-se de que a presente pesquisa terá início com a análise e quantificação dos dados sobre a contribuição do setor do “agro”, que é o objeto de estudo, a partir do ano de 2013. Esse ano marca o início de medidas e políticas de austeridade, com ajustes macroeconômicos para equilibrar os gastos públicos.

[...] Ao reduzir o crescimento da atividade econômica, desacelerou a arrecadação de impostos, colocando pressão sobre as contas públicas. Ao mesmo tempo, a desvalorização cambial pressionou a inflação e forçou o governo a recuar em relação ao afrouxamento da política monetária. A partir de abril de 2013, o COPOM inicia um ciclo de elevação da taxa de juros que, ao aumentar a conta de juros a ser paga pelo governo, retirou dele o argumento de que um superávit fiscal menor seria suficiente para estabilizar o endividamento público (Rugitsky, 2015, s/p.).

Utilizando o contexto brasileiro de “antipopular e antidemocrático” e a comunicação do governo que se recusava a debater questões estruturais, a pauta do dia passou a ser “ideias liberais”, tornando-se hegemônica na opinião pública. De acordo com Calixtre e Fagnani (2017, p. 8), isso gerou a “[...] necessidade imperativa de “ajustes”, em sua maioria de caráter recessivo, que foi aceita e passou a pautar os debates. A criação de um clima de crise fiscal e econômica ganhou a batalha [...]”.

Mesmo diante do cenário apresentado (do econômico e político), o primeiro mandato de Dilma Rousseff buscou criar e reforçar medidas para as áreas sociais e programas, como: Mais Médicos (2013), Água para Todos (2011); Brasil Carinhoso (2012); Pronatec (programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego); bem como o fortalecimento de programas já existentes, como: o Pronaf; Bolsa Família;

Minha Casa, Minha Vida; entre outros. Estas medidas – no campo social e dos ajustes macroeconômicos, de ações – foram identificadas por Singer (2015), como: redução dos juros; uso intensivo do BNDES; aposta na reindustrialização; desonerações; plano para infraestrutura; reforma do setor elétrico; desvalorização do real; controle de capitais; proteção ao produto nacional; serão apontadas como, “*ensaio desenvolvimentista*”, segundo o autor. Contudo, mesmo com estas ações e medidas sociais, o segundo mandato do governo Dilma, que iniciará em 2015, terá um cenário econômico nacional e internacional, que levará a uma política de *austeridade*, apontado por Singer (2015), Rugitsky (2015) e Mello e Rossi (2017), e, de *retrocessos*, de acordo com Singer (2015) e Calixtre e Fagnani (2017). Para definir austeridade, Rossi, Dweck e Oliveira (2018) a relacionam à política de ajuste fiscal ou econômico, voltada para a redução dos gastos públicos e do papel do Estado, bem como de suas funções como agente do crescimento econômico e promotor do bem-estar social. Por retrocesso, entende-se pela revisão, corte ou enfraquecimento de direitos ou de programas que visam promover manutenção ou ampliação de políticas sociais. Estas medidas de austeridade e de retrocessos emergiram no final do primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff.

Ao final de 2014, frente a novos choques econômicos, houve uma forte desaceleração da atividade, que acelerou a retração da arrecadação e houve piora significativa do resultado fiscal. Ao longo de 2015, foi rompida a “convenção do crescimento”, e foram adotadas medidas restritivas em todas as áreas, principalmente, na área fiscal, quando foi realizado um dos maiores ajustes fiscais da história recente [...] (Dweck; Teixeira, 2017, p. 2).

Desta maneira, para estabilizar as finanças públicas devido à recessão, inflação e o crescimento do déficit orçamentário, o Governo Dilma iniciou seu segundo mandato realizando medidas de ajuste macroeconômico, por meio de cortes nos gastos sociais e de aumento dos impostos, uma política de austeridade. Para realizar tais ajustes, a Presidenta nomeou ainda, em novembro de 2014, antes de assumir o segundo mandato, o economista Joaquim Levy, liberal e ortodoxo, que era próximo do mercado financeiro, como uma forma de alinhar as finanças públicas com a proposta de ações e medidas de austeridade. As quais foram concretizadas no início de 2015, e referendadas pela própria presidenta em entrevista, em 31 de março de 2015, afirmando a necessidade de buscar o equilíbrio fiscal.

[...] Tem medidas que nós tomamos porque podíamos, por ações que são infralegais, como se chamam, através de decreto. Fizemos várias correções, inclusive olhamos, no que se refere ao financiamento no Brasil, um ajuste muito grande nas taxas de juro, que nós subsidiamos, sim, e que eram parte das nossas medidas contracíclicas e que explicam por que o nosso desemprego, enquanto na Europa chegou a 60 milhões, aqui nós ampliamos o emprego no Brasil e que explicam por que nós não tenhamos tido uma queda tão grande da renda. Agora, nós esgotamos isso. Então, nós temos de dar uma reajustada no crédito, temos de mandar medidas tributárias, porque também desoneramos os investimentos e vamos mantê-los desonerados. Agora, em outras áreas, nós temos de fazer correções. Porque nós temos de buscar agora o reequilíbrio fiscal. E numa outra dimensão fizemos um realinhamento de preços. Esse realinhamento de preços foi feito de uma só vez. Isso significa também um sinal de que a economia vai passar por esse momento e nós queremos que ela inicie um processo de recuperação e acreditamos que ele não é um processo acelerado de recuperação, vai ser um processo que vai ter etapas, mas que a gente está acreditando que, devido a esses fundamentos, nós conseguimos já ter, no ano que vem, sinalização de crescimento (Micklethwait, 2015, s/p.).

A meta do governo era aumentar as receitas e reduzir os gastos das contas públicas. Para isso, no início da segunda gestão, foi realizado ajustes fiscais que incluía cortes de subsídios e revisão de desonerações tributárias concedidas em anos anteriores; mudanças de regras no acesso ao seguro-desemprego e a benefícios sociais, como abono salarial, com a finalidade de diminuir o déficit da Previdência Social e controlar os gastos com benefícios assistenciais; reajustes de impostos, como aumento das alíquotas do PIS/Cofins, a exemplo do combustível, e aumento de taxas sobre operações financeiras; além do “[...] aumento de contribuição sobre lucro líquido de instituição financeiras, de 15% para 20%. [...] o repasse de recursos da União para os Estados e Municípios, tem sido postergado [...]” (Jimenez, 2015, s/p.); cortes com os gastos sociais em várias áreas, como investimentos em infraestrutura, despesas administrativas e programas sociais. Os valores dos cortes chegaram a R\$ 69,9 bilhões, atingindo, de acordo com Jimenez (2015), vários setores, como: infraestrutura, através do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC); do programa Minha Casa, Minha Vida, com um corte de R\$ 6 bilhões, sendo o Ministério da Cidade responsável por este programa, uns dos maiores cortes, chegando a 17%; o Ministério de Desenvolvimento Agrário teve uma redução de 50% do planejado; na área da saúde, de R\$ 103,3 bilhões do planejado para, R\$ 91,5 bilhões, com uma redução de 11,42%; na educação, a proposta foi um corte de aproximadamente 10%; todos os outros ministérios tiveram cortes, em menor proporção.

Ainda em tempo, sobre medidas de austeridade, é preciso lembrar que o Governo de Dilma enviou, em julho de 2015, para a Câmara Federal a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 87/2015, modificando o *art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*, para alterar a forma de cálculo da Desvinculação de Receitas da União (DRU), aumentando a porcentagem, de 20% até 30%, das seguintes receitas: Contribuições Sociais e Econômicas; Fundos Constitucionais, como do Centro-Oeste, Norte e Nordeste; Taxas; e, Compensações Financeiras – da exploração de recursos hídricos e de minerais, com a vigência até 31 de dezembro de 2023. A justificativa do governo foi:

Nesse cenário, a desvinculação de receitas, vigente desde o ano de 1994, foi instrumento de racionalização da gestão orçamentária, que ampliou as possibilidades de atuação dos gestores públicos e possibilitou atender, de forma célere e tempestiva, as demandas da sociedade, sem comprometer o equilíbrio fiscal das contas públicas. Nesse ínterim, a DRU tem permitido à Administração Pública Federal não só estabelecer prioridades, mas também prover e alocar recursos para torná-las exequíveis (Câmara Federal, 2015, s/p.).

A proposta de Emenda Constitucional foi apreciada pela mesa, pelo plenário da Câmara e encaminhada à Comissão Especial. Por fim, em junho de 2016, após o *impeachment*, a PEC 87/2015 foi arquivada. Esta proposta, bem como as ações, medidas e políticas de austeridade do segundo Governo de Dilma geraram retrocessos, em especial, das políticas sociais, que de acordo com Calixtre e Fagnani (2017, p. 8):

Esse cenário propiciou o segundo resgate da “Agenda Perdida”, agora rebatizada de “Uma Ponte para o Futuro”. Economistas liberais que participaram da formulação daquela agenda em 2002 e integraram o primeiro escalão do Ministério da Fazenda (2003-2005) voltaram a dirigir a economia e ocupar o centro do debate. A acelerada deterioração da situação fiscal enfraqueceu o governo democraticamente eleito, amplificou a crise política e as ações antidemocráticas e criou condições para que o mercado completasse o serviço iniciado há mais de duas décadas, de fazer retroceder a cidadania social inscrita na Carta de 1988.

Estas medidas de austeridade levaram o governo Dilma ao desgaste econômico e a retroceder em algumas áreas, em especial as políticas sociais, gerando um desgaste do apoio popular, base de seu governo. Mais do que isto, foi o desgaste político que elevou o “caráter antipopular e antidemocrático”, utilizado pela oposição,

ocasionando o pedido de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, que aconteceu em maio de 2016. Ao assumir a Presidência, o vice-presidente Michel Temer traz consigo uma agenda totalmente neoliberal, baseada na retirada e cortes das políticas sociais, bem como de reformas estruturais, como a trabalhista e a discussão da reforma da previdência, que se materializa no próximo governo, que foi identificada por Fagnani (2017), a *derrocada da cidadania pós-golpe*.

O cenário de ajustes e de reformas que estava por vir já era apresentado por Fagnani, em maio de 2017. O autor apresentava seis atos que ocorreriam nos próximos governos e que levariam à “destruição” do Estado Social e dos direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988. Conforme afirmou Fagnani (2017), os porta-vozes do mercado afirmam que “as demandas sociais da democracia não cabem no orçamento”. Para o autor, estava em curso seis agendas, como: primeira, ampliar a desvinculação constitucional dos recursos nos gastos sociais, de 20% para 30% de impostos da DRU; segundo, “Novo Regime Fiscal” (PEC 55) criar, por 20 anos, um teto para crescimento das despesas vinculado à inflação; em terceiro lugar, acompanhando o novo regime fiscal, um teto que acaba com as vinculações constitucionais de recursos para educação e saúde; quarto, a Reforma da Previdência Social (PEC 287/2016); em quinto lugar, a reforma sindical e trabalhista; por fim, em sexto, a reforma tributária (Fagnani, 2017). Estes atos apresentados irão se materializar na prática, nos anos seguintes, no mandato de Michel Temer (maio de 2016 até 2018) e de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022).

Ao assumir o Governo após o *impeachment*, em maio de 2016, Michel Temer vai propor várias medidas, ajustes fiscais, reformas e cortes sociais que afetaram as políticas sociais e o desmonte do Estado Social, com base no ideário neoliberal. Isto se concretizou nos primeiros meses de Governo, com o envio de várias Proposta de Emenda Constitucional, entre elas, a PEC 55, do teto de gastos da saúde e da educação, aprovada via Emenda Constitucional 95, em outubro de 2016, que congelou os gastos públicos por 20 anos; do envio ao congresso da reforma trabalhista, previdenciária e do ensino médio; destas, a aprovação do Novo Ensino Médio, aprovada em fevereiro de 2017, e a reforma trabalhista, em julho de 2017. A reforma previdenciária foi realizada em 2019, pelo presidente Bolsonaro.

As medidas de austeridade iniciadas em 2015, no governo Dilma, foram concretizadas na gestão de Temer, especialmente com a aprovação do teto de gastos públicos e a reforma trabalhista. Esses foram os caminhos adotados pelo governo

para o ajuste econômico. Ao mesmo tempo, representaram um desmonte e retrocesso nos direitos e na aplicação das políticas sociais. O que se apresentará nos anos seguintes será um cenário de abismo social, com desigualdades de renda e salários, gerando o aumento da pobreza, cortes sociais, precarizando o acesso e a garantia de bens e serviços sociais públicos, entre outros. Segundo Dweck, Silveira e Rossi (2018), os ajustes fiscais têm papel central para compreender a desigualdade, pois a forma de arrecadar recursos e os gastos impactam na distribuição de renda, tanto de forma direta, ao determinar a renda disponível, quanto de forma indireta, quando se oferecem serviços e bens gratuitos, especialmente nas áreas de educação e saúde, que operam como redistribuição de renda por meio do acesso a bens e serviços. Portanto, a aprovação da EC 95, além de congelar os gastos públicos, reduzirá substancialmente os recursos destinados às políticas sociais, como apresentam Dweck, Oliveira e Rossi (2018, p. 25): “[...] nos próximos 20 anos, considerando uma taxa média de crescimento do PIB de 2,5% ao ano, o gasto primário do governo federal terá que passar de 20% do PIB em 2017 para 16% em 2026 e, sem alteração, chegaria a 12% do PIB em 2036”. Segundo Salvador (2020), ao apresentar o estudo de Felipe Rezende sobre a previsão dos gastos públicos com o Teto de Gastos – EC 95, aponta que, entre 191 países, apenas onze desses, extremamente pobres, praticam gastos na casa de 14% do PIB. Contudo, é contraditório a tomada de decisão de reduzir os gastos sociais, indo na contramão de países ricos e com um PIB elevado, que, em vez de reduzir os recursos em gastos sociais, os aumentam. Por exemplo, a Alemanha, que “[...] em 1970 representava 20,2% do Produto Interno Bruto, crescendo para 28,8% no ano 2000 e subindo para 33,6% no ano de 2020 [...]”, de acordo com os dados de Zimmermann (2022, p. 44).

Em tempo, Dweck, Oliveira e Rossi (2018) identificam ainda que a EC 95 gerará um outro problema, de composição ou “efeito achatamento”, comprimindo as despesas obrigatórias, especialmente nas áreas sociais. Na simulação, os gastos que serão reduzidos, em comparação ao gasto primário, ficarão:

(1) [...] algumas despesas obrigatórias, como os benefícios previdenciários devem crescer por motivos demográficos ou, na melhor das hipóteses, vão se manter estáveis em torno de 10% do PIB [...].

(2) [...] e o gasto com saúde e educação deve se ater ao novo mínimo que, desvinculado das receitas de impostos, deve cair de 2,41% do PIB em 2017 para 1,93% do PIB em 2026 e 1,5% do PIB em 2036.

(3) [...] tem-se que os demais gastos (como Bolsa Família, investimentos em infraestrutura, cultura, segurança pública, esportes, assistência social) precisarão encolher de 7% do PIB em 2017 para 2,6% do PIB em 10 anos e para 0,75% em 2036, o que vai certamente comprometer o funcionamento da máquina pública e o financiamento de atividades estatais básicas (Dweck; Oliveira; Rossi, 2018, p. 25).

Os impactos para as políticas sociais, através da EC 95 do teto de gastos, foram materializados em pouco tempo. Salvador (2020), em levantamento de dados do orçamento da União, entre 2016 até 2019, apresentou o impacto do corte, em especial das políticas sociais. Na área de Direitos da Cidadania, houve uma redução de R\$ 2,17 bilhões, em 2016, para R\$ 930 milhões, em 2019, uma redução de 57,44%; na Habitação, houve uma redução de 53,87%; na pasta de Desporto e Lazer, a maior redução, com 70,78%; setor da agricultura, com 34,26% a menos; na função de organização Agrária, diminuiu 47,34%; na Cultura, 31,27%; já a Educação, uma redução de 12,57%, em valores, R\$ 14,17 bilhões. Além da redução e de cortes nos gastos públicos, a EC 95 referendou o fim da vinculação de recursos obrigatórios, da saúde e da educação, também efetuou cortes no orçamento das universidades públicas e a realização de concursos públicos para docentes universitários.

A partir de medidas de austeridade, iniciada no segundo mandato da presidenta Dilma - concretizado em ajustes, como o teto de gastos e de reformas em especial a trabalhista no Governo Temer ocorre o processo de desmonte do marco legal, construído no final da década de 1980, via Constituição Federal. Desmonte e continuidade dos impactos da austeridade, que continuará no próximo Governo, iniciado em 2019 até 2022, de Jair Messias Bolsonaro, como, por exemplo, a partir aprovação da reforma da Previdência Social, em novembro de 2019.

As análises de Zimmermann e Da Cruz (2022, p. 29), em agosto de 2021, indicam que a gestão do Governo de Bolsonaro teve “[...] enormes retrocessos, descasos, desmontes, descompromissos e falta de iniciativas desse governo em relação às políticas sociais”. Sua posição é clara, contra o “dirigismo do Estado” e em defesa de princípios da política neoliberal conservadora, nas palavras de Zimmermann (2022). Para entender o seu Governo, buscar-se-á, trazer algumas análises de suas propostas, das políticas de ajustes fiscais e algumas reflexões sobre o impacto social em sua gestão.

Ao assumir, em 2019, Bolsonaro irá buscar fazer ajustes fiscais e dar continuidade do governo anterior, de acordo com Araújo (2023), com medidas de

austeridade de reformas, desestruturação do Estado, cortes sociais, entre outras ações. Araújo (2023) reforça que o governo de Bolsonaro pautou em modelo neoliberal, mas que teve que conciliar com um pragmatismo econômico na condução da economia, em especial no período da pandemia (2020-2021). E, por conta da crise sanitária, teve que aumentar os gastos públicos com políticas de transferência de renda (auxílio emergencial) e desonerações fiscais, além de realizar reformas administrativas e avançar em privatizações, como o caso da Eletrobras, em 2021, e de venda de empresas subsidiárias estatais, ligadas à Petrobras.

Uma das primeiras medidas do governo Bolsonaro foi dar continuidade à pauta da reforma da Previdência, iniciada na gestão de Temer. A reforma foi aprovada em novembro de 2019, por meio da Emenda Constitucional nº 103, como uma resposta ao déficit que a seguridade social apresentava, considerado pelo governo insustentável para os cofres públicos, sendo essa uma das maiores despesas sociais. Entre as mudanças, destacam-se o aumento da idade para se aposentar; a redução do benefício; a alteração das regras de pensão por morte; o novo cálculo de contribuição mensal; a adoção da regra por pontos, que considera o tempo de contribuição e a idade; regras de transição; entre outros elementos que compuseram a reforma da Previdência e que “empurraram” os contribuintes para a previdência privada.

No mesmo mês em que foi aprovada a reforma da Previdência, o governo enviou ao Congresso as primeiras medidas de ajuste fiscal, reunidas no Plano Mais Brasil. O plano abrangia três Propostas de Emenda Constitucional: a de nº 186, identificada como “Emergencial”, que estabelecia gatilhos para a redução de despesas obrigatórias, como salários de servidores públicos, em caso de necessidade e dificuldade para pagamento das contas públicas; a nº 187, a PEC dos “Fundos Públicos”, que visava extingui-los e liberar recursos para diminuir a dívida pública; e a nº 188, o “Pacto Federativo”, que propunha mudanças na repartição de recursos entre União, Estados e Municípios, além de unificar os limites com o teto de gastos, prevendo ainda a fusão de municípios. As propostas tinham como objetivo buscar o equilíbrio fiscal das contas públicas e reduzir os gastos sociais.

Das PECs, a nº 187 e a nº 188 foram arquivadas em dezembro de 2022. Já a nº 186 foi aprovada, após passar por diversas discussões nas comissões e no plenário, bem como por várias emendas que incorporaram itens das outras duas propostas. Dessa proposta, resultou a Emenda Constitucional nº 109, promulgada em

março de 2021. Em síntese, a lei institui regras sobre a redução de benefícios tributários; desvincula parcialmente o superávit financeiro de fundos públicos (proposta contida na PEC 187); e suspende a realização de despesas com a concessão de auxílio emergencial no enfrentamento das consequências econômicas e sociais da pandemia da Covid-19. Em explicação, a Agência de Notícias da Câmara Federal descreveu a EC 109/2021 da seguinte forma:

O Governo poderá pagar o auxílio emergencial em 2021 sem cumprir as regras fiscais, como limites de gastos e endividamento. O gasto total com o benefício terá que ser de R\$ 44 bilhões.

- Como contrapartida ao novo auxílio, a PEC A aprimora os gatilhos que são acionados quando os gastos do poder público atingirem um determinado patamar (95% das despesas totais).

- Os órgãos não poderão conceder aumento aos seus servidores, conceder novos incentivos fiscais, realizar concursos ou programas como o Refis.

- Os gatilhos poderão ser adotados pelos estados, municípios e Distrito Federal, mas o acionamento é opcional.

- O governo também terá que diminuir os incentivos fiscais. Ficam de fora o Simples, a Zona Franca de Manaus, o Prouni e a cesta básica.

- Uma lei complementar vai regulamentar a sustentabilidade da dívida pública, com indicadores de apuração e medidas de ajustes.

- A PEC introduz regras fiscais definitivas para períodos de calamidade pública, como a pandemia, como contratação sem licitação e uso de superávit financeiro para custear o combate à calamidade pública.

- O texto estende de 2024 para 2029 e o prazo para que os estados e municípios paguem seus precatórios e revoga a compensação paga pela união para desoneração do tributo das exportações (Lei Kandir) (Junior, 2021, s/p.).

Ainda em tempo, sobre as medidas de ajustes econômicos, foi encaminhado a PEC 23/2021, conhecida como a PEC dos Precatórios. Depois de aprovada em dezembro de 2021, se tornou as Emendas Constitucionais nº 113 e nº 114. Com a aprovação das ECs, o não pagamento dos precatórios (dívidas que são cobradas da União, via processo judicial), previstas no orçamento do Governo, abriu-se margem orçamentária para os gastos públicos do governo no ano de 2022. Dessa maneira, foi liberado recursos para o governo na casa de R\$ 90 bilhões, que contribuiriam para viabilizar programas sociais, segundo o Governo. Ao mesmo tempo, terá impacto negativo nas esferas social e econômica, ao não pagar dívidas de professores da educação básica, além de pagamentos para municípios e de estados, o que aumentou a dívida pública, além de prever um “furo” orçamentário nos próximos anos, que

precisará ser corrigido com medidas e ações de austeridade fiscal e de cortes nos gastos públicos.

Emilio Chernavsky, ao trazer reflexões de dados publicados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre a economia global, em maio de 2021, realizou importantes análises sobre o Governo de Bolsonaro. Nos quatro indicadores identificado – crescimento do PIB, taxa de investimento, desemprego e inflação – que o FMI analisa, o Brasil figurou entre as piores economias do mundo, isso se identificou na prática, por exemplo, nos primeiros anos de sua gestão, de 2019 até 2021, a taxa média de desemprego ficou em 13,4%, sendo a 12ª mais alta entre os 102 países analisados, aprofundando ainda maior a crise social e econômica do país; já a taxa média de investimento, neste período, ficou em 16,3%, do PIB, comparando com os 170 países analisados, o Brasil ficou na 155ª posição, abaixo também da média da América Latina e Caribe (com 19,3%) (Chernavsky, 2022).

Para Chernavsky (2022), esses fatores desfavoráveis da economia do Brasil, colocam-na como uma das piores do mundo, o que não pode ser resumido como responsabilidade unicamente da pandemia ou de outros fatores externos, pois todos os outros países também foram atingidos. De fato, é possível afirmar que se deve pela política econômica ultraliberal da gestão de Bolsonaro, que, mesmo antes da pandemia, em 2019, figurou na 144ª posição de crescimento do PIB, entre 194 países. Sua proposta de política econômica levou o Estado a atuar menos na economia, ao mesmo tempo, não conseguir substituir por “mais mercado”, como havia prometido.

[...] o governo por um lado abandonou e desmontou instrumentos de intervenção do Estado na economia – em um momento de grande incerteza que tornava essa intervenção ainda mais necessária –, mas pelo outro não conseguiu induzir o capital privado a assumir maiores riscos e realizar os vultosos investimentos necessários para impulsionar a atividade econômica. Manteve a austeridade fiscal apesar da pandemia, o que levou a cortes de gastos públicos cada vez mais profundos em quase todas as áreas. Os gastos extraordinários que escaparam à austeridade, mesmo quando de grande magnitude (em particular o Auxílio Emergencial), foram pontuais, implantados a contragosto, com atraso e/ou duração menor que a necessária, encerrados prematuramente e com problemas operacionais reduzindo sua eficácia para induzir a atividade (Chernavsky, 2022, s/p.).

Esta política econômica “ultraliberal”, afirmada por Araújo (2023) e Inesc (2021), de austeridade da gestão de Bolsonaro, vai gerar o “desmonte” das instituições públicas do Estado brasileiro, ocasionando o desmonte e os cortes das

políticas sociais. Conforme Da Cruz (2022, p. 61) pontua, a agenda conservadora de Bolsonaro está centrada em “[...] desregulamentação das políticas, desmonte do sistema protetivo social e desestabilização e deslegitimação pública da constituição de 1988 e do Estado como ator político da seguridade social”.

Esta realidade ficou mais visível, quando o país vivenciou o período pandêmico, da COVID, iniciada em 2019 e que atingiu o país em 2020. Nesse contexto histórico, as áreas sociais já sofriam com as medidas de austeridades de governos anteriores, como a EC 95 de teto dos gastos, aumentando o abismo e a destruição das políticas sociais, impactando direto e deixando o país sem condições estruturais de enfrentar a maior crise sanitária mundial e nacional, “[...] a política de austeridade fiscal dos últimos anos deixou o Brasil sem imunidade para enfrentar a pandemia que se anunciava” (Inesc, 2021, p. 14).

Em virtude da pandemia, uma das medidas adotadas foi o “auxílio emergencial” para combater a fome e a pobreza. Contudo, presenciamos a inércia do Governo e do Presidente em ações para combater e evitar a Covid-19, além de não ter o incentivo do próprio Presidente em combate ao vírus, identificou-se que no momento de maior crise sanitária a Gestão de Bolsonaro não gastou os R\$ 159 bilhões autorizados pelo congresso, além de diminuir o orçamento da saúde que, em 2019, foram R\$ 147,01 bilhões; e, em 2021, ano da pior momento da pandemia (400 mil mortos), foram gastos R\$ 136,32 bilhões, ou seja, menos de 7%, ou em valores, R\$ 10,7 bilhões, entre estes dois anos, dados de acordo com o levantados do Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesc (2021), em estudo: *A conta do desmonte: balanço do orçamento geral da União 2021*. Nesse contexto, atraso na compra de vacinas, ausência de campanha de imunização e de restrição, ausência de planejamento sanitário, liberação de recursos a conta gotas, postura negacionista, entre outros; são ações do Governo neste período, um desprezo e uma política de “morte”.

As consequências foram nefastas: o Brasil, apesar de ter cerca de 3% da população global, é responsável por 7% dos casos totais de Covid-19 no mundo e 11% dos óbitos, considerando dados da Organização Mundial de Saúde. De forma ainda mais perversa, e refletindo a imensa desigualdade social no Brasil, estes óbitos e casos acometem em sua maioria a população negra e de menor renda, já negligenciada pelo governo em diferentes aspectos, em especial as mulheres (Inesc, 2021, p. 28).

Nessa gestão política dos anos pandêmicos, teve-se o cenário de quase 700 mil mortes pela Covid-19, somado ao desemprego, à falta de renda e alimentação, além do aumento da desigualdade social e educacional, já que a educação também sofreu cortes em sua pasta. E qual a ação do Governo? Foi liberado o orçamento secreto a parlamentares, que, segundo o estudo da Inesc (2021), girou em média, entre os anos de 2020 a 2022, em R\$ 11,2 bilhões, valor três vezes maior que o governo gasta com a alimentação escolar. O orçamento secreto foi aprovado através da Lei de Diretrizes Orçamentarias (LDO), em 2019, a partir do orçamento do Governo, para o ano de 2020.

[...] Bolsonaro pouco se importa porque seu projeto político é de morte. Sua gestão tem matado as crianças e adolescentes não somente de Covid-19, mas também pela fome, uma vez que é expressivo o número de famílias que vivenciam situação de insegurança alimentar e nutricional grave desde 2020. Além disso, pouco é feito para combater, de fato, o trabalho infantil, a exploração sexual, o tráfico de drogas, a evasão escolar e a desnutrição, haja visto os poucos recursos públicos disponíveis. Além das violências policiais que são outro meio de matar do governo. Tudo isso fruto do racismo estrutural e do adultocentrismo que desumanizam meninas e meninos negras (os) e indígenas, de territórios periféricos e rurais – grupos mais afetados por todas essas violações (Inesc, 2021, p. 28).

Outras áreas, a exemplo da educação, também foram afetadas pelos ajustes e cortes da política econômica. Pois, de acordo com pesquisa do Inesc (2021, p. 37), a realidade das escolas nos três primeiros anos da Gestão de Bolsonaro, “[...] o que se encontrou foi um cenário trágico, com abandono das escolas públicas e acentuada desigualdade em relação às escolas privadas [...]”. Isto é reflexo dos cortes do Teto de Gastos, que, nestes anos analisados pelo Inesc (2021), apresenta-se em declínio orçamentário para a educação. Por exemplo, no ano de 2019, teve despesa de R\$ 122,75 bilhões; já em 2021, chegou a R\$ 114,79 bilhões, ou seja, teve uma redução de 6,5% ou de R\$ 7,96 bilhões, entre estes dois anos. E, segundo o Plano Nacional de Educação, a meta para 2019 era de 7% do PIB, destinado para a Educação, porém, no ano de 2021, chegou a 5,5%. Um desfinanciamento da educação, através de cortes de recursos para as várias modalidades, desde a educação básica, como o transporte escolar e infraestrutura das escolas, até o ensino superior, com redução de recursos, sendo que de 2019 até 2021 houve um corte de 14% do orçamento, ou, em valores, aproximadamente R\$ 6 bilhões, que levaram a cortes de bolsas, em especial da

pesquisa, conforme demonstra os dados do Inesc (2021), pois o orçamento da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) perdeu quase 26% de recursos, passando de 2019, com R\$ 5,11 bilhões, para R\$ 3,79 bilhões, em 2021, uma redução de R\$ 1,32 bilhões; além do mais, o governo promoveu o enfraquecimento das instituições públicas superiores e o negacionismo científico, em tempos de período de grandes desafios sociais, econômicos, de saúde e educacionais para o Brasil, por conta da pandemia.

Na área de Emprego e Renda, os últimos anos constituíram um período de altas taxas de desemprego, desocupação, informalidade e precarização do trabalho. As taxas de desemprego, em 2019, fecharam o ano com a média de 11,9%; no ano de 2020, do período pandêmico, chegou a 13,5%; em 2021, chegou 12,1%, fechando em 2022, com a menor taxa de seu governo, com 9,3%, conforme os dados do IBGE (Belandi, 2023). No quesito informalidade, por exemplo, em 2021, “[...] o número de pessoas ocupadas sem carteira assinada no setor privado cresceu 19,8%, os trabalhadores domésticos sem carteira assinada, 26,8%, e os por conta própria, 15,8% – dados do IBGE [...]” (Inesc, 2021, p. 20). Na precarização do trabalho, o governo tentou medidas, como a Lei da Liberdade Econômica, através da Medida Provisória nº 881, como trabalho aos domingos sem custos adicionais a empresa; a Medida Provisória nº 905, que estabelecia o contrato de trabalho verde e amarelo, voltados para jovens do primeiro emprego, sendo que as empresas poderiam contratar até 20% da jornada de trabalho, com taxa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) de 2% em vez de 8%, em contratos de até 24 meses; multa de rescisão de contrato de 20% e não 40%; diluir férias e o décimo terceiro nos salários mensais. As duas propostas não foram chanceladas e apreciadas pelo congresso nacional, posto que a Medida Provisória aprovada pelo governo foi a 936 de 2020, que permitia que empregadores poderiam reduzir o salário, mediante a redução da jornada de trabalho de seus empregados, em 25%, 50% ou até 70%, ou ainda suspender o contrato, que o governo iria garantir o benefício social, via seguro-desemprego.

Portanto, a Gestão de Bolsonaro consistiu em projeto, tanto social e político, que, segundo Da Cruz (2022, p. 64-65), está fundamentado na:

[...] destituição material e deslegitimação do Estado e do que se tinha ainda de Welfare. Uma destruição que passa, claramente, por um

desgaste político e destruição da classe trabalhadora, dos grupos sociais destituídos ou marginalizados, mas sobretudo por uma forte negação da cidadania e da substituição de uma agenda pública por uma agenda dos costumes. [...] Há um desmonte e destruição da proteção social, sem substituto público. Iniciada no governo Temer, [...] é no governo Bolsonaro que a quebra da expectativa de direitos, portanto, a quebra da possibilidade de projetos de futuro por setores da sociedade alcança contornos e conteúdo de desastre social.

Ainda em tempo, sobre a Gestão de Bolsonaro, o seu projeto de destruição, desmonte e de deslegitimação do Estado Social estava posto nas próprias práticas do governo. Práticas que eram comuns serem feitas a povos vulneráveis, como indígenas e quilombolas, através do desmonte da FUNAI ou das desregulamentações ambientais em terras demarcadas, cortes de recursos para fiscalização, gerando um sucateamento dos órgãos ambientais; ainda em grupos e comunidades sociais, como: negros, LGBTQIA+, nordestinos, sem-terra e sem-teto, entre outros, realizando a destruição e o desmonte da proteção estatal para os mesmos. Isto se materializa, por exemplo, que, em 2021, o Governo, via ministério de Direitos Humanos, gastou apenas R\$ 1,03 milhões em ações e medidas na pasta de Igualdade Racial (Inesc, 2021).

Por fim, neste item, buscar-se-á identificar quais as tendências que estão em curso, entre ações e medidas do atual Governo de Lula (2023-2026), para as políticas sociais no ano de 2023. A proposta inicial da presente pesquisa abrangeria os anos de 2013 até 2022, porém, com os dados oficiais de 2023 já disponíveis, sobre as despesas da União e dos gastos sociais, vamos ampliar as análises de 2013 até 2023, esse último que será o primeiro ano da terceira gestão de Lula. Desse modo, trataremos de alguns aspectos relacionados à análise empreendida nesta pesquisa.

Para construir sua candidatura, Lula teve que costurar alianças com líderes da direita e liberais que foram candidatos de oposição do petista nas eleições passadas. Exemplifica na prática, com o seu vice-presidente Geraldo Alckmin, que foi Governador de São Paulo, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e que se filiou no Partido Socialista Brasileiro (PSB), em 2021; para, posteriormente, ser candidato a vice de Lula, em 2022. Uma aliança que foi descrita por Alencastro (2022), como: “Golpe de gênio” e “abraço de afogados”, para contrapor com o governo de Bolsonaro, que, segundo o autor, é um produto das transformações da esquerda, em resposta a gestões de governos ultraliberais da extrema direita, como: Trump nos EUA, Milei na Argentina, Bolsonaro no Brasil, entre outros.

O programa de campanha de Lula-Alckmin estava centrado na diretriz de “reconstrução e transformação do Brasil”, sob a coligação “Brasil da esperança”. Isso se traduz no plano de governo, o qual apresenta o país devastado e destruído das últimas gestões, com uma realidade que trouxe de volta o desemprego, a fome e a inflação, o endividamento das famílias. A gestão de Bolsonaro colocou em xeque a democracia e a soberania nacional, além de mais, destruiu o patrimônio natural, aprofundou as desigualdades sociais e educacionais, criando um abismo e atraso para o país. A política econômica foi uma das principais responsáveis pela situação que o país está passando, agravando a instabilidade e o retrocesso, com desemprego alto e setores estratégicos do patrimônio público sendo privatizados e desnacionalizados, além de bancos públicos e empresas de fomento sendo desmantelados. Nas políticas sociais, as conquistas civilizatórias, da década de 1988, via constituição, foram destruídas e mutiladas. Reforçou-se a discriminação histórica às mulheres, aos negros e jovens, com o desmonte de políticas públicas ou até a sua extinção. Povos e comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas, são atacados e, ainda, cortes de investimentos, criminalização e ameaças, à educação, cultura e saúde (Coligação Brasil da Esperança, 2022, p. 2). Esta foi a realidade encontrada pela gestão de Lula no início de seu terceiro mandato como presidente.

Diante deste cenário, Lula assume o Governo, buscando a reconstrução de políticas sociais, de estabilidade financeira, da retomada da economia, investimentos em infraestrutura, entre outras medidas. E para entender este ano de 2023, partimos da análise em dois aspectos: o primeiro é o social, onde identifica-se o governo na intensificação de ações e programas sociais para atender a população que não foi atendida ou estava precarizada nos últimos anos, via políticas públicas; o segundo é a Política Fiscal, ou o Regime Fiscal Sustentável, a nova proposta do governo federal para a retomada da economia e o equilíbrio fiscal.

No que diz respeito ao Social, o primeiro ano desta gestão de Lula foi de intensificação na transferência de renda, via programas sociais. A proposta de “inclusão social”, base de seus últimos governos, se materializa nas várias ações sociais que o governo realizará, tanto na criação ou na retomada de programas criados pelas suas gestões anteriores e da Presidenta Dilma, como: Mais Médicos, Novo PAC, Desenrola Brasil, Brasil Sorridente, Novo Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Farmácia Popular, Luz para Todos, entre outros; a proposta é o maior investimento em áreas sociais, como: a educação, saúde, cultura, transporte, etc.

Nos dados apresentados em novembro de 2023, pelo Governo Federal, já se dimensiona bem a sua proposta social. Neste período, foram beneficiadas pelo programa Bolsa Família, 21,18 milhões de pessoas; e, ao todo, no ano, foram repassados R\$ 155,37 bilhões. No programa Minha Casa Minha vida, a proposta foi de construir 2 milhões de novas moradias, até 2026, para isso, juros baixos, ampliação da faixa de renda e subsídios para pessoas de baixa renda ou que recebem o Benefício da Prestação Continuada (BPC). Para pessoas com deficiência e idosos, que estão em situação de vulnerabilidade, ocorreu a retomada do Mais Médicos, que tem como meta garantir que 96 milhões de pessoas terão acesso à saúde, onde o programa está fazendo o cadastramento de aproximadamente 3,4 mil médicos, intercambistas e de brasileiros formados no exterior, que serão integrados ao sistema de saúde, para as atividades nos municípios. Enquanto isso, o Programa Desenrola Brasil, criado e lançado em julho de 2023, para ajudar brasileiros a recuperarem seus créditos ou desnegativar seus nomes, beneficiando 10,7 milhões de pessoas que renegociaram suas dívidas, num valor que chega a R\$ 29 bilhões, com desconto de até 98%. O programa foi estendido para o Fundo de Financiamento Estudantil, no Desenrola Fies, onde 1,2 milhões de inadimplentes, com um valor das dívidas de R\$ 54 bilhões, tiveram a oportunidade de renegociar suas dívidas com desconto de até 99%; entre outros programas. Levando em consideração os dados citados, o programa com maior impacto econômico é o Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que tem como proposta investir R\$ 1,7 trilhão, sendo que, deste valor, R\$ 1,3 será investido, até o fim do mandato, em obras prioritárias e infraestrutura, nos seguintes eixos de atuação: saúde; educação, ciência e tecnologia; infraestrutura social e inclusiva; cidades sustentáveis e resilientes; água para todos; transição e segurança energética; transporte eficiente e sustentável; e inovação para a indústria da defesa (Brasil, 2023a). O compromisso do seu plano de governo, de reconstrução e de inclusão social, via políticas sociais, está em andamento, porém, para se concretizar, algumas medidas e ajustes fiscais precisam entrar em curso, na busca de outro compromisso de seu plano, que é o “*desenvolvimento econômico sustentável com estabilidade*”, para conter a inflação e superar a crise financeira e econômica. A partir desse ponto, adentra o segundo aspecto, a Política Fiscal, através do novo Regime Fiscal Sustentável, que é a proposta do Governo para os próximos anos.

Para realizar tal política macroeconômica e ter condições para crescimento socioeconômico, o Governo, através do Ministro da Fazenda Fernando Haddad,

apresentou o Novo Arcabouço Fiscal (NAF), ou da Nova Regra Fiscal (NRF), que foi aprovado pelo Congresso, em 30 de agosto de 2023, através da Lei Complementar 200, que substituirá a EC 95, do teto dos gastos, aprovada em 2016. Esta nova proposta de regime fiscal é um conjunto de regras que darão sustentabilidade à política fiscal a longo tempo, com a finalidade de equilíbrio entre a responsabilidade fiscal e social, a partir dos gastos públicos de acordo com a proposta aprovada pelo governo no Congresso.

Os objetivos do arcabouço fiscal, segundo o Governo, é: definir regras e diretrizes para a Política Fiscal; ancorar as expectativas dos agentes econômicos; financiar adequadamente as políticas públicas ao longo do tempo; incentivar uma melhor qualidade das despesas governamentais; aumentar a transparência para atuação do Governo; garantir previsibilidade e sustentabilidade para as variáveis fiscais (Brasil, 2023b, p. 1). Entre as características, duas, definem que:

- *Recupera a credibilidade e sustentabilidade da política fiscal*: Metas críveis, com sinalização nítida de trazer sustentabilidade para a dívida pública; utiliza parte da arrecadação para recuperar superávits primários; a expansão da despesa será menor do que o potencial de crescimento PIB;
- *Retoma a previsibilidade e capacidade do planejamento público*: aumenta a confiança e permite recuperar o grau de investimento, elevando o potencial de crescimento da economia brasileira e permitindo gerar mais empregos; protege o investimento público e não obriga a grandes contingenciamentos no início de cada ano (Brasil, 2023b, p. 1).

Para justificar tal NAF/NRF, demonstrou-se a conjuntura econômica entre os anos de 2003 e de 2023, onde o Resultado Primário/PIB, em 2003, era de 3,75%; e, em 2023, -2,2%. A Dívida interna/PIB estava em 57% e agora em 76%; o Gasto/PIB de 15,9% passou a 18,5%; a Carga tributária/PIB de 36,45% para 33,71%. Dessa maneira, o Governo argumentou que os problemas das regras anteriores serão resolvidos ou mitigados através do NAF, considerando que:

- É uma regra anti-cíclica: recriar piso e teto para expansão dos gastos, garantindo que não sejam feitos cortes extremos em momentos de crise, evitando que gastos sejam exacerbada em momentos de maior crescimento;
- Insere bandas entre as quais o resultado primário pode variar, permitido acomodar alguns choques econômicos com a execução adequada de políticas públicas;

- Substitui a criminalização do descumprimento da meta do resultado primário por incentivos econômicos e políticos. Com isso, se alinha às melhores práticas internacionais de regras fiscais, priorizando a governança fiscal às punições/sanções para se garantir um arcabouço fiscal crível e com metas mais ousadas;
- Não estimula desonerações, porque controla as despesas, mas leva em consideração também a recuperação das receitas;
- Combina credibilidade com flexibilidade, ancorando as expectativas e evitando que se promovam sucessivos “puxadinhos” para o cumprimento “da regra” (Brasil, 2023b, p. 3).

Anteriormente, no Teto dos Gastos, determinava-se que as despesas do governo não poderiam crescer além do percentual acumulado pela inflação de um ano para outro, no qual geraria o congelamento dos gastos públicos pela União. No Novo Arcabouço Fiscal, ficou estipulado a Regra Operacional, foi estabelecido um limite mínimo de crescimento de 0,6% ao ano; no caso da economia do país não crescer e a arrecadação estagnar ou diminuir, será realizado um aporte financeiro desta porcentagem, limitando um teto de 2,5% ao ano, no crescimento da despesa pública.

Para Bastos (2023, p. 4), o NAF contribui para a retomada de confiança do mercado financeiro, mas, ao mesmo tempo, pode colocar em risco, a médio prazo, a agenda social do governo Lula, pois, se não houver crescimento econômico nos anos seguintes, deve-se considerar que a nova proposta amplia os gastos públicos em relação ao previsto, para garantir e proteger os direitos sociais, podendo aumentar a dívida pública e, a longo prazo, impor um teto em algumas áreas. Isso se materializa, por exemplo, no contingenciamento e bloqueio que o Governo fez em julho deste ano, 2024, bloqueando R\$ 25,9 bilhões em despesas obrigatórias para o próximo ano, em várias áreas, como forma de cumprir, segundo o Governo, com as regras do NAF.

A tendência da gestão de Lula, nesse terceiro mandato, ao materializar a efetividade de sua nova proposta de Governo, bem como as novas medidas e sua política fiscal, segundo Bastos (2023), é assumir, a curto prazo, as características de projeto social-liberal, de um “Estado patrimonialista”. Ao mesmo tempo, sua política macroeconômica, segundo o autor, caracteriza uma economia social-desenvolvimentista, base de seus últimos governos (2003-2010), porém a gestão petista “[...] ficará muito mais parecido com o modo tucano de administrar, ou seja, de abrir espaço para a “iniciativa privada” na oferta de serviços públicos e infraestrutura” (Bastos, 2023, p. 4).

Encerra-se este item da proposta de compreender as relações entre o Estado e as políticas sociais, e entre as políticas sociais e o Estado, em suas inter-relações

com os âmbitos político e econômico, partindo da década de 1990 até o presente momento. Destaca-se que, inicia no ano de 2013, o recorte temporal adotado, momento no qual identifica-se e, também, intensifica-se uma crise estrutural do capital e, simultaneamente, uma desaceleração econômica em diversos países – a exemplo do Brasil, que adotou várias políticas de austeridade fiscal. O desmonte do aparelho estatal nos últimos governos, de Temer (maio de 2016–2018) e de Bolsonaro (2019–2022), reflete as medidas tomadas ainda na primeira gestão de Dilma Rousseff (2011–2014), para conter a crise econômica mundial iniciada em 2008, cujos efeitos se intensificaram no Brasil a partir de 2013, como apresentado anteriormente. Segundo o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc, 2021), desde 2013 o país vem regredindo, apresentando os piores resultados de crescimento percentual desde os anos 1980, configurando uma nova “década perdida”. É, portanto, desse período – de 2013 a 2023 – que parte a análise do objeto de estudo da presente pesquisa, que se orienta pela seguinte problemática: qual a participação efetiva, em termos de valores, do Agroimperialismo na manutenção e implantação das políticas sociais no Brasil?

3.3 AGROIMPERIALISMO, ESTADO E AS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL DE 2013 ATÉ 2023

O Agroimperialismo, como fração ampliada do Eco-imperialismo, materializa-se na lógica do modo de produção capitalista, na acumulação e maximização de lucros, de capital. Em formato de explorar, expropriar, centralizar, dominar, controlar, apropriar, entre tantas outras formas de ação, o Agroimperialismo aproveita-se, ainda, do aparato estatal, como instrumento para legitimar e legalizar seu domínio. Ao mesmo tempo, não contribui substancialmente com quase nada para manutenção e financiamento das políticas sociais. Afirmar isso é reconhecer que percentual das receitas tributadas do setor não se efetivam na mesma proporção da riqueza socialmente produzida pelo Agroimperialismo, e são relativamente muito baixas em relação ao PIB do setor e, também, em relação ao financiamento e aos subsídios que o Estado oferece ao setor, com amplas vantagens econômicas e financeiras.

Os dados apresentados a seguir demonstraram na prática o que está sendo afirmado em resposta a tese da presente pesquisa. O setor dos Agroimperialistas apropria-se do Estado como mecanismo institucional para ter o controle financeiro, através dos recursos do financiamento de crédito rural; legal, na efetivação de leis a

favor do seu próprio setor; econômico, no formato de isenção de tributos; e político ideológico, que legitimam seu poder via bancada ruralista. Seus tentáculos se ramificam em vários setores da sociedade brasileira, com a finalidade de expropriar todos os recursos materiais disponíveis dentro da lógica de acumulação e reprodução sociometabólica do capital, como afirma Mészáros (2021).

Analisamos, no decorrer deste capítulo, a relação entre Agroimperialismo e o Estado, bem como entre as Políticas sociais e o Estado. Por fim, cabe relacionar o Agroimperialismo e sua participação em Políticas Sociais, buscando responder a problemática que gira em torno deste estudo: do percentual de participação do setor com os gastos sociais. Para apresentar tais resultados, parte-se de recorte temporal, definido nestes escritos, de 2013 até 2023.

Dessa forma, este item central encontra-se em quatro momentos. O primeiro momento, levantar os recursos arrecadados da contribuição do Setor Agropecuário em forma de receita tributária da União, através dos dados da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), disponível pela Secretaria da Receita Federal. No segundo momento, levantar os gastos sociais, ou das Políticas Sociais de 2013 até 2023, a partir do Orçamento Fiscal e Orçamento da Seguridade Social (SIOP), do Ministério da Fazenda. No terceiro momento, realizar uma análise comparativa, com os dados das receitas tributadas do setor agropecuário em relação aos gastos sociais, demonstrando, de fato, em percentual, o valor efetivo da contribuição do Agroimperialismo para o financiamento de políticas sociais do Estado brasileiro por meio de uma análise macro dos valores totais e dos gastos sociais. Por fim, no quarto momento, realizar algumas reflexões comparativas a partir do levantamento dos dados da área da educação em relação à arrecadação de receitas do setor agropecuário, buscando identificar o percentual de contribuição do setor para com o conjunto da arrecadação das receitas, que indiretamente representará a sua participação no conjunto das receitas totais, problematizando como essas receitas são em parte destinadas para as políticas sociais, com destaque para a educação.

3.3.1 Tributação do setor da agropecuária e participação contributiva na arrecadação tributária da União (2013-2022)

Para identificarmos qual é a participação e contribuição do Agroimperialismo na composição da arrecadação tributária da União, vamos utilizar como fonte primária

os dados disponibilizados pela Secretaria da Receita Federal (2024), disponível no Ministério da Fazenda, sobre a arrecadação das receitas administradas pela Receita Federal. No documento citado, as receitas arrecadadas são discriminadas de acordo com a “Classificação Nacional de Atividades Econômicas: CNAE”.

A CNAE busca organizar uma base de dados padronizada, relativo às atividades econômicas de diferentes fontes nacionais. De acordo com o IBGE (s/a, p. 11), a “CNAE é a classificação oficialmente adotada pelo Sistema Estatístico Nacional na produção de estatísticas por tipo de atividade econômica, e pela Administração Pública, na identificação da atividade econômica em cadastros e registros de pessoa jurídica”. Tal Classificação se divide em 21 seções e 87 divisões que contemplam as mais diversas atividades econômicas desenvolvidas no país, dentre as quais as atividades econômicas desenvolvidas pelo Agroimperialismo que são contempladas na seção do setor, que é composta por 3 divisões: 1. Agricultura, Pecuária e Serviços Relacionados; 2. Produção Florestal e, 3. Pesca e Aquicultura. Uma ressalva, esta seção que servirá de base de análise e comprovação hipotética, da presente tese, é uma parte representativa do setor agropecuário, no entanto, ela não dimensiona a sua totalidade, pois outras seções também têm uma representação relativa do setor em outras seções, como, por exemplo, na indústria, nos serviços, etc.

Segundo o Documento da Receita Federal do Brasil (2024), os dados levantados dos valores arrecadados, via tributos, são com informações de bases de pagamentos, processadas pelo: Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS)⁷⁹ e pela Guia da Previdência Social (GPS).

Na tabela 8, a seguir, a título de exemplo, apresentamos a arrecadação tributária da União no ano de 2013, discriminando a arrecadação de tributos no conjunto das atividades econômicas desenvolvidas pelo Agroimperialismo. Ainda, nesta tabela, busca-se, como exemplo, demonstrar de onde vem as receitas, de quais tributos, considerando que, segundo a Receita Federal do Brasil (2024), são identificadas 25 formas de cobrança.

⁷⁹ De acordo com a Receita Federal do Brasil (2024, p. 2), houve mudanças a partir do ano de 2021. Sendo que, “[...] a arrecadação do Simples Nacional, realizada por meio do DAS – documento de arrecadação do Simples Nacional, até 2021, encontrava-se toda alocada em Outras Receitas Administradas. A partir de agosto de 2021 a arrecadação do SN passou a ser classificada diretamente nos tributos (IRPJ, CSLL, PIS, Cofins, Contribuição Previdenciária e, eventualmente, IPI).

Tabela 8 – Arrecadação de Receitas Tributárias da União, administradas pela Receita Federal, nas atividades econômicas da Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura, como percentual do total da receita arrecadada no ano de 2013

RECEITA	Agricultura, Pecuária e Serviços Correlacionados	Produção Florestal	Pesca e Aquicultura
Imposto sobre a Importação – II	42.174.266,30	2.558.633,97	1.766.099,50
Imposto sobre a Exportação – IE	20.629,35	10,00	0,00
IPI TOTAL	7.190.792,07	23.018.956,41	2.600.038,74
IPI – Fumo	0,00	0,00	0,00
IPI – Bebidas	196.450,56	0,00	0,00
IPI – Automóveis	0,00	0,00	0,00
IPI - Outros Produtos	1.414.134,10	22.533.584,23	2.252.114,39
IPI - Vinculado à Importação	5.580.207,41	485.372,18	347.924,35
Imposto s/ a Renda - Pessoas Jurídicas - IRPJ	444.613.491,27	127.400.159,04	8.723.337,77
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte	254.696.828,73	62.863.584,89	3.542.715,50
IRRF - Rendimentos do Trabalho	194.393.815,79	42.086.903,78	3.035.472,73
IRRF - Rendimentos do Capital	25.935.683,04	9.223.443,07	115.168,41
IRRF - Rendimentos de Residentes no Exterior	18.113.408,20	3.414.702,48	59.980,50
IRRF - Outros Rendimentos	16.253.921,70	8.138.535,56	332.093,86
Imposto s/ Operações Financeiras - IOF	7.210.409,42	543.015,12	204.338,67
Contribuição p/ Financiamento da Seguridade Social – Cofins	228.528.140,06	167.358.607,27	19.293.280,54
Contribuição para o Pis/Pasep	53.410.627,84	36.328.068,43	4.232.154,13
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	221.734.946,39	61.741.026,59	5.543.766,62
CPSSS - Contrib. p/ o Plano de Segurid. Social Serv. Público	10,62	433,51	545,05
Outras Receitas Administradas	413.062.328,51	142.755.661,43	19.584.044,74
Contribuição Previdenciária - em DARF (substitutiva)	102.176.720,46	8.813.366,88	4.826.192,33
Contribuição Previdenciária em GPS	1.629.443.971,39	390.035.065,93	33.662.649,55
Contribuição Previdenciária: Empregado	586.499.344,90	123.615.599,87	10.799.053,10
Contribuição Previdenciária: Empresa (Inclui RAT)	772.342.013,62	210.753.073,73	16.631.916,38
Contribuição Previdenciária: Terceiros	270.602.612,87	55.666.392,33	6.231.680,07
Total	5.295.594.754,60	1.499.334.226,70	143.784.557,93
Total das Receitas Tributárias da União arrecadadas nas atividades econômicas vinculadas à Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura		6.938.713.539,23	

Fonte: Receita Federal do Brasil, 2024. Elaboração do autor (2025).

A tabela 8 revelou que, no ano de 2013, o setor agropecuário contribuiu com R\$ 6,93 bilhões para o total da arrecadação tributária da União, a partir da atividade “Agricultura, Pecuária e serviços correlacionados; Produção Florestal; Pesca e Aquicultura”. Tal montante representou apenas 0,37% do total da receita de tributos

(dos R\$ 1,89 trilhões, conforme a tabela 9). Em 2013, segundo os dados do IBGE, o setor Agropecuário contribuiu com o PIB em 4,51%, ou, em valores, R\$ 240,29 bilhões dos R\$ 5,33 trilhões do geral. Tais números demonstram que a contribuição do setor agropecuário para a arrecadação tributária é pouco expressiva. Tal setor foi responsável por 4,51% da riqueza socialmente produzida em 2013 e contribuiu com apenas 0,37% da arrecadação tributária da União.

Sabe-se que a arrecadação tributária da União resulta da apropriação, pelo Estado, de parte da riqueza socialmente produzida para compor o fundo público (receitas da União) que posteriormente será redistribuída, na forma de despesas da União, para os diferentes segmentos da população brasileira por meio das políticas, programas, ações e serviços do Estado brasileiro. O que se pretende analisar é que o setor da agropecuária acumula parcela significativa da riqueza socialmente produzida, em termos da participação no Produto Interno Bruto – PIB, e contribuiu pouco na destinação de recursos (tributos) para compor o fundo público.

A tabela 9 demonstra na forma de valores totais arrecadados dos tributos da União, entre 2013 a 2023, as atividades do setor agropecuário, que envolve as atividades da: Agricultura, Pecuária e serviços correlacionados; Produção Florestal; Pesca e Aquicultura. Bem como do recurso total das três atividades e a arrecadação total das receitas da União, e o percentual que o setor agropecuário contribuiu a partir de um comparativo com os valores totais da arrecadação da União.

Tabela 9 – Arrecadação das atividades por divisão econômica e os valores totais do setor Agropecuário, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e as receitas total da União do período de 2013 a 2023

Ano	Agricultura, Pecuária e serviços C.	Produção Florestal	Pesca e Aquicultura	Arrecadação das três atividades	Arrecadação total Das receitas da União	%
2013	5.295.594.754	1.499.334.226	143.784.557	6.938.713.539	1.893.613.719.099	0,37%
2014	6.000.744.587	1.508.160.217	162.313.684	7.671.218.488	2.238.551.079.327	0,34%
2015	5.345.945.792	1.098.706.266	139.145.541	6.583.797.600	2.665.685.375.159	0,25%
2016	6.802.975.965	1.326.309.491	145.495.487	8.274.780.944	2.839.711.583.462	0,29%
2017	7.427.052.421	1.352.373.296	168.705.297	8.948.131.015	2.558.047.412.866	0,35%
2018	7.309.536.455	1.724.062.510	194.624.693	9.228.223.659	2.942.387.872.873	0,31%
2019	6.407.302.291	1.271.061.234	176.647.450	7.855.010.977	2.991.564.738.258	0,26%
2020	7.571.045.209	1.302.180.634	179.804.143	9.053.029.987	3.631.448.629.524	0,25%
2021	9.336.823.498	1.871.474.260	191.349.686	11.399.647.444	4.080.231.787.849	0,28%
2022	11.704.054.146	2.259.689.028	196.086.317	14.159.829.492	4.208.048.258.805	0,34%
2023	12.212.069.162	2.451.339.917	226.525.179	14.889.934.259	4.305.719.008.249	0,35%

Fonte: Receita Federal do Brasil, 2024. Elaboração do autor (2025).

Primeiramente, reforça-se o que afirmamos acima, agora comprovando e evidenciado na prática, que a partir dos dados da CNAE, o setor dos Agroimperialistas têm uma contribuição mínima, irrisória na arrecadação das receitas da União. Não chegou nem a meio por cento (0,5%), o máximo que obteve, foi um 0,37%, em 2013. Este ano, conforme analisamos acima, é o período em que o governo inicia em um momento de austeridade fiscal para conter e equilibrar as contas. Entretanto, nos anos seguintes, a porcentagem reduz-se, chegando a menor contribuição, com 0,25%, no ano de 2015. Percentual que se apresentou também no ano de 2020. E, nesse momento, pode-se fazer uma análise conjuntural, pois, a partir de 2019, temos um governo com base de apoio numa bancada ruralista e do setor do Agro. Nos anos da gestão de Bolsonaro, encontra-se uma das menores contribuições, como a de 2019 que ficou em 0,26%; em 2020, com 0,25%; em 2021, com 0,28%; e, apenas em 2022, houve um aumento para 0,34%. Mesmo assim, estas porcentagens são ilusórias, ao comparar com a participação do setor na riqueza socialmente produzida. Se o setor propagandeia, como o “Agro é pop, é tech e é tudo”, ao mesmo tempo, deveriam ter uma maior contribuição em termos de valores. Pelo contrário, ainda são os maiores devedores da União⁸⁰.

Ao afirmar que os valores da tabela acima são pequenos, irrisórios, pasmem ao verificar a arrecadação dos tributos do setor agropecuário, sem os valores previdenciários. A CNAE também disponibiliza dados da arrecadação das receitas da União de todos os setores sem os tributos da previdência social. A contribuição na arrecadação total cairá ainda mais, reduzindo, em alguns anos, mais de dois terços, como no ano 2017 que caiu de 0,35% para 0,11%, uma redução que correspondeu a aproximadamente 68%. Em valores absolutos é uma redução da contribuição de R\$ 8,94 bilhões para R\$ 2,85 bilhões. Também, no ano de 2013, houve uma grande redução de 0,37% para 0,12%, ou aproximadamente dois terços. Em valores chegou a R\$ 2,36 bilhões sem a contribuição previdenciária, perante os R\$ 6,93 bilhões com

⁸⁰ Novamente trago esta análise da lista dos devedores da União, segundo a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), do Ministério da Fazenda, pois é pertinente demonstrar uma comparação de valores. Com base no último ano da tabela 9, de 2023, os valores arrecadados pelo setor Agropecuário foram de R\$ 14,88 bilhões, segundo o levantamento da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Este valor quase se aproxima do valor que os 10 primeiros devedores do setor agropecuário devem para a União. Segundo a base de dados da PGFN, da lista de devedores da dívida pública, os 10 primeiros que são do agro somam o valor de R\$ 14,25 bilhões. Se contabilizarmos os 100 maiores devedores, chegaria no valor de R\$ 39 bilhões, sendo que o primeiro deve R\$ 1,8 bilhões e o centésimo, a R\$100 milhões, conforme demonstra a PGFN (Brasil, 2024).

a despesa incluída. Ainda se destaca, o ano de 2016, a menor contribuição da série quando desconsideramos os gastos com a previdência. Neste ano, a participação na arrecadação do setor agropecuário foi de 0,09%, ou R\$ 2,64 bilhões. Comparando com um gasto social do mesmo ano de 2016, da tabela 17, este valor não corresponderia ao pagamento das políticas sociais da: Cultura (R\$ 951 milhões) e do Direito da Cidadania (R\$ 1.83 bilhões), que chegariam a R\$ 2,78 bilhões. Referente a Educação, no ano de 2016, este valor arrecadado do setor corresponderia apenas 2,78% dos gastos totais da área. A tabela 10, a seguir, identifica os valores e a porcentagem que o setor agropecuário, nas três atividades que estamos analisando, arrecadaram sem os tributos da previdência social.

Tabela 10 – Arrecadação das atividades por divisão econômica sem os tributos da previdência social e os valores totais do setor Agropecuário, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e as receitas total da União do período de 2013 a 2023 (em bilhões)

Ano	Agricultura, Pecuária e serviços C.	Produção Florestal	Pesca e Aquicultura	Arrecadação das três atividades	Arrecadação total (trilhões)	%
2013	1.672.637.889	624.555.353	65.489.870	2.362.683.113	1.893.613.719.099	0,12%
2014	1.912.582.896	641.589.646	69.825.866	2.623.998.407	2.238.551.079.327	0,12%
2015	1.962.457.807	537.167.139	64.956.063	2.564.581.010	2.665.685.375.159	0,10%
2016	2.085.340.757	500.686.814	61.796.156	2.647.823.727	2.839.711.583.462	0,09%
2017	2.222.584.450	560.368.333	70.983.047	2.853.935.830	2.558.047.412.866	0,11%
2018	2.521.458.620	960.749.136	82.425.843	3.564.633.599	2.942.387.872.873	0,12%
2019	2.888.664.360	782.216.971	82.024.942	3.752.906.273	2.991.564.738.258	0,13%
2020	3.735.169.357	818.300.346	88.384.968	4.641.854.671	3.631.448.629.524	0,13%
2021	5.679.546.134	1.318.350.371	108.532.016	7.106.428.520	4.080.231.787.849	0,17%
2022	7.333.398.672	1.534.999.671	99.576.306	8.967.974.649	4.208.048.258.805	0,21%
2023	7.234.035.875	1.584.028.281	112.260.134	8.930.324.290	4.305.719.008.249	0,21%

Fonte: Receita Federal do Brasil, 2024. Elaboração do autor (2025).

Na próxima tabela, número 11, vamos demonstrar na prática um valor real, considerando a contribuição do setor agropecuária pela sua riqueza socialmente produzida, com base nos valores do PIB. Segundo os dados do IBGE (2024), o setor contribui com a produção da riqueza nacional uma média anual de aproximadamente 5,18%, entre os anos analisados nesta pesquisa, de 2013 até 2023. Desse recorte, temos a menor contribuição, em 2019, com 4,21%; e a maior, em 2022, com 6,82%. A partir destes dados, uma indagação levanta-se: Ao considerar a arrecadação de receitas via tributos do setor agropecuário, caso ela fosse correspondente à

porcentagem de sua riqueza socialmente produzida, quais seriam os valores de sua participação? A tabela a seguir é uma sistematização, com base no valor total das receitas arrecadadas pela União, fazendo uma simulação de previsão de receitas, com a porcentagem do setor, a partir dos dados do PIB, segundo o IBGE (2024).

Tabela 11 – Arrecadação total das receitas da União, com porcentagem do setor Agropecuário (Agro) do PIB do Brasil, segundo o IBGE; com percentual previsto das receitas tributárias da União de 2013-2023

Ano	Arrecadação total das receitas da União (trilhões)	% do Agro – PIB (IBGE)	Valor previsto de Receitas, ao comparar com a % do PIB do Agro (bilhões)
2013	1.893.613.719.099	4,51%	85.401.978.731
2014	2.238.551.079.327	4,33%	96.929.261.734
2015	2.665.685.375.159	4,32%	115.157.608.206
2016	2.839.711.583.462	4,90%	139.145.867.589
2017	2.558.047.412.866	4,60%	117.670.180.991
2018	2.942.387.872.873	4,42%	130.053.543.981
2019	2.991.564.738.258	4,21%	125.944.875.481
2020	3.631.448.629.524	5,72%	207.718.861.609
2021	4.080.231.787.849	6,56%	267.663.205.283
2022	4.208.048.258.805	6,82%	286.988.891.250
2023	4.305.719.008.249	6,60%	284.177.454.544

Fonte: Receita Federal (2024c); IBGE (2024). Elaboração do autor (2025).

Ao analisar o ano com menor porcentagem, no caso de 2019, com o setor gerando 4,21% da riqueza produzida pelo país, se tivéssemos uma contribuição na arrecadação por parte do agro nesta mesma magnitude, o valor seria de R\$ 125,94 bilhões. Um valor que se equivaleria, neste mesmo ano, por exemplo às políticas sociais, como: Saúde (R\$ 114 bilhões); Segurança Pública (R\$ 9 bilhões); Urbanismo (R\$ 1,38 bilhões) e Saneamento (R\$ 450 milhões). Ainda, com este valor, fazendo outra comparação, poderia ter mantido nove políticas sociais, das treze, entre elas: Educação, Segurança Pública, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Organização Agrária e Desporto e Lazer, conforme demonstra a tabela 20. Estes gastos sociais fecharam aproximadamente R\$ 109 bilhões, não a totalidade do valor do setor, se considerado o valor previsto pela porcentagem da riqueza socialmente produzida, via PIB.

Ainda em tempo, nesse item, cabe-nos apresentar outros valores reais, se considerarmos o PIB do próprio setor feito pela Cepea/Esalq-USP, sistematizado na

tabela 7. O que se identifica é que a riqueza socialmente produzida pelo agro, dentro dessa comparação, teria uma arrecadação de receita expressiva e com uma grande participação dentro das despesas da União. Por exemplo, no ano de 2013, o valor arrecadado seria de R\$ 353,72 bilhões, chegando a 49,79% das despesas da União com os Gastos Sociais, ou seja, metade dos valores investidos nas Políticas Sociais, que foram de R\$ 710,37 bilhões. A tabela a seguir apresenta o total de receitas da União, com a porcentagem do PIB do Agro.

Tabela 12 – Arrecadação total das receitas da União, com porcentagem do setor Agropecuário (Agro) do PIB do Brasil, segundo Cepea/Esalq-USP; com percentual previsto das receitas tributárias da União de 2013-2023

Ano	Arrecadação total das receitas da União (trilhões)	% do Agro – PIB Cepea/Esalq-USP	Valor previsto de Receitas, ao comparar com a % do PIB do Agro (bilhões)
2013	1.893.613.719.099	18,68%	353.727.042.727,69
2014	2.238.551.079.327	18,54%	415.027.370.107,23
2015	2.665.685.375.159	19,86%	529.405.115.506,58
2016	2.839.711.583.462	22,04%	625.872.432.995,02
2017	2.558.047.412.866	20,51%	524.655.524.378,81
2018	2.942.387.872.873	20,00%	588.477.574.574,60
2019	2.991.564.738.258	20,46%	612.074.145.447,59
2020	3.631.448.629.524	25,79%	936.550.601.554,24
2021	4.080.231.787.849	27,47%	1.120.839.672.122,12
2022	4.208.048.258.805	25,65%	1.079.364.378.383,48
2023	4.305.719.008.249	23,85%	1.026.913.983.467,39

Fonte: Receita Federal (2024c); Cepea/Esalq-USP (2024). Elaboração do autor (2025).

Enfatiza-se que a tabela 11 e 12 referem-se a valores que foram simulados, levando em consideração a porcentagem do PIB, e como o setor contribui na riqueza socialmente produzida. Desse modo, nos faz realizar na tabela apresentamos uma comparação: da maior porcentagem, que foi em 2021, de 27,47%, no valor de R\$ 1,12 trilhões. Para se ter uma dimensão, o valor dos gastos sociais da União no ano de 2021 foi de R\$ 1,25 trilhões. Se assim fosse, os valores arrecadados do setor equivaleriam quase à totalidade dos recursos garantidos para as políticas sociais.

Para encerrar este item, contrapõem-se os dados sobre a participação do setor Agroimperialistas em arrecadação de receitas, via tributos, com os gastos totais da pasta do Ministério da Agricultura, a partir do *Sistema Integrado de Orçamento e*

Planejamento (SIOP), que apresenta as despesas anuais da União por área de abrangência, conforme a tabela a seguir.

Tabela 13 – Arrecadação das atividades por divisão econômica, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e os Gastos totais da pasta do Ministério da Agricultura, segundo o SIOP, de 2013 a 2023

Ano	Receitas do Setor (CNAE) (bilhões)	% ref. as receitas	Gastos: Ministério da Agricultura (bilhões)	% ref. aos gastos totais
2013	6.938.713.539	0,37%	9.729.647.689,46	0,55%
2014	7.671.218.488	0,34%	10.117.095.887,64	0,47%
2015	6.583.797.600	0,25%	18.044.289.736,50	0,80%
2016	8.274.780.944	0,29%	19.741.679.544,80	0,77%
2017	8.948.131.015	0,35%	15.309.417.801,07	0,62%
2018	9.228.223.659	0,31%	15.860.183.302,21	0,60%
2019	7.855.010.977	0,26%	14.732.646.047,00	0,54%
2020	9.053.029.987	0,25%	13.046.656.218,31	0,37%
2021	11.399.647.444	0,28%	16.676.422.621,72	0,43%
2022	14.159.829.492	0,34%	22.028.561.897,80	0,54%
2023	14.889.934.259	0,35%	21.525.161.145,97	0,49%

Fonte: Receita Federal do Brasil (2024). SIOP, Ministério da Fazenda (Brasil, 2024d).
Elaboração do autor (2025).

A tabela 13 evidencia que em nenhum dos anos analisados, de 2013 até 2023, o setor agropecuário, que engloba a pasta da Agricultura, arrecadou mais do que gastou. Ou seja, em todos os anos, os Agroimperialistas tiveram despesas maiores do que as receitas arrecadadas. Mais uma contradição escancarada, que demonstra que o Estado “banca” o setor. E não é qualquer valor, se for comparar em alguns anos, o Estado precisa financiar duas vezes mais do que arrecada do setor. Analisamos o ano de 2015. Foram arrecadados, R\$ 6,58 bilhões, que correspondeu a 0,25% das receitas totais da União; ao mesmo tempo, o setor gastou R\$ 18,04 bilhões, em percentual 0,80%. Ou seja, o Governo teve que acrescentar 0,55% de suas receitas para cobrir os gastos do setor agropecuário, valores que poderiam ser aplicados nas políticas sociais.

Portanto, encerra-se essa primeira parte demonstrando os valores arrecadados de receitas tributadas das atividades do setor Agropecuário, que englobou a “Agricultura, Pecuária e serviços correlacionados; Produção Florestal; Pesca e Aquicultura”, via CNAE. A partir dos dados apresentados, pode-se afirmar categoricamente que a porcentagem que os Agroimperialistas contribuem, via tributos,

é insignificante no universo da totalidade de receitas que a União arrecada. No próximo ponto, iniciamos a análise dos dados das despesas dos gastos sociais da União, via Políticas Sociais, do mesmo período que estamos analisando.

3.3.2 Despesas com as políticas sociais no Brasil

No item 3.2, realizou-se reflexões acerca das políticas sociais e do Estado. Não cabe novamente adentrar na discussão e conceitos, o que deve ser lembrado é que as Políticas Sociais são instrumentos que o Estado utiliza para que as políticas públicas se materializem na prática, em ações, medidas e programas para garantir e promover os direitos constitucionais. É o aparato estatal em ação, ou, como De Castro (2012b) afirmou, a política social busca realizar dois objetivos, a “proteção social”, de direitos sociais garantidos constitucionalmente, os que estão na Constituição Federal; e a “promoção social” de ações que possam incluir pessoas através de bens e serviços públicos. Ainda em tempo, trago as ideias De Castro et al. (2012a, p. 4), para os quais a busca pela promoção das políticas sociais está em:

[...] (i) proteger os cidadãos mediante a segurança social que tem como ideia-força a solidariedade aos indivíduos, famílias e grupos em determinadas situações de dependência, ou vulnerabilidade, entre as quais se podem citar: (a) incapacidade de ganhar a vida por conta própria em decorrência de fatores externos, que independem da vontade individual; (b) vulnerabilidade devido ao ciclo vital do ser humano – crianças e idosos, por exemplo; e (c) situações de risco, como em caso de acidentes – invalidez por acidente etc; e (ii) realizar a promoção social mediante a geração de oportunidades e de resultados para indivíduos e/ou grupos sociais.

Por Gasto Social entende-se os recursos que o Estado garante e destina para as Políticas Sociais. A alocação destes recursos varia historicamente, sendo influenciadas pela posição política, econômica e ideológica de cada gestão. Além disso, fatores de contexto econômico internacional, como a crise financeira de 2008, podem moldar as decisões sobre os gastos sociais, como foi analisado acima, onde se discutiu Estado e as Políticas Sociais. Além do mais, é o instrumento legal que garante o acesso aos serviços públicos em várias áreas, como: a previdência, saúde, educação, cultura e entre outras políticas. Portanto, os Gastos Sociais estão no centro das discussões e agenda das gestões dos Governos. Historicamente, ora com governos sociais progressistas, como Lula e Dilma que pensam na distribuição,

acesso, serviços e expansão das políticas sociais para a população; ou governos liberais ou de Estado mínimo neoliberal, que o gasto social deve ser reduzido, contingenciado, controlado – como, por exemplo, via teto de gastos, aprovado em 2016, no Governo de Michel Temer – ou ainda, até negligenciado, no governo de Bolsonaro. Estas análises contextuais e históricas foram realizadas no decorrer da pesquisa, cabe agora apresentar as despesas com as Políticas Sociais a partir do ano de 2013 até 2023, para demonstrar onde foram destinados os recursos dos gastos sociais e, depois, contrapor com as arrecadações de receitas do setor agropecuário.

Para identificar e analisar os recursos destinados ao financiamento das políticas sociais no Brasil, utilizaremos como fonte primária os dados disponibilizados pelo Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento (SIOP), disponibilizados pelo Ministério da Fazenda (Brasil, 2024d). Na análise da evolução do financiamento das políticas sociais, tomaremos como referência os valores pagos pela União.

Para definirmos quais são as políticas sociais que serão objeto de análise neste trabalho, tomamos como referência a classificação das despesas funcionais da União, sistematizada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos Anísio Teixeira (INEP, 2020). De acordo com o Inep (2020), é considerado Gasto Social os “recursos financeiros despendidos pelos entes federados e destinados a atender às necessidades e aos direitos sociais para proporcionar bem-estar social”. São considerados gastos sociais (políticas sociais) as seguintes áreas: *Segurança Pública, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Organização Agrária e Desporto e Lazer* (INEP, 2020).

Dessa maneira, a proposta é apresentar as tabelas, demonstrando o chamado Gasto Social da União, classificado pelo Inep (2020) como recursos destinados pelo governo federal para financiar as políticas sociais, identificando a porcentagem de cada política social, perante o valor dos gastos sociais e referente às despesas totais da União. Também, busca-se identificar a porcentagem dos gastos sociais e das outras despesas, referente à totalidade dos gastos da União.

Para melhor encaminhamento organizacional, a ideia é apresentar todos os dados quantitativos que foram levantados das despesas, ano a ano, ou seja, de 2013 até 2023, fazendo uma análise preliminar; posterior a isso, faremos outras análises. Segue abaixo as tabelas das despesas das Políticas sociais.

Tabela 14 – Gasto Social da União (Políticas Sociais) no ano de 2013, com o percentual do total das despesas da União

Gasto Social da União	R\$	% referente ao Gasto Social	% referente - Despesas totais
Segurança Pública	7.159.257.604,22	1,01%	0,40%
Assistência Social	60.739.493.315,69	8,55%	3,41%
Previdência Social	429.787.276.936,34	60,50%	24,11%
Saúde	76.563.088.560,36	10,77%	4,29%
Trabalho	63.867.220.627,79	8,99%	3,58%
Educação	65.890.214.721,66	9,27%	3,70%
Cultura	869.852.197,55	0,12%	0,05%
Direitos da Cidadania	698.199.613,33	0,09%	0,04%
Urbanismo	1.067.174.734,14	0,15%	0,06%
Habitação	11.480.365,76	0,01%	0,00%
Saneamento	628.537.814,22	0,08%	0,03%
Organização Agrária	2.697.088.781,44	0,38%	0,15%
Desporto e Lazer	393.772.065,65	0,05%	0,02%
Gasto Social da União [1]	710.372.657.338,15		39,85%
Outras Despesas da União [2]	1.072.343.756.118,96		60,15%
Total das Despesas da União [3] = [1] + [2]	1.782.716.413.457,11		100%

Fonte: SIOP, Ministério da Fazenda (Brasil, 2024d). Elaboração do autor (2025).

Uma observação preliminar, constante na tabela 14, é a de que os gastos sociais com saúde e educação correspondem a 20,04%, enquanto outros gastos sociais ficaram com 19,81% no ano de 2013, ou seja, os gastos sociais com saúde e educação, em razão de sua amplitude, correspondem a mais de 50% dos gastos sociais em relação ao gasto social total da União, subtraindo a área da Previdência Social, que correspondeu, neste ano, a 60,50%. Também fica evidente que os outros gastos sociais federais são, de maneira geral, bastante baixos. Dentre eles, podemos destacar o que se refere à organização agrária, ou que poderia ser parte destinada para a reforma agrária, o percentual é de 0,38% do gasto social total federal, nesse mesmo ano.

Tabela 15 – Gasto Social da União (Políticas Sociais) no ano de 2014, com o percentual do total das despesas da União

Gasto Social da União	R\$	% referente ao Gasto Social	% referente - Despesas totais
Segurança Pública	7.233.237.067,17	0,91%	0,33%
Assistência Social	66.847.735.367,77	8,47%	3,08%
Previdência Social	471.639.642.772,72	59,75%	21,76%
Saúde	86.327.540.676,13	10,94%	3,98%
Trabalho	69.571.558.047,75	8,81%	3,21%
Educação	80.903.901.144,69	10,25%	3,73%
Cultura	908.005.916,14	0,12%	0,04%
Direitos da Cidadania	753.210.643,39	0,10%	0,03%
Urbanismo	1.378.142.478,04	0,17%	0,06%
Habitação	7.455.551,07	0,01%	0,00%
Saneamento	455.310.185,47	0,06%	0,02%
Organização Agrária	2.517.897.481,98	0,32%	0,12%
Desporto e Lazer	838.728.331,57	0,11%	0,04%
Gasto Social da União [1]	789.382.365.663,89		36,42%
Outras Despesas da União [2]	1.378.243.107.812,88		63,58%
Total das Despesas da União [3] = [1] + [2]	2.167.625.473.476,77		100%

Fonte: SIOP, Ministério da Fazenda (Brasil, 2024d). Elaboração do autor (2025).

Uma observação preliminar, constante na tabela 15, é a de que os gastos sociais com saúde e educação correspondem a 21,19%, enquanto outros gastos sociais ficaram com 15,23% no ano de 2014, ou seja, os gastos sociais com saúde e educação, em razão de sua amplitude, correspondem a mais de 50% dos gastos sociais em relação ao gasto social total da União, subtraindo a área da Previdência Social, que correspondeu, neste ano, a 59,75%. Também fica evidente que os outros gastos sociais federais são bastante baixos. Dentre eles, podemos destacar o que se refere à organização agrária, ou que poderia ser parte destinada para a reforma agrária, o percentual é de 0,32% do gasto social total federal, nesse mesmo ano.

Tabela 16 – Gasto Social da União (Políticas Sociais) no ano de 2015, com o percentual do total das despesas da União

Gasto Social da União	R\$	% referente ao Gasto Social	% referente - Despesas totais
Segurança Pública	7.753.719.483,82	0,92%	0,34%
Assistência Social	69.189.785.248,78	8,19%	3,05%
Previdência Social	514.494.995.315,75	60,92%	22,69%
Saúde	93.864.923.546,90	11,11%	4,14%
Trabalho	65.319.558.562,76	7,73%	2,88%
Educação	88.600.739.991,53	10,49%	3,91%
Cultura	855.175.441,96	0,10%	0,04%
Direitos da Cidadania	714.905.463,72	0,08%	0,03%
Urbanismo	1.133.010.594,62	0,13%	0,05%
Habitação	2.391.943,72	0,01%	0,00%
Saneamento	259.588.717,48	0,03%	0,01%
Organização Agrária	1.656.759.102,30	0,20%	0,07%
Desporto e Lazer	657.190.590,14	0,08%	0,03%
Gasto Social da União [1]	844.502.744.003,48		37,24%
Outras Despesas da União [2]	1.423.095.413.829,72		62,76%
Total das Despesas da União [3] = [1] + [2]	2.267.598.157.833,20		100%

Fonte: SIOP, Ministério da Fazenda (Brasil, 2024d). Elaboração do autor (2025).

Uma observação preliminar, constante na tabela 16, é que os gastos sociais com saúde e educação correspondem a 21,60%, e outros gastos sociais ficaram com 15,64% no ano de 2015, ou seja, os gastos sociais com saúde e educação, em razão de sua amplitude, correspondem a mais de 50% dos gastos sociais em relação ao gasto social total da União, subtraindo a área da Previdência Social, que correspondeu, neste ano, a 60,92%. Também fica evidente que os outros gastos sociais federais são bastante baixos. Dentre eles, podemos destacar o que se refere à organização agrária, ou que poderia ser parte destinada para a reforma agrária, o percentual é de 0,20% do gasto social total federal, nesse mesmo ano.

Tabela 17 – Gasto Social da União (Políticas Sociais) no ano de 2016, com o percentual do total das despesas da União

Gasto Social da União	R\$	% referente ao Gasto Social	% referente - Despesas totais
Segurança Pública	8.423.101.067,63	0,90%	0,33%
Assistência Social	77.565.299.156,44	8,26%	3,02%
Previdência Social	579.874.195.676,19	61,77%	22,54%
Saúde	100.190.605.307,83	10,67%	3,90%
Trabalho	70.042.457.873,72	7,46%	2,72%
Educação	95.184.512.946,82	10,14%	3,70%
Cultura	951.534.715,35	0,10%	0,04%
Direitos da Cidadania	1.835.676.288,39	0,20%	0,07%
Urbanismo	1.528.637.621,27	0,16%	0,06%
Habitação	9.405.847,40	0,01%	0,00%
Saneamento	409.018.270,82	0,04%	0,02%
Organização Agrária	2.300.200.246,83	0,25%	0,09%
Desporto e Lazer	477.839.758,73	0,05%	0,02%
Gasto Social da União [1]	938.792.484.777,42		36,50%
Outras Despesas da União [2]	1.633.384.417.754,62		63,50%
Total das Despesas da União [3] = [1] + [2]	2.572.176.902.532,04		100,00%

Fonte: SIOP, Ministério da Fazenda (Brasil, 2024d). Elaboração do autor (2025).

Uma observação preliminar, constante na tabela 17, é que os gastos sociais com saúde e educação correspondem a 20,81%, e outros gastos sociais ficaram com 15,69% no ano de 2016, ou seja, os gastos sociais com saúde e educação, em razão de sua amplitude, correspondem a mais de 50% dos gastos sociais em relação ao gasto social total da União, subtraindo a área da Previdência Social, que correspondeu, neste ano, a 61,77%. Também fica evidente que os outros gastos sociais federais são bastante baixos de um modo geral, dentre eles, podemos destacar o que se refere à organização agrária, ou que poderia ser parte destinada para a reforma agrária, o percentual é de 0,25% do gasto social total federal, nesse mesmo ano. Esses dados evidenciam que a Política Social está em uma evolução decrescente a partir de 2013, ano que iniciamos as análises.

Tabela 18 – Gasto Social da União (Políticas Sociais) no ano de 2017, com o percentual do total das despesas da União

Gasto Social da União	R\$	% referente ao Gasto Social	% referente - Despesas totais
Segurança Pública	9.133.214.442,06	0,90%	0,37%
Assistência Social	83.092.410.148,94	8,22%	3,35%
Previdência Social	637.415.842.845,69	63,07%	25,66%
Saúde	102.713.827.690,68	10,16%	4,14%
Trabalho	69.304.629.458,26	6,86%	2,79%
Educação	101.815.707.371,61	10,07%	4,10%
Cultura	1.020.637.184,93	0,10%	0,04%
Direitos da Cidadania	1.419.988.010,30	0,14%	0,06%
Urbanismo	1.843.890.667,36	0,18%	0,07%
Habitação	6.221.014,35	0,01%	0,00%
Saneamento	714.602.964,14	0,07%	0,03%
Organização Agrária	1.821.925.242,29	0,18%	0,07%
Desporto e Lazer	312.799.409,65	0,03%	0,01%
Gasto Social da União [1]	1.010.615.696.450,26		40,69%
Outras Despesas da União [2]	1.473.096.074.254,57		59,31%
Total das Despesas da União [3] = [1] + [2]	2.483.711.770.704,83		100%

Fonte: SIOP, Ministério da Fazenda (Brasil, 2024d). Elaboração do autor (2025).

Uma observação preliminar, constante da tabela 18, é a de que os gastos sociais com saúde e educação correspondem a 20,23% e outros gastos sociais ficaram com 20,46% no ano de 2017, ou seja, neste ano os gastos sociais com saúde e educação, em razão de sua amplitude, correspondem na casa dos 50% dos gastos sociais em relação ao gasto social total da União, subtraindo a área da Previdência Social, que correspondeu, neste ano, 63,07%. Também fica evidente que os outros gastos sociais federais são bastante baixos de um modo geral, dentre eles, podemos destacar o que se refere à organização agrária, ou que poderia ser parte destinada para a reforma agrária, o percentual é de 0,18% do gasto social total federal nesse mesmo ano. Portanto, em 2017, os gastos com esta política social corresponderam a menos da metade do percentual do primeiro ano analisado, 2013, que foi de 0,38%.

Tabela 19 – Gasto Social da União (Políticas Sociais) no ano de 2018, com o percentual do total das despesas da União

Gasto Social da União	R\$	% referente ao Gasto Social	% referente - Despesas totais
Segurança Pública	8.820.097.777,88	0,87%	0,34%
Assistência Social	85.896.620.680,37	8,44%	3,28%
Previdência Social	642.886.448.272,98	63,17%	24,53%
Saúde	108.179.156.538,17	10,63%	4,13%
Trabalho	70.289.191.277,34	6,91%	2,68%
Educação	95.589.490.220,59	9,39%	3,65%
Cultura	988.631.121,92	0,10%	0,04%
Direitos da Cidadania	991.045.465,38	0,10%	0,04%
Urbanismo	1.604.573.266,79	0,16%	0,06%
Habitação	5.675.724,39	0,01%	0,00%
Saneamento	558.409.625,47	0,05%	0,02%
Organização Agrária	1.568.290.230,51	0,15%	0,06%
Desporto e Lazer	267.922.792,89	0,03%	0,01%
Gasto Social da União [1]	1.017.645.552.994,68		38,83%
Outras Despesas da União [2]	1.603.215.192.396,10		61,17%
Total das Despesas da União [3] = [1] + [2]	2.620.860.745.390,78		100%

Fonte: SIOP, Ministério da Fazenda (Brasil, 2024d). Elaboração do autor (2025).

Uma observação preliminar, constante na tabela 19, refere-se aos gastos sociais com saúde e educação que correspondem a 20,02%, e outros gastos sociais que ficaram com 18,81% no ano de 2018, ou seja, os gastos sociais com saúde e educação, em razão de sua amplitude, voltaram a corresponder mais de 50% dos gastos sociais em relação ao gasto social total da União, subtraindo a área da Previdência Social, que correspondeu neste ano, 63,17%. Também fica evidente que os outros gastos sociais federais são bastante baixos de um modo geral. Dentre eles, podemos destacar o que se refere à organização agrária, ou que poderia ser parte destinada para a reforma agrária, o percentual é de 0,15% do gasto social total federal, nesse mesmo ano.

Tabela 20 – Gasto Social da União (Políticas Sociais) no ano de 2019, com o percentual do total das despesas da União

Gasto Social da União	R\$	% referente ao Gasto Social	% referente - Despesas totais
Segurança Pública	9.021.846.771,12	0,84%	0,33%
Assistência Social	92.845.668.722,41	8,66%	3,42%
Previdência Social	684.483.036.190,12	63,82%	25,25%
Saúde	114.182.505.319,31	10,65%	4,21%
Trabalho	72.477.174.717,92	6,76%	2,67%
Educação	94.474.263.879,61	8,81%	3,48%
Cultura	742.439.073,85	0,07%	0,03%
Direitos da Cidadania	886.822.525,92	0,08%	0,03%
Urbanismo	1.352.131.178,70	0,13%	0,05%
Habitação	4.925.414,11	0,01%	0,00%
Saneamento	450.742.891,48	0,04%	0,02%
Organização Agrária	1.375.068.771,39	0,13%	0,05%
Desporto e Lazer	158.476.628,93	0,01%	0,01%
Gasto Social da União [1]	1.072.455.102.084,87		39,56%
Outras Despesas da União [2]	1.638.452.553.908,69		60,44%
Total das Despesas da União [3] = [1] + [2]	2.710.907.655.993,56		100%

Fonte: SIOP, Ministério da Fazenda (Brasil, 2024d). Elaboração do autor (2025).

Uma observação preliminar, constante na tabela 20, é a de que os gastos sociais com saúde e educação correspondem a 19,46% e outros gastos sociais ficaram com 20,10% no ano de 2019, ou seja, os gastos sociais com saúde e educação, em razão de sua amplitude, corresponderam pela primeira vez desde 2013, com menos de 50% dos gastos sociais em relação ao gasto social total da União, subtraindo a área da Previdência Social, que correspondeu, neste ano, a 63,82%. Evidenciou-se que a Previdência Social, nesse período, alcançou o maior percentual de gastos desde 2013 e continuará sendo o maior até 2023, período do recorte temporal. Também fica evidente que os outros gastos sociais federais são bastante baixos de um modo geral, dentre eles, podemos destacar o que se refere à organização agrária, ou que poderia ser parte destinada para a reforma agrária, o percentual é de 0,13% do gasto social total federal, nesse mesmo ano.

Tabela 21 – Gasto Social da União (Políticas Sociais) no ano de 2020, com o percentual do total das despesas da União

Gasto Social da União	R\$	% referente ao Gasto Social	% referente - Despesas totais
Segurança Pública	10.717.162.762,18	0,73%	0,30%
Assistência Social	409.936.624.446,09	28,10%	11,60%
Previdência Social	718.968.153.432,65	49,28%	20,34%
Saúde	150.462.970.240,46	10,31%	4,26%
Trabalho	75.873.299.767,19	5,20%	2,15%
Educação	88.075.831.716,66	6,04%	2,49%
Cultura	608.669.310,62	0,04%	0,02%
Direitos da Cidadania	943.867.214,00	0,06%	0,03%
Urbanismo	1.250.144.946,01	0,09%	0,04%
Habitação	1.971.878,19	0,00%	0,00%
Saneamento	788.948.145,46	0,05%	0,02%
Organização Agrária	1.327.404.407,01	0,09%	0,04%
Desporto e Lazer	98.729.061,48	0,01%	0,00%
Gasto Social da União [1]	1.459.053.777.328,00		41,27%
Outras Despesas da União [2]	2.076.260.559.566,87		58,73%
Total das Despesas da União [3] = [1] + [2]	3.535.314.336.894,87		100%

Fonte: SIOP, Ministério da Fazenda (Brasil, 2024d). Elaboração do autor (2025).

Uma observação preliminar, constante na tabela 21, é a de que os gastos sociais com saúde e educação correspondem a 16,35% e outros gastos sociais ficaram com 24,92% no ano de 2020 (ano da pandemia de Covid), ou seja, os gastos sociais com saúde e educação que normalmente, por sua amplitude social, correspondiam sempre a mais de 50% dos gastos sociais em relação ao gasto social total da União, subtraído a porcentagem da área da Previdência Social, que correspondeu neste ano, 49,28%, menor percentual desde o ano analisado, de 2013, com o reflexo da pandemia. Também fica evidente que os outros gastos sociais federais são bastante baixos de um modo geral, dentre eles, podemos destacar o que se refere à organização agrária, ou que poderia ser parte destinada para a reforma agrária, o percentual é de 0,09% do gasto social total federal, nesse mesmo ano.

Tabela 22 – Gasto Social da União (Políticas Sociais) no ano de 2021, com o percentual do total das despesas da União

Gasto Social da União	R\$	% referente ao Gasto Social	% referente - Despesas totais
Segurança Pública	10.440.917.761,49	0,83%	0,27%
Assistência Social	158.601.987.505,77	12,66%	4,11%
Previdência Social	755.986.219.542,21	60,36%	19,58%
Saúde	161.436.188.575,46	12,89%	4,18%
Trabalho	65.836.217.120,13	5,26%	1,71%
Educação	96.055.905.716,51	7,67%	2,49%
Cultura	620.115.145,87	0,05%	0,02%
Direitos da Cidadania	655.681.193,28	0,05%	0,02%
Urbanismo	1.120.796.920,59	0,09%	0,03%
Habitação	2.106.963,46	0,00%	0,00%
Saneamento	445.521.729,77	0,04%	0,01%
Organização Agrária	1.016.960.699,91	0,08%	0,03%
Desporto e Lazer	213.892.367,64	0,02%	0,01%
Gasto Social da União [1]	1.252.432.511.242,09		32,44%
Outras Despesas da União [2]	2.608.729.757.764,20		67,56%
Total das Despesas da União [3] = [1] + [2]	3.861.162.269.006,29		100%

Fonte: SIOP, Ministério da Fazenda (Brasil, 2024d). Elaboração do autor (2025).

Uma observação preliminar, constante na tabela 22, é a de que os gastos sociais com saúde e educação correspondem a 20,56% e outros gastos sociais ficaram com 11,88% no ano de 2021 (ano da pandemia de Covid), ou seja, os gastos sociais com saúde e educação, em razão sua amplitude social, correspondem sempre a mais de 50% dos gastos sociais, em relação ao gasto social total da União, subtraindo a área da Previdência Social, que correspondeu, neste ano, a 60,36%. Também fica evidente que os outros gastos sociais federais são bastante baixos de um modo geral, dentre eles, podemos destacar o que se refere à organização agrária, ou que poderia ser parte destinada para a reforma agrária, o percentual é de 0,08% do gasto social total federal nesse mesmo ano. Este percentual, é o menor entre todos os anos analisados, sendo aproximadamente cinco vezes menos do que 2013.

Tabela 23 – Gasto Social da União (Políticas Sociais) no ano de 2022, com o percentual do total das despesas da União

Gasto Social da União	R\$	% referente ao Gasto Social	% referente - Despesas totais
Segurança Pública	11.728.625.408,23	0,84%	0,29%
Assistência Social	193.498.113.454,72	13,92%	4,77%
Previdência Social	840.497.326.587,85	60,48%	20,70%
Saúde	136.849.614.740,07	9,85%	3,37%
Trabalho	92.607.733.054,22	6,66%	2,28%
Educação	109.777.765.093,57	7,90%	2,70%
Cultura	598.807.315,76	0,04%	0,01%
Direitos da Cidadania	720.593.755,08	0,05%	0,02%
Urbanismo	1.376.066.883,62	0,10%	0,03%
Habitação	2.549.748,96	0,00%	0,00%
Saneamento	290.903.224,40	0,02%	0,01%
Organização Agrária	1.429.995.929,55	0,10%	0,04%
Desporto e Lazer	289.016.132,43	0,02%	0,01%
Gasto Social da União [1]	1.389.667.111.328,46		34,33%
Outras Despesas da União [2]	2.669.835.941.799,80		65,67%
Total das Despesas da União [3] = [1] + [2]	4.059.503.053.108,04		100%

Fonte: SIOP, Ministério da Fazenda (Brasil, 2024d). Elaboração do autor (2025).

Uma observação preliminar, constante da tabela 23, é a de que os gastos sociais com saúde e educação correspondem a 17,75% e outros gastos sociais ficaram com 16,58% no ano de 2022 (ano da pandemia de Covid), ou seja, os gastos sociais com saúde e educação, por sua amplitude social, correspondem sempre a mais de 50% dos gastos sociais em relação ao gasto social total da União, subtraindo a área da Previdência Social, que correspondeu neste ano, 60,48%. Também fica evidente que os outros gastos sociais federais são bastante baixos de um modo geral, dentre eles, podemos destacar o que se refere à organização agrária, ou que poderia ser parte destinada para a reforma agrária, o percentual é de 0,10% do gasto social total federal nesse mesmo ano. Nos anos analisados, identificou que este gasto social teve seus menores percentuais, na gestão de Bolsonaro, com 0,13% em 2019; com 0,09% em 2020; com 0,08% em 2021; e com 0,10% em 2022.

Tabela 24 – Gasto Social da União (Políticas Sociais) no ano de 2023, com o percentual do total das despesas da União

Gasto Social da União	R\$	% referente ao Gasto Social	% referente - Despesas totais
Segurança Pública	13.209.417.058,77	0,84%	0,30%
Assistência Social	261.279.613.885,10	16,52%	5,99%
Previdência Social	913.699.878.822,53	57,76%	20,93%
Saúde	161.223.980.563,79	10,19%	3,69%
Trabalho	95.510.948.441,48	6,04%	2,19%
Educação	129.461.795.955,36	8,18%	2,97%
Cultura	2.286.211.054,06	0,14%	0,05%
Direitos da Cidadania	842.536.922,79	0,05%	0,02%
Urbanismo	1.199.041.336,50	0,08%	0,03%
Habitação	13.333,34	0,00%	0,00%
Saneamento	149.964.399,97	0,01%	0,00%
Organização Agrária	2.599.326.453,80	0,16%	0,06%
Desporto e Lazer	347.796.493,31	0,02%	0,01%
Gasto Social da União [1]	1.581.810.524.720,80		36,24%
Outras Despesas da União [2]	2.782.977.470.578,20		63,76%
Total das Despesas da União [3] = [1] + [2]	4.364.787.995.299,02		100%

Fonte: SIOP, Ministério da Fazenda (Brasil, 2024d). Elaboração do autor (2025).

Uma observação preliminar, constante na tabela 24, é a de que os gastos sociais com saúde e educação correspondem a 18,37% e outros gastos sociais ficaram com 17,87% no ano de 2023, ou seja, os gastos sociais com saúde e educação, por sua amplitude social, correspondem sempre a mais de 50% dos gastos sociais em relação ao gasto social total da União, subtraindo a área da Previdência Social, que correspondeu neste ano, 57,76%. Também fica evidente que os outros gastos sociais federais são bastante baixos de um modo geral, dentre eles, podemos destacar o que se refere à organização agrária, ou que poderia ser parte destinada para a reforma agrária, o percentual é de 0,16% do gasto social total federal nesse mesmo ano.

As tabelas 14 até a 24 demonstram os dados evolutivos dos Gastos Sociais (Políticas Sociais), referente aos anos de 2013 até 2023. Justifica-se que não há intenção de esgotar as análises destes dados, área por área social, porém, alguns apontamentos e aspectos fundamentais referentes às políticas sociais (gasto social federal) são importantes para nossa análise.

Na evolução histórica dos Gastos Sociais, a partir dos dados apresentados e detalhado na tabela a seguir, número 25, percebe-se um processo de oscilação, ou um caminho de redução dos gastos em Políticas Sociais, a partir de 2013. Como já trouxemos às reflexões, é neste período que o país, no Governo de Dilma, tem os reflexos da crise internacional, bem como políticas de austeridade fiscal, as quais promoveram corte e redução nos gastos sociais. Entretanto, não se pode esquecer que após *impeachment* da presidenta ocorreu a aprovação do teto dos gastos, gerando um “efeito de “achatamento”, como Dweck, Oliveira e Rossi (2018) definiram na aprovação da Emenda Constitucional 95, aprovada em dezembro de 2016, ocasionando a redução em despesas obrigatórias nas áreas sociais.

A Previdência Social foi a área social com maior gasto, chegando em 2019, tabela 20, a 63,82% do valor entre todas as Políticas Sociais. Uma ressalva ao comparar o percentual gasto em 2020, tabela 21, ano da crise sanitária, percebe-se o menor percentual entre os anos analisados, num total de 49,28%. Pois, considerando os outros anos, temos, no ano de 2023, o menor número 57,76%, conforme a tabela 24. Porém, ao trazer os valores, temos uma evolução gradativa do gasto com a previdência, isso se materializa no seguinte montante, em 2019, o valor foi de R\$ 684,48 bilhões; já o ano de 2020, que se apresenta com menor percentual, o gasto foi de R\$ 718,96 bilhões. O que gerou este menor percentual? A Covid-19 exigiu que o governo investisse mais nas áreas sociais, devido à redução das atividades econômicas, maior informalidade e o desemprego crescente que levou o governo a intervir, por exemplo, com o auxílio emergencial. Diante disso, em 2020, tivemos o maior percentual entre os anos analisados, com 41,27% nos Gastos Sociais, em contraponto com o valor de 39,56% em 2019, e apenas 32,44% em 2021, conforme apresentado na tabela 25.

O período pandêmico refletiu fortemente na Assistência Social, que passou, em 2019, com um percentual de 8,66% da totalidade dos gastos sociais, ou em valores de R\$ 92,84 bilhões, para R\$ 409,93 bilhões, ou 28,10% das áreas sociais. Ao analisar o percentual de despesas com Assistência Social, de 2013 até 2019, este ficou na casa dos 8% da totalidade dos gastos sociais. Como assinalado acima, no ano de 2020, por conta da pandemia, com o Auxílio Emergencial, que foi prorrogado também no ano de 2021, chegou ao percentual de 12,66%. No ano de 2022, a Emenda Constitucional 123 criou o Programa Auxílio Brasil, com o benefício mensal às famílias em situação de vulnerabilidade social, que antes era denominado de Auxílio

Emergencial, fixado até este ano no valor de R\$ 400. Com o novo programa, criado em julho de 2022, passou para R\$ 600. Um adendo: na aprovação do novo programa, houve críticas pela oposição ao governo Bolsonaro, afirmando que era uma estratégia unicamente eleitoral. Assim, neste ano de 2022, o percentual passou para 13,92% dos gastos, aumentando, em 2023, no primeiro ano da gestão de Lula, para 16,52%. Lembrando que, antes de assumir, em 2023, Lula solicitou que o Congresso autorizasse o valor de R\$ 200 bilhões a mais no teto do orçamento, para pagar o Auxílio Emergencial, programas sociais e outros investimentos. Considerando a trajetória de suas duas primeiras gestões, o percentual de 16,52% em 2023 reflete na política social de distribuição de renda e de benefícios sociais para as famílias carentes e em vulnerabilidade social.

Mesmo com a realidade pandêmica, o que não se refletiu, em termos de percentual, foi na área da Saúde. Encontramos um percentual de 10,65% em 2019, ou, em valor, R\$ 114,18 bilhões, e, em 2020, ano da pandemia, R\$ 150,46 bilhões, ou, em percentual, 10,31%. Houve uma redução no percentual, mas um aumento em termos de valores, de mais de 31,77% de 2019 para 2020. Porém, o governo de Bolsonaro não considerou o ano da maior crise sanitária nacional e mundial, com milhares de pessoas que vieram a óbito pela Covid-19, atingindo, em sua gestão, mais de 700 mil mortes. Ainda, na área da Saúde, nos anos analisados, identifica-se que o percentual – não os valores – se mantém na casa dos 10%, variando no ano de 2021, quando chegou a 12,89%, no pior momento da saúde, e retornando para 9,85% em 2022.

Ao identificar as tabelas citadas, dentre as áreas sociais com maiores gastos, cinco figuram entre elas: Previdência Social, Saúde, Educação, Assistência Social e Trabalho, ambas concentraram juntas, por exemplo, em 2015, 98,44%; em 2019, o maior percentual foi de 98,70%; e no último ano analisado, 2023, foi de 98,69%; ficando o restante do percentual, por exemplo, em 2019, com 1,30% para ser destinado às outras áreas sociais, que englobam: Segurança Pública, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Organização Agrária e Desporto e Lazer.

Ainda em tempo, sobre os dados levantados dos Gastos Sociais da União, cabe-nos também apresentar os valores que a União paga com a função 28 - *Encargos Especiais*, que somam, ano após ano, durante o período analisado, mais de 50% do orçamento. Os dados desta função adentram dentro de “Outras Despesas da

União”, detalhadas nas tabelas 14 até 24. Para entender os Encargos Especiais, citamos o que o Manual de Despesas Nacional (Brasil, 2008, p. 25) descreve:

A função “Encargos Especiais” engloba as despesas orçamentárias em relação às quais não se pode associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como: dívidas, ressarcimentos, indenizações e outras afins, representando, portanto, uma agregação neutra. Nesse caso, na União, as ações estarão associadas aos programas do tipo “Operações Especiais” que constarão apenas do orçamento, não integrando o PPA.

Na prática, os Encargos Especiais são uma parte do orçamento do Governo Federal destinado às despesas que não são gastos sociais (Políticas Sociais), como gastos em outras despesas estruturais do governo, ou em outros serviços e bens públicos. Esta função abrange gastos relacionados ao pagamento da dívida pública (interna e externa), bem como o próprio refinanciamento e serviço desta dívida, ressarcimentos, indenizações, transferências especiais e obrigações legais.

Na tabela 25 demonstra-se as despesas totais da União, bem como os valores e porcentagem das despesas dos Gastos Sociais, correspondentes às Políticas Sociais, demonstrado os gastos com os encargos especiais, de 2013 até 2023.

Tabela 25 – Gasto Social da União e os Encargos Especiais com percentual referente às despesas totais da União, de 2013 até 2023

Ano	Despesas Total da União	Gasto Social da União (Políticas Sociais)	%	Encargos Especiais	%
2013	1.782.716.413.457,11	710.372.657.338,15	39,85%	949.870.726.663,31	53,28%
2014	2.167.625.473.476,77	789.382.365.663,89	36,42%	1.246.719.225.953,87	57,52%
2015	2.267.598.157.833,20	844.502.744.003,48	37,24%	1.281.616.304.305,21	56,52%
2016	2.572.176.902.532,04	938.792.484.777,42	36,50%	1.459.233.070.309,94	56,73%
2017	2.483.711.770.704,83	1.010.615.696.450,26	40,69%	1.291.486.913.545,01	52,00%
2018	2.620.860.745.390,78	1.017.645.552.994,68	38,83%	1.411.401.134.466,92	53,85%
2019	2.710.907.655.993,56	1.072.455.102.084,87	39,56%	1.444.685.422.302,64	53,29%
2020	3.535.314.336.894,87	1.459.053.777.328,00	41,27%	1.884.000.618.322,03	53,29%
2021	3.861.162.269.006,29	1.252.432.511.242,09	32,44%	2.416.423.224.892,83	62,58%
2022	4.059.503.053.108,04	1.389.667.111.328,46	34,33%	2.459.113.689.802,24	60,58%
2023	4.364.787.995.299,02	1.581.810.524.720,80	36,24%	2.558.049.843.491,07	58,61%

Fonte: SIOP, Ministério da Fazenda (Brasil, 2024d). Elaboração do autor (2025).

A partir dos dados apresentados, em primeira análise, esta função, os Encargos Especiais é a que mais destina-se ao orçamento dos Gastos da União. O

menor percentual, por exemplo, foi de 52% no ano de 2017; e o maior no ano de 2021, com 62,58%. Segundo Santos (2024, p. 101), dos dados apresentados desta função, “no período de 2015 a 2022, os Encargos Especiais representaram, em média, 89,78% do total das Outras Despesas da União e 56,89% do total das despesas da União (incluindo o gasto social)”. Ainda segundo a autora, os encargos especiais são mecanismos que privilegiam os rentistas, pois “os recursos da União destinados aos rentistas, por meio do pagamento da dívida pública, individualmente é a maior despesa da União” (Santos, 2024, p. 102).

Explorando o percentual de 2021, temos em Gasto Social (as treze Políticas Sociais) 32,44%, e o Gasto com o Encargo Especiais de 62,58%; enquanto o percentual restante ficou em 4,98%. Este percentual do orçamento, destina-se no pagamento de outras funções, que abrangem mais quinze, entre elas: Legislativa, Judiciária, Essencial à Justiça, Administração, Defesa Nacional, Relações Exteriores, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços, Comunicações, Energia, Transporte e Reserva de Contingência (esta última função, não foi identificado nenhum gasto, conforme os dados do SIOP) (Brasil, 2024d). Para conhecimento da evolução dos gastos com estas despesas da União, a pesquisa de Santos (2024) detalha o percentual gasto nestas funções, de 2015 até 2022.

Após identificar e demonstrar os dados dos Gastos Sociais, especificado nas Políticas Sociais, bem como o seu percentual referente à totalidade das despesas da União, no próximo ponto, vamos comparar com a arrecadação de receitas do setor agropecuário, a partir da Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE).

3.3.3 Agroimperialismo e Estado: análise da participação contributiva do setor agropecuário no financiamento do Gasto Social da União (Políticas Sociais) no período de 2013 a 2023

Nesta subseção, reside a hipótese central que orienta esta pesquisa. Com a questão: qual é a participação efetiva do setor dos Agroimperialistas em termos de valores e em percentual para o financiamento, manutenção e ampliação das Políticas Sociais? Antes das análises para tal resposta, será necessário recapitular os últimos dois momentos discutidos acima, que tiveram como caminho: primeiro, identificou quanto que os Agroimperialistas contribuem de forma efetiva na arrecadação de receitas da União, a partir da Classificação Nacional das Atividades Econômicas

(CNAE). Em seguida, através dos dados do orçamento (SIOP), demonstrou os gastos sociais, ou as despesas com as Políticas Sociais, ambos com o recorte temporal, de 2013 até 2023.

Com o levantamento dos dados, parte-se para a análise da problemática. Deixa-se claro que, nos caminhos traçados pela pesquisa, não se identificou, nos sites oficiais ou da Receita Federal, para onde vão as receitas arrecadadas pelo setor. Não foi possível encontrar, por exemplo, que a receita do setor tenha sido encaminhada diretamente como parte da receita para a saúde, educação, assistência ou outra política social, mas apenas qual é o total da arrecadação (em percentuais da arrecadação total federal) do setor para o conjunto das receitas federais arrecadadas. O valor arrecadado entra como receita que o governo destina para a totalidade das receitas, sendo que parte delas são destinadas aos gastos da União. O que pretendemos é comparar e analisar o percentual arrecadado de receitas do setor agropecuário para as receitas globais e também em relação ao valor gasto nas Políticas Sociais.

Antes de adentrar nas análises centrais, tinha-se a ideia de identificar as receitas do setor agropecuário por área de atuação, como: agroindústria, pecuária, agricultura, insumos, produção, processamento, etc., ou ainda, por empresa. Porém, não foi possível encontrar dados oficiais do governo federal, sendo considerado apenas os dados do Formulário de Referência (FRE) de empresas de capital aberto, que estão na bolsa de valores, dos seus demonstrativos de despesas, que apresentam - conforme verificado em formulário da empresa Suzano (2023), JBS (2023; 2024) e Raízen Energia (2024) - detalhamento das despesas por dedução de impostos, como: Imposto de Renda e Contribuição Social; ICMS; Pis/Cofins, entre outras taxas que são demonstradas de forma de despesas consolidadas (integradas). Assim sendo, esta proposta de identificar as receitas por área ou por empresa ficará aberto para indagações e pesquisa futura.

Para situar, até este momento, foi necessário fundamentar alguns conceitos: identificar quem são os Agroimperialistas, demonstrar os valores arrecadados pelo setor, e comparar as despesas da União com os gastos sociais. Por fim, a busca da resposta para a problemática central, lembrando que os dados levantados nas tabelas no item anterior (número 14 até 24) são referentes aos recursos destinados pelo governo federal para financiar o Gasto social da União (Políticas Sociais). Pretende-se, portanto, comparar tal gasto com o montante das receitas tributárias resultantes

das atividades econômicas desenvolvidas pelo setor agropecuário, nas áreas da “Agricultura, Pecuária e serviços correlacionados; Produção Florestal; Pesca e Aquicultura” (apresentado na tabela 9).

Na tabela a seguir, apresenta-se os dados com os Gastos Sociais da União (Políticas Sociais), entre 2013 até 2023, identificado no Ministério da Fazenda, via SIOF; o valor de receitas arrecadada pelo setor agropecuário neste período, encontrado nas Receita Federal, via CNAE; identificando qual a porcentagem de participação dos Agroimperialistas para as receitas geradas e arrecadadas de suas atividades econômicas, comparando-as de forma generalizada, pois não há uma identificação na Receita Federal do Brasil quais setores serão destinados os tributos arrecadados do setor. Então, para fins de análise global, estaremos comparando, mesmo que não sejam destinados à tributação do setor para o financiamento de determinadas políticas sociais, com o gasto social federal, de modo geral, para fins analíticos e para demonstrar a participação do setor no conjunto das Políticas Sociais.

Tabela 26 – Gasto Social da União (Políticas Sociais) do ano de 2013 até 2023 como percentual das receitas tributárias da União arrecadadas nas atividades econômicas da Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura

Ano	Gasto Social da União (Políticas Sociais)	Receitas das ativ. econômicas: Agricultura, Pecuária, Prod. Florestal, Pesca e Aquicultura	%
2013	710.372.657.338,15	6.938.713.539	0,98%
2014	789.382.365.663,89	7.671.218.488	0,97%
2015	844.502.744.003,48	6.583.797.600	0,78%
2016	938.792.484.777,42	8.274.780.944	0,88%
2017	1.010.615.696.450,26	8.948.131.015	0,89%
2018	1.017.645.552.994,68	9.228.223.659	0,91%
2019	1.072.455.102.084,87	7.855.010.977	0,73%
2020	1.459.053.777.328,00	9.053.029.987	0,62%
2021	1.252.432.511.242,09	11.399.647.444	0,91%
2022	1.389.667.111.328,46	14.159.829.492	1,02%
2023	1.581.810.524.720,80	14.889.934.259	0,94%

Fonte: SIOF, Ministério da Fazenda (Brasil, 2024d). Receita Federal do Brasil, 2024. Elaboração do autor (2025).

Numa primeira análise e conclusão analítica e comparativa, a contribuição é irrelevante, chegando em sua maior contribuição efetiva, em termos de percentual dos gastos com as Políticas Sociais, em 2022, com 1,02%. O setor, que se considera um

dos principais ativos econômicos do país, tendo uma contribuição tão irrisória, é falacioso e contraditório, ainda mais, se pegar o percentual de 2019, com apenas 0,73%. Este não é o menor percentual, identificando-se em 2020, o valor de 0,62%. Leva-se em consideração o reflexo da crise pandêmica, com menor investimento econômico, medidas de impacto, como isenções, benefícios e deduções fiscais. Somado ao pacote de medidas econômicas feito pelo governo Bolsonaro, em abril de 2020, para minimizar as dificuldades do setor, entre elas: a prorrogação das amortizações de financiamentos de custeio e de investimentos, bem como a taxa de juros originais de operações, principalmente do crédito rural; benefícios para os atingidos pela estiagem, nas regiões Sul e Nordeste; entre outras ações governamentais (Brasil, 2020), ocasionando impactos na arrecadação de receitas do Setor.

Retornando aos dados de 2019, sustenta-se que a baixa arrecadação tem reflexo na base de apoio do setor agropecuário, ao governo eleito em 2019. É o primeiro ano da gestão de Bolsonaro e identifica-se medidas, incentivos e isenções fiscais com uma política de estímulo ao agronegócio, do setor dos Agroimperialistas. Isso se traduz na prorrogação do Convênio 100, do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), que concede isenção ou redução de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a produtos agropecuários; isenção fiscal sobre agrotóxicos, fertilizantes e outros produtos agrícolas, em especial, a renúncia de imposto do PIS/Pasep e da Cofins sobre importação, das alíquotas do IPI de venenos agrícolas, entre outras isenções, que foram publicadas pela Instrução Normativa 1.911, de 2019, que *“Regulamenta a apuração, a cobrança, a fiscalização, a arrecadação e a administração da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação”*, da Receita Federal do Brasil. Não esquecendo da Lei Kandir (1996) que tem com benefício a isenção de ICMS nas exportações de produtos primários do setor agropecuário. Relembrando o que já foi mencionado no segundo capítulo, segundo Junior e Goldfarb (2021), no ano de 2019, as exportações atingiram a casa dos 96 bilhões de dólares, enquanto isso o governo recebeu de arrecadação de imposto sobre os produtos exportados, apenas R\$ 16 mil.

Ao analisar os valores arrecadados, na tabela 26, observa-se uma evolução na arrecadação de receitas do setor, com duas quedas. A primeira, em 2015, pode ser considerada um reflexo da crise econômica internacional iniciada em 2008 e

identificada no contexto brasileiro a partir de 2013, com baixo investimento, menos circulação e, conseqüentemente, menor arrecadação. A segunda queda ocorreu em 2019, quando a arrecadação chegou a R\$ 7,85 bilhões, comparado aos R\$ 9,22 bilhões de 2018 e, mesmo durante a crise pandêmica de 2020, com R\$ 9,05 bilhões. Como já pontuamos, em 2019, encontram-se as medidas adotadas pelo governo em incentivo ao setor Agroimperialista.

Ainda em tempo, neste ano de 2019, é contraditório que, apesar de o setor ter contribuído com 4,21% da riqueza socialmente produzida (como mostrado na tabela 6, segundo os dados do IBGE) ou 20,46% (segundo o levantamento da Cepea/Esalq-USP, na tabela 7), tenha arrecadado apenas 0,26% em receitas tributadas, conforme a tabela 9, participando, supostamente, com apenas 0,73% para os gastos sociais (tabela 26). Este é o agro que arrecada poucos tributos. Quando os tributos arrecadados são comparados, de forma analítica e generalizada, ao gasto social total federal, eles se mostram muito insignificantes, se considerarmos a riqueza produzida pelo setor em relação ao PIB e também em relação aos subsídios e financiamentos públicos em bilhões de reais destinados anualmente aos Agroimperialistas pelo Estado – que eles, ironicamente, tanto criticam, mas não sobrevivem sem ele, de forma institucional, financeira, econômica e política.

3.3.4 Alguns aspectos sobre gastos da educação em relação a contribuição do Agroimperialismo

Os Agroimperialistas têm uma participação insignificante, irrisória na arrecadação de receitas da União. Cabe-nos, portanto, encerrar este estudo demonstrando alguns elementos quantitativos sobre o gasto social referente à Educação.

Para materializar o direito à Educação, garantido constitucionalmente, muitas ações, programas, entre outras medidas são necessárias. Isto identifica-se, por exemplo, nas 57 políticas efetivas que existem atualmente referentes à área de atuação da Educação Básica, segundo o levantamento feito pelo Ministério da Educação. Entre elas: Criança Alfabetizada, Escola em Tempo Integral, Pé-de-Meia, Ensino Médio Mais, Proinfância, Escolas Conectadas, Políticas de Formação de Professores, etc. Ainda tem outras áreas de atuação, como: Educação Profissional e Tecnológica; Ensino Superior; e, Ações Internacionais. Para acontecer na prática, o

Gasto Social em Educação é necessário e essencial, concretizando e garantindo o art. 205 da Constituição Federal, que afirma “A educação, direito de todos e dever do Estado”.

Segundo o Ministério da Educação (Brasil, 2024), as despesas com a Educação são definidas pela nossa Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996. Entre os gastos estão: a remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação; aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino; uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino; levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino; realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino; concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas; aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar; realização de atividades curriculares complementares voltadas ao aprendizado dos alunos ou à formação continuada dos profissionais da educação, tais como exposições, feiras ou mostras de ciências da natureza ou humanas, matemática, língua portuguesa ou língua estrangeira, literatura e cultura; entre outras despesas que envolvem fontes de financiamento, que vai gerar os gastos em Educação.

As fontes de receitas destinadas à Educação são oriundas dos tributos arrecadados da União. Para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, por exemplo, em sua totalidade vem de recursos em âmbito estadual e municipal, provenientes das seguintes fontes receitas: Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD); Fundo de Participação dos Estados (FPE); Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); Imposto Territorial Rural (ITR); Fundo de Participação dos Municípios (FPM); Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); entre outras.

Entre estas receitas, temos o setor agropecuário, que contribui com a arrecadação de tributos, como identificado na tabela 9, a partir da Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE). Dessa maneira, na tabela 27, demonstraremos os valores gastos em Educação e as receitas do setor em análise, de 2013 até 2023, identificando qual o percentual de participação dos Agroimperialistas, de forma generalizada, comparativa e relativa, em relação aos gastos sociais em Educação no âmbito federal. Ressalta-se que os gastos sociais em

Educação não são, em sua quase totalidade, oriundos de tributação vinculada diretamente aos setores dos Agroimperialistas.

Tabela 27 – Gasto Social da União com a Educação, do ano de 2013 até 2023 como percentual das receitas tributárias da União arrecadadas nas atividades econômicas da Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura

Ano	Gasto Social da União – Educação (2013-2023)	Receitas das ativ. econômicas: Agricultura, Pecuária, Prod. Florestal, Pesca e Aquicultura	%
2013	65.890.214.721,66	6.938.713.539	10,53%
2014	80.903.901.144,69	7.671.218.488	9,48%
2015	88.600.739.991,53	6.583.797.600	7,43%
2016	95.184.512.946,82	8.274.780.944	8,69%
2017	101.815.707.371,61	8.948.131.015	8,79%
2018	95.589.490.220,59	9.228.223.659	9,65%
2019	94.474.263.879,61	7.855.010.977	8,31%
2020	88.075.831.716,66	9.053.029.987	10,28%
2021	96.055.905.716,51	11.399.647.444	11,87%
2022	109.777.765.093,57	14.159.829.492	12,90%
2023	129.461.795.955,36	14.889.934.259	11,50%

Fonte: SIOP, Ministério da Fazenda (Brasil, 2024d). Receita Federal do Brasil, 2024. Elaboração do autor (2025).

O resultado da participação do setor agropecuário em gastos totais da União é insignificante, logo, reflete também a sua pouca contribuição para com os gastos em Educação, identificando uma maior participação em 2022, com 12,90%; e a menor em 2015, com 7,43%, subentende que trata-se de um ano de austeridade fiscal pelo governo da época, com ajustes e cortes nos gastos sociais. No ano de 2020, período da pandemia, houve uma redução nos gastos em educação de 9,32%, em comparação com o ano de 2019, mesmo assim, a participação do setor em receita em comparação com os gastos em educação, chegou a 10,28%.

Ao analisar os últimos três anos do período de recorte - 2021, 2022 e 2023 – no qual se apresenta o maior percentual, bem como em termos de valores arrecadados do setor em receitas para a União, compara-se este valor com duas despesas em programas da Educação, nos mesmos anos. Os dois programas, o número 5011, as políticas e ações do governo para a *Educação Básica de Qualidade*; e o número 5013, das ações e políticas voltada para a *Educação Superior: Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão*. Os dados foram levantados a partir do

Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento (SIOP) (Brasil, 2024e). Identifica-se, portanto, que em 2021, o programa 5011 teve despesas na casa de R\$ 8,86 bilhões, enquanto o 5013 teve gastos de R\$ 7,60 bilhões. Os R\$ 11,39 bilhões arrecadados pelo setor não bastariam para os gastos destes dois programas, que totalizaram R\$ 16,46 bilhões. Em 2022, o valor gasto em Educação Básica, programa 5011, foi de R\$ 11 bilhões, que correspondeu a 10,03% dos gastos totais da educação. Já a contribuição do setor agropecuário em receitas, em 2022, foi de aproximadamente R\$ 14,16 bilhões; ou, em porcentagem dos gastos totais da Educação, 12,90%. Ou seja, o que foi arrecadado em 2022 pelo agro seria suficiente para pagar apenas, digo apenas, as ações e políticas do Programa da Educação Básica, e uma pequena parte do programa 5013, que foi de R\$ 8,83 bilhões. Lembrando que tem mais 87% da educação e as outras políticas sociais. O ano de 2023 não fugiu muito dessa realidade, pois o valor aproximado de R\$ 14,89 bilhões arrecadada pelo setor em receitas tributadas contribuiria apenas para quitar, comparativamente, o programa 5011, que foi de R\$ 13,52 bilhões.

Por fim, nestas análises sobre os gastos em Educação, apresento uma tabela com os gastos da área, de 2013 até 2023, retirados das tabelas 14 até 24, com as respectivas porcentagens, tanto do percentual referente aos gastos sociais, como das despesas totais da União.

Tabela 28 – Demonstrativo evolutivo das despesas da Educação, com a porcentagem referente ao Gasto Social e as despesas totais da União, de 2013 até 2023 (valores em bilhões)

Ano	Valor total	% referente ao Gasto Social	% referente a Despesas totais
2013	65.890.214.721,66	9,27%	3,70%
2014	80.903.901.144,69	10,25%	3,73%
2015	88.600.739.991,53	10,49%	3,91%
2016	95.184.512.946,82	10,14%	3,70%
2017	101.815.707.371,61	10,07%	4,10%
2018	95.589.490.220,59	9,39%	3,65%
2019	94.474.263.879,61	8,81%	3,48%
2020	88.075.831.716,66	6,04%	2,49%
2021	96.055.905.716,51	7,67%	2,49%
2022	109.777.765.093,57	7,90%	2,70%
2023	129.461.795.955,36	8,18%	2,97%

Fonte: SIOP, Ministério da Fazenda (Brasil, 2024d). Elaboração do autor (2025).

As despesas em Educação, conforme a tabela 28, mantinham-se um percentual na casa dos 10%, entre os gastos sociais, de 2013 até 2017. A partir de 2018, identifica-se uma queda do percentual, com reflexo da Emenda Constitucional 95, impacto da política do teto dos gastos. Reflexo de queda também identificada referente aos gastos totais, chegando a uma porcentagem de apenas 2,49%, no ano de 2020 e 2021, anos do período pandêmico. Reforçando o que foi afirmado acima, que o governo Bolsonaro durante a pandemia foi uma gestão da “morte”, deixando as políticas sociais, bem como a área educacional esquecidas e negligenciadas, através de cortes e de medidas que levaram a retrocessos sociais. Isto concretiza, nos valores gastos em Educação em 2020, com o valor de R\$ 88,07 bilhões, ou apenas 6,04% das despesas referente aos gastos sociais, uma redução de 9,32% em relação com o ano de 2019, que foi R\$ 94,47 bilhões.

Os reflexos das ações e das medidas de austeridade fiscal e de projetos macroeconômicos, realizados desde as gestões de Dilma em 2013, passando por Temer e Bolsonaro, vão impactar diretamente nos gastos sociais e na área educacional. Os cortes e as reduções de valores na educação, como identificado na tabela 28, não cumpriram a meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação (PNE), de 2014, que estimulava um percentual de investimento público em Educação, em relação ao Produto Interno Bruto. A meta 20, propunha: *“ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de sete por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do país no quinto ano de vigência desta lei e, no mínimo, o equivalente a dez por cento do PIB ao final do decênio”*. No ano de 2019, segundo os indicadores do INEP (2024), chegou a 5,9%, enquanto a meta era 7%. De acordo com o Anuário Brasileiro da Educação Básica, no ano de 2022, segundo dados do IBGE, Inep e do Ministério da Educação, o investimento público em Educação representou 4,9% do PIB (Peres, 2024, p. 13). Para o ano de 2024, não foi possível identificar a porcentagem correspondente, mas estima-se que a meta 20 do PNE, que prevê o investimento de 10% do PIB em Educação, não tenha sido alcançada, sendo improvável que o seja em um futuro próximo. Portanto, as arrecadações e contribuições com a tributação dos setores do Agroimperialismo são, relativa e comparativamente, quase insignificantes em relação ao total da tributação geradora de arrecadação para a composição da receita total e dos gastos sociais da União, bem como em relação aos gastos totais sociais em educação na esfera federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto histórico do Brasil, o Agroimperialismo se manifestou por meio da influência de grupos, empresas, corporações, monopólios, entre outros, internacionalizado no setor agropecuário nacional, impulsionado pelo Eco-Imperialismo mundial, que representa um modelo de acumulação e reprodução sociometabólica do capital. Esse processo de desenvolvimento reprodutivo é frequentemente apoiado pelo aparato estatal, contribuindo para legitimar as relações de dominação, controle, exploração e expropriação do modo de produção capitalista. Ao mesmo tempo, os Agroimperialistas como fração ampliada do Eco-imperialismo, tem uma participação insignificante, irrisória nas arrecadações de receitas, via tributos, conforme foi evidenciado e verificado nas análises dos dados oficiais em âmbito federal. Esta baixa participação impacta diretamente nos gastos da União, em especial com as despesas para as políticas sociais. Portanto, o baixo retorno tributário, gerado com a tributação sobre as riquezas produzidas pelo Eco-Imperialismo e pelo Agroimperialismo, perpetuam a desigualdade e contribuem com baixa tributação geral e conseqüentemente com pouca participação no financiamento das políticas sociais, ao mesmo tempo em que geram um desenvolvimento socioeconômico e financeiro desigual e concentrado. Essa síntese é um resumo do que afirmamos no decorrer desta pesquisa. Entretanto, irei tecer algumas considerações a partir dos seguintes pontos. 1) Eco-Imperialismo, Agroimperialismo, Capital e o Estado; 2) Relação do Agroimperialismo, Estado e Políticas Sociais e da hipótese central; 3) Reflexões sobre caminhos de uma política de sobrevivência.

Historicamente, a partir do que foi refletido, a insustentável destrutividade sistêmica reprodutiva sociometabólica do capital, nas palavras de Mészáros (2021), está levando a humanidade e o ecológico para um ponto de inflexão, de um colapso socioambiental e humanitário. Na análise de Marques (2023), esse processo pode ser irreversível nos próximos anos. Porém, a previsão destrutiva está em curso, pois o Agroimperialismo como fração ampliada do Eco-Imperialismo, centrada em manter seus interesses econômicos, políticos e ideológicos de classe, não se importa em acelerar esse processo de aniquilamento e extinção. Isto porque chegamos em junho de 2024, ultrapassando a barreira do 1,5°C da temperatura da Terra, segundo o Instituto Copernicus da Europa, publicado em janeiro de 2025, sendo o 12º mês

consecutivo mais quente desde à época pré-industrial do século XIX. A previsão dos dados levantados por Marques (2023), trazem como marco o ano de 2030, tendo em vista que se não forem tomadas medidas radicais e práticas, ondas de calor, perda da biodiversidade e de espécies, desastres naturais, inundações, secas, etc. serão mais frequentes, tendo em vista que já estão acontecendo, mas podem ser ainda agravadas. Em suma, a aceleração de uma tragédia socioambiental global pelo Eco-Imperialismo e o Agroimperialismo é real, colocando em risco o futuro da humanidade.

Estas ações destrutivas do Eco-Imperialismo e do Agroimperialismo não são recentes, são históricas. Como analisamos no primeiro capítulo sobre os regimes alimentares e no segundo sobre a expropriação do Agroimperialismo no Brasil, a lógica de espoliação e acumulação do capital, nas formas mercantil, industrial, monopólio e, por fim, o financeiro levaram ao esgotamento de alguns recursos naturais; como aconteceu no período colonial, onde Portugal e Espanha exploravam e retiraram metais preciosos, como ouro e prata, o extrativismo de madeiras, como o pau-brasil, entre outras atividades econômicas. A disputa territorial entre estes países e outros ocasionaram a extinção e extermínio de povos originários, espécies, biodiversidade, entre outras tragédias nos países latino-americanos.

Não contente e a demanda por meios produtivos, ou de matéria-prima, o capital em formato de grandes monopólios industriais e financeiro, via imperialismo, puxado por países, como Inglaterra, França e Holanda, avançaram para outras regiões geográficas, no caso os territórios africano e asiático, para explorar, dominar, apropriar e expropriar os recursos nestes continentes, agora colônias dos imperialistas. Nesse momento histórico, a Inglaterra, ou os países que fazem parte da Grã-Bretanha, surgem como potência hegemônica, que foi referenciada por McMichael (2009a; 2009b) nos regimes alimentares e pela dependência econômica e financeira do Brasil Império, apontada por Prado Jr. (1970). Os Eco-imperialistas dividiram, esgotaram, “sangraram” e espoliaram estas regiões geográficas, de forma predatória e destrutiva, redesenhando e desestruturando as sociedades, tribos, etnias e o meio ambiente, por meio da devastação, exploração e expropriação econômica, deixando um legado de destruição ambiental, pobreza, desigualdade e morte.

A disputa hegemônica por espaço geográfico do capital acirra-se após a Segunda Guerra Mundial entre o Capitalismo e o Socialismo/Comunismo. Modos que se configuram como posição contra hegemônica, levando a um conflito da “guerra” por território em escala mundial. As consequências da Guerra Fria traduziram-se nos

inúmeros golpes e ditaduras nestes países, do continente africano e asiático (Congo, República Dominicana, Indonésia e outros), bem como na América Latina (Brasil, Argentina, Chile, Guatemala), onde os Estados Unidos vão influenciar diretamente e indiretamente em prol de seus interesses hegemônicos político, ideológico e econômico do capital, que foram analisados por David Harvey e Harry Magdoff. Autoritarismo, controle, militarização, dominação, tortura e morte podem ser facilmente identificados nestes países, como exemplo do Brasil, no período da ditadura, entre 1964 até 1984. No que tange aos tentáculos e ações Eco-imperialistas e Agroimperialistas, predomina a dominação, espoliação e expropriação dos recursos naturais, como se verifica no Brasil, em favor de empresas dos Estados Unidos, com concessões realizadas pelo governo de Eurico Gaspar Dutra (1946–1951), que entregou toneladas de manganês, além da cessão de jazidas de ferro em 1964, após o golpe militar. Situação semelhante ocorreu na Bolívia, também em 1964, com a entrega de jazidas de minérios, como chumbo, prata e zinco, a corporações americanas. Exemplo que podem ser identificados na obra de Eduardo Galeano, *As veias abertas da América Latina*, que sintetizou sabiamente a dura realidade dos povos latino-americanos, desde a chegada dos Espanhóis e Portugueses até o controle dos Estados Unidos, “*É a América Latina, a região das veias abertas. Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, norte-americano, e como tal se acumulou e se acumula nos distantes centros do poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos*” (Galeano, 2020, p. 18).

A realidade citada por Galeano não alterou as bases estruturais de dominação e expropriação nas cinco décadas seguintes, após os escritos de sua obra (em 1970 e atualizada em 1977). Alterou-se a configuração político-administrativa em democracias no caso do Brasil, mas a continuidade de apropriação do poder e do aparato estatal nas mãos da elite burguesa, sob a égide das ideias neoliberais, permanecem vigorosas e vorazes como identificou Mézáros (2021), que na “*modalidade antagonística da reprodução sociometabólica*” as relações, o organismo social foi alienado pela estrutura organizativa de comando do poder do Estado, de “*modo necessariamente usurpador*”.

O que se apresenta neste período histórico, década de 1970 aos dias atuais, foi a globalização financeira ou a *mundialização do capital*, descrita por Chesnais,

iniciando um processo de liberalização e desregulamentação de leis protecionistas, e adentrando nos países do Sul Global empresas, grupos, corporações e monopólios transnacionais. Não há mais barreiras geográficas de Estados que possam segurar a “tirania do capital”, como apresenta Saito (2024), em sua ânsia por monetizar e comercializar. Retornando o que McMichael (2009a; 2009b) analisou sobre o regime alimentar corporativo/neoliberal, a abertura para a entrada do capital estrangeiro veio com voracidade e apetite, aprofundando em maior proporção a dependência dos países com o mercado externo, a partir do controle e padronização de produção, mercadorias, alimentos, etc, estabelecido por corporações globais. Continuamos sendo expropriados pela reprodução sociometabólica do capital através da dependência, da espoliação, da expropriação e exploração, tanto dos recursos naturais, como da força de trabalho materializadas por ações do Eco-imperialismo e do Agroimperialismo em escala global. Exemplifica-se estas ações, como nos casos citados: do rompimento de barragens, de Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais; e seus impactos, culturais, ambientais, sociais e econômicos; a grilagem em terras públicas ou demarcadas, com prática ilegal, de violência contra comunidades tradicionais e ocupação por grupos Agroimperialistas, na Região do Matopiba; terras sendo entregues para países e corporações na África para o cultivo de produtos agroexportadores (Rice, 2009); precarização e exploração de trabalhadores em Bangladesh (Saito, 2024); trabalhadores em regime de escravidão em vinícolas na Serra Gaúcha, Rio Grande do Sul, em 2023⁸¹, 2024⁸² e 2025⁸³ e vendas de terras públicas pelo Governo de São Paulo com até 90% de desconto⁸⁴, para grandes latifundiários; entre tantos outros exemplos de destruição, expropriação, exploração, dominação, pobreza, morte, etc. Como bem enfatizou David Harvey, o capital não importa em destruir pessoas ou o meio ambiente, o importante é comercializar, lucrar. Destaco como uma análise dessa situação a obra de Emiliano López de 2020, que ao organizar escritos sobre a imposição imperialista do capital em nosso tempo de

⁸¹ Matéria disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2023/04/noites-em-poro-es-almoco-na-caridade-precarizacao-do-trabalho-na-serra-gaucha-segue-apos-caso-de-trabalho-escravo/>.

⁸² Matéria disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202402/operacao-flagra-18-trabalhadores-em-condicoes-analogas-a-escravidao-em-sao-marcos-rs>.

⁸³ Matéria disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/02/04/mais-nove-trabalhadores-sao-resgatados-em-condicoes-analogas-a-escravidao-na-colheita-de-uva-no-rs>.

⁸⁴ Matéria disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/alesp-aprova-lei-de-tarcisio-que-amplia-prazo-para-entrega-de-terras-publicas-a-fazendeiros/>.

exploração e superexploração dos países que compõem o Sul Global, intitulou a sua obra de: “*As veias do Sul continuam abertas*”, parafraseando o livro de Eduardo Galeano. E, as veias continuam abertas para a sucção e exploração dos recursos e de bens naturais, dentro da lógica reprodutiva sociometabólica do capital, sob o comando dos Eco-imperialistas e dos Agroimperialistas, que foram demonstrados no decorrer das análises e reflexões.

Desde o início dos escritos da presente pesquisa, buscou-se demonstrar e contextualizar o desenvolvimento do capital, sob a lógica do Imperialismo e, posterior a isso, a definição do nosso objeto de estudo, o Agroimperialismo. Entender e conceituá-lo, nos permitiu encontrar suas bases estruturais de atuação, relações, mediações e determinações de maneira ampla, macro, mundial. Em sequência, a necessidade de conhecer e compreender as suas atividades no Brasil. Para tanto, foi preciso realizar o resgate histórico das relações sociais, econômicas e políticas, desde o período colonial. Desde a Colônia somos espoliados, explorados e expropriados por Agroimperialistas, sob o comando de Portugal, bem como da dependência e retirada de matérias-primas pela Inglaterra no Brasil Império. Mais expropriados do que nunca, no último século, onde o Agroimperialistas norte-americanos e outros complexos transnacionais através de empresas, grupos e corporações se apropriaram e exploraram matérias e recursos. Os Agroimperialistas de hoje são frutos da lógica do capital que perpetuou ao longo da história brasileira. Dentro das relações e reprodução do capital, as pessoas, bem como a natureza é reduzida a número, valor, peso monetário. Assim sendo, o que se apresentou foi o Eco-imperialismo e o Agroimperialismo, sob o domínio da reprodução sociometabólica do capital, sendo herdeiros de séculos e décadas de exploração e expropriação que transformam recursos naturais em mercadorias, em nome do lucro; e as vidas, em números.

Portanto, o Agroimperialismo, como fração ampliada do Eco-imperialismo, reflete e se materializa através da reprodução sociometabólica do capital no Brasil. Por isso, a intenção de conhecê-lo e apresentá-lo no decorrer da pesquisa, para problematizar o que foi pretendido, relacionar ao Agroimperialismo, Estado e Políticas Sociais e, o caminho da hipótese central, considerações para o próximo momento.

Eis o Agroimperialismo no Brasil! Apropriou-se do aparato estatal, legitimando a si próprio, através da regulamentação de leis; com recursos financeiros, via financiamento crédito rural, com uma desigualdade escancara; com isenção fiscal, via

impostos sobre insumos agrícolas, defensivos, exportação através da lei Kandir, de ICMS, etc.; refletindo em empresas e grupos que acumulam grandes receitas e lucros, como o caso da agroindustrial JBS. Ao mesmo tempo, evidenciou-se nas análises de dados quantitativos que o setor tem uma participação insignificante em arrecadação de receitas para o orçamento federal, refletindo a pouca e quase insignificante, em termos de participação na tributação para a composição da arrecadação para o orçamento e, conseqüentemente, para o percentual de gastos da União. Ou seja, é o Agroimperialismo que cresce com lucros privados, com ônus públicos.

Dessa relação estabelecida entre o setor do Agro, Estado e Políticas sociais, algumas notas são necessárias. Atualmente, o Estado ocupa-se como instrumento de reprodução do modo de produção vigente, respaldado por ideias neoliberais. Concretizou isto no Brasil pelas políticas de austeridade fiscais e econômicas, dos retrocessos, cortes e fim de direitos sociais, como o Ementa Constitucional 95, do teto de gastos entre outras ações, medidas e políticas, adotadas pelo Estado no recorte temporal que analisamos, de 2013 até 2023. Uma política de achatamento dos recursos nas políticas sociais, que refletem a ideologia de um Estado mínimo do mínimo. O reflexo é o aumento da desigualdade social e concentração de renda, como apontou os dados da Oxfam (2024, p. 23), em janeiro de 2024, que no “[...] *Brasil, o 0,01% mais rico possui 27% dos ativos financeiros, o 0,1% mais rico, 43%, e o 1% mais rico, 63%, enquanto os 50% mais pobres têm apenas 2%*”. Não é de se espantar que o país é considerado um dos países mais desiguais do mundo, o que reflete também na questão salarial, como demonstra o estudo acima, na média do país, “[...] *a renda dos brancos está mais de 70% acima da renda da população negra*” (Oxfam, 2024, p. 20). E o Estado contribui para legitimar e perpetuar esta estrutura desigual, aumentando as fraturas sociais, como a pobreza, o racismo, violência, exploração e precarização da força de trabalho. Esse processo revela que o Estado é “agente” da reprodução sociometabólica do capital e o Agroimperialismo, como uma fração ampliada do Eco-imperialismo, contribui para que isto se materialize na prática, identificando-o quando o mesmo ganha benefícios e isenções, elevando em grandes proporções seus capitais, ao mesmo tempo, é o setor que contribui com apenas 0,37% em arrecadação de receitas, via tributos, como em 2013, em sua maior participação dos recursos totais da União. Ou seja, o Agroimperialismo no Brasil, com benefícios, não paga imposto e contribui de maneira insignificante para o financiamento e manutenção dos gastos da União e, muito menos, com as Políticas Sociais. Afirma-

se que o Estado atua hegemonicamente como estrutura de mediação socioeconômica e política, estando a serviço do capital e do Agroimperialismo, à custa da sociedade.

Os dados apresentados e analisados da tabela 26 evidenciaram uma discrepância alarmante entre a contribuição do setor dos Agroimperialistas, de sua riqueza socialmente produzida, e seu aporte para o financiamento das políticas sociais. Como já exposto, a maior participação foi de 1,02%, em 2022, nos gastos da União, em termos de contribuição tributária para a arrecadação destinada à composição orçamentária federal, de forma relativa e comparativa às Políticas Sociais. Percentual, em valor de R\$ 14,16 bilhões, que contribuiria com apenas quatro políticas sociais de menor proporção de gastos neste ano. Entre elas: Segurança Pública, com R\$ 11,72 bilhões; Urbanismo, com R\$ 1,37 bilhões; Cultura, com R\$ 598 milhões; e, Direitos da Cidadania, com R\$ 720 milhões. Esse percentual contribuiu com apenas 0,35% dos gastos totais da União. O Agroimperialismo que se apresenta como “ pilar ” da economia, demonstrou-se um setor com uma participação insignificante, tanto dos gastos sociais, como os absolutos das despesas da União, contrastando com os vultuosos benefícios e subsídios que recebe do Estado. Ou seja, o Agroimperialismo tem com lucros enormes, mas contribuição insignificante! A conta não fecha. É uma contradição que expõe a vantagem que o setor tem, por isso a necessidade de uma revisão das políticas fiscais, tributárias e de incentivos públicos. É urgente a discussão e debate sobre formas equitativas de participação na arrecadação da receita tributárias do governo. Por isso, a demanda de uma reforma tributária que promova maior participação e justiça fiscal, para garantir que o setor tenha uma contrapartida de forma proporcional a sua riqueza socialmente produzida, gerando maior contribuição em recursos para o orçamento federal, automaticamente, ajudará na manutenção e financiamento das políticas sociais e dos gastos da União. É urgente uma reforma tributária para equilibrar a “ balança ” que rompa com as injustas tributações contra a massa de trabalhadores e promova a tributação quase insignificante da riqueza de poucos.

Sobre o sistema tributário nacional estão em andamento debates e discussões sobre uma ampla reforma, tanto na Câmara Federal como no Senado. Já apontamos que De Campos (2023) ligou o alerta, onde o setor dos Agroimperialistas quer a isenção total para alguns produtos, como a soja. Se não houver discussões amplas e debates com a sociedade, continuaremos com os privilégios escancarados de alguns setores. Por isso, em 2018, especialistas em diversas áreas realizaram estudos e

apontaram amplos diagnósticos e premissas, formulando uma proposta de uma Reforma ao sistema tributário brasileiro de forma justa e sustentável. O trabalho intitulado de: *A Reforma Tributária Necessária: diagnósticos e premissas*, contou com a participação de auditores fiscais da Receita Federal e do Fisco Estadual e Distrital, que podem contribuir para as discussões do sistema tributário, de maneira ampla na sociedade. É preciso que o debate aconteça de forma horizontal e não vertical, sendo amplamente organizado na pauta de instituições públicas, como as universidades; e nos movimentos sociais, de sindicatos e associações etc., contribuindo de forma justa, eficiente e transparente.

Sobre a relação do setor Agropecuário, Estado e Políticas Sociais, há alguns aspectos sobre o gasto social com a Organização Agrária. Durante as análises e reflexões, identificamos descaradamente as amplas vantagens e benefícios dos Agroimperialistas implementados pelo aparato estatal. Estado este que, dos anos analisados, participou pouco em ações, medidas e políticas de reforma ou organização agrária para diminuir a concentração da terra no Brasil. O que fazer com 0,38%, em 2013, que correspondeu a aproximadamente R\$ 2,70 bilhões; ou ainda 0,08%, em valor R\$ 1,01 bilhões, em 2021, para auxiliar e lutar pela regulação fundiária e contra a concentração da terra. O Censo Agropecuário de 2017, do IBGE, já apresentava dados assustadores da concentração de terra e de propriedades de forma desigual e predatória, gerando pobreza no campo, expulsão e êxodo rural, conflitos, degradação ambiental para a produção de produtos agroexportadores, etc. O que o governo fez em contrapartida? Financia a grande e a média propriedade, com mais de 80% da política do crédito rural. Se comparar este percentual do financiamento do crédito rural para os Agroimperialistas, na safra de 2013-2014, com a política da organização agrária, de 2013, a evidência é assustadora. Foram gastos R\$ 2,70 bilhões na área de Organização Agrária, já o financiamento da política do crédito rural (para grandes e médios proprietários) foi de R\$ 132,73 bilhões, correspondendo a 85,90% dos recursos destinados; ou ainda, em 2021, ano do menor gasto com esta política (0,08%, ou R\$ 1,01 bilhões), foi investido para os grandes e médios proprietários R\$ 273,91 bilhões, ou 86,83% da política do crédito rural. É preciso refletir que, no ano de 2013, tínhamos o governo de Dilma Rousseff, presidenta da “esquerda”, com apoio popular e da agricultura familiar. Em suma, crédito para a minoria, “miséria” para muitos, eis a política agrária no Brasil que perpetua a injustiça.

Uma última reflexão neste ponto, é sobre o aparato estatal. Indago-me, estamos presenciando o fim ou, por que não, a “extinção” do aparelho estatal enquanto instrumento de bem público, das políticas sociais. Problematizo: quais serviços ou bens públicos que ainda não estão privatizados? Ou terceirizadas? A reprodução do capital em sua ânsia estrutural por monetizar e comercializar, está profundamente nas entranhas do Estado como uma funcionalidade operacional, diminuindo as suas funções e os gastos com as políticas sociais, por outro lado, tem um alto gasto com os “encargos especiais”. Como evidenciou-se na tabela 25, onde mais de 50% dos recursos da União, por exemplo em 2022, foram 60,58%, são destinados para pagar a dívida pública interna e externa, refinanciamento, juros, ressarcimentos, etc. Valor que privilegia as instituições financeiras, os investidores que compram os títulos da dívida pública, ou como Harvey apontou a *classe dos rentistas*. O Estado como comitê e “instituição” banca a classe financeira, seus superlucros e acúmulo de capital. Por isso, Mészáros afirmou que a montanha que precisamos perseguir é o Estado. É o Estado que se materializa e aprofunda a “*base sociometabólica antagonística sobre a qual todas as formações estatais do capital foram erigidas*” (Mészáros, 2021, p. 173) ao longo da história. Ainda em tempo, sobre diminuir as funções em gastos sociais, um exemplo prático, é o que acontece nos Estados Unidos. Atualmente, o presidente Donald Trump (ultraconservador), que assumiu em janeiro deste ano (2025), está propondo o fim do financiamento em educação, sem discussão, via decreto. Segundo Trump, a área educacional tem grande despesa federal e por fundamentar questões culturais de doutrinação da juventude americana. Como chegou a esta proposta? Com aval e orientação do Departamento de Eficiência Governamental (DOGE), que é uma comissão consultiva e planejada pelo Presidente⁸⁵, liderada por nada menos que Elon Musk, bilionário, dono de corporações e empresas Eco-imperialistas, que no ano de 2024, fechou um contrato com a empresa Vale S. A. do Canadá para a compra de níquel. Minério que é extraído pela empresa em território brasileiro no estado do Pará⁸⁶. É a apropriação do Estado pelo Eco-imperialismo e o Agroimperialismo, com recursos “infinitos” para

⁸⁵ Para a matéria na íntegra, acessar: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/trump-assina-decreto-para-acabar-com-o-departamento-de-educacao/>.

⁸⁶ Matéria na íntegra, acessar: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-04/niquel-litio-e-satelites-conheca-interesses-de-musk-no-brasil>.

a reprodução sociometabólica do capital: um golpe final contra as políticas sociais, os bens e serviços públicos. Eis a lógica perversa e destrutiva da “tirania do capital”.

Portanto, evidenciou-se nas análises da pesquisa, que desta relação entre o setor agropecuário, Estado e políticas sociais, o Agroimperialismo no Brasil revelou-se como um sistema que - através de suas influências hegemônica e força ideológica, política e econômica, dentro do aparato estatal - garantiu para si próprio um fluxo constante de isenções fiscais, benefícios e financiamentos para sua produção, acumulando e lucrando ainda mais. Esta apropriação perante o Estado, no entanto, se contradiz fortemente com sua contribuição insignificante, irrisória para com o orçamento federal, demonstrando uma distorção que perpetua a desigualdade e compromete a capacidade do Estado em investir em áreas sociais, como saúde, educação, assistência, segurança, etc. Assim sendo, torna-se imperativo repensar as políticas que sustentam esse modelo, não é repensar somente o papel e a função do Estado, mas repensar as relações reprodutivas sociometabólicas do capital que engolem e se reproduzem na mesma lógica, por dentro do Estado, sem o qual não sobrevive como sistema do capital. Assim, a fração ampliada do capital como parte destacada do Eco-imperialismo, o Agroimperialismo no Brasil, mantém privilégios escancarados do Estado, que o financia, apoia e semeia uma sociedade desigual.

Ainda alguns pontos pairam sobre qual o futuro da humanidade. É urgente a discussão sobre políticas de sobrevivência, pois o que está em curso, de forma nítida, é um colapso socioambiental a partir das mudanças climáticas, em decorrência da reprodução sociometabólica do capital. Não há sobrevivência do ser humano sem a natureza, o ecológico. Por isso, a necessidade de debater novos paradigmas de desenvolvimento econômico, social, político, cultural e ecológico.

Mészáros (2021) e Marques (2023) expressaram, categoricamente, a necessidade urgente de ter “limites” do que estamos reproduzindo. Limites que o capital e o ser humano não estão levando em consideração, sendo desprezados em nome de um valor monetário. Nas palavras de Mészáros (2021, p. 245), “[...] a dominação e a destruição da natureza hoje em curso devem tornar palpavelmente claro que há um limite para tudo. E os limites absolutos do capital demonstram sua insustentabilidade em nosso tempo”. Ou seja, a insustentabilidade do capital, sem limites, é um caminho certo para a autodestruição.

Marques (2023) em sua obra *O Decênio Decisivo* aponta, que em nome da “sobrevivência” da humanidade, será preciso repensar as políticas socioeconômicas e ambientais. O autor apresenta dados preocupantes de como estamos caminhando para um colapso socioambiental e demonstra algumas propostas que podem ser colocadas em prática. Pretendo apresentar seis delas, com a intenção de refletirmos sobre as possibilidades de lutar por um “bem comum”, por uma sociedade com justiça social e ambiental. Pondero, que não entrarei em grande discussão e fundamentos teóricos, tratando de aspectos que considero importante destacar como fruto das reflexões que a pesquisa provocou e que remete a novos debates e estudos futuros.

1) Redução radical e emergencial das diversas desigualdades entre os membros da espécie humana: os dados da Oxfam (2024), já sinalizados acima, demonstram porque esta proposta precisa ser repensada, os dados da desigualdade no mundo são alarmantes e crescentes. De 2020 até 2024, os cinco homens mais ricos do mundo duplicaram suas fortunas, ao passo que cinco bilhões de pessoas viram seu patrimônio diminuir. Ainda: “[...] 1% mais rico do mundo tem 43% de todos os ativos financeiros globais; O 1% mais rico do mundo emite tanta poluição de carbono que os dois terços mais pobres da humanidade” (Oxfam, 2024, p. 9). Para reduzir as desigualdades, segundo Marques (2023, p. 441), algumas exigências são essenciais. a) direito ao trabalho, à estabilidade e à segurança do emprego e a uma remuneração compatível; b) direito ao repouso, ao ócio e ao lazer; c) uma renda mínima capaz de garantir segurança existencial e acesso aos serviços fundamentais; d) um teto para renda e para o patrimônio, de modo a evitar a formação de uma casta de super-ricos. **2) Diminuição do consumo humano de materiais e de energia:** estamos extrapolando todos os tipos de limites de esgotamento dos recursos naturais. É preciso diminuir e redefinir as taxas de consumo de materiais e de energia para não sofrermos um colapso socioambiental. Para tanto, isso supõe que é necessário: a) com critérios orientados pela ciência redefinir os limites de energia e materiais consumidos; b) pensar em uma economia orientada pela “engenharia reversa”, com possibilidade e capacidade de reciclagem; c) uma economia que seja capaz de atender às necessidades básicas humanas sem agredir, destruir e colocar em risco os *habitats* das demais espécies e os equilíbrios climáticos. **3) Extensão da ideia de sujeito de direito às demais espécies, à biosfera e às paisagens naturais:** é preciso superar a ideia de que tudo na natureza é mercadoria e negócio para monetizar e comercializar. A natureza não é apenas um “recurso” utilitarista de

crescimento econômico, que pode ser explorado à vontade, sem preocupação de destruição e devastação. É a casa comum, a Gaia, a deusa grega que representa a mãe-terra, habitação comum de todos, ou seja, é preciso defender o direito de moradia de todos os seres vivos, de todas as espécies e ecossistemas. **4) Restauração e ampliação das reservas naturais, a serem consideradas como santuário e inacessíveis aos mercados globais:** a reprodução sociometabólica do capital, não há limite, barreira ou reserva natural que não possa ser uma condição mercantil. Todos sabem da importância da floresta amazônica, não apenas para o Brasil, mas para a América Latina e para o mundo, sua biodiversidade, regulação de temperatura e climática, o que o capital pensa sobre? Fonte inesgotável de recursos para mercantilizar. Por isso, anualmente vemos os dados sobre o desmatamento da floresta para a atividade da agropecuária, o garimpo ilegal, a exploração de mineração, etc. É preciso, urgente, ter medidas, políticas e programas de preservação e restauração das reservas e santuários naturais, fora dos radares do mercado global.

5) O desmantelamento da economia global e transição para uma civilização descarbonizada: Ano após ano, estamos emitindo cada vez mais gases. Os vários acordos e agendas globais não estão resolvendo; e, pior, os países que mais poluem, como os Estados Unidos, estão entre o segundo que mais emite gás carbônico no mundo, além do mais, recentemente o governo Trump saiu do Acordo de Paris, que tinha metas de redução. Para Marques (2023), esta proposta de diminuir só será superada quando “desmantelar” a economia global tanto alimentar como energética, que segundo o autor não acontecerá se deixarmos nas mãos de corporações globais ou de Estado-corporações. É necessário que as decisões sejam assumidas em escala global, democraticamente por toda a sociedade. Para tanto, urge a adoção de medidas radicais, como: “[...] a) fim dos subsídios governamentais, diretos e indiretos, à indústria de combustíveis fósseis; b) aumentar agressivamente os impostos sobre as emissões de GEE; c) combinar o fim dos subsídios e a escalada de taxas sobre as emissões de carbono com políticas de Estado, verdadeiramente coercitivas e globalmente coordenadas, a começar pela proibição da participação do setor financeiro na indústria de combustíveis fósseis; d) zerar a produção de petróleo e demais combustíveis fósseis nos prazos estipulados pela ciência, e, particularmente, pelo relatório publicado em março de 2022 [...]” (Marques, 2023, p. 451). Por fim; **6) Desglobalização do sistema alimentar e sua transição para uma alimentação baseada em nutrientes vegetais:** Realizar a desglobalização do sistema alimentar é

repensar e mudar significativamente a forma como produzimos e consumimos os alimentos. Para Marques, será a mudança mais difícil para o ser humano, pois o regime alimentar está enraizado na própria história e nos hábitos culturais de cada povo e sociedade. Os dados evidenciam que é impossível conter o aquecimento global, se não alterarmos o sistema alimentar mundial. Para se ter uma dimensão, se acabasse o consumo de carne no mundo, os níveis de Gases Efeito Estufa (GEE) se estabilizariam por trinta (30) anos e compensariam 68% da emissão de CO₂. Para efeitos desta ação, sobre desglobalizar o sistema alimentar, dois pontos são fundamentais: a) uma proposta de reforma agrária que seja radical e na democratização da propriedade da terra. Vemos os dados alarmantes no Brasil da concentração de propriedades e da terra nas mãos de uma pequena parcela de pessoas e de grupos, corporações Agroimperialistas, que tem como finalidade a produção agroexportadoras e não como abastecimento interno; b) “Construir um sistema alimentar baseado em nutrientes vegetais, produzidos por uma agricultura orgânica, local, variada e respeitosa dos habitats selvagens constitui uma ruptura civilizatória tão premente e crucial quanto a transição do sistema energético para fora dos combustíveis fósseis” (Marques, 2023, p. 455).

As propostas acima, defendidas por Marques (2023), são políticas que necessitam ser debatidas e praticadas. Para tanto, elas só poderão ser concretizadas dentro de um projeto de sociabilidade, se houver condições e bens materiais para que isso aconteça, num processo de transição e de mudanças das bases produtivas do modo de produção atual. Além do mais, que os bens materiais sejam distribuídos a todos, bem como as políticas de sobrevivência que devem ser aplicadas sem distinção de classe social ou de uma transição para a dissolução dos interesses de classes.

Portanto, é preciso repensar que a natureza, o ecológico e os recursos naturais não são uma “enorme coleção de mercadorias” que o capital pode se apropriar, como afirmou Marx (2017a). É preciso recusar a reprodução sociometabólica do capital, como sugeriu Mészáros (2021), superando a triple interrelação que envolve o Estado, Capital e Trabalho, porque em nome de comercializar, monetizar, capital, lucro, etc., estamos no caminho de um futuro destrutivo e beirando a extinção. Visto que superar a reprodução sociometabólica do capital, é superar ao mesmo tempo a visão de que o meio ambiente, o ecológico, seja apenas um balcão de negócios.

É urgente! É preciso parar de discursos vazios, de falar, afirmar e reafirmar os pensamentos de ordem qualitativa, que não são praticados ou são negados. O que

demonstra e evidencia o real, o concreto, são os dados alarmantes do poder crescente e destrutivo do futuro da humanidade e do ecológico, de ordem quantitativa, que se apresenta e nos aguarda. Por isso, o futuro não se negocia em discursos abstratos de acordos e agendas globais, mas se confronta com números, com dados e fatos. A hora da ação é agora, a natureza “grita”, quando o ser humano silencia, a humanidade caminha para o declínio e o capital lucra e amplia a destrutividade.

REFERÊNCIAS

- AFRIKHEPRI, Fundação. **África: agro-imperialistas tomam terras agrícolas**. Site oficial da Fundação Afrikhepri, s/d. Disponível em: <https://afrikhepri.org/afrique-les-agro-imperialistes-font-main-basse-sur-les-terres-agricoles/>. Acesso em: 21 jul. 2023.
- ALENCAR, Ana Alves. **Enfrentando o complexo Eco-imperialista**. Site Portal Ambiente Legal, 8 de set. de 2024. Disponível em: <https://www.ambientelegal.com.br/enfrentando-o-complexo-eco-imperialista/>. Acesso em: 02 out. 2024.
- ALENCASTRO, Mathias. A chapa Lula-Alckmin e a recomposição partidária das democracias liberais. **Revista Novos Estudos**. v. 41, nº 2, p. 413-430, CEBRAP: São Paulo, maio-agosto de 2022.
- ALENTEJANO, Paulo. Modernização da agricultura. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- AMARAL, Nelson C. **Para compreender o financiamento da educação básica no Brasil**. Brasília: Liber Livro, 2012.
- ANGELO, Mauricio. **Harvard investiu quase meio bilhão de dólares em terras do Cerrado marcadas por conflitos**. Matéria veiculada no site Mongabay, em 27 de julho de 2020. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2020/07/harvard-investiu-quase-meio-bilhao-de-dolares-em-terras-do-cerrado-marcadas-por-conflitos/>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo A. **A fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista**. Questões da nossa época, vol. 58. São Paulo: Cortez, 2017.
- AQUINO et al. **História das Sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais**. 36ª ed. Revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2001.
- ARAÚJO, Victor L. **A economia brasileira sob o governo Bolsonaro (2019-2022): neoliberalismo radical e pragmatismo econômico**. Texto para discussão sobre o desenvolvimento. Centro Internacional Celso Furtado, nº 01, julho de 2023. Disponível em: https://centrocelsofurtado.org.br/arquivos/file/TDD_01_2023.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.
- B3 (Brasil, Bolsa e Balcão). **Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3): objetivo**. 2024. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise-b3.htm. Acesso em: 25 jan. 2025.
- BCB (Banco Central do Brasil). **Crédito Rural: quantidade e valor dos contratos por segmentos e IF**. 2024. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/reportmicrrural/?path=conteudo%2FMDCR%2FReports%2FqvcSegmentoIF.rdl>. Acesso em: 20 ago. 2024.

BANCO MUNDIAL. **NAS5**: Aquisição de Terras, Restrições ao Uso de Terras e Reassentamento Involuntário. Quadro Ambiental e Social para Operações FPI (Financiamento de Projetos de Investimento). Nota de Orientação para Mutuários, Banco Mundial, 1º ed., publicada em junho de 2018. Disponível em: <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/716381554138049000-0290022020/original/ESFGN5portuguese.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2023.

BANCO MUNDIAL. **Brasil**: projetos fechados - de janeiro de 1956 até dezembro de 1960. 2023a. Disponível em: https://projects.worldbank.org/en/projects-operations/projects-list?countrycode_exact=BR&os=0&strdate=01-01-1956&enddate=01-01-1961&countryshortname_exact=Brazil&status_exact=Closed. Acesso em: 12 out. 2023.

BANCO MUNDIAL. **Brasil**: projetos fechados - de fevereiro de 1964 até dezembro de 1984. 2023b. Disponível em: https://projects.worldbank.org/en/projects-operations/projects-list?countrycode_exact=BR&strdate=01-02-1964&os=60&enddate=01-01-1985&countryshortname_exact=Brazil. Acesso em: 12 out. 2023

BANCO MUNDIAL. **Projeto de desenvolvimento pecuário**. Site online. 2023a (c). Disponível em: <https://projects.worldbank.org/en/projects-operations/project-detail/P006235>. Acesso em: 20 jul. 2023.

BANCO MUNDIAL. **Projetos e Operações**. Site Oficial, 2023b (d). disponível em: <https://maps.worldbank.org/projects>. Acesso em: 17 jul. 2023.

BANCO MUNDIAL. **Rising global interest in farmland: Can it yield sustainable and equitable benefits?** Banco Mundial, Washington D.C., 2011.

BARROS, Ciro. **Brasil é um dos cinco países do mundo que mais vende terra para estrangeiros**. Página Online: El País. 20 de maio de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/19/actualidad/1526766954_914923.html. Acesso em: 28 ago. de 2018.

BASTOS, Pedro Paulo z. **Quatro tetos e um funeral**: o Novo Arcabouço/Regra Fiscal e o projeto social-liberal do Ministro Haddad. Nota 21 do CECON. Unicamp, IE, CECON, abril de 2023. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/nota-cecon/nota-do-cecon-21-23395ab8.pdf>. Acesso em: 28 set. 2024.

BELANDI, Caio. **Taxa média de desemprego cai a 9,3% em 2022, menor patamar desde 2015**. Agência IBGE de notícias, publicada em 28 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/36351-taxa-media-de-desemprego-cai-a-9-3-em-2022-menor-patamar-desde-2015>. Acesso em: 12 set. 2024.

BID (Banco Interamericano de desenvolvimento). **Brasil**: detalhes do projeto. Site online. 2023a. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/projects-search?country=BR§or=AG&status=Implementation&query=>. Acesso em: 24 jul. 2023.

BID (Banco Interamericano de desenvolvimento). **Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento**. 9 de fevereiro de 1996. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt-br/quem-somos/como-estamos-organizados/departamento-legal/legal-resource-center>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BID (Banco Interamericano de desenvolvimento). **Detalhes do Projeto**. Site online. 2023b. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/projects>. Acesso em: 24 jul. 2023.

BID (Banco Interamericano de desenvolvimento). **Mais ajuda para a Reforma do Estado**. História da Web, 1 de mar. 1999. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt-br/noticias/mais-ajuda-para-reforma-do-estado>. Acesso em: 1 jul. 2024.

BID (Banco Interamericano de desenvolvimento). **Relatório anual**. Site online. 2023c. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/sobre-o-bid>. Acesso em: 24 jul. 2023.

BID (Banco Interamericano de desenvolvimento). **Relatório anual: resenha do ano de 2022**. 2022. Disponível em: <https://publications.iadb.org/pt/relatorio-anual-2022-do-banco-interamericano-de-desenvolvimento-resenha-do-ano>. Acesso em: 24 jul. 2023.

BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. 11ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento Marxista**. Trad. Waltensir Dutra. Org. da ed. brasileira, Antonio M. Guimarães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. **Arrecadação por divisão econômica da CNAE: série histórica de 2011 até 2023**. Receita Federal, Governo Federal. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/receitadata/arrecadacao/arrecadacao-por-divisao-economica-da-cnae>. Acesso em: 16 out. 2024.

BRASIL. **Brasil no rumo certo**. 1ª edição. Governo Federal. Ministério da Comunicação Social. Brasília/DF, novembro de 2023a. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/12/cartilha-reune-as-principais-politicas-publicas-implementadas-em-2023/1512_cartilha.pdf. Acesso em: 27 set. 2024.

BRASIL. **Contratações do crédito rural da safra 2019/2020 fecharam em R\$ 225 bilhões**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Brasília, 9 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2020/07/contratacoes-do-credito-rural-da-safra-2019-2020-fecharam-em-r-225-bilhoes>. Acesso em: 26 jan. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. **Exportações do agronegócio batem recorde em dezembro e no ano de 2021.** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 13 de janeiro de 2022. Disponível em: [https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/exportacoes-do-agronegocio-batem-recorde-em-dezembro-e-no-ano-de-2021#:~:text=Em%20dezembro%20de%202020%2C%20as,participa%C3%A7%C3%A3o%20alcan%C3%A7ou%2040%2C6%25.&text=As%20exporta%C3%A7%C3%B5es%20do%20agroneg%C3%B3cio%20brasileiro,bilh%C3%B5es%20\(%2B19%2C7%25\)](https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/exportacoes-do-agronegocio-batem-recorde-em-dezembro-e-no-ano-de-2021#:~:text=Em%20dezembro%20de%202020%2C%20as,participa%C3%A7%C3%A3o%20alcan%C3%A7ou%2040%2C6%25.&text=As%20exporta%C3%A7%C3%B5es%20do%20agroneg%C3%B3cio%20brasileiro,bilh%C3%B5es%20(%2B19%2C7%25)). Acesso em: 24 jan. 2022.

BRASIL. **Inscrever imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR).** Brasília, DF. 17 de abril de 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/inscrever-imovel-rural-no-cadastro-ambiental-rural-car>. Acesso em: 24 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 4.595 de 31 de dezembro de 1964.** Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4595compilado.htm. Acesso em: 12 ab. 2023.

BRASIL. **Lei nº 4.829 de 5 de novembro de 1965.** Institucionaliza o Crédito Rural. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4829.htm. Acesso em: 12 ab. 2023.

BRASIL. Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971: Regula a Aquisição de Imóvel Rural por Estrangeiro Residente no País ou Pessoa Jurídica Estrangeira Autorizada a Funcionar no Brasil, e dá outras Providências. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 1987. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5709.htm#:~:text=Regula%20a%20Aquisi%C3%A7%C3%A3o%20de%20Im%C3%B3vel,Art. Acesso em: 20 set. 2023

BRASIL. **Lista de devedores da PGFN.** Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, Ministério da Fazenda, Site oficial Governo, 2024b. Disponível em: <https://www.listadevedores.pgfn.gov.br/>. Acesso em: 13 dez. 2024.

BRASIL. **Manual Técnico do Orçamento.** Ministério da Economia. Secretaria Especial de Fazenda. Secretaria de Orçamento Federal. Brasília, julho de 2020. Disponível em: <<https://www1.siop.planejamento.gov.br/mto/doku.php/mto2020>>. Acesso em: 13 jul. 2020.

BRASIL. **Manual de Despesa Nacional:** Aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Brasília, 2008. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/cjf/unidades/orcamento-e-financas-na-justica-federal-1/manuais/manual-de-despesa-nacional/@_@download/arquivo> Acesso em 13 jul. 2022.

BRASIL. **Mapa anuncia medidas econômicas para ajudar produtores rurais afetados pelo coronavírus.** Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA. Brasília, DF, pub. 09 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt->

[br/centrais-de-conteudo/audios/momento-agro/mapa-anuncia-medidas-economicas-para-ajudar-produtores-rurais-afetados-pelo-coronavirus](https://www.gov.br/centrais-de-conteudo/audios/momento-agro/mapa-anuncia-medidas-economicas-para-ajudar-produtores-rurais-afetados-pelo-coronavirus). Acesso em: 12 jan. 2025.

BRASIL. **Orçamento Anual de 2019**. Portal da Transparência. Brasília. Disponível em: <https://www.portaltransparencia.gov.br/orcamento?ano=2019>. Acesso em: 24 jan. 2022.

BRASIL. **Para entender a proposta do Governo de Regime Fiscal Sustentável**. Cartilha, Ministério da Fazenda, 9 de maio de 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/regime-fiscal-sustentavel>. Acesso em: 27 set. 2024.

BRASIL. **Plano Safra – 2022-2023**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Brasília – DF, 2022.

BRASIL. **Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010**. Governo Federal, 22 de janeiro de 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/arquivos/pac.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2024.

BRASIL. **Projeto de Lei 2.963 de 2019**. Regulamenta a aquisição, posse e o cadastro de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2268070>. Acesso em: 28 de ago. de 2021.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2023**. Altera o §1º do art. 231 da Constituição Federal para definir marco temporal de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas. Senado Federal, Brasília, DF, 24 out. de 2023. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/160148>. Acesso em: 24 jul. 2024.

BRASIL. **Receitas Públicas**: referente ao ano de 2013 até 2023. Portal da Transparência. Realizada em outubro de 2024c. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/receitas/consulta?>. Acesso em: 15 out. 2023.

BRASIL. **Sistematização das Receitas, das Despesas e dos Gastos Sociais e de outras natureza**: de 2013 até 2023. Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento (SIOP), Ministério da Fazenda; Ministério do Planejamento e Orçamento. Brasília, DF, dezembro de 2024d. Disponível em: [https://www.siop.planejamento.gov.br/modulo/login/index.html#/.](https://www.siop.planejamento.gov.br/modulo/login/index.html#/) Acesso em: 18 dez. 2024.

BRASIL. **Sistematização das Receitas, das Despesas e dos Gastos Sociais em educação**: de 2022 até 2023. Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento (SIOP), Ministério da Fazenda; Ministério do Planejamento e Orçamento. Brasília, DF, janeiro de 2025. Disponível em: https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06. Acesso em: 20 jan. 2025.

BUKHARIN, N. **Imperialismo e a economia mundial**. Tradução de Fernando A. S. Araújo. Paris - França: Laemmert S.A, 1928. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/bukharin/1917/imperialismo/index.htm>. Acesso em: 25 set. 2023.

CALIXTRE, André; FAGNANI, Eduardo. **A política social e os limites do experimento desenvolvimentista (2003-2014)**. Textos para discussão. Instituto de Economia/UNICAMP, nº. 295, Campinas, maio de 2017.

CÂMARA FEDERAL. **PEC 87/2015**: Proposta a Emenda à Constituição. Apresentada no dia 8 de julho de 2015, Brasília/DF, 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1567815>. Acesso em: 28 ago. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Reforma Tributária**: entenda a proposta. Pesquisa realizada em nov. de 2023. Site oficial da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos/html5/ReformaTributaria/index.html>. Acesso em: 10 nov. 2023.

CARDOSO JR, José C.; De CASTRO, Jorge A. Economia políticas das finanças sociais brasileiras no período 1995-2002. **Rev. Economia e Sociedade**, vol. 15, nº. 1, p. 145-174, jan./jun., Campinas, 2006.

CASANOVA, Pablo G. O Imperialismo, hoje. **Revista digital Tempo**, nº 18, pp. 65-75, Rio de Janeiro, 2005. Publicado a site Scielo. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/X95rVmKVbNxyvbfZSHZfZxf/?lang=pt>. Acesso: 10 de ago. de 2021.

CARTA CAPITAL. **Alesp aprova lei de Tarcísio que amplia prazo para entrega de terras públicas a fazendeiros**. Site online. pub. 24 de abril de 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/alesp-aprova-lei-de-tarcisio-que-amplia-prazo-para-entrega-de-terras-publicas-a-fazendeiros/>. Acesso em: 23 jul. 2024.

CARVALHO, Horácio M. A estrutura das classes sociais no campo. In: BONIN, Anamaria A. et al. **Movimentos Sociais no Campo**. Curitiba: Ed. Criar, 1987.

CASTILHO, Alceu. **20 grupos estrangeiros têm 3 milhões de há de terras no Brasil**. Página Online. MST. 10 de janeiro de 2017. Disponível em: <https://mst.org.br/2017/01/10/20-grupos-estrangeiros-tem-3-milhoes-de-ha-de-terras-no-brasil/>. Acesso: 28 de ago. de 2021.

CASTRO, Aramis. Los principales bancos del mundo financian a petroleras que impactan el la Amazonía. Jornal Online: **OjoPúblico**. 11 de julho de 2021. Disponível em: [Los principales bancos del mundo financian a petroleras que impactan en la Amazonía | Ojo Público \(ojo-publico.com\)](https://www.ojopublico.com/los-principales-bancos-del-mundo-financian-a-petroleras-que-impactan-en-la-amazonia/). Acesso: 20 de ago. 2021.

CEPEA (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada). **PIB do Agronegócio brasileiro**. Site CEPEA. 2021. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 24 jan. 2022.

CEPEA (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada); CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil). **PIB do Agronegócio brasileiro de 1996 a 2024**. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 20 ago. 2024.

CEPEA (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada). **Metodologia - PIB do Agronegócio Brasileiro: Base e Evolução**. ESALQ/USP. Piracicaba – SP, 2017.

CHERNAVSKY, Emilio. Entre as piores do mundo: um balanço da economia brasileira no governo Bolsonaro. **Carta Capital**, publicado em 05 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/observatorio-da-economia-contemporanea/entre-as-piores-do-mundo-um-balanco-da-economia-brasileira-no-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 02 set. 2024.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. Trad. Silvana F. Foá. São Paulo: Xamã, 1998.

CHESNAIS, François. Introdução Geral. In: CHESNAIS, François (coord.). **A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998.

CHRISTOFFOLI, Pedro I. Agroindústria. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil). **PIB do Agronegócio alcança participação de 26,6% no PIB brasileiro em 2020**. Site CNA, 10 de março de 2021. Disponível em: <https://www.cnabrasil.org.br/boletins/pib-do-agronegocio-alcanca-participacao-de-26-6-no-pib-brasileiro-em-2020>. Acesso em: 24 jan. 2022.

COLIGAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA. **Diretrizes para o programa de reconstrução e transformação do Brasil: Lula – Alckmin 2023-2026**. Plano de Governo. Agosto de 2022. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2022/BR/BR/544/candidatos/893498/5_1659820284477.pdf. Acesso em: 22 set. 2024.

COMEXSTAT. **Brasil: exportações, importações e balança comercial**. Ano de referência 2022. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: 24 ago. 2023.

COMEXSTAT. **Brasil: exportações, importações e balança comercial**. Ano de referência 2023. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: 20 ago. 2024.

DAEWOO LOGISTICS. **Empresas e Subsidiárias**. Site oficial. 2023. Disponível em: http://www.dwlogistics.co.kr/eng/company/sub_04.asp?snm=49. Acesso em: 18 jul. 2023.

DA CRUZ, Danilo U. Políticas sociais e agenda conservadora do Governo Bolsonaro: desdemocratização e degradação política. In: ZIMMERMANN, Clovis R.;

DA CRUZ, Danilo U. (Orgs.). **Políticas Sociais no Governo Bolsonaro: entre descasos, retrocessos e desmontes**. Buenos Aires; CLACSO; Salvador: Pinaúna Editora, 2022.

DANIELI, João Paulo. **Educação do Campo e Movimentos Sociais no Sudoeste do Paraná: lutas, redes e alguns apontamentos**. 2014, 219 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá – PR, 2014.

DE CAMPOS, Arnaldo. **O custo da Soja para o Brasil: renúncias fiscais, subsídios e isenções da cadeia produtiva**. Realização de ACT, IDS, IDEC, ISPN, ÓSocioBio. Apoio WWF Brasil, ICS, 2023.

DE CASTRO, César N. **A Agropecuária na Região Sul: limitações e desafios futuros**. 1993: Texto para discussão, Rio de Janeiro: IPEA, ago. 2014.

DE CASTRO, Jorge A. et al. **Gasto Social Federal: prioridade macroeconômica no período 1995-2010**. Nota Técnica, nº 11, setembro de 2021. IPEA, Brasília, 2012a.

DE CASTRO, Jorge A. de. Política Social e desenvolvimento no Brasil. **Revista Economia e Sociedade**, v. 21, nº especial, p. 1011-1042, Campinas, dez. 2012b.

DE CASTRO, Jorge A. de. Política Social: alguns aspectos relevantes para discussão. In: MDS (Ministério do Desenvolvimento Social); UNESCO. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília/DF, 2009.

DE CASTRO, Jorge A. de. Política Social: distribuição de renda e crescimento econômico. In: FAGNANI, Eduardo (Org.) **A Reforma Tributária Necessária: diagnóstico e premissas**. ANFIP; FENAFISCO: São Paulo: Plataforma Política Social, 2018.

DEITOS, Roberto, A. Estado, organismos internacionais e políticas sociais no Brasil. In: CHAVES, Marta; SETOGUTI, Ruth I.; FRAÇA VOLSI, Maria E. **A função da escola: das políticas públicas às práticas pedagógicas**. Maringá: EDUEM, 2011.

DELGADO, Nelson G. *Commodities Agrícolas*. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.) **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão Popular, 2012a. p. 133-140.

DELGADO, Guilherme C. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012b.

DOWBOR, Ladislau. Democracia Econômica. In: GRIEBELER, Marcos P. D. (Org.) **Dicionário de Desenvolvimento Regional e temas correlatos**. Versão res. e ampl. 2ª ed. Uruguaiana – RS: Editora Conceito, 2021.

DRIESSEN, Paul. **Eco-Imperialism: green power black death**. New Delhi, India: Academic Foundation, 2005.

DUARTE, Valdir. **A ecologia como ideologia: os pequenos agricultores do Sudoeste do Paraná – Brasil**, Nuances. 2012. 231p. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Faculdade de Humanidades e Ciências Sociais: Pousadas, Argentina, 2012.

DWECK, Esther; TEIXEIRA, Rodrigo A. **A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica**. Textos para discussão. Instituto de Economia/UNICAMP, nº. 303, Campinas, jun. de 2017.

DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana L. M.; ROSSI, Pedro. **Austeridade e retrocesso: impactos sociais da política fiscal no Brasil**. Brasil Debate e Fundação Friedrich Ebert, São Paulo, ago. de 2018.

DWECK, Esther; SILVEIRA, Fernando G.; ROSSI, Pedro. Austeridade e desigualdade social no Brasil. In: ROSSI, Pedro; DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana L. M. **Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

EMBRAPA TERRITORIAL. **Agricultura e preservação ambiental: uma análise do cadastro ambiental rural**. Campinas, 2020. Disponível em: www.embrapa.br/car. Acesso em: 22 jul. 2024.

EMBRAPA TERRITORIAL. **Cadastro Ambiental Rural – CAR: síntese**. Campinas, 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/car-2018/sintese>. Acesso em: 22 jul. 2024.

EMBRAPA TERRITORIAL. **Cadastro Ambiental Rural – CAR**. Campinas, 2021a. Disponível em: www.embrapa.br/car. Acesso em: 22 jul. 2024.

EMBRAPA TERRITORIAL. **Cadastro Ambiental Rural – CAR: resultados**. Campinas, 2021b. Disponível em: www.embrapa.br/car. Acesso em: 22 jul. 2024

EPAGRI. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina – 2021-2022**. Governo de Santa Catarina. Florianópolis: Epagri/Cepa, maio de 2023.

EXAME.INVEST. **Cade aprova aquisição de 31,66% da BRF pela Marfrig**. Site oficial Exame.invest. 23 de setembro de 2021. Disponível em: <https://exame.com/negocios/cade-aprova-aquisicao-de-31-da-brf-pela-marfrig/>. Acesso em: 24 jan. 2022.

FAGNANI, Eduardo. **A política social do Governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica**. Textos para discussão. Instituto de Economia/UNICAMP, nº. 192, Campinas, jun. de 2011.

FAGNANI, Eduardo. **O fim de um ciclo improvável (1998-2016): a política social dos governos petistas e a derrocada da cidadania pós-golpe**. Textos para discussão. Instituto de Economia/UNICAMP. nº. 300. Campinas, maio de 2017.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é Política Social**. Col. Primeiros Passos, nº 168. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FATORELLI, Maria L. **O Agronegócio e a dívida pública**. Auditoria Cidadã da Dívida. 27 de ago. de 2021. Disponível em: <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/agronegocio-e-a-divida-publica/>. Acesso em: 24 jan. 2022.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4ª ed. São Paulo: Ed. Global, 2009.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5ª ed. São Paulo: Ed. Global, 2008.

FERREIRA, Aurélio B. de H. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 6ª ed. Revista e atualizada. Curitiba: Positivo, 2004.

FLEXOR, Georges; LEITE, Sergio P. Mercado de Terra, Commodities boom e lang grabbing no Brasil. In: MALUF, R. S.; FLEXOR, G. (Orgs.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017. p. 20-38.

FIORI, José Luís. *Globalização, hegemonia e império*. In: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís (Organizadores). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. 6ª. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 87-147.

FIORI, José L. **Os moedeiros falsos**. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FRIEDMANN, Harriet. The political economy of food: a global crisis. **New Left Review**, nº197, p. 29–57. Jan./fev., 1993. Disponível em: <https://newleftreview.org/issues/i197/articles/harriet-friedmann-the-political-economy-of-food-a-global-crisis.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2023.

FOSTER, John Bellamy. A ecologia da economia política marxista. **Rev. Monthly Review**, v. 63, n. 4, set. de 2011. Trad. Pedro Paulo Bocca, Luta Sociais. 2011.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Trad. Maria T. Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FOSTER, John Bellamy. Polêmica com um ambientalismo ingênuo. **Rev. Monthly Review**, 18 jul. de 2018. Trad. Inês Castilho, Outras Palavras, 2018.

FOSTER, John Bellamy. Prefácio. MÉSZÁROS, István. **Para além do Leviatã: crítica do Estado**. Trad. Nélio Schneider. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

FURTADO, Celso. **O Brasil Pós- “Milagre”**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Trad. Sergio Faraco. Porto Alegre, RS: L&PM Pocket, 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIOIA, Antonio; ONDEI, Vera. Veja a lista das 100 maiores empresas do agronegócio do Brasil. **Revista Forbes**, publicada em 17 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbesagro/2022/01/veja-a-lista-forbes-as-100-maiores-empresas-do-agro/>. Acesso em: 27 jan. 2022.

GOLDFARB, Yamila. **Financeirização, poder corporativo e expansão da soja no estabelecimento do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o caso da Cargill**. 2013. 203p. Tese (doutorado) Departamento de Geografia Humana, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2013.

GRADILONE et al. **Forbes Agro100 2022: as maiores empresas do agronegócio brasileiro**. Revista Forbes, publicado em 9 jan. 2023. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbesagro/2023/01/lista-forbes-agro100-2022-as-maiores-empresas-do-agronegocio-brasileiro/>. Acesso em: 19 out. 2023

GRADILONE et al. **Forbes Agro100 2023: o ano das maiores empresas do agronegócio brasileiro**. Revista Forbes, publicado em 18 jan. de 2023. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbesagro/2024/01/agro-100/>. Acesso em: 31 jul. 2024

GRAIN. **A apropriação de terras de 2008 para alimentos e segurança financeira**. Site oficial da Grain, 24 out. de 2008. Disponível em: <https://grain.org/e/93-seized-the-2008-landgrab-for-food-and-financial-security>. Acesso em: 25 jul. 2023.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 02. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 03. 3ª Ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002c.

GRAMSCI, Antonio. Textos – Coletânea. In: SADER, Emir (Org.). **Gramsci: poder, política e partido**. Trad. Eliana Aguiar. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005, 144 p.

HARVEY, David. **As 17 contradições e o fim do capitalismo**. Trad. Rogério Bettoni. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. **Novo Imperialismo**. Trad. Adail Sobral e Maria S. Gonçalves. 8ª ed. São Paulo: Loyola, 2014.

HARVEY, David. **Os limites do Capital**. Trad. Magda Lopes. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

HILFERDING, Rudolf. **O Capital Financeiro**. Trad. Reinaldo Mestrinel. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas).

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Trad. Waltersin Dutra. 12 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

IANNI, Octavio. **Origens Agrárias do Estado brasileiro**. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IBGE. **Anuário Estatístico Brasil** (2013-2022) V. 82, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=720>. Acesso em: 15 nov. 2023.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas). **Censo Agropecuário**: números de estabelecimentos agropecuários e áreas de estabelecimentos agropecuários. 2017a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6880#resultado>. Acesso em: 30 jul. 2024.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas). **Censo Agropecuário**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2017b.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas). **Censo Agropecuário**: série histórica de 1920 - 2006. 1970. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/263>. Acesso em: 27 set. 2023.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas). **Introdução à Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE** (Versão 2.0). s/a. Disponível em: https://concla.ibge.gov.br/images/concla/documentacao/CNAE20_Introducao.pdf. Acesso em: 15 out. 2024.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas). **População residente - amostra - características gerais da população**. 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/200#resultado>. Acesso em: 25 jan. 2022.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas). **Produto Interno Bruto e preços correntes**. 2023 Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938#resultado>. Acesso em: 27 set. 2023.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas). **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Estudos e Pesquisas, nº 43. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 148 p.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas). **Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária**. 2023 Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938#resultado>. Acesso em: 27 set. 2023.

INEP. (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). **Indicadores Financeiros Educacionais**. 26 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/indicadores-financeiros-educacionais>. Acesso em 20 nov. 2022.

INEP. (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). **Indicadores Financeiros Educacionais**. atualizado em 01 de outubro de 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/indicadores-financeiros-educacionais>. Acesso em 20 jan. 2024.

INESC (Instituto de Estudos Socioeconômicos). **A conta do desmonte: balanço do Orçamento Geral da União 2021**. Brasília, DF: INESC, 2021.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. v. 1, nº. 27, jun. 2000, Brasília, DF: 2000.

ISLAM, Md Nazrul. Agro-imperialismo: revolução verde à Biotecnologia. **The Daily Star**. Vol. 5, nº 36, publicado em: 2 julho de 2004. Disponível em: <https://archive.thedailystar.net/2004/07/02/d407021501100.htm>. Acesso em: 22 jul. 2023.

JBS. **Formulário de Referência, Cadastral e Prospectos – 2023 e 2024**. Site oficial da JBS, 2025. Disponível em: <https://ri.jbs.com.br/arquivos-cvm-e-sec/formulario-de-referencia-cadastral-e-prospectos/>. Acesso em: 20 jan. 2025.

JBS. **JBS adquire empresa europeia e expande sua plataforma global de alimentos plant-based**. Site oficial JBS. São Paulo, 19 de abril de 2021. Disponível em: <https://jbs.com.br/imprensa/jbs-adquire-empresa-europeia-e-expande-sua-plataforma-global-de-alimentos-plant-based/>. Acesso em: 24 jan. 2022.

JIMÉNEZ, Carla. Brasil mergulha na austeridade com ajuste de 70 bilhões de reais. Site oficial, **El País**, São Paulo, 22 de maio de 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/22/politica/1432308993_787049.html. Acesso em: 29 ago. 2024.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de A. Apresentação: Por que voltar a Lênin? Imperialismo, barbárie e revolução. LENIN, Vladimir I. **Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo**. Campinas, SP: FE UNICAMP, 2011.

JUNIOR, Janary. **Congresso promulga emenda constitucional que garante volta do auxílio emergencial**. Agência Câmara de Notícias, Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 15 de março de 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/736147-congresso-promulga-emenda-constitucional-que-garante-volta-do-auxilio-emergencial>. Acesso em: 30 ago. 2024.

JUNIOR, Marco A. M.; GOLDFARB, Yamila. **O Agro não é tech, o Agro não é pop e muito menos tudo**. Ass. Bras. de Reforma Agrária e Fundação Friedrich Ebert Stiftung. Set. de 2021. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319-20211027.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2022.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas 2003.

LAND MATRIX INITIATIVE. **Dados dos investidores**. Site Online. 2023a. Disponível em: <https://landmatrix.org/list/deals/>. Acesso em: 20 jul. 2023a.

LAND MATRIX INITIATIVE. **Matriz de Terra**. Site Online. 2023b. Disponível em: <https://landmatrix.org/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

LEITE, Sergio P.; MEDEIROS, Leonilde S. Agronegócio. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.) **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 257-265.

LENIN, Vladimir I. **Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LENIN, Vladimir. Prefácio de Lênin. In: BUKHARIN, N. **Imperialismo e a economia mundial**. Trad. Fernando A. S. Araújo. Paris: Laemmert S.A, 1928. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/bukharin/1917/imperialismo/index.htm>. Acesso em: 25 set. 2023.

LINDESAY, Paulo. **Qual o papel do agronegócio no Estado Brasileiro?** O cenário econômico da colônia aos dias atuais. Apresentação, na Auditoria Cidadã, s.d.

LUXEMBURGO, Rosa. **Acumulação do Capital**. Trad. Muniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MAGDOFF, Harry. **A era do Imperialismo**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

MARQUES, Luiz. **O Decênio Decisivo**: propostas para uma política de sobrevivência. São Paulo: Elefante, 2023.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, F. A divisão do trabalho mais extensa. A grande indústria (1845-1846). In: FRIGOTTO, G.; CIAVATA, M.; CALDART, R. S. (Orgs.). **História, Natureza, Trabalho e Educação**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MARX, Karl; ENGELS, F. Gênese da renda fundiária capitalista (1894). O capital, livro III. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATA, M.; CALDART, R. S. (Orgs.). **História, Natureza, Trabalho e Educação**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020a.

MARX, Karl. Grande indústria e agricultura (1867). O capital, livro I. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATA, M.; CALDART, R. S. (Orgs.). **História, Natureza, Trabalho e Educação**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020b.

MARX, Karl; ENGELS, F. **Ideologia alemã** (Feuerbach). 2ª edição. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 2ª edição. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MARX, Karl. Observações sobre o Programa do Partido Operário Alemão (1875). In: FRIGOTTO, G.; CIAVATA, M.; CALDART, R. S. (Orgs.). **História, Natureza, Trabalho e Educação**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020c.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do Capital. Trad. Rubens Enderle. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, Karl. **O Capital** – livro III, vol. IV, Tomo I. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro III – o processo global da produção capitalista. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017b.

MAYA AMBÍA, Carlos J. Agro-Imperialismo e Globalização: Formas de dominação através dos Regimes Alimentares. **Revista Ciência Econômica**, publicado em 15 de agosto. vol. 3, nº 5, p. 3-15, jul./dez. de 2014. Disponível em: <http://www.economia.unam.mx/cienciaeco/pdfs/num5/01MAYA.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

McMICHAEL, Philip. A food regime analysis of the 'world food crisis'. **Agriculture and Human Values**, publicado em 31 ju. 2009a.

McMICHAEL, Philip. A food regime genealogy. **The Journal of Peasant Studies**, vol. 36, nº 1, p. 139-169, publicado em 7 de maio de 2009b. disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03066150902820354>. Acesso em: 26 jul. 2023.

MEDEIROS, Leonilde S. Latifúndio. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.) **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 685-689.

MEDEIROS, Marlon C. Capital Financeiro e o mercado mundial de produtos agrícolas. In: ESPÍNDULA, Carlos J.; MARTINS, Cesar A. A. (Orgs.). **BRASIL: Temas de Geografia Econômica**. Rio Grande do Sul: Ed. da FURG, 2015.

MEDEIROS, Marlon C. Estado, Capital Financeiro e Agricultura no Brasil Atual. In: RIPPEL, L.; NUNES, S. P. (Orgs.). **Imperialismo e Questão Agrária**: a luta de classes no campo brasileiro. Florianópolis: Habitus, 2020.

MELLO, Guilherme; ROSSI, Pedro. **Do industrialismo à austeridade**: a política macro dos governos Dilma. Textos para discussão. Instituto de Economia/UNICAMP, nº. 309, Campinas, jun. de 2017.

MÉSZÁROS, István. *Marx, nosso contemporâneo, e o seu conceito de globalização*. In: **Coletivo Socialismo e Liberdade**. PSOL. 2006, p. 1-11.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Leviatã**: crítica do Estado. Trad. Nélcio Schneider. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

MÉSZÁROS, István. **O século XXI**: socialismo ou barbárie. Trad. Paulo C. Castanheira, 2001.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MICKLETHWAIT, John. Entrevista exclusiva concedida pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, ao **Bloomberg News**. Brasília News, 31 de março de 2015. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/entrevistas/entrevistas/entrevista-concedida-pela-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-ao-bloomberg-news>. Acesso em: 29 ago. 2024.

MONTÃO, Carlos. DURIGUETTO, M. L. **Estado, Classe e Movimento Social**. Vol. 05. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETO, José P. e BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Alexandra M. **A participação do Banco Mundial no mercado de terras do Brasil e do Mundo**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

OLIVEIRA, Rafael. **Fundos ‘verdes’ do BNDES emprestaram R\$ 1,8 bi para empresas multadas pelo Ibama**. Site de Notícias Brasil de Fato, publicado em 21 de março de 2024. Disponível em: <https://brasildefatorj.com.br/2024/03/21/fundos-verdes-do-bndes-emprestaram-r-1-8-bi-para-empresas-multadas-pelo-ibama>. Acesso em: 2 out. 2024.

OSÓRIO, Luiz F. **Imperialismo, Estado e Relações Internacionais**. São Paulo: Ideias & Letras, 2018.

OXFAM. **Desigualdade S.A.**: Como o poder das grandes empresas divide o nosso mundo e a necessidade de uma nova era de ação pública. Site oficial da Oxfam, janeiro de 2024. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/forum-economico-de-davos/as-custas-de-quem/>. Acesso em: 05 fev. 2025.

OXFAM BRASIL. **Terras e Desigualdade**. Site Online. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/terras-e-desigualdade/>. Acesso em: 21 jul. 2023.

OXFAM BRASIL. **Terrenos da desigualdade**: terra agricultura e desigualdades no Brasil Rural. Informe da Oxfam Brasil, novembro de 2016.

PADILHA, Wilian. **Capital Financeiro e Cooperativismo Agropecuário na região Sul**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2019.

PAIVA, Carlos Á. Globalização. In: GRIEBELER, Marcos P. D. (Org.). **Dicionário de Desenvolvimento Regional e temas correlatos**. Versão res. e ampl. 2ª ed. Uruguaiana – RS: Editora Conceito, 2021.

PEREIRA, Mônica C. B. Revolução Verde. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.) **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão Popular, 2012a, p. 685-689.

PERES, Ursula Dias. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2024**: um panorama de dados da Educação Básica Pública do país. Todos pela Educação. São Paulo: Moderna; Santillana, novembro de 2024.

PETRAS, James. **(Agro-Imperialismo) A grande dádiva de terras**: neocolonialismo por convite. Página Online: EcoDebate. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2008/12/10/agro-imperialismo-a-grande-dadiva-de-terras-neocolonialismo-por-convite-artigo-de-james-petras/>. Acesso: 16 de ago. de 2021.

PLIBON, Dominique. As grandes empresas fragilizadas pela finança. In: CHESNAIS, François (Org.). **A Finança Mundializada**: raízes sociais e política, configuração e consequências. São Paulo: Boitempo, 2005.

PLIBON, Dominique. Desequilíbrios mundiais e instabilidade financeira: a responsabilidade das políticas liberais. Um ponto de vista Keynesiano. In: CHESNAIS, François (coord.). **A Mundialização Financeira**: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. 12ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

RAÍZEN ENERGIA S.A. **Formulário de Referência e Cadastral**. Site oficial Raízen, 2024. Disponível em: <https://ri.raizen.com.br/divulgacoes-e-documentos/formulario-de-referencia-e-cadastral/>. Acesso em: 20 jan. 2025.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Arrecadação das receitas administradas pela RFB**. Receita Federal, Ministério da Fazenda, dezembro de 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/receitadata/arrecadacao/arrecadacao-por-divisao-economica-da-ctae>. Acesso em: 18 dez. 2024.

REDE SOCIAL (De Justiça e de Direitos Humanos). **A armadilha do crédito fundiário do Banco Mundial**. Maio de 2016. https://www.social.org.br/files/pdf/cartilha_bm.pdf. Acesso em: 18 jul. 2023.

RICE, Andrew. Existe tal Coisa como Agro-imperialismo? **The New York Times**. Publicado em: 16 de novembro de 2009. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2009/11/22/magazine/22land-t.html>. Acesso em: 22 jul. 2023.

RODRIGUES, Sabrina. **Bolsonaro decidiu com Ricardo Salles “fazer a limpa” no Ibama e ICMBIO**. Site online – ECO, 29 de abril de 2019. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/bolsonaro-decidiu-com-ricardo-salles-fazer-a-limpa-no-ibama-e-icmbio/>.

ROSSI, Pedro; DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana L. M. **Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

RUGITSKY, Fernando. **Do ensaio desenvolvimentista à austeridade: uma leitura kaleckiana**. Site Lavra Palavra, publicado em Carta maior, 9 de setembro de 2015. Disponível em: <https://lavrpalavra.com/2015/09/09/do-ensaio-desenvolvimentista-a-austeridade-uma-leitura-kaleckiana/>. Acesso. 29 ago. 2024.

SAITO, Kohei. **O Capital no Antropoceno**. Trad. Caroline M. Gomes. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2024.

SALVADOR, Evilásio *et al.* (Org.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

SALVADOR, Evilasio. Fundo público e conflito distributivo em tempos de ajuste fiscal no Brasil. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; POCHMANN, Marcio (Orgs.). **Brasil: Estado social contra a barbárie**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020.

SANTOS, Maureen; GLASS, Verena (Orgs). **Atlas do Agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heirnrich Boll e Fundação Rosa Luxemburgo, 2018.

SAUVIAT, Catherine. Os fundos de pensão e os fundos mútuos: principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário. In: CHESNAIS, François (Org.). **A Finança Mundializada: raízes sociais e política, configuração e consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005.

SCHERMA, Márcio, A. **A atuação do Banco Interamericano de desenvolvimento no Brasil (1959-2006)**. 2007, 185 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Universidade de Campinas – UNICAMP, Campinas – SP, 2007.

SCHONFELD, Annette Von; DILGER, Gerhard. Muito Além da propaganda. In: SANTOS, Maureen; GLASS, Verena (Orgs). **Atlas do Agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heirnrich Boll e Fundação Rosa Luxemburgo, 2018.

SEIBENEICHLER, Amanda J. **O Agro é lobby: a influência das corporações transnacionais sobre o agronegócio brasileiro**. I Seminário Discente de Ciência Política (SDCP). Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, ago. de 2020.

SINGER, A. **Cutucando onças com varas curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)**. Revista Novos Estudos, nº 102, São Paulo, julho de 2015.

SISON, José Maria. Imperialismo na Alimentação e na Agricultura e propagação de Patógenos Mortais. **Revista Nova Cultura** (online). Publicado em: 19 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.novacultura.info/post/2020/07/07/imperialismo-na-alimentacao-e-na-agricultura-e-propagacao-de-patogenos-mortais>. Acesso em: 21 jul. 2023.

SOARES, José A.; BRAGA, Marcio, B. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no Espaço-Tempo: uma análise crítica sobre seu papel no financiamento da integração regional. **Revista Geosul**, v. 36, n. 79, p. 89-115, mai./ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/70344>. Acesso em: 24 jul. 2023.

SODRÉ, Nelson W. **As razões da independência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1965.

SODRÉ, Nelson W. **Brasil: radiografia de um modelo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1974.

SODRÉ, Nelson W. **Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

SODRÉ, Nelson W. Imperialismo e Neoliberalismo. **Revista Princípios**. nº42, ago./out., publicado em outubro de 1996.

STEDILE, João P. Questão Agrária. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.) **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão Popular, 2012a, p. 685-689.

STEDILE, João P. Reforma Agrária. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

STROZAKE, Juvelino. Função Social da Propriedade. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.) **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão Popular, 2012a, p. 366-371.

SUZANO S.A. **Formulário de Referência – 2023**. Site oficial, 2025. Disponível em: https://s201.g4cdn.com/761980458/files/doc_news/2023/05/FRE/Formul%C3%A1rio-de-Refer%C3%Aancia-2023.pdf. Acesso em: 20 jan. 2025.

TAVARES, José Nilo. Educação e Imperialismo no Brasil. In: GADOTTI, Moacir (Coordenador). Educação e Imperialismo. **Revista Educação e Sociedade**. nº. 7. set. de 1980. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1980.

VALE (Empresa). **Jamais esqueceremos Brumadinho**: Acordo judicial de reparação integral. Site Vale, 2024. disponível em: <https://vale.com/pt/esg/brumadinho>. Acesso em: 02 out. 2024.

VALE (Empresa). **Relatório da Administração – 2021**. Site Vale, pub. em fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www.vale.com/documents/d/quest/relatorio-da-administracao-2021>. Acesso em: 03 out. 2024.

VALE (Empresa). **Nosso compromisso**: priorizar as pessoas e garantir uma operação segura. Vídeo propaganda, Youtube, pub. 01 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fwp6HV3QCjE>. Acesso em: 03 out. 2024.

VALE (Empresa). **Tem a ver com a Vale**. Campanha de final de ano. Vídeo propaganda, Youtube, pub. 23 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZvrlAsgkOV8>. Acesso em: 03 out. 2024.

SANTOS, Franciele Quevedo. **Emenda Constitucional nº. 95/2016**: Impactos no Financiamento do Gasto Social do Governo Federal (2017-2022). 2024. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de concentração: Educação, Linha de Pesquisa: Educação, Políticas Sociais e Estado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2024.

VIVERAS, Ernesto. **El Banco Interamericano de Desarrollo en la década neoliberal**. Quito - Equador: FLACSO, 2013.

WELCH, Clifford A. Conflitos no Campo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão Popular, 2012.

WENZEL, Fernanda e CHRISTE, Olivier. **Maior banco suíço volta ao Brasil e coloca em risco compromisso ambiental**. Página online: UOL. 16 de maio, 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/05/16/maior-banco-suico-volta-ao-brasil-e-coloca-em-risco-compromisso-ambiental.htm>. Acesso em: 26 de ago. de 2021.

WRM (World Rainforest Movement). **Agroimperialismo em tempos de Covid-19**. Boletim WRM 250, 15 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim/agroimperialismo-em-tempos-de-covid-19>. Acesso em: 20 jul. 2023.

WRM (World Rainforest Movement). **BRICS, desenvolvimento e concentração de terras**. Boletim WRM 189, de 30 de abril de 2013a. Disponível em: <https://www.wrm.org.uy/pt/boletins/nro-189>. Acesso em: 18 jul. 2023.

WRM (World Rainforest Movement). **O Banco Mundial e a Concentração de Terras**. Boletim WRM 189, de 30 de abril de 2013b. Disponível em: <https://www.wrm.org.uy/pt/files/2013/04/Boletim189.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2023.

WRM (World Rainforest Movement). **Sobre a WRM**. Pesquisa realizada em out. de 2023. Disponível em: <https://www.wrm.org.uy/about-wrm>. Acesso em: 13 out. 2023.

XAVIER, Maria E. S. P.; DEITOS, Roberto A. Estado e política educacional no Brasil. In: **Estado, Desenvolvimento, Democracia e Políticas Sociais**. Cascavel: UNIOESTE, 2006.

XAVIER, Glauber Lopes. Imperialismo e capitalismo dependente: a dinâmica econômica brasileira sob a hegemonia do agronegócio. In: **Congresso Latino-Americano de História Econômica** (CLADHE V), 5., São Paulo. Anais do CLADHE V. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016.

YAHYA, Harun. África: uma vítima do Agro-imperialismo. **Jornal Arab News**. Publicado em: 16 de maio de 2015. Disponível em: <https://www.arabnews.com/columns/news/747416>. Acesso em: 22 jul. 2023.

ZIMMERMANN, Clovis R.; DA CRUZ, Danilo U. Apresentação. In: ZIMMERMANN, Clovis R.; DA CRUZ, Danilo U. (Orgs.). **Políticas Sociais no Governo Bolsonaro: entre descasos, retrocessos e desmontes**. Buenos Aires; CLACSO; Salvador: Pinaúna Editora, 2022.

ZIMMERMANN, Clovis R.; Conservadorismo como linha auxiliar do liberalismo nas políticas sociais do Governo Bolsonaro. In: ZIMMERMANN, Clovis R.; DA CRUZ, Danilo U. (Orgs.). **Políticas Sociais no Governo Bolsonaro: entre descasos, retrocessos e desmontes**. Buenos Aires; CLACSO; Salvador: Pinaúna Editora, 2022.